



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E REGIONALIDADES

**A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: UMA
HISTÓRIA DE LUTA PELA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NOS ANOS
DA DISTENSÃO POLÍTICA (1974-1979)**

JANAÍNA GOMES DA SILVA

JOÃO PESSOA - PB

Maio de 2019

A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: uma história de luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da distensão política (1974-1979)

Janaína Gomes da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História e Cultura Histórica. Linha de pesquisa: História e Regionalidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

JOÃO PESSOA - PB

Maio de 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Janaína Gomes da.

A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: uma história de luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da distensão política (1974-1979) / Janaína Gomes da Silva. - João Pessoa, 2019.

202 f.

Orientação: Paulo Giovanni Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado)- UFPB/CCHLA.

1. Ditadura Militar, Igreja Católica, Paraíba. I. Nunes, Paulo Giovanni Antonino. II. Título.

UFPB/BC

Janaína Gomes da Silva

**A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba: uma história de
luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da distensão política
(1974-1979)**

Avaliado em: 03/05/2019

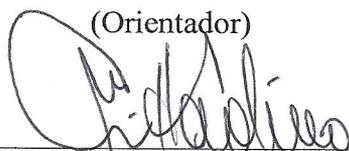
BANCA EXAMINADORA – DEFESA DE DISSERTAÇÃO



Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Programa de Pós-Graduação em História - UFPB

(Orientador)



Prof^a. Dr^a. Monique Guimarães Cittadino

Departamento de História – UFPB

Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Godoy Silveira

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – UFPB

Examinadora Externa

Dedico este texto a todos aqueles
que lutaram pela abertura do
Regime Político, pelos Direitos
Humanos e pela implantação do
Estado Democrático de Direito, em
especial, a Dom Hélder Pessoa
Câmara, Dom José Maria Pires,
Dom Marcelo Pinto Carvalheira e
Dom Paulo Evaristo Arns, *in
memoriam.*

“Aqui é Dom Hélder. Está preso aí (na delegacia) o meu irmão (um homem que estava sendo espancado). O policial levou um susto: Seu irmão, eminência? É. Apesar da diferença de nomes, somos filhos do mesmo Pai...”

Dom Hélder Câmara

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não poderia ter chegado em bom porto sem o apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, quero agradecer a meu orientador, Professor Doutor Paulo Giovani Antonino Nunes, por toda paciência e empenho com que sempre me orientou nos últimos anos.

Muita obrigada Professora Doutora Rosa Godoy, por ter me corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar. Suas sugestões foram bem recebidas e engrandeceu demasiadamente este texto.

Agradeço também as contribuições das Professoras Doutoras Maria Creusa e Monique Cittadino pelas preciosas observações durante a fase de qualificação. E registrar a participação do Professor Doutor Rodrigo Freire, no Seminário de Dissertação, que apresentou diversas possibilidades de melhorar o presente trabalho.

Ademais, desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas de turma, em especial, a Fabiana Cruz, por ter ficado sempre ao meu lado e, após a fatalidade do suicídio de nosso querido amigo Anselmo Nunes, no decurso do mestrado, você foi aquela mão amiga que não me deixou seguir no mesmo caminho. Muito obrigada, Fabi, pelas longas horas que ficastes comigo no telefone enquanto me ouvia, muitas vezes em prantos, os meus problemas familiares, acadêmicos e de saúde. Você foi o suporte psicológico que precisei para não desistir da vida. Você foi a irmã mais velha que me guiou enquanto eu estava sem rumo. Você é uma das melhores pessoas que tive a felicidade de encontrar nesta terra. Eu te amo muito <3.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba; Seu Pedro, Seu Bezerra e Stephanie. Servidores públicos exemplares e prestativos, assim como Seu Chico, do Arquivo José Américo de Almeida.

Quero agradecer à minha família e aos amigos, pelo apoio que me deram, especialmente, a meu irmão, Jandeilson; a minha prima Júlia, também conhecida como “Julinha”, que me socorreu quando perdi o arquivo dos capítulos deste trabalho. Muito obrigada priminha, se não fosse você, talvez não tivesse conseguido terminar o texto no tempo certo. Agradeço também a minha avó, Veny, que fez e continua fazendo um sacrifício enorme em me manter na capital para que eu tivesse oportunidade de estudo.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço a minha mãe, Natália Gomes de Andrade, *in memoriam*, pelo presente da vida.

RESUMO

Este trabalho aborda a atuação da Igreja Católica no estado da Paraíba sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, em face da Ditadura Militar instaurada no País em 1964, por meio de um golpe civil-militar. Temos por escopo central pesquisar o período da distensão política, a qual fora iniciada pelos militares em 1974, até o ano da promulgação da Lei de Anistia, em 1979. Destarte, esta pesquisa se coloca no campo da Nova História Política em seu diálogo com a História Cultural e, nessa perspectiva, utilizamos o conceito de Cultura Política por entender que ele nos auxilia na compreensão da realidade social, englobando as relações de poder em articulação com as relações sociais. As fontes de pesquisa empregadas para a realização deste trabalho foram: análise dos principais jornais de circulação da época, como *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*; o Dossiê do Regime Militar que se encontra no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba; a documentação oriunda do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Comissão da Verdade da Paraíba, além de uma ampla revisão bibliográfica acerca do período. Acrescente-se ainda que o referido texto está dividido em três capítulos que buscam elucidar as seguintes temáticas: O processo de abertura política do Regime Militar; A atuação da Arquidiocese da Paraíba, com a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires e, por fim, trazer uma discussão sobre os casos de violação dos Direitos Humanos neste contexto histórico de “abertura lenta, gradual e segura”.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Igreja Católica, Direitos Humanos, Paraíba.

ABSTRACT

This work deals with the work of the Catholic Church in the state of Paraíba under the leadership of Archbishop José Maria Pires, in the face of the dictatorship established in the country in 1964, by means of a civil-military coup. We have the central aim of researching the period of political distension, which was initiated by the military in 1974, until the year of the enactment of the Amnesty Law, in 1979. Thus, this research places itself in the field of New Political History in its dialogue with Cultural History, and from this perspective, we use the concept of Political Culture to understand that it assists us in understanding social reality, encompassing power relations in articulation with social relations. The sources of research used to carry out this work were: analysis of the main circulation newspapers of the period, such as *A União*, *O Norte* and *Correio da Paraíba*; the Dossier of the Military Regime that is in the Archive of the Archdiocese of Paraíba; the documentation originating from the National Information Service (SNI) and the Truth Commission of Paraíba, in addition to a comprehensive bibliographical review of the period. It should be added that this text is divided into three chapters that seek to elucidate the following themes: The process of political opening of the Military Regime; The work of the Archdiocese of Paraíba, led by Archbishop José Maria Pires, and finally, a discussion on cases of human rights violations in this historical context of "slow, gradual and safe opening."

Keywords: Military Dictatorship, Catholic Church, Human rights, Paraíba.

SUMÁRIO

| | |
|---|----------------|
| Introdução..... | 10 |
| Capítulo I - O processo de abertura política do Regime Militar | |
| 1.1 A distensão política no âmbito nacional..... | 19 |
| 1.2 A distensão política no estado da Paraíba..... | 45 |
| 1.3 A relação entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar no processo de distensão política..... | 64 |
| Capítulo II - A atuação da Arquidiocese da Paraíba na Ditadura Militar | |
| 2.1 A Arquidiocese e a liderança de Dom José Maria Pires..... | 79 |
| 2.2 Conflitos no campo..... | 98 |
| Capítulo III – A luta da Igreja Católica pelos Direitos Humanos na Ditadura Militar | |
| 3.1 A Igreja Católica e os Direitos Humanos no Brasil..... | 127 |
| 3.2 A Igreja Católica e os Direitos Humanos na Paraíba..... | 142 |
| Considerações finais..... | 167 |
| Referências..... | 171 |
| Anexos..... | 188 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir a relação conflituosa entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba (1974-1979) a partir do contexto da distensão política, isto é, durante à primeira fase de transição da Ditadura Militar iniciada em 1974 pelo então Presidente Ernesto Geisel¹, até a promulgação da Lei de Anistia, em 1979. O nosso propósito com a pesquisa é buscar compreender a atuação da ala progressista da Igreja Católica no estado paraibano em face da Ditadura Militar. Demonstrando assim, por meio de um levantamento documental, os confrontos entre essas duas forças políticas.

Esta Dissertação pretende analisar a atuação do clero paraibano, especificamente, em relação às questões políticas, aos conflitos no campo, a Campanha pela Anistia e a luta pela defesa dos Direitos Humanos. O referido estudo se justifica pela necessidade de uma pesquisa mais empírica para se constatar as especificidades da Igreja e do Estado no período inicial da abertura política, almejando verificar se existem diferenças significativas entre o plano regional com o plano nacional.

O presente trabalho se coloca no campo da História Política, nos moldes recentes da historiografia, como foi bem elucidado na obra coletiva publicada sob a direção de René Rémond, *Por uma História Política (1996)*. Todavia, antes de adentrar nessa nova perspectiva, faz-se necessário descrever brevemente a evolução histórica desse campo de estudo.

Segundo Falcon (1997), a história política tradicional, factual, individualista, idealista, surgiu com os gregos na Antiguidade Clássica, e sua essência perpassou o período Medieval, Moderno e Contemporâneo, tendo o seu auge no século XIX, fomentada pela historiografia metódica. Esse tipo de história tradicional dá ênfase à elite governante, aos grandes líderes, às monarquias, ao aparelho estatal, excluindo assim, a miríade da massa social.

A história política prosperou entre os séculos XIV e XX sobretudo por dois fatores: primeiro, pela sociedade do *Ancien Régime*, posteriormente, devido à sociedade burguesa que foi se constituindo politicamente após a Revolução Francesa. O fazer história nesse período significava adentrar no seio aristocrático e da elite, buscar sua grandeza histórica no meio da nobreza (LE GOFF, 1983, p. 225). A partir de meados do

¹Presidente do Brasil entre 15 de março 1974 a 15 de março de 1979.

século XVIII até a primeira metade do XIX, os dois movimentos proeminentes em voga, a saber, a Ilustração e o Romantismo, promoveram a importância do fator político na história:

A promoção do Estado à condição de ‘objeto por excelência da produção histórica’ significou a hegemonia da história política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes; os ‘acontecimentos’ são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos de atenção dos historiadores. (FALCON, 1997, p. 65)

No início do século XX, a história política tradicional permaneceu dominante, assim como a historiografia metódica ou positivista. Somente a partir de 1929/1930, é possível verificar o declínio do *político* na História em virtude das críticas contundentes que lhe foram acometidas por parte da *École des Annales*, do marxismo, do estruturalismo, do quantitativismo, etc. Em suma, novas correntes historiográficas emergiram contra a predominância do aspecto político. (FALCON, 1997)

Sobre isso, disse Rémond (1996, p.15): “*Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu e fez-se uma revolução na distribuição do interesse*”. Esse novo olhar sobre a história significou que, a partir de então, deslocou-se a atenção do fator político para se dar primazia aos aspectos econômicos e sociais. O enfoque do historiador voltou-se para a sociedade em seus diversos aspectos, em detrimento do Estado.

A revista *Annales d’histoire économique et sociale* foi, indubitavelmente, a que mais contribuiu para o descrédito da história política. Considerava execrável a tríade composta pela história política, narrativa e acontecimental, tachando-a de falsa-história, pois ocupava-se apenas da margem dos fatos, sendo superficial e barata. Em substituição ao paradigma do político, preconizava uma perspectiva histórica mais totalizante, que abarcasse o aspecto econômico e social, almejando, assim, uma história em profundidade.

Passados tempos obscuros para a história política, esta retornou gradualmente para o proscênio da ciência. Tendo sido escorraçada para segundo plano pelas ciências sociais, a política ressurgiu como uma fênix na história. Nesta nova fase, a história política apresenta-se em outros moldes, renovada em seu objeto de estudo; procurando, então, fazer uma história mais global, em diálogo com outros campos do conhecimento, buscando, assim, a profundidade e a transdisciplinaridade. Para Jacques Le Goff (1983,

p. 226), essa nova história política mostra-se dedicada à análise social, às estruturas, à sociologia e ao estudo do poder. Sendo assim, muito diferente da antiga concepção de história política.

Há umas três décadas, de acordo com René Rémond (1996), podemos observar o retorno de uma história política renovada, com embasamento na interdisciplinaridade e composta por elementos que visam a expansão do contexto social. Essa volta do político se deve, em parte, à ampliação que a política passou a ter na sociedade atual, além de que, o aspecto econômico não conseguiu explicar por si só determinadas circunstâncias históricas.

Essa renovação do político é produto tanto de uma pressão externa, quanto da reflexão crítica de vários intelectuais – não apenas de historiadores – que enxergaram no político um importante elemento para a compreensão da sociedade. Em suma, o processo de renovação foi algo provocado. (RÉMOND, 1996)

Pierre Rosanvallon, ao escrever sobre o político, afirmou que o objetivo da história conceitual do político é entender a composição e evolução das “racionalidades políticas”, ou seja, dos mecanismos de representações que comandam a forma pela qual um período, uma nação ou grupos sociais conduzem sua ação e delineiam seu futuro. O político, portanto, “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma”. (ROSANVALLON apud BORGES, 1991/2, p. 15)

Para Jacques Julliard (1995), na coletânea *História: novas abordagens*, ao tratar sobre a importância da política na contemporaneidade, destaca que o historiador político deve cada vez mais ater-se ao *longo prazo*, dessa forma, a temporalidade em que trabalha, tem que ser encarada não apenas pelo ângulo da ruptura, mas também da permanência. A esse propósito, utilizamos o conceito de Cultura Política para compreender certos elementos da sociedade brasileira que não ficam restritos ao período da Ditadura Militar.

Vale salientar que Julliard mantém uma posição crítica ao modelo da história política tradicional, e o seu pensamento contribuiu para o debate historiográfico referente a essa temática, ao indicar como a política pode ser tratada pela história de uma forma diferente da abordagem tradicional, buscando relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total².

²Os autores que indicam a possibilidade de renovação da História Política eram da Escola dos Annales, inicialmente Jacques Le Goff e posteriormente Julliard, mesmo que a concretização do processo tenha se dado por fora dos Annales, com René Rémond.

No cenário brasileiro, no que concerne à produção historiográfica, podemos verificar que o ano de 1970 representou uma nova fase para a história política. De acordo com Francisco Falcon (1997, p. 08), antes dessa data predominava o modelo de história política tradicional enquanto campo de pesquisa e ensino. Posteriormente, o campo historiográfico começou a transformar-se paulatinamente, surgindo contestações acerca desse tipo de história tradicional no meio acadêmico.

É importante ressaltar que, devido à hegemonia da história política tradicional no ensino de história do Brasil, durante tanto tempo, podemos identificar vestígios desse modelo arraigado nas escolas até os dias atuais. Isto é perceptível no tocante à ênfase ao papel do Estado e dos grandes homens no processo histórico, além do caráter narrativo e eminentemente factual. Segundo Vavy Pacheco, é grande ainda o número de pessoas presas a uma concepção de história narrativa de “grandes feitos, grandes datas e grandes figuras”. Este é o modelo de história que predomina no senso comum.³

A nova história política surge justamente em contraposição a esse paradigma *événementiel* e busca transferir o foco do Estado para a problemática do poder, assim como foi elucidado por Michel Foucault em sua *Microfísica do poder*. Alarga horizontes, ampliando o diálogo com outros campos do conhecimento, e apropriando-se do conceito de Cultura Política para compreender as motivações que estão por trás das ações humanas.

Portanto, este trabalho se baseia nessa perspectiva teórica de uma história política renovada, que apresenta necessidade de uma problemática, no caso específico, estamos perscrutando a relação entre a instituição Igreja Católica e a Ditadura Militar durante o processo de distensão política. Além disso, o aspecto político auxilia-nos na compreensão e análise dos fatos sociais, uma vez que o conceito de história política não se reduz mais ao aparelho estatal como era em tempos de outrora. Como Georges Balandier, pensamos que a história política hoje tem um papel fulcral na ciência, que se apresenta na contribuição à interpretação global da mudança.⁴ René Rémond, por sua vez, ao escrever sobre essa nova história, afirmou que:

³ Sobre o latente dinamismo da reflexão sobre o político na historiografia, mantendo laços com os movimentos sociais e com uma crescente interdisciplinaridade, ver o artigo de: BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, n°23/24, 1991/2, p. 7-18.

⁴ Sobre essa temática, ver também: JULLIARD, Jacques. A Política. In Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 193.

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. (RÉMOND, 1996, p. 36)

A partir do contexto da história política renovada e seu diálogo com a história cultural, utilizamos o conceito de “cultura política” do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o qual entende como:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionadores ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

De acordo com Serge Berstein (1998, p. 349), a evocação da Cultura Política inscreve-se na renovação da história política, operada sob a inspiração de Rémond. É neste contexto de investigação histórica que emerge o conceito de Cultura Política que, segundo Berstein, vem se mostrando mais operacional para explicar os fenômenos políticos que outros campos de conhecimento. Esse conceito busca o diálogo entre a História Política e a História Cultural e tem como escopo explicar os comportamentos políticos e “as motivações das ações humanas num dado momento da sua história”.

Para Ângela de Castro Gomes (2005, p. 29), o conceito de Cultura Política pode ser compreendido como “*um conjunto de orientações - abarcando crenças, valores e sentimentos -, que atua sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos*”. Portanto, a Cultura Política auxilia-nos na compreensão da realidade social, englobando as relações de poder com as relações sociais. A referida autora salienta ainda que:

O conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado (...). Estudar uma cultura política é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais. (GOMES, 2005, p. 33)

Compreendemos, assim, que esse conceito serve para entender determinados elementos arraigados na cultura política brasileira os quais perpassam o golpe de Estado

de 1964, como por exemplo: o descompromisso com o ideal da democracia, o exercício de um governo autoritário que tolhe a liberdade de expressão e práticas anticomunistas instaladas dentro de setores da Igreja Católica, que parte da classe média, dos militares e da burguesia.

Sobre o conceito, reporto-me também a Reinhart Koselleck e Antoine Prost, os quais dissertaram a propósito da importância dessa abordagem na escrita da história. O primeiro, em seu livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, realiza uma notável reflexão acerca da concepção do tempo, e, nessa perspectiva, problematiza a utilização dos conceitos no ofício do historiador.

De forma similar, e possivelmente influenciado, Prost, em suas *Doze lições sobre a História*, além de ensinar como o fazer História veio se construindo até a contemporaneidade, definiu os conceitos como “abstrações utilizadas pelos historiadores para compará-las com a realidade” (2008, p. 123). Portanto, o conceito reflete a realidade e, ao mesmo tempo, torna-se uma forma de nomeá-la. É nesse entendimento que busquei trabalhar no decurso da pesquisa os conceitos históricos, sobretudo o de Cultura Política.

Neste aspecto, vale lembrar a observação que Arlette Farge faz em seu livro *Lugares para a História*, no tocante aos historiadores estarem atentos acerca de sua responsabilidade diante do presente. Além disso, pontos como a dor, o sofrimento e a violência, discutidos pela autora, permeiam toda a discussão envolta no tema da Ditadura Militar, haja vista os inúmeros casos de vidas ceifadas pela repressão e outras tantas vítimas de perseguição física e ideológica. É por esses que a história merece ser novamente lembrada. Pois, é nela que os vencidos podem encontrar certo consolo e espaço dos quais não desfrutaram em vida.

Destarte, na parte introdutória da operação historiográfica, Michel de Certeau nos lembra que o historiador tem como função dar voz ao não-dito, assim como o de passar valores e assumir um caráter didático por intermédio de sua escrita, que por sua vez, se encontra condicionada pelo lugar social em que o historiador se encontra inserido. Certeau argumenta que a escrita acaba por fazer a história, como também por contar histórias, sendo de interesse da sociedade o aprendizado e o ensinamento. (1982, p. 95)

De pensamento semelhante, Edward Palmer Thompson, no prefácio da *Formação da Classe Operária Inglesa*⁵, irá ter essa mesma preocupação de resgatar do limbo

⁵ Nesta obra, Thompson estabeleceu os fundamentos da “história vista de baixo”, mostrando-a como uma prática viável para os historiadores. Ademais, ele almejou encontrar respostas a uma tradição de problemas

historiográfico os excluídos da história; as pessoas comuns que partilham ou herdam experiências, em grande medida, determinadas pelas relações de produção. O resultado dessas experiências comuns é tratado em termos culturais como consciência de classe. Ambos os conceitos, experiência e consciência, são fundamentais para a compreensão do fenômeno histórico de classe, o qual “é definido pelos homens enquanto vivem sua própria história” (1963 [1987], p. 12).

A “história vista de baixo” proposta fundamentalmente por Thompson representou um marco importante na historiografia, no que diz respeito à tentativa de superar o silêncio dos pobres, oprimidos e explorados. Nas palavras do autor, seu objetivo era: *Resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade.* (1963 [1987], p. 13)

Apesar dessa pesquisa colocar-se no âmbito da História Política, com ênfase em lideranças política e religiosa, as contribuições teóricas de Thompson são relevantes para a compreensão do lugar social dos sujeitos-alvos do segmento da Teologia da Libertação da Igreja Católica, no estado da Paraíba, e da política de repressão empreendida pela Ditadura Militar. O grande desafio, talvez, seja extrair do dito aquilo que não foi dito. Como afirma Eric Hobsbawm (1990, p. 22):

Na maior parte das vezes as categorias dominadas não deixam sobre si qualquer testemunho escrito, muito embora se fale bastante sobre elas naqueles provenientes de outras categorias sociais. Através do que se diz delas, no entanto, é possível compreendê-las, mesmo que parcialmente.

Somando-se à discussão da “história vista de baixo”, o texto homônimo escrito por Jim Sharpe (1992) apresenta-nos um outro ângulo acerca da expansão do objeto de estudo da História Social. Sharpe endossa a concepção teórica de Thompson, ao mesmo tempo que rechaça a concepção da história tradicional limitada, a qual predominou, e ousamos dizer que, continua a vigorar nas escolas e academias para além da Grã-Bretanha. Sendo este modelo obsoleto bastante difundido nos dias de hoje através do clássico compêndio de iniciação à História, de Edward Hallet Carr: *O que é História?*. Ademais, Sharpe procura mostrar ao leitor parte do potencial de se trabalhar com a

historiográficos herdados pelo *Communist Part Historians' Group*, sobretudo a partir do conceito de *experiência*, o qual visava superar o debate marxista entre *determinação* e *agência humana*.

história das pessoas comuns, concomitante à exposição dos problemas inerentes à escrita da “história vista de baixo”.

É importante registrar também que essa percepção histórica de “baixo para cima” será retomada pela Nova História Política, conforme assinala José D’Assunção Barros (2004, p. 107). A renovação política encabeçada pelos franceses ora passou a atentar para as massas anônimas, ora voltou-se aos indivíduos comuns, uma vez que tais categorias são portadoras de indícios sociais que dizem respeito a algo mais amplo. Além disso, o conceito de poder na história, a partir dos anos de 1980, será compreendido como algo maior do que o aparelho do Estado e do papel de personagens singulares.

A ideia de micro-poderes enraizados na sociedade foi desenvolvido por Michel Foucault, e apropriado significativamente pela historiografia. Sendo assim, os objetos da História Política passaram a ser todos aqueles permeados pela noção de poder, e isto inclui os camponeses, os trabalhadores, os pobres e os oprimidos, os quais foram, durante muito tempo, marginalizados por uma historiografia política tradicional.

Por conseguinte, faz-se necessário refletirmos acerca do método histórico aqui empregado. E, neste quesito, evocamos o pensamento de John Gaddis, expresso no livro *Paisagens da História* (2002), no qual o autor suscita a problemática de como a consciência histórica tornou-se importante na atualidade, e como esta nos auxilia no processo de conhecimento do passado, uma vez que somos estudiosos daquilo que passou, logo, temos, dentre inúmeras funções, a de representar algo que jamais se repetirá. Por isso, o ato de construir representações que estão inerentes à escrita da história envolve uma confluência de técnicas e métodos que continuam em processo de construção.

Para Gaddis, o passado é análogo à paisagem, e nessa perspectiva, a história é o modo como o representamos no presente. Somos o viajante no topo da montanha contemplando o horizonte nebuloso e longínquo. Somos aqueles que, no afã do ofício, temos a pretensão de abarcar toda a paisagem à frente, todavia, nos vemos limitados pelo fator espaço-tempo. Mesmo assim, prosseguimos, com a certeza da função social e política da história na sociedade.

A partir dessa premissa, podemos concluir que este trabalho historiográfico é composto de representações daquilo que imaginamos pessoalmente ter acontecido, por meio do levantamento e aferição das fontes, a saber: os principais jornais de circulação da época: *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*; o Dossiê do Regime Militar que se encontra no Arquivo Eclesiástico; os documentos do Serviço Nacional de Informações

(SNI) e da Comissão da Verdade da Paraíba, e ampla revisão bibliográfica acerca do período. Em suma, são por meio desses documentos que almejamos realizar a reconstrução do passado. Pois, de acordo com Paul Veyne (2008, p. 18) a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos.

Por conseguinte, finalizamos esse conciso debate teórico-metodológico com referência ao pensamento de Giovanni Levi (2014, p. 02), o qual sintetiza o trabalho do historiador em três verbos: pesquisar, resumir e comunicar. Primeiro que, ao debruçarmos no ambiente dos arquivos, nos deparamos com uma infinidade de fontes e possibilidades de pesquisa. Logo, devemos ter a sensibilidade e o bom senso de selecionar aquilo que é relevante para o objeto de estudo demarcado. Em seguida, a sabedoria de resumir o essencial em poucas páginas, evitando-se a acumulação de palavras desnecessárias. E, por fim, comunicar o resultado da pesquisa da forma mais clara, aprazível e objetiva possível, tendo em mente o bem-estar do público leitor.

Assim sendo, o trabalho é composto por esta Introdução, por três capítulos e pelas considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado *O processo de abertura política do Regime Militar*, busca compreender a conjuntura de distensão política da Ditadura Militar, que se iniciou no governo de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e teve sua conclusão no mandato de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Durante esse interregno, almejamos analisar a relação entre a Igreja Católica e a Ditadura, tanto no âmbito nacional quanto nas peculiaridades decorridas no estado paraibano.

O segundo capítulo, intitulado *A atuação da Arquidiocese da Paraíba na Ditadura Militar*, tem por objetivo (re)apresentar um personagem de suma importância neste contexto histórico de transição democrática, que é o Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria Pires, porquanto ele significou um ponto fora da curva enquanto líder da Igreja, se compararmos com o comportamento dos Arcebispos paraibanos que o antecederam.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado *A luta da Igreja Católica pelos Direitos Humanos na Ditadura Militar*, visa identificar a atuação do movimento eclesial em prol da defesa da dignidade da pessoa humana, a qual estava sendo violada pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, insurgiram líderes religiosos como, Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom José Maria Pires, que se mobilizaram politicamente em direção à redemocratização do país e ao retorno de um Estado Democrático de Direito.

Em relação à metodologia aplicada, nós utilizamos os seguintes passos: ampla revisão bibliográfica acerca do período; análise dos jornais paraibanos da época, em especial, *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*; análise da documentação do Serviço Nacional de Inteligência, disponível no Arquivo Nacional e análise da documentação do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

CAPÍTULO I - O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA DO REGIME MILITAR

1.1 A distensão política no âmbito nacional

O processo de distensão política da Ditadura Militar se iniciou no governo de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e teve sua conclusão no mandato de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985)⁶. Durante esse interregno, buscamos identificar a relação de diálogo e, em certos momentos, confronto entre a instituição Igreja Católica e a Ditadura Militar, tanto no âmbito nacional, de forma mais genérica, quanto em sua peculiaridade no estado da Paraíba, como foco do trabalho.

Mas antes de adentrar no objetivo central da pesquisa, faz-se necessário contextualizar a conjuntura da época. A princípio, é preciso dizer que a estabilidade conquistada pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974⁷, sobretudo em virtude do milagre econômico, corroborou para que o mandatário do executivo federal nomeasse com êxito o seu sucessor: o gaúcho Ernesto Geisel⁸.

Descendente de alemães, Geisel fez carreira militar, graduando-se na Escola Militar do Realengo, atualmente conhecida como Academia Militar das Agulhas Negras, no estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, ingressou na vida política com a assunção do General Humberto de Alencar Castelo Branco⁹ à presidência, que o nomeou naquela oportunidade para Chefe da Casa Militar do Governo¹⁰.

Considerado até então de linha moderada, Geisel integrava o grupo de militares castelistas, em contraponto ao grupo de militares da chamada linha-dura¹¹, de modo que

⁶ Para alguns analistas o processo de transição só se encerra ou com a promulgação da Constituição de 1988 ou com as eleições diretas para presidente em 1989.

⁷ O Governo Médici foi marcado pelo crescimento econômico que em certo sentido legitimou-o, mas também ficou conhecido como “os anos de chumbo”, devido à forte repressão aos opositores, com a prática de tortura como política de Estado, prisões, mortes e desaparecimentos políticos.

⁸ Nasceu em Bento Gonçalves, no dia 3 de agosto de 1907, e faleceu aos 89 anos, em virtude de um câncer generalizado, no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996.

⁹ Mandato presidencial: 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

¹⁰ Fonte: Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República, disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp. Consultado em 26 de dezembro de 2018.

¹¹ Essa diferença entre linha-dura e moderados, apesar de real, deve ser relativizada, principalmente no combate ao comunismo, pois com relação a esse tema, todos os militares eram portadores de uma “utopia autoritária. Ver FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Item: O Golpe).

combateu a candidatura do General Artur da Costa e Silva¹² à presidência. Ainda durante o governo de Castelo Branco, foi promovido à General do Exército e em seguida nomeado para Ministro do Superior Tribunal Militar.

Em seguida, com a chegada de Garrastazu Médici à Presidência, Geisel foi recrutado para presidir a empresa estatal Petrobrás enquanto seu irmão, o General Orlando Geisel, foi nomeado para o cargo de Ministro do Exército. Segundo consta na biografia de Ernesto Geisel, o apoio de seu irmão Orlando junto ao presidente Médici foi decisivo para a sua escolha como candidato do governo à eleição presidencial em 1974¹³.

Dessa forma, a chapa de Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, como vice, saiu vitoriosa com 400 votos no colégio eleitoral – Congresso Nacional –, derrotando assim a chapa oposicionista do MDB¹⁴ composta por Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, que conseguiram obter apenas 76 votos.¹⁵

Apesar do resultado presidencial, a eleição legislativa de 1974 expressou o fortalecimento das oposições à Ditadura Militar, uma vez que significou a retomada de articulações políticas da sociedade civil. A vitória do único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), chamado de “oposição consentida”, foi o primeiro grande evento de manifestação contra o Regime político vigente desde as famosas manifestações estudantis de 1968. (SADER, 1988, p. 43)

No tocante à eleição para governador, todos os 22 estados elegeram políticos da ARENA, o que já era previsível, uma vez que a escolha dos ocupantes para esse cargo específico acontecia de forma indireta. Mas o resultado das eleições legislativas para o Congresso Nacional foi inesperado. No Senado, o MDB conseguiu emplacar 16 senadores enquanto a ARENA, apenas 6.

¹² Apesar da oposição dos castelistas, Costa e Silva conseguiu o apoio necessário entre os militares e tornou-se o 27º Presidente do Brasil, durante o período de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969. Não chegou a completar o mandato, pois foi acometido de um derrame cerebral que o levou à óbito. Então, concluiu o seu mandato uma Junta Militar composta por três Ministros militares: o General Aurélio de Lira Tavares, Ministro do Exército; Almirante Augusto Rademaker, Ministro da Marinha; e Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, Ministro da Aeronáutica. Para mais informações, ver a biografia de Ernesto Geisel presente no *Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República*, disponível no link: <https://educacao.uol.com.br/biografias/ernesto-geisel.jhtm>. Consultado em 26 de dezembro de 2019.

¹³ Para mais informações ver o material disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/ernesto-geisel-10>. Consultado em: 26 de dezembro de 2018. Além do livro: ERNESTO Geisel / Organizadores Maria Celina D'Araújo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997. 494p;

¹⁴ A candidatura da oposição projetada como uma anticandidatura, foi apenas para marcar posição contra a ditadura, já que não tinha nenhuma chance de vitória.

¹⁵ *Jornal Folha de São Paulo*, 16 de janeiro de 1974. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Consultado em 26 de dezembro de 2018.

Em relação à bancada da Câmara dos Deputados, das 364 vagas em disputa, a ARENA conseguiu ficar na frente com 203 cadeiras ao passo que o MDB elegeu 161 filiados.¹⁶

Ainda no âmbito federal, a eleição à Presidência da República do General Ernesto Geisel, que tomou posse em 15 de março de 1974, representou uma mudança em comparação com os chefes militares que o antecederam, a saber, Costa e Silva e Garrastazu Médici, pois estes eram partidários da linha-dura, enquanto Geisel pertencia à linha moderada.

E, considerando que o seu antecessor, Médici, cometeu excessos na política de repressão à luta armada, com a consequente autonomização dos aparelhos de segurança, tornando-o alvo de críticas cada vez mais acentuadas em relação às violações dos direitos humanos no país, Geisel, ao tomar posse da presidência, se deparou diante da seguinte escolha: aceitar uma abertura política ou promover uma radicalização fascizante. (LAMOUNIER, 1988, p. 110)

Adotando o primeiro caminho, o novo governo buscou recuperar a credibilidade dos mecanismos representativos como sendo uma das mais importantes estratégias dentro do processo de liberalização. Desta forma, uma das primeiras medidas anunciadas pelo Presidente Ernesto Geisel, no início de seu mandato, foi o programa de abertura política do Regime, que visava transferir o comando da nação de volta para os civis, de forma *lenta, gradual e segura*.¹⁷

Contudo, esse projeto do governo sofreu uma forte resistência dentro da cúpula militar, também composta por membros do grupo da linha-dura. Talvez por esse motivo é que Geisel tenha conseguido materializar durante o seu mandato apenas a distensão da Ditadura, ou seja, a atenuação do rigor militar, e a abertura de fato tenha ficado sob a incumbência de seu sucessor, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo¹⁸.

¹⁶ Banco de dados disponível, respectivamente, no site do Senado Federal e no site da Fundação Getúlio Vargas: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo> e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Consultados em 08 de janeiro de 2019.

¹⁷Sobre o tema ver: SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁸Fonte oficial do governo disponibilizada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/biografia>. Consultado em 26 de dezembro de 2018.

No tocante às fontes hemerográficas, os periódicos *A União*¹⁹, *O Norte*²⁰ e *Correio da Paraíba*²¹, tornaram-se importantes instrumentos de pesquisa na busca pela reconstrução da história e da memória do período ora analisado. A princípio, pontuo que a imprensa paraibana apresenta um vasto material documental sobre a conjuntura política da época.²²

O jornal *O Norte*, datada de 01 de janeiro de 1975, apresenta a manchete: **74 – O ano da inflação e do MDB**. A notícia assinada pela equipe editorial está posta num local de destaque e ocupa toda a folha direita. Tal disposição visa atrair o leitor para relembrar os fatos marcantes que ocorreram no ano anterior, 1974. Segue a transcrição de um trecho:

A investidura do general Ernesto Geisel na Presidência da República, a vitória considerada imprevista do MDB nas eleições de 15 de novembro, o início da construção da hidrelétrica de Itaipu, a derrota do Brasil na Copa do Mundo, foram alguns dos fatos que marcaram a passagem do ano de 1974. O lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, delineou os objetivos econômicos e sociais a serem conquistados até o fim da década ao lado de outras realizações relevantes como a inauguração da Transamazônica e a Ponte Presidente Costa e Silva. (...) O MDB, cuja vitória se deveu à defesa de teses do interesse popular, principalmente pelo elevado custo de vida, passará a ter 165 cadeiras das 87 atuais na Câmara e a 20 dos sete lugares no Senado. A subida vertiginosa do custo de vida, inflacionando os preços a níveis considerados surpreendentes, marcou o ano de 1974. (*O Norte*, 01/01/1975)

¹⁹ *A União* é um jornal do estado paraibano, com sede em João Pessoa. Fundado em 02 de fevereiro de 1893, pelo presidente da Província, Álvaro Machado, permanece até hoje em circulação. Surgiu como órgão do Partido Republicano e, posteriormente, foi incorporado ao estado. Sobre a Imprensa da Paraíba, ver o texto da jornalista Fátima Araújo, disponível em: <http://www.ihgp.net/pb500p.htm>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.

²⁰ *O Norte* era um jornal da cidade de João Pessoa, fundado pelos irmãos Oscar Soares e Orris Eugênio Soares, em 07 de maio de 1908. Posteriormente, foi adquirido por Assis Chateaubriand, em 1954, e, desde então, pertenceu à empresa Diários Associados. O jornal saiu de circulação no dia 01 de fevereiro de 2012. Para mais informações, ver: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/um-dos-jornais-mais-antigos-do-pais-sai-de-circulacao-na-paraiba/n1597610121962.html>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.

²¹ *O Correio da Paraíba* é um jornal diário paraibano, com sede em João Pessoa. Fundado em 05 de agosto de 1953, por Teotônio Neto. Atualmente, pertence ao Sistema Correio de Comunicação do político e empresário, Roberto Cavalcanti Ribeiro. Com 65 anos de história, o periódico lidera o mercado editorial impresso. Para mais informações, ver: <https://correiodaparaiba.com.br/>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.

²² No jornal *A União*, por exemplo, o então governador do estado, Ernani Aires Sátyro e Sousa, assinava uma coluna aos domingos em que escrevia sobretudo acerca da vida política na região, entre outros temas avulsos. Dentre os periódicos consultados, *A União* talvez seja o mais relevante para a pesquisa, porquanto a temática política aparece com maior frequência, em virtude de ser o veículo porta-voz do estado.

Outro fato bastante divulgado pela imprensa da época foi o projeto de distensão política anunciado pelo Presidente Ernesto Geisel. Vamos ver adiante a opinião dos senadores paraibanos Ruy Carneiro, do MDB, e Milton Cabral, da ARENA, sobre esse programa de governo. O título da notícia é: **Ruy afirma não ter dúvida de que Geisel quer a democracia.**

O pronunciamento de ano novo do Presidente Ernesto Geisel revela, antes de tudo, a personalidade de um militar de vocação nitidamente democrática desejoso de levar a paz e a harmonia a todos os brasileiros – assim se pronunciou o senador Ruy Carneiro, sobre a fala presidencial do dia 30 último. O dirigente do MDB paraibano acrescentou que não tem mais dúvida de que o Governo deseja, efetivamente, o retorno à plenitude democrática e “para isso conta com o apoio e a colaboração de todos os partidos e da consciência livre do povo brasileiro”. (...)

MILTON CABRAL

O senador Milton Cabral disse, ontem, em Brasília, que a gradual, mas progressiva distensão política está muito mais nas mãos do MDB que nas da Arena. “Se o Partido da Oposição se colocar à altura do papel que o destino lhe reservou, por certo haveremos de chegar ao ideal mais cedo do que os próprios opositoristas supõem”, acrescentou o senador campinense. O sr. Milton Cabral disse, contudo, que se a Oposição preferir outros caminhos, por certo os opositoristas esbarrarão na mesma inflexibilidade com a qual o Governo persegue os caminhos da normalidade. O pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel revelou muita preocupação com o homem. A criação do conselho de desenvolvimento político é uma preocupação da qual o homem é o beneficiário direto – concluiu o senador Milton Cabral. (*O Norte*, 03/01/1975)²³

No tocante ao senador emedebista, Ruy Carneiro, é importante frisar que sua fala não representa o pensamento majoritário dos membros do MDB, apesar de ser o dirigente estadual da sigla. Isso se deve à história da entrada de Ruy Carneiro na oposição, em 1964. Pois bem, aqui faço um adendo para mencionar um relato pessoal: na época da Graduação, quando fiz parte do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), pude analisar os jornais paraibanos da década de 1960 e, naquela oportunidade, fiquei a par das brigas entre os políticos locais divulgados pela imprensa.

²³É comum encontrarmos nas notícias erros de ortografia e falta de padronização na grafia dos nomes de políticos. Diante disso, optei por transcrever o texto original da mesma forma que está apresentado nos periódicos.

Dentre os personagens que figuravam com maior frequência nas manchetes do jornal *A União*, estava o senhor Ruy Carneiro, amigo pessoal do Presidente Castelo Branco e, portanto, alinhado aos ideais da “Revolução”. Mas, por uma desavença com outro político da ARENA no estado, Carneiro saiu desse partido e foi convidado pelo então Presidente a se filiar ao MDB, destarte, poderia realizar seu desejo de ser cabeça de chapa na próxima eleição legislativa, assim como ajudar o novo governo no Congresso Nacional. Então, no fundo, podemos considerar que Ruy Carneiro era um arenista filiado ao partido da oposição.

Dando prosseguimento à temática da distensão, o Presidente nacional da ARENA, Petrônio Portela, ao conceder uma entrevista em Brasília comentou com entusiasmo esse processo de liberalização do regime. A manchete é: **Petrônio Portela exalta processo de distensão política no Brasil.**

O presidente da Arena, senador Petrônio Portella, disse ontem a um grupo de jornalistas que o processo de distensão política por que passa o país, com fortalecimento das agremiações partidárias, com instrumentos eficazes na conquista de posição de Governo, é uma indicação das mais válidas de estar se promovendo a renovação e a dinamização da atividade político-partidária. No que diz respeito ao seu partido, observou o senador que o encontro do general Geisel com o dirigente da Arena jovem gaúcha, o estudante Orlando Amaral Ribeiro, reflete a disposição de uma perfeita integração entre Governo e partido, inclusive, com setores mais jovens. A mocidade precisa ser estimulada – frisou – pelo muito que pode vir a oferecer no futuro para o fortalecimento partidário. (*O Norte*, 14/03/1975)

Ainda sobre o governo de Ernesto Geisel, o General Ednardo D’Ávila Melo, Comandante do II Exército, em entrevista à imprensa informou que está às ordens do Presidente. A manchete do jornal é a seguinte: **D’Ávila diz que todo o Exército está com Geisel.**

São Paulo – O comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, assegurou ontem que não existem setores no Exército Nacional contrários à voz do presidente da República e as acusações nesse sentido não passam de mentirosas porque o nosso Exército é um só, coeso, e está às ordens de seu ministro e do presidente Ernesto Geisel em quem confia e tem confiança. (...) [em pronunciamento dirigido aos jovens soldados declarou].

– Meus camaradas – iniciou o general Ednardo D’Ávila Melo – soldados do II Exército, vou falar a vocês o que aconteceu na época da Revolução de 1964, quando todos ainda eram garotos e, portanto, não podiam, naquele momento avaliar os acontecimentos. A melhor maneira de mostrar-lhes o que era o Brasil antes 1964 é contar o que presenciei no Nordeste quando comandava na Paraíba o 15º Regimento de Infantaria, sediado na Capital, João Pessoa.

“São fatos que, comentados, parecem mentiras, mas pude presenciar e avaliar. Mais de uma vez a Sudene foi cercada por grupos de lavradores armados de foices, que formavam as chamadas ligas camponesas, impedindo o trabalho dos funcionários daquele importante órgão, sob as vistas do então Governador, que era comunista e hoje está na Europa, chefiando campanha contra o Brasil” [suspeito que o General se referia ao ex-governador da Paraíba, Pedro Gondim].

“Os subversivos faziam alguns populares descerem de seus carros e intimidando-os com foices, obrigavam-nos a gritar viva Cuba, contra suas vontades. As ligas camponesas invadiam as propriedades daqueles que não participavam de seus movimentos, destruindo suas plantações”.
(*O Norte*, 01/04/1975)²⁴

No dia seguinte a essa notícia, o referido jornal publicou uma declaração do Deputado Federal Antônio Mariz (PB), da ARENA, semelhante à opinião anteriormente mencionada dos senadores Milton Cabral e Ruy Carneiro. O título era: **Mariz acredita na distensão e na reabertura.**

O deputado federal Antônio Mariz declarou, ontem, que acredita nos propósitos do Presidente Ernesto Geisel de conduzir o país à distensão política lenta e gradual, conforme prometeu à nação no seu discurso de posse, há um ano.

– Uma prova de que o General Geisel deseja a distensão e a reabertura foi o seu pronunciamento logo após as eleições de março, quando teve oportunidade de exaltar o pronunciamento do povo brasileiro nas urnas, a 15 de novembro – acrescentou o deputado Antônio Mariz. (*O Norte*, 02/04/1975)

No mês seguinte, novamente, o tema da distensão volta a ser mencionado no jornal. Desta vez, o líder do Movimento Democrático Brasileiro no Senado Federal, Franco Matoro, comenta a conjuntura política da época. O título aparece como: **MDB prepara mensagem para apressar distensão.**

²⁴ Sobre a atuação das ligas camponesas na Paraíba, há versões na historiografia que contradizem a fala do General Ednardo D’Ávila de Melo. Todavia, como esse episódio foge da temática e do recorte temporal da presente pesquisa, optei por não me aprofundar no debate.

São Paulo – O líder do MDB no Senado, senador Franco Matoro, disse ontem que apresentará dentro de dez dias uma mensagem mostrando os pontos de conciliação entre o Governo e a Oposição. Alguns destes pontos já foram apresentados pelo presidente Ernesto Geisel, mas não foram devidamente analisados, afirmou.

- A visão do desenvolvimento social e não só político que o Presidente da República apresentou em suas últimas mensagens devem ser analisadas profundamente. O Presidente merece aplausos, pois enquanto alguns se apegam à discussão de pequenos temas, ele se preocupa com os objetivos maiores.

“Existem alguns aspectos globais, que ensejam quase uma reforma completa da Constituição”, disse o senador, acrescentando: “Ao lado disto, também apresentaremos alguns aspectos que poderão auxiliar o processo de distensão gradual. Diante destes, o que considero mais importante é o que diz respeito ao retorno do habeas-corpus no Brasil em toda sua amplitude”. (*O Norte*, 03/05/1975)

Conforme se pode observar, a distensão política do Regime Militar é um assunto recorrente na imprensa paraibana, em virtude de sua relevância social para o período, e histórica, para nós que a escrevemos cerca de 40 anos depois de ter acontecido. Transcrevo mais uma notícia sobre a distensão, só que dessa vez com um olhar que registra a presença de pessoas contrárias ao movimento de abertura. O título da manchete é a seguinte: **Deputado diz que os servís e frustrados boicotam a distensão.**

Brasília – “O processo de distensão instaurado e conduzido com zelo e patriotismo pelo Presidente Geisel tem sido motivo de sabotagem por parte dos frustrados, dos servís e dos radicais, razão por que os políticos que representam as tendências democráticas amplamente majoritárias no país, precisam manter vigilância constante, posição de firmeza e alta capacidade de tolerância”, declarou Siqueira Campos, arenista de Goiás.

É estranho – acentuou Siqueira Campos – esse comportamento de alguns líderes que desejam, a pulso, fazer do presidente Geisel um ditador. O eminente chefe do Governo vem repetindo constantemente o apelo que fez em sua posse aos políticos, no sentido de utilizarmos a imaginação criadora para edificação de sociedade justa, progressista e democrática. No entanto, basta que haja uma versão estampada nos jornais, mesmo oriunda de fontes desconhecidas, em que o Presidente Geisel apareça como pessoalmente contrário a adoção de certas medidas, para que o assunto se torne proibido no congresso. (*O Norte*, 04/05/1975)

É importante salientar que o programa de abertura política não pode ser confundido com a implementação de um projeto democrático de fato, porquanto o processo de distensão do Regime, concebido pelos Generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, foi uma solução autoritária encontrada para manter a oposição longe do Poder Executivo. Segundo a historiadora Heloísa Starling²⁵, o objetivo era assegurar que a alternância no poder se realizasse de forma tutelada pelos militares, restrita aos círculos civis aliados, sem risco de solavancos institucionais.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 186), o governo almejava realizar a distensão política em etapas bem planejadas, conforme a seguinte ordem: suspensão parcial da censura, negociações com os setores da oposição, reforma eleitoral, revogação das medidas coercitivas – como os Atos Institucionais –, para só assim reestabelecer o Estado civil.

Para Bolívar Lamounier, o processo de abertura política, iniciado em 1974, foi constituído por um núcleo de *senior officers*, fortemente identificado com a organização militar. A descompressão política ficou caracterizada pela agregação de pressões via eleitoral, a partir da qual se formou uma oposição significativa ao sistema em vigor. Segundo Lamounier (1988, p. 87):

A pressão representada pelas eleições de 1974 conflitou, em parte, com o projeto talvez excessivamente cauteloso e hesitante do chamado grupo Geisel, mas ao mesmo tempo reforçou-o contra outros setores militares e civis contrários a toda e qualquer liberalização. Finalmente, o projeto de abertura incluía, desde o início, a intenção de revalorizar a arena eleitoral e o papel dos políticos civis. Embora os resultados de 1974, dada a magnitude da votação oposicionista para o Senado, tenham, sem dúvida, assustado parte dos militares, pode-se afirmar que o retorno a eleições mais competitivas, da mesma forma que a uma imprensa mais autônoma, era desde o início um ingrediente importante do plano de descompressão.

Para o autor, a revalorização do mecanismo eleitoral era compatível, na ótica do grupo dominante, com o extremo gradualismo que desejavam imprimir ao processo de liberalização. Ademais, as eleições funcionariam como uma legitimação processual da transição, considerando que a recuperação da credibilidade do calendário eleitoral foi

²⁵Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/a-sede-dos-poroos-da-ditadura-era-o-planalto-diz-historiadora/>. Consultado em: 12 de julho de 2018.

definida como uma peça fundamental dentro da estratégia global de normalização institucional. (LAMOUNIER, 1988, p. 101)

Indubitavelmente, o plano era substituir de maneira gradual a coerção da Ditadura Militar por um governo civil de viés autoritário. A título de ratificação, o Presidente Geisel declarou, em 1977, que o propósito era garantir uma “Democracia relativa”. Não obstante, os militares fracassaram no seu programa de superar a Ditadura por meio de uma ordem autoritária, por várias razões, dentre as quais Starling destaca:

A mais evidente: **eles perderam o trunfo da economia**. A outra razão: **as forças de oposição se organizaram num amplo arco oposicionista que fincou raízes no interior da sociedade civil** e alterou o ritmo, a forma e a linguagem do enfrentamento político com a ditadura. **O engajamento das oposições foi expresso num único slogan, “Pelas liberdades democráticas”**. Não se tratava mais de “derrubar a ditadura”, como pretenderam fazer as organizações revolucionárias de luta armada durante a década de 1960, e sim de “derrotar a ditadura”, deslocando a ênfase da movimentação oposicionista para a ocupação dos caminhos legais disponíveis de atuação política. Foi a partir desse giro que os brasileiros começaram a definir como seria o caminho para reimplantar a democracia no Brasil e a reconhecê-la de outra maneira²⁶. **(grifos nossos)**²⁷

Segundo Jarbas Passarinho, então Senador do Pará pela ARENA, o projeto de distensão política também tinha por finalidade fragmentar os segmentos de oposição que até o momento estavam concentrados no único partido que fazia frente ao governo militar, mesmo que de forma consentida, o MDB. Conforme Passarinho: “a própria agenda da distensão livrava o governo de receios em relação ao retorno dos líderes populares derrotados em 1964. A anistia se combinaria com o restabelecimento do pluralismo partidário, com o objetivo de fracionar o MDB”. (apud LEMOS, 2002, p. 294).

Se fizermos um balanço do penúltimo governo da Ditadura brasileira, vamos verificar que o presidente Ernesto Geisel conseguiu dar passos importantes em direção à abertura do regime político, como por exemplos: a revogação dos dezessete Atos Institucionais decretados durante o Regime de Exceção, a realização da reforma da Lei de Segurança Nacional e a proeza de ter feito um sucessor que levasse adiante o projeto

²⁶Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/neumann/a-sede-dos-poro-es-da-ditadura-era-o-planalto-diz-historiadora/>. Consultado em: 12 de julho de 2018.

²⁷Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/ernesto-geisel.jhtm>. Consultado em 26 de dezembro de 2019.

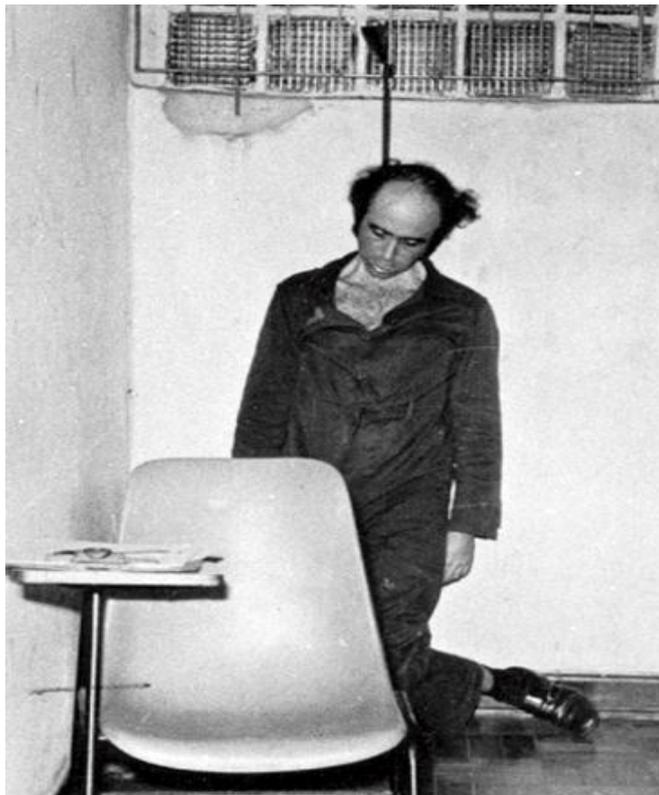
de abertura política que havia iniciado. Todas essas medidas adotadas no governo Geisel corroboraram para um certo abrandamento da Ditadura Militar. (CARVALHO, 1989, p. 137)

Todavia, apesar dos crimes cometidos contra os civis terem diminuído se comparado com o governo anterior de Emílio Garrastazu Médici, eles persistiram. Em 1975, houve uma grande perseguição política aos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acusados pelos órgãos de informação de terem, com sua militância, influenciado na vitória do MDB nas eleições de 1974. Nesse aspecto, vale lembrar que naquele período tivemos os casos das prisões e mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho, em 1976.

Esse ambiente de forte oposição, agravou-se demasiadamente com a notícia da morte do jornalista Vladimir Herzog, vulgo Vlado, morto no DOI-CODI²⁸ (SP), em 25 de outubro de 1975. O Regime apresentou uma versão de que teria sido suicídio, hoje completamente inverossímil e refutada.²⁹

²⁸Departamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna. O DOI-CODI foi o principal órgão da repressão, ligado ao governo militar, responsável por atos de torturas, mortes e demais violências praticadas contra os prisioneiros políticos durante o período.

²⁹Em virtude desse caso, em 15 de março de 2018, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, por unanimidade de seus membros. A Corte considerou que o crime praticado contra Vladimir Herzog é tipificado como um crime contra a humanidade, conforme definido pelo Direito Internacional. Logo, o órgão colegiado determinou a reabertura das investigações para identificar, processar e, caso seja pertinente, condenar os autores pela tortura e morte do jornalista, mesmo após terem se passado cerca de 43 anos do ocorrido. Ademais, a Corte entendeu que houve violação do direito de conhecer a verdade pela família do jornalista, uma vez que os militares alegaram que Vlado cometeu suicídio nas dependências do DOI-CODI. Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/07/30/mpf-reabre-investigacoes-do-caso-vladimir-herzog-apos-brasil-ser-responsabilizado-pela-oea.ghtml>. Consultado em: 27 de dezembro de 2018.



Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, em fevereiro deste ano, Silvaldo Leung, fotógrafo da imagem em que o jornalista aparece enforcado em uma sala do DOI-Codi, alegou que a cena foi forjada.

Herzog, que na época era diretor da TV Cultura, foi morto por militares da Ditadura após se apresentar espontaneamente para prestar esclarecimentos acerca de uma suposta ligação com o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Contudo, a versão oficial divulgada pelo Governo foi de que o referido jornalista teria cometido suicídio ao se enforcar com um cinto. Mas conforme podemos observar na imagem acima, tal fato seria impossível de ter acontecido segundo a versão oficial, pois a altura da grade era baixa, inviabilizando assim qualquer tentativa de suicídio por enforcamento.

No funeral de Herzog, houve um grande encontro religioso realizado na Catedral da Sé (SP), em memória do jornalista vítima da repressão, o qual contou com a participação de mais de oito mil pessoas. Esse acontecimento, somado ao caso do operário Manuel Fiel Filho, morto em condição análoga à de Herzog, exerceram um enorme impacto na sociedade civil, que passou a organizar-se para fazer pressão contra o governo militar. Segundo a historiadora Heloísa Starling:

O culto ecumênico em memória de Herzog foi o marco a partir do qual a sociedade recuperou seu acesso ao espaço público e as forças de oposição começaram a formar um amplo arco de alianças para dar combate à ditadura. O núcleo aglutinador da aliança oposicionista era a exigência de retorno ao Estado de Direito e a reivindicação dos direitos de cidadania e, dali em diante, as oposições iriam avançar persistentemente no rumo da retomada democrática – e não na direção do projeto de abertura controlada proposto pelos generais. E demorou 11 anos contados a partir da realização do culto até que o último general da ditadura deixasse o palácio do Planalto³⁰.

É importante salientar que até o início do ano de 2018, o então Governo de Ernesto Geisel era tido pela historiografia como adepto da linha moderada, se comparado com o período dos anos de chumbo de seu antecessor, Garrastazu Médici. Todavia, em maio do ano passado, um documento abriu as feridas do passado, e os militares passaram a ser destaques na imprensa nacional.

Refiro-me à descoberta do historiador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas, que divulgou um documento da Central Intelligence Agency – CIA/USA, acerca de uma reunião que aconteceu em março de 1974, com a presença do Presidente Ernesto Geisel, e de três assessores, dentre os quais estava o General João Baptista Figueiredo, nomeado por Geisel para presidir o Serviço Nacional de Inteligência – SNI.³¹

Segundo o pesquisador, este foi o documento mais perturbador que já leu em vinte anos de pesquisa. Pois o teor da conversa era a informação de um grupo de assessores para o Presidente sobre a execução sumária de 104 pessoas no CIE durante o Governo Médici, e a solicitação de autorização para continuar com a política de extermínio dos opositores no novo Governo, que é deferido prontamente por Geisel, com a imposição de duas condições: primeiro, deveriam ser executados “apenas subversivos perigosos”; segundo, o CIE não mataria a esmo, porquanto o Palácio do Planalto, na figura do General Figueiredo, teria que aprovar cada decisão de extermínio, caso a caso.³²

Em suma, o que o documento significa para a história da Ditadura Militar brasileira? A dura constatação do envolvimento da alta cúpula do Regime Militar (Ernesto Geisel e João Figueiredo) com a política de assassinato dos opositores políticos. Esse

³⁰Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/a-sede-dos-poroes-da-ditadura-era-o-planalto-diz-historiadora>. Consultado em 12 de julho de 2018.

³¹Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730>. Consultado em 28 de dezembro de 2018.

³²Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>. Consultado em 28 de dezembro de 2018.

documento recém-publicado foi redigido em 11 de abril de 1974, por William Colby, diretor da CIA à época, e endereçado a Henry Kissinger, então Secretário de Estado dos Estados Unidos. Kissinger era responsável por montar uma política de aproximação diplomática com o Presidente Ernesto Geisel.

Em consequência a publicação do memorando, houve uma grande repercussão na imprensa brasileira sobre esse episódio até então desconhecido da nossa história. Para a historiadora Heloísa Starling (UFMG), a revelação do documento da CIA “põe fim ao mito de que torturas e execuções em delegacias e quartéis no regime militar dependiam da exclusiva iniciativa de oficiais e delegados”.³³

Em relação à marca deixada pelo governo Geisel, podemos dizer que a tentativa de implementar um sistema democrático, de viés autoritário, no país, tenha sido a mais difundida no âmbito da historiografia sobre o seu mandato. Além disso, o binômio desenvolvimento e segurança, criado pela Escola Superior de Guerra (ESG), foi mantido durante sua gestão, assim como a política econômica de vertente intervencionista, porquanto fazia parte do processo de distensão moderada³⁴.

E foi em nome desse projeto político que tivemos mudanças significativas neste período, como: a permissão para fazer propaganda eleitoral, a qual estava proibida desde 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº5, fato esse que corroborou para a vitória expressiva do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB; o fim da censura prévia aos jornais; expiração do prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo Ato Institucional nº1, gerando assim a volta à cena pública de políticos como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Em contrapartida a tais avanços, tivemos recuos autoritários do governo, como: a repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); a aplicação de medidas previstas no AI-5; os assassinatos de civis; os confrontos entre o governo e os militares que se opuseram ao processo de distensão política; a relação conturbada entre o governo e os membros da Igreja Católica de vertente progressista, a título de exemplo, houve o sequestro do bispo de Nova Iguaçu (RJ) e o assassinato do padre João Bosco Burnier, em

³³Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/neumann/a-sede-dos-poro-es-da-ditadura-era-o-planalto-diz-historiadora/>. Consultado em 12 de julho de 2018. Ver também a notícia: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/08/eua-sabiam-ja-nos-anos-1960-de-tortura-no-regime-militar-mostram-documentos.shtml?utm_source=facebo. Consultado em 28 de dezembro de 2018.

³⁴ Fonte: Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República, disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp. Consultado em 26 de dezembro de 2018.

Mato Grosso, ambos ocorridos em 1976, devido ao envolvimento dos clérigos na formação de Comunidades Eclesiais de Base³⁵ – CEBs.

Nesse mesmo ano, foi publicada a Lei Falcão cuja finalidade era alterar a propaganda eleitoral para beneficiar os políticos da situação. A lei recebeu o nome de Falcão por ter sido criada, em 01 de julho de 1976, pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão.

O Ministro a elaborou com o intuito de garantir a vitória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), evitar o debate político e tentar deter a expansão do partido de oposição, MDB, que havia conseguido o feito de eleger 16 senadores das 21 vagas disponíveis ao Senado Federal em 1974, além de um grande número de vereadores nas eleições municipais.³⁶

A Lei Falcão determinava que na propaganda eleitoral os partidos políticos se limitassem a fazer menção à legenda, ao número do candidato e ao seu currículo. Na televisão era permitido mostrar a foto do postulante ao cargo público, além de mencionar o local, a data e o horário do comício partidário.

No ano seguinte, em 1977, o fechamento do Congresso Nacional por 14 dias devido à não aprovação do projeto de reforma do Poder Judiciário encaminhado pelo Poder Executivo provocou uma instabilidade institucional. Isso só foi possível por causa do *Pacote de Abril*, que foi um conjunto de leis outorgadas³⁷ pelo Presidente Ernesto Geisel, dentre as quais previam: a suspensão temporária das atividades do Poder Legislativo da União; a criação da figura do senador biônico com o propósito de favorecer o governo; a manutenção das eleições indiretas para os cargos de presidente da república, governador de estado e prefeito de cidades em áreas consideradas de segurança nacional. Além disso, o Pacote estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos de duração.³⁸

³⁵São comunidades ligadas à Igreja Católica e inspiradas pela Teologia da Libertação, compostas sobretudo por membros de classes populares insatisfeitos com a realidade social. As CEBs têm por objetivo articular a leitura bíblica com a prática social, e, a partir dessa reflexão, ajudar a criar movimentos civis com o propósito de organizar sua luta, principalmente a favor do movimento operário e da terra, por meio de organizações sindicais e associações de moradores. Para mais informações ver: Frei Betto: **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981 e OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. “CEB: unidade estruturante da Igreja” in BOFF, Clodovis et al. **As Comunidades de Base em questão**. São Paulo: Paulinas, 1997.

³⁶Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/07/03/lei-falcao-faz-30-anos>. Consultado em 27 de dezembro de 2018.

³⁷ Em 13 de abril de 1977.

³⁸ Para mais informações sobre a história da Justiça Eleitoral, ver o site do Tribunal Superior Eleitoral em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/o-tse>. Consultado em 27 de dezembro de 2018.

Em linhas gerais, o Pacote de Abril almejou beneficiar o partido da situação, ARENA, que havia perdido uma parte expressiva de sua bancada na última eleição para a Câmara e o Senado Federal, em 1974. Portanto, a mudança no rito eleitoral previsto no Pacote buscava inverter o quadro político para a próxima eleição, que aconteceria no ano seguinte, em 1978. (SKIDMORE, 1988, p. 143)

A alcunha *Pacote de Abril* foi dada pela imprensa da época. Em virtude das alterações na Constituição que foram feitas pelo conjunto de leis do executivo, o pacote recebeu também outro apelido “A Constituinte do Alvorada”, em referência à sede oficial do Presidente da República, porquanto as medidas legislativas tinham sido elaboradas sem a participação dos membros do Congresso Nacional, mas sim pelo chefe do Poder Executivo.

Desse episódio, insurgiram contestações à postura do presidente Ernesto Geisel, uma vez que usurpou a competência de outro poder da República. Logo, podemos inferir que apesar do projeto progressista de abertura política, o governo federal flertava em certas ocasiões com ações autoritárias que iam de encontro à agenda política da distensão.

Na prática, o pleito de 1978 iria renovar dois terços dos parlamentares do Senado Federal por meio de eleições diretas. Mas com a entrada da figura do senador biônico, um terço dos senadores passaram a ser referendados pelo voto indireto do Colégio eleitoral³⁹ após indicação do nome pelo presidente da República, enquanto o outro terço se manteve como sendo do resultado das urnas. Dessa forma, o governo garantiu a maioria da ARENA na Câmara Alta do Congresso Nacional (SADDI, 2003, p. 90).

Ainda em 1977, tivemos outros fatos marcantes na vida política do país, como a exoneração do Ministro do Exército, General Sílvio Frota⁴⁰, pelo presidente Geisel. Segundo consta na biografia de Frota, ele era um anticomunista extremista e representante da chamada linha-dura do Exército. Sua candidatura à sucessão presidencial de Geisel era articulada por setores militares opostos à agenda da abertura. Após uma crise na cúpula do governo, o presidente o exonerou em 12 de outubro daquele ano. Tal episódio gerou reação dos chefes militares que apoiavam o General Sílvio Frota, dentre os quais destaco: o Marechal Odílio Denys, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Márcio de

³⁹Composto em sua maioria por arenistas: membros das Assembleias Legislativas estaduais e delegados das Câmaras Municipais.

⁴⁰Sobre a trajetória do General, ver: FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

Sousa Melo. Estava nítido a fissura no governo Geisel entre os militares pró-distensão e os contra a abertura aos civis. (FROTA, 2006, p. 87)

Além dessa ruptura, o governo sentiu o abalo causado pela greve dos operários metalúrgicos sob a ascendente liderança do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, na grande região do ABC Paulista, a partir de maio de 1978. A greve consistiu numa série de manifestações operárias que marcaram o ressurgimento do movimento trabalhista brasileiro. Os principais motivos que geraram as paralisações foram o protesto à política de arrocho salarial somado à reivindicação por liberdade e autonomia sindical (SANDOVAL, 1994, p. 151).⁴¹

Após a greve em São Paulo, insurgiram mobilizações trabalhistas ao redor do país, arregimentando outras categorias profissionais ao movimento, como a de professores, de bancários e de estivadores. Esse período de 1978 a 1980 foi marcado por movimentos grevistas que resultaram na renovação do sindicalismo, caracterizado pela organização da classe trabalhadora que se desenvolveu alinhada às Comunidades Eclesiais de Base cuja rede também era composta por operários e associações comunitárias (SANDOVAL, 1994, p. 138).

Não durou muito tempo para que os trabalhadores entrassem em confronto com a Ditadura Militar⁴², porquanto uma de suas bandeiras era o retorno à democracia e à liberalização das instituições. E seguindo esse propósito de abertura política aos civis foram que os trabalhadores oriundos do movimento grevista de 1978 criaram o Partido dos Trabalhadores, na década de 1980, assim como os organismos sindicais: Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores (SANTANA, 2007, p. 289).

Dentro do contexto da distensão política, o movimento operário do ABC Paulista adotou uma postura mais militante juntamente com os jovens do movimento estudantil. De acordo com Sandoval (1994, p. 153), o confronto declarado entre os operários e o

⁴¹ Detalhes sobre a repercussão da greve e a história do movimento sindical ver: SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**. Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. **Brasil Republicano**, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 283-314; e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. **Brasil Republicano**, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-282.

⁴²Sobre o confronto entre os operários e o Estado, ver: ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

Estado brasileiro forçou outros setores da oposição, como a ala progressista da Igreja Católica e os políticos emedebistas a adotarem uma posição em relação à legitimidade das ações coletivas com que Estado os enfrentava.

Conquanto o governo frequentemente advertisse que a agitação dos trabalhadores poderia colocar em risco a abertura política, os sindicatos permaneceram atacando o regime por meio de lutas em prol de melhores condições econômicas para os trabalhadores. Ademais, durante o longo período de greve deflagrada pelos metalúrgicos do ABC, tanto a Igreja Católica quanto o MDB apoiaram a manifestação dos operários mesmo à revelia do Estado que a considerou ilegal (ANTUNES, 1992, p. 75).

Para Bolívar Lamounier (1988, p. 124), a importância dos movimentos da chamada sociedade civil – movimentos estudantis, religiosos, de associações profissionais, e, finalmente, sindicais – não foi tanto a de forçar o início da abertura política, mas sim a de ir aos poucos criando constrangimentos não formais, porém eficazes, ao exercício ditatorial do poder.

Em suma, o recrudescimento de movimentos oposicionistas fez parte do processo de distensão política⁴³, assim como a diminuição da censura estatal; a lenta desmontagem do aparelho repressivo – exemplo disso foi o abrandamento da Lei de Segurança Nacional; a revogação do Ato Institucional nº5 no final do governo Geisel; e a promulgação da Lei de Anistia em agosto de 1979, que proporcionou a volta de inúmeros exilados, tais como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Paulo Freire. A anistia do governo representou um marco importante em direção à abertura do regime político, mesmo que esta tenha sido parcial, pois também anistiou os torturadores e outros perpetradores da violação dos direitos humanos.

Neste período de flexibilização do regime político, temos registros da atuação de membros da Igreja Católica engajados na causa da Anistia, uma vez que o Governo anterior a Geisel, ficou marcado pela intensa repressão aos opositores, ocasionando num elevado número de mortes e presos políticos. Por essa razão, que o mandato do General Emílio Garrastazu Médici é conhecido na historiografia como *os anos de chumbo (1969-1974)*.

No caso da Igreja Católica, desde 1972, setores progressistas notabilizaram-se pela proteção a perseguidos políticos e denunciavam a violência do Estado em escala

⁴³ Além do sindical, o movimento estudantil também se notabilizou como força política de resistência nesta fase de transição democrática, sendo o primeiro movimento a sair às ruas em 1977. Para mais informações ver: GASPARI, Élio. **A ditadura acabada**. São Paulo: Intrínseca, 2016.

nacional e internacional. No Brasil, emergiram religiosos católicos que acolheram a causa da Anistia, dentre os quais destacaram-se: Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo; Dom Hélder Pessoa Câmara, em Pernambuco; Dom Aloísio Lorscheider, no Ceará; e, na Paraíba, a personificação dessa ação pastoral de resistência ficou a cargo do Arcebispo Dom José Maria Pires. E, a nível nacional, o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, tornou-se a maior referência da Igreja nessa causa, materializando sua ação pastoral em prol dos direitos humanos com a criação da Comissão de Justiça e Paz, em 1972.

Os membros dessa Comissão, liderados pelo Cardeal Evaristo Arns, trabalhavam dando apoio aos familiares de presos políticos, recebiam denúncias de torturas, visitavam os presídios para verificar a situação dos encarcerados. Em suma, colocavam em prática o modelo da Igreja Viva e das resoluções conciliares do Vaticano II.

Além da Igreja Católica, verificamos que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a imprensa alternativa, entre outras entidades foram fundamentais nesse processo de transição política, uma vez que se engajaram pela restituição das garantias constitucionais e pelas liberdades democráticas. (DUARTE, 2009, p. 40)

Para se ter dimensão do nível de repressão implantado no país, a Anistia Internacional apresentou dados em 1975 informando que mais de duas mil pessoas foram presas no Brasil apenas naquele ano. Foram muitas as denúncias documentadas que chegaram ao MFPA, entre 1975 e 1976, testemunhando que a tortura era utilizada sistematicamente nos presídios e nas delegacias do DOPS contra os opositores políticos do governo (ALVES, 1984, p. 203).

Diante desse cenário, em março de 1975, um grupo composto por dez mulheres⁴⁴, incluindo a ativista Therezinha Zerbini, redigiram um documento chamado “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da anistia”, no qual defendiam a anistia para os brasileiros que haviam sido alvos das ações do governo militar. Era a gênese do MFPA⁴⁵. Composto

⁴⁴ Entre as mulheres que participaram da criação do Movimento Feminino Pela Anistia, estavam: Eugênia Cristina, filha de Therezinha Zerbini, Lilá Galvão Figueiredo, artista plástica, que desenhou a logotipo do Movimento (uma pombinha), madre Cristina Sodré Doriá, Margarida Neves Fernandes, Virgínia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan e Ana Lobo, uma senhora cuja filha estava presa. Disponível em http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp. Consultado em 12 de maio de 2005, por DUARTE, 2009, p. 40.

⁴⁵ PAULA, Adriana das Graças de. Disponível em: [Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais](#)» (PDF). ANPHLAC. Consultado em 03 de agosto de 2016.

majoritariamente por mulheres que tiveram algum familiar vítima do regime de exceção, e que, posteriormente, conseguiram o apoio e adesão de grande parte da sociedade civil, destacando-se a participação de jornalistas, estudantes, religiosos, artistas e agentes políticos da oposição⁴⁶.

Na prática, as ações do MFPA se desenvolviam da seguinte forma: articulação com os núcleos estaduais e o partido da oposição (MDB); atuação conjunta com a Ala progressista da Igreja Católica; visitas a universidades para ministrar palestras, participar de conferências e debates; visitas a Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas; campanha de coleta de assinaturas para angariar apoio à causa do Movimento. Sobre esse último tópico, vale ressaltar que, apenas no ano de 1975, foram colhidas mais de 16 mil assinaturas em prol da promulgação da lei de anistia.

À medida que se acumulavam registros de prisões e banimentos, as mulheres, ou por manterem laços familiares com os atingidos, ou por sensibilidade e comprometimento político com a democracia, passaram a buscar uma alternativa coletiva para o dilema dos perseguidos políticos.

A partir disso, constatamos o estabelecimento de vínculos entre a sociedade civil e a Igreja Católica em prol da abertura política e da redemocratização, da luta pela Anistia, da defesa da liberdade dos prisioneiros políticos e da inquietante preocupação com a preservação dos direitos humanos e o combate às arbitrariedades cometidas pela Ditadura, a exemplo da institucionalização da tortura como política de Estado.

Nesse contexto, identifiquei registros da participação política do clero cooperando com o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), tanto à nível regional, com membros da Arquidiocese paraibana, quanto à nível nacional, com a posição de membros da CNBB.

Numa época em que o silêncio e o medo ainda repercutiam na vida dos cidadãos, em que se manifestar contra o Regime Militar era considerado um risco à integridade física, o MFPA tornou-se uma organização que conseguiu aproveitar os momentos propícios de agir, sempre com cautela, utilizando-se de um discurso conciliador a fim de evitar a repressão.

Posteriormente ao MFPA, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia, cujo projeto político era transformar a luta pela anistia em mobilização popular contra o Regime

⁴⁶ Disponível em: [«MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA»](#). *Memorial da Anistia*. Consultado em 03 de agosto de 2016.

autoritário. Não era a anistia pela anistia. Era utilizar a Campanha da Anistia para promover ações sociais com o intuito de pôr fim à Ditadura Militar. Dessa forma, como forma de conter esse desvio de finalidade da luta somente pela anistia, e, levando em conta os constantes conflitos entre as integrantes do MFPA e os grupos de esquerda, Therezinha Zerbini resolveu acabar com o Movimento que iniciara em 1975, logo após a aprovação da Lei de Anistia, que aconteceu em agosto de 1979.

O MFPA foi dissolvido. Todavia, os associados do CBA continuaram com seu projeto político de derrubar a Ditadura, forçando a abertura política através da pressão popular (DUARTE, 2009, p. 47). Vale lembrar que, dentro do CBA, havia divergências no tocante à anistia, que se desdobravam em duas posições:

No âmbito do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), duas posições, pelo menos, se diferenciavam quanto ao caráter desejável da medida. O general Peri Beviláqua, dissidente de primeira hora do regime militar, ministro cassado do Superior Tribunal Militar, defendia desde 1965, pelo menos, a concessão de anistia para restabelecer a “unidade moral do povo brasileiro”. Ela beneficiaria, também, os “próprios revolucionários responsáveis por crimes contra a Constituição e as leis do país”, cuja culpa seria esquecida em prol de um “interesse social muito maior”. Nos núcleos do CBA, no país como no exterior, a defesa desta “anistia recíproca” causava problemas. Embora o fato de que os torturadores e demais responsáveis por crimes de Estado contra a oposição ainda não tivessem sido julgados e, portanto, não poderiam ser anistiados, permitisse manter a união do movimento, a bandeira da anistia ampla geral e irrestrita é que permitia a sua progressiva ampliação junto à sociedade. (LEMOS, 2002, p. 304)

Por conseguinte, em novembro de 1979, o CBA realizou o II Congresso pela Anistia organizado para debater sobre a crescente repressão política que assolava os meios populares, sobretudo o operariado e o camponês. Esse encontro, que aconteceu três meses depois da aprovação da Lei de Anistia, serviu para ressaltar a importância da luta, que ia além de ações como greves, manifestações de ruas e atos públicos contra a Ditadura (DEL PORTO, 2009, p. 58).

Sobre a Lei de Anistia, decretada no primeiro ano do mandato de João Batista Figueiredo, Renato Lemos (2002, p. 294) traz um dado interessante à reflexão. Segundo o autor, setores ligados à oposição ao governo tinham uma proposta mais limitada com relação à lei, isto é, menos abrangente do que a apresentada pelo poder executivo. Este

fato justifica-se pelo receio de que lideranças recém-anistiadas, ao voltarem para o Brasil, viessem a suplantar a oposição, em detrimento daqueles que haviam ficado no país lutando contra a Ditadura desde 1964, como Ulysses Guimarães. Segundo Declaração do então secretário-geral do MDB, Tales Ramalho: “A anistia imaginada pelo MDB excluía os líderes oposicionistas Leonel Brizola e Miguel Arraes”.

Diante disso, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o General Golbery do Couto e Silva, e o então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, sendo colaboradores do projeto de Lei da Anistia, foram responsáveis por estender o benefício da anistia para os atingidos políticos desde setembro de 1961 - Crise da Legalidade. Essa manobra foi compreendida por parte do MDB como uma operação que visava “esvaziar a mobilização pela anistia, assim como a reforma partidária pretendia enfraquecer a oposição pelo seu fracionamento”. Sobre isso, Lucas Oliveira (2014, p. 07) assinalou que:

A aprovação da anistia foi uma resposta ao amplo ciclo de mobilizações populares empreendidas no final dos anos de 1970. **A estratégia foi dividir a oposição e trazer a disputa para o campo institucional. Para isso, foi aprovada a lei partidária, que canalizou os esforços militantes para essa atuação.** Ficou relegada ao segundo plano a investigação das violações de direitos humanos e a responsabilização dos agentes da ditadura. Tais lacunas foram fundamentais para a construção do Estado Democrático de Direito. (Grifos nossos)

A lei representou apenas uma vitória no meio da guerra, a partir de então, novas demandas e reivindicações passaram a ser buscadas pelos movimentos populares que ressurgiram com a Campanha pela Anistia. Esta causa havia se entrelaçado com os movimentos sociais mais diversos. O debate político havia se ampliado. Chegava a hora de lutar por outros direitos. Sobre esse papel de conscientização da Campanha pela Anistia, assinalou a maior liderança sindical paulista à época, Luiz Inácio Lula da Silva:

Quando eu fui procurado pelo Greenhalgh [...]. Para a gente começar a discutir a questão da Anistia lá no sindicato, eu falei: “Anistia não enche barriga de trabalhador. Nós vamos continuar com a nossa bandeira aqui. Essa não é a bandeira prioritária nossa”. Isso mostrava a minha despolitização! Mesmo assim, nós fizemos o primeiro grande ato, com o Zé Ibraim e o Manoel da Conceição, lá em São Bernardo do Campo. [...] **A anistia foi fundamental para conscientizar politicamente.** [...] eu, por exemplo, quando era despolitizado, saía na rua e passava ali no largo do São Bento, e tinha aqueles cartazes da repressão: “Procurase....”. Até Zé Dirceu estava lá. Eu achava que eles eram bandidos mesmo. **E foi exatamente depois da presidência do sindicato e da**

luta pela anistia que foi me dando a visão do que tinha acontecido neste país. (COUTO, 1999, *apud* DEL PORTO, 2009, p. 62)

A partir da dissolução do MFPA nacional, os núcleos estaduais reestruturaram seus respectivos comitês, que passaram a possuir independência administrativa e a estabelecer estatutos próprios. Entretanto, é importante ressaltar que houve divergências no tocante a esse novo modelo dos MFPA's. Os Núcleos dos estados do Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais não aceitaram essa forma federativa da entidade e, por conseguinte, uniram-se para fundar uma nova organização, que ficou conhecida como Movimento Feminino Pela Anistia e Liberdades Democráticas (MFPALD).

Esse Movimento se engajou na luta por conquistas que consideravam urgentes para o país, como: a aprovação da Lei de Anistia ampla, geral e irrestrita, a garantia dos direitos humanos, a busca de espaço feminino no cenário político brasileiro, eleições diretas para presidente e governador, melhores condições salariais, combate para pôr fim à Ditadura Militar, luta pela implantação de um Estado Democrático de Direito, sob uma nova constituição, entre outras.⁴⁷

Diante dessa conjuntura de crise política e de uma significativa oposição ao governo vigente, verificamos que nesse processo houve uma tomada de conscientização da sociedade civil brasileira em relação às arbitrariedades cometidas pela Ditadura, com reverberações nas eleições de 1978. Assim como o que ocorreu em 1974, constatamos novamente uma vitória expressiva do MDB no escrutínio eleitoral. A partir disso, é importante ressaltar que os parlamentares da oposição que foram eleitos nessas duas últimas votações, levaram ao Congresso Nacional o debate sobre a anistia, tema este que permeava o cenário político brasileiro desde a primeira metade dos anos de 1970.

De acordo com Fabíola Del Porto (2002, p. 242), os “Movimentos de Anistia” almejavam não apenas fazer oposição ao governo autoritário, mas também representar um autêntico processo de (re)constituição da sociedade brasileira. A referida autora compreende que os “Movimentos” pela anistia e a constituição da sociedade civil do país se fortaleceram reciprocamente neste período de abertura política. Del Porto, ao analisar

⁴⁷ Ver CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia. **Anais do X Encontro Regional de História**. ANPUH-RJ, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/icfh/anpuhrio/anais/2002/comunicacoes/ciambarella%20Alessandra.doc>. Consultado em 14 de agosto de 2016.

os discursos dos “Movimentos de Anistia” – expressão que prefere utilizar – verificou que a luta não se limitava apenas à conquista da aprovação da lei, mas se desdobrava na construção de novos elementos de lutas por direitos.

A luta pela anistia ganhou força nos meios populares, que sacudiram as bases do Regime Militar. A greve de fome promovida pelos presos políticos e parentes tornou-se um desafio e instrumento de pressão sobre os parlamentares, arregimentando o apoio e a sensibilidade da opinião pública. A visita de Teotônio Vilela aos presídios revigorou a esperança de se conquistar uma *anistia ampla, geral e irrestrita*. Sobre a greve de fome, a imprensa local da Paraíba publicou o seguinte:

Tereza Agra Cardoso, Lenita Agra Cardoso, Zanisa de Castro Cardoso e Guilherme Calixtrato Cardoso, parentes de dois presos políticos paraibanos, José Calixtrato e Samuel Firmino de Sousa, iniciaram ontem à noite nesta Capital, greve de fome em apoio ao movimento dos presos de Itamaracá, a exemplo dos que pretendem ficar sem comida até sábado. A greve de fome foi antecipada por uma pequena concentração, ao fim da tarde, em frente à Assembleia Legislativa, promovida pelo Comitê Brasileiro Pró-Anistia, Comitê pela libertação dos presos políticos de Itamaracá, Ala Jovem do MDB, Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba e Diretório Central dos Estudantes. Ainda em frente à Assembleia, o MDB foi duramente criticado por alguns oradores, em virtude de apenas um de seus Deputados ter-se mostrado solidário ao movimento, enquanto na carta do partido consta a defesa de anistia ampla, geral e irrestrita. (Parentes de presos fazem greve de fome. Jornal *A União*, 22 de agosto de 1979).

Para Renato Lemos (2002, p. 293) a Lei de Anistia é produto do acomodamento entre segmentos conciliadores do Regime Militar, por um lado, e da oposição política, por outro, tendo como pano de fundo as manifestações populares. Sob essa perspectiva, o projeto de anistia fazia parte da agenda de micro transformações estipuladas por lideranças militares e civis do governo, as quais caminhavam na direção de uma abertura política que englobasse novas forças sociais, mas sem deixar de lado a proteção dos militares. (LEMOS, 2002, p. 293)

A lei aprovada no Congresso Nacional, em 22 de agosto de 1979, foi praticamente imposta aos políticos pela Ditadura. Não permitiu a libertação de todos os presos políticos, mas representou a primeira vitória nesse sentido, uma vez que possibilitou o regresso de muitos que se encontravam exilados. É necessário destacar que, apesar da Lei

de Anistia ter sido aprovada no Congresso Nacional, através de um projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, ela foi uma conquista da mobilização social gerada pela causa dos atingidos políticos, e não podemos entendê-la como uma mera concessão do Regime Militar.

O povo brasileiro assinalava sua paixão pela liberdade. Passou a ter grandes manifestações, ocupação de ruas e avenidas, estádios lotados. A anistia significou apenas o primeiro passo. O gigante havia ressurgido. Aos poucos, o país buscava se distanciar dos tempos sombrios do Regime Militar. Depois da libertação dos presos políticos, o alvo passou a ser a vontade de eleger o Presidente da República por meio do voto direto. Começava, assim, uma outra campanha cingida da perspectiva de luta democrática, as *Diretas Já!*

O projeto de emenda constitucional das *Diretas*, proposta pelo Deputado Federal Dante Martins de Oliveira, à época membro do MDB, foi barrado na Câmara federal. Apesar da repercussão nacional e do amplo apoio da sociedade civil, o projeto não teve quórum para se converter em lei. A pressão do Governo Federal conseguiu procrastinar por mais um tempo o direito de o povo escolher seu representante máximo.

A emenda das *Diretas*, conhecida por *Dante de Oliveira*, em homenagem ao político idealizador, foi posta para apreciação em 25 de abril de 1984. A votação tão aguardada estava sob grande expectativa. Todavia, a ausência de 112 deputados pôs fim às esperanças de eleições diretas para aquele ano. Apesar de ter conquistado 298 votos favoráveis, contra 25. Faltaram 22 votos para que o projeto de lei fosse submetido ao Senado. Mais uma vez, por manobras do Executivo, a vontade do povo fora suplantada pelo autoritarismo vigente. Uma informação importante: o relator tanto da emenda da anistia quanto das *Diretas Já* foi o político paraibano Ernani Aires Sátyro e Sousa, que governou a Paraíba como interventor do Regime Militar entre 1970 a 1974.

Em suma, o projeto de distensão preconizado pelos militares da linha moderada foi de fato uma estratégia de saída honrosa das Forças Armadas do poder, uma vez que a Ditadura estava passando por uma fase de desgaste nos últimos anos, por vários motivos, dentre os quais destaco: a violência repressiva e o controle da polícia haviam conduzido o país a uma situação insustentável a longo prazo; o fato de os militares terem tomado o

poder dos civis ocasionou numa visão negativa das Forças Armadas, porquanto a instituição se desvirtuou de seu propósito constitucional.⁴⁸

A crise que afligiu o país a partir de 1973 corroborou para o fim do ciclo de prosperidade dos militares. A alta do preço do petróleo e a escassez de empréstimos estrangeiros impactaram diretamente a economia brasileira. Com isso, tivemos o encarecimento do custo de vida e o aumento da contenção de salário dos trabalhadores. Dito isso, é adequado compreender o processo de distensão política⁴⁹ como um sinal de inviabilidade dos militares permanecerem no poder.

⁴⁸ Ver o artigo do doutor em Ciências Sociais, Renato Cancian, autor do livro: "Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e Atuação Política -1972-1985", em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-geisel-1974-1979-distensao-oposicoes-e-crise-economica.htm>. Consultado em 28 de dezembro de 2018.

⁴⁹Para mais informações sobre o processo de transição, ver: LAMOUNIER, Bolívar. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

1.2 A distensão política no estado da Paraíba

A Paraíba participou, ainda na década de 1960, do golpe civil-militar que resultou na deposição do Presidente João Goulart. Nessa época, o estado era governado por Pedro Gondim⁵⁰, até então, parcialmente aliado de *Jango*, apesar de ser apoiado por forças conservadoras da Paraíba, vinculada a União Democrática Nacional (UDN). Com a consolidação da Ditadura Militar, diversos opositores foram presos, exilados, torturados ou mortos pelo regime político⁵¹. A título de exemplo, o próprio governador Pedro Gondim, em 1969, foi atingido pela política de repressão, a tal ponto que perdeu o mandato e teve seus direitos políticos cassados.⁵²

Com a saída de Pedro Gondim do governo estadual, a sucessão tornou-se a seguinte, respectivamente: João Agripino Filho⁵³ (1966 a 1970); Ernani Aires Sátyro e Sousa (1970-1974); Ivan Bichara Sobreira⁵⁴ (1974-1978) e Tarcísio de Miranda Burity⁵⁵ (1978-1982). Os três últimos eleitos indiretamente. A retomada da eleição direta para governador de estado só veio acontecer em 1982. No pleito desse ano, o político Wilson Braga, do Partido Democrático Social (PDS), derrotou o candidato Antônio Mariz, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em relação à produção bibliográfica sobre a política da Paraíba neste período da transição da ditadura para democracia, ela é relativamente escassa. A principal fonte documental de reconstrução da conjuntura é o noticiário da imprensa paraibana. Ademais,

⁵⁰ Pedro Moreno Gondim governou a Paraíba por duas vezes: a primeira, de 1958 a 1960; a segunda de 1961 a 1966.

⁵¹Sobre o tema, ver. **Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

⁵²Sobre o tema, ver NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)”. In **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, pp. 285-304.

⁵³Sobre o tema ver a Tese de Monique Guimarães Cittadino: **Poder Local, Modernização Econômica e Reforma do Estado: A Face de Janus do Governo João Agripino – Paraíba (1966-1971)**. Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2001.

⁵⁴Permaneceu no cargo até 1978, quando se afastou para candidatar-se ao cargo de senador, pela ARENA. Então, seu mandato é concluído pelo vice-governador, Dorgival Terceiro Neto.

⁵⁵Com a desincompatibilização de Tarcísio Burity para concorrer à eleição legislativa de 1982, quem concluiu seu mandato foi o vice-governador, Clóvis Bezerra Cavalcanti, entre maio de 1982 a março de 1983.

temos o Relatório Final da Comissão da Verdade do estado e os trabalhos do professor Paulo Giovanni Antonino Nunes⁵⁶, especialista em História da Ditadura Militar.⁵⁷

Segundo Nunes (2009, p. 62), os setores da sociedade civil paraibana foram colocados fora de embate após a repressão que se instaurou com o golpe de 1964. Contudo, a partir da década de 1970, movimentos como o estudantil, o camponês e o sindical, ganharam força na Paraíba, sobretudo devido ao incentivo da Igreja Católica e, em especial, do engajamento do então Arcebispo Dom José Maria Pires.

Esse trabalho social proativo realizado pelo clero católico paraibano está assentado nos fundamentos do Concílio Vaticano II (1962-1965)⁵⁸ e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968)⁵⁹. Este com o objetivo de procurar traduzir as conclusões eclesiais daquele Concílio. E, em ambos os encontros, podemos perceber a opção preferencial da Igreja pelos mais pobres.

É neste contexto que surge na Paraíba uma Igreja socialmente engajada em transformar a realidade do povo que, por sua vez, vinha enfrentando problemas de ordem econômica por causa da seca e da fome, como também de ordem política, devido à repressão a setores de oposição ao regime militar.

Destarte, a Igreja Católica passou a ser uma grande incentivadora para o reaparecimento na cena política dos movimentos sociais. Neste período de distensão, destacaram-se por sua postura combativa a seccional paraibana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB) e a Associação Paraibana de Imprensa (API), as quais atuaram em

⁵⁶Sobre o Estado e a Sociedade civil na Paraíba na época da transição para a democracia (1974-1985), ver o texto do professor Nunes, em parceria com Talita Hanna Cabral Nascimento e Suelly Cinthya Costa dos Santos: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%202002%20%20Paulo%20Giovani%20A.%20Nunes.%20Talita%20H.%20C.%20Nascimento%20e%20Suelly%20Cinthya%20C.%20dos%20Santos%20TC.PDF. Consultado em 30 de dezembro de 2018.

⁵⁷Além das obras do professor Paulo Giovanni, destaco os seguintes trabalhos: CITTADINO, Monique. *A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964-1986)*. In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999; MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo**. (História de Uma Eleição Indireta Para Governador). João Pessoa: O Momento, 1978; MELO, José Octávio de Arruda. *Dissidência, Protesto e Familismo nas eleições da Paraíba em 1978*. In: REGO, Rogério (Org.). **As Eleições Nacionais de 1978** – Estudos, vol. II. Brasília: Ed. Fundação Milton Campos, 1978; e, ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currals**. João Pessoa: Acauã, 1979.

⁵⁸Sobre o tema ver: CALDEIRA, R. Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba: CRV, 2011.

⁵⁹A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI com o propósito de aplicar as resoluções conciliares do Vaticano II às necessidades da Igreja Católica na América Latina. A temática desse encontro foi: *A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*. Para mais informações, ver: GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: **Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998. p. 237 – 252; PADIN, Cândido. Educação libertadora proclamada em Medellín. In: **Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998. p. 227 – 236; e SALES, Eugênio de Araújo. **A Igreja na América Latina e a promoção humana**. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 28, n.3, set. 1968, Petrópolis, p.537-554.

defesa da implantação de um Estado Democrático de Direito em substituição ao governo dos militares (NUNES, 2009, p. 63).

Contudo, mesmo diante de organizações civis mobilizadas em prol de uma causa comum, como o fim da Ditadura, não podemos esquecer que do ponto de vista histórico o estado da Paraíba é considerada uma região dominada por uma elite política tradicional que o controla por meio do uso sistemático de práticas culturais clientelistas e autoritárias, e são justamente nessas tradições que conseguimos identificar a presença de certas culturas políticas, porquanto muitos atores agem a partir da cultura política que é portador, como por exemplo: os padres sendo portadores de uma cultura política de esquerda católica; os proprietários de terra e os militares, como portadores de uma prática autoritária, e tudo isso, no fim das contas, compõe a cultura política brasileira.

Então, retomando o aspecto político, as eleições estaduais na Paraíba em 1974, ocorreram em duas fases segundo previa o Ato Institucional nº3⁶⁰. Primeiro, tivemos a eleição indireta para governador, no dia 03 de outubro, em que se elegeram Ivan Bichara e Dorgival Terceiro Neto, como vice. Posteriormente, no dia 15 de novembro, houve a eleição direta para os membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Assembleia Legislativa estadual.

Para o Senado, foi eleito o advogado e jornalista Ruy Carneiro, pelo MDB, com 297.780 votos (51,66%), tendo como suplente o político Ivandro Cunha Lima. Na chapa de oposição estava Aluizio Campos, da ARENA, que conseguiu 278.590 votos (48,34%), juntamente com Clóvis Cavalcanti como primeiro suplente. Portanto, uma eleição acirrada no quadro político do estado.⁶¹

No tocante à eleição para a Câmara dos Deputados, o resultado foi o seguinte⁶²:

⁶⁰Para mais informações sobre o Ato Institucional nº3, ver o site do Senado Federal: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=584055>. Consultado em: 01 de janeiro de 2019.

⁶¹Banco de dados disponível no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba: <http://www.tre-pb.jus.br/>. Consultado em 01 de janeiro de 2019.

⁶²O dado oficial está disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/>. Consultado em 01 de janeiro de 2019.

| DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS ⁶³ | PARTIDO | VOTAÇÃO | ORIGEM |
|---|---------|---------|----------------------|
| Wilson Braga | ARENA | 65.284 | Conceição |
| Antônio Mariz | ARENA | 55.068 | João Pessoa |
| Humberto Lucena | MDB | 54.965 | João Pessoa |
| Ademar Pereira | ARENA | 43.560 | Pombal |
| Marcondes Gadelha | MDB | 43.006 | Sousa |
| Petrônio Figueiredo | MDB | 38.525 | Campina Grande |
| Teotônio Neto | ARENA | 30.778 | Santana dos Garrotes |
| Maurício Leite | ARENA | 30.615 | Patos |
| Janduhy Carneiro | MDB | 27.998 | Pombal |
| Álvaro Gaudêncio | ARENA | 27.726 | São João do Cariri |
| Antônio Gomes | ARENA | 27.238 | Umbuzeiro |

Portanto, das 11 vagas disponíveis para a Câmara, 7 foram conquistadas pelo partido da situação, ARENA, enquanto o partido da oposição, o MDB, elegeu 4 Deputados Federais. Em comparação com o resultado da eleição para a Assembleia Legislativa do estado, em 1974, o cenário permaneceu o mesmo, isto é, os arenistas emplacaram a maioria das cadeiras.

Então, das 33 vagas em disputa, o MDB conseguiu eleger 11 Deputados Estaduais; e a ARENA, por sua vez, logrou a nomeação de 22 dos seus filiados⁶⁴. Apesar desse quadro favorável aos governistas na Paraíba, em âmbito nacional, as eleições de 1974 representaram o fortalecimento e o avanço do partido de oposição em virtude da expressiva vitória advinda das urnas.

Em 23 de novembro de 1974, o jornal *A União* divulgou a seguinte notícia: **Sabiniano fala sobre conjuntura política**, em que o Presidente da ARENA no estado paraibano, Sabiniano Maia, analisou os efeitos da eleição daquele ano e também a situação de crise econômica pela qual o Brasil passava em virtude do preço do petróleo, conforme podemos observar:

⁶³A ordem da tabela segue o critério da maior para menor votação no pleito eleitoral.

⁶⁴Fonte: Banco de dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/>. Consultado em: 01 de janeiro de 2019.

Ao analisar a atual conjuntura política da Paraíba e do país, o presidente da Arena paraibana, sr. Sabiniano Maia, declarou que “efetivamente nós perdemos, nós da Arena, mas não foi somente na Paraíba. No cômputo geral, a derrota do nosso Estado (sic) foi uma das menores. Tanto assim, que fizemos boa bancada federal e estadual”.

Assegurou que “esse fenômeno nacional tem algum sentido: é um reflexo da atual crise mundial, em consequência do embargo do petróleo, o que tornou a inflação galopante e impossível de ser contida pelo Governo Federal”.

Oposição beneficiada

O presidente Sabiniano Maia é de opinião que a Oposição soube tirar proveito dessa crise, acusando o Governo de culpa que não tem. “Não cabe ao Governo, disse, mas os opositoristas se aproveitaram, principalmente da oportunidade dada pelo Presidente Ernesto Geisel, em tornar livres os debates”.

Reafirmou que “os resultados das urnas não significam uma contestação ou advertência. O que aconteceu foi que o povo acreditou nos políticos demagogos, pelos bons oradores opositoristas e acreditou que a responsabilidade dessa crise econômica era do Governo”. (*A União*, 23/11/1974)

A derrota a que se refere o senhor Sabiniano Maia consiste no resultado das eleições gerais, em que tivemos uma guinada em direção à abertura política em virtude da expressiva vitória do Movimento Democrático Brasileiro e a consequente perda de espaço da ARENA no Congresso Nacional.

Em comparação com a votação de 1970, as eleições gerais de 1974 representaram um avanço extraordinário da oposição em âmbito nacional. E sobre essa conjuntura que o Sabiniano Maia alude em sua fala ao jornal oficial. Isso demonstra que a classe política paraibana estava atenta às vicissitudes que vinham ocorrendo no plano nacional.

Mais tarde, em 1975, o jornal *O Norte* publicou por meio da notícia **MDB paraibano caminha para crise**, que o crescimento do partido opositorista tende a desencadear uma séria crise interna. Segue o texto:

A Oposição paraibana caminha para uma séria crise interna – informou, ontem, uma alta fonte do MDB, acrescentando que ela será resultante do próprio crescimento do Partido.

Informou, ainda, a fonte emedebista que o lançamento das candidaturas dos srs. Marcondes Gadelha e Humberto Lucena para o Governo do Estado, em 1978, será o principal impulsionador da crise interna que o Partido da Oposição experimentará, inevitavelmente.

NIVELAMENTO

A informação acrescenta que a candidatura do sr. Marcondes Gadelha cresceu, vertiginosamente, nos últimos meses, dentro do Partido e, hoje, não se pode negar que os dois candidatos opositoristas ao Governo do Estado estão nivelados em oportunidades. O próprio dirigente do Partido, o senador Ruy Carneiro, já reconheceu que os srs. Marcondes Gadelha e Humberto Lucena estão igualados, tanto é que afirmou que ambos merecem o respeito e a admiração do Partido e são merecedores da confiança da Oposição – acrescentou o informante. A fonte opositorista indicou que a precipitação da crise, no MDB, se dará inevitavelmente, nas eleições municipais do próximo ano, quando os candidatos e grupos passarão a tentar quebrar o equilíbrio de forças, em seu favor. Esse jogo interno que se transforma em emulação é positivo, em determinado período, mas o seu prolongamento culminará em prejuízos e até em divisões que podem enfraquecer e atrofiar o poderio do Partido – disse a fonte. Enquanto isto, ouvido pela reportagem, o senador Ruy Carneiro declarou em Brasília que não vê motivos para crises no seu partido e é natural que os seus membros mais credenciados – e citou os srs. Humberto Lucena e Marcondes Gadelha entre eles – aspirem cargos e posições “porque ambos estão capacitados para disputá-las e exercê-las. (*O Norte*, 23/03/1975)

Posteriormente, em 13 de abril de 1975, o jornal *O Norte* publicou uma entrevista do senador arenista, Dinarte Mariz, concedida à revista *O Cruzeiro*⁶⁵, em que o político comentou a conjuntura pela qual o estado e o país estavam passando. Segue a transcrição de uma passagem da entrevista:

O CRUZEIRO: O que o senhor acha da decisão do Presidente Geisel de promover “uma distensão política lenta e gradual”?

Dinarte Mariz: “Uma distensão lenta e gradual anunciada pelo Presidente Geisel, durante o seu governo, foi a mais cautelosa, até então proclamada por um dos Presidentes da Revolução. Quem tiver dúvida recorra aos registros históricos a abertura de todas as comportas cujas águas revoltas procuram o leito do liberalismo demagógico que tanto comprometeu, no passado, os destinos da Nação”.

O CRUZEIRO: Quais as idéias [sic] ou planos que o senhor sugeriria para uma reformulação política?

⁶⁵ *O Cruzeiro* foi uma revista semanal fundada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1928, por Assis Chateaubriand dos Diários Associados. Era a principal revista ilustrada do país durante a primeira metade do século XX. Deixou de circular em julho de 1975. Sobre a revista, ver: NETTO, Accioly. **O Império de papel:** os bastidores de *O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

Dinarte Mariz: “A convocação de uma Constituinte seria, a meu ver, o caminho indicado para a reformulação política do país. Com o MDB fortalecido no Congresso e a Arena majoritária, teríamos uma Constituição representativa da média opinião pública brasileira”.

O CRUZEIRO: A Revolução, tal como idealizada pelos que a promoveram em 64 está em perigo?

Dinarte Mariz: “Quem está em perigo não é a Revolução e sim o País. O recrudescimento da Guerra Revolucionária, de mãos dadas com os comunistas, representa uma constante ameaça à paz e à política desenvolvimentista, instituída pela Revolução, que desfrutamos”. (*O Norte*, 13/04/1975)

Em suma, podemos Inferir dos periódicos locais que, em regra, a temática política era recorrente no noticiário. Isso demonstra o interesse social que os acontecimentos relacionados às ações do Governo, tanto em escala regional quanto nacional, despertava na sociedade.

Na eleição estadual seguinte, em 1978, a votação novamente ocorreu dividida em duas fases, só que desta vez, a regra eleitoral estava prevista no *Pacote de Abril*. Então, primeiro tivemos a eleição por via indireta, no dia 1º de setembro, em que se elegeram pela ARENA: o governador Tarcísio de Miranda Burity⁶⁶, o vice-governador Clóvis Cavalcanti e o senador biônico Milton Cabral.⁶⁷ Em relação a Burity, antes que sua candidatura fosse ratificada pela convenção partidária, este enfrentou uma disputa acirrada com o político Antônio Mariz no interior da ARENA. Mas no fim das contas, mesmo sem ter histórico de vinculação partidária, obteve o apoio necessário para ser o candidato da ARENA ao governo da Paraíba. De acordo com Nunes:

A candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao governo do Estado da Paraíba em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964 [...] e chegou a ter uma certa repercussão a nível nacional. Esta candidatura foi fruto dos desentendimentos ocorridos a partir do chamado “Acordo de Brasília”. Este acordo celebrava a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa. Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado, pela via direta, Ernani Sátiro seria o senador biônico e o deputado federal

⁶⁶Sobre a trajetória política de Tarcísio de Miranda Burity, ver: RAMOS, Severino. **Burity: esplendor & tragédia**. João Pessoa: Santa Marta, 2008. Também pode indicar o verbete do Dicionário Histórico Bibliográfico do CPDOC.

⁶⁷Sobre o processo eleitoral das eleições de 1978, ver o site o governo federal em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6091.htm. Consultado em: 01 de janeiro de 2019.

Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral e o deputado federal Wilson Braga. (2009, p. 63)

Diante disso, um dos insatisfeitos com o chamado *Acordo de Brasília*, era o governador Ivan Bichara Sobreira que a partir de então começou a articular a candidatura de Milton Cabral para o governo do estado e, concomitantemente, buscava impedir a candidatura de Antônio Mariz ao mesmo cargo. E foi com esse propósito que Ivan Bichara enviou um relatório ao Presidente da República, Ernesto Geisel, maculando a imagem de Antônio Mariz ao relacioná-lo com os políticos cassados pelo Regime Militar. Segue a seguir um trecho do referido documento:

Fora de dúvida que o deputado federal Antônio Mariz, pelo seu passado de ativista e pela sua formação marxista (foi secretário geral da UNE) não tem condições para ajustar-se aos ideais revolucionários de 1964, como tem demonstrado nas suas manifestações públicas, na sua atuação no Congresso Nacional, nas suas amizades e nos atos praticados nos cargos que chegou a ocupar. Não obstante ter sido poupado pela revolução, até hoje, tem mantido perfeita coerência com o seu passado, jamais tendo qualquer palavra de apoio ao movimento de 1964 ou simpatia à causa revolucionária (apud NUNES, 2009, p. 64).

Como resultado, Ivan Bichara conseguiu inviabilizar a candidatura do Deputado Federal Antônio Mariz ao governo estadual e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio Burity, para sucedê-lo no cargo de governador. Apesar de sua primeira opção ter sido o senador Milton Cabral, Bichara não obteve o apoio necessário junto aos militares para emplacar a candidatura de Cabral ao governo do estado, ficando este no final da história candidato à vaga de senador biônico.

Antônio Mariz, por sua vez, inconformado com a articulação política que houve para vetar seu nome na eleição, discursou na Praça João Pessoa, diante de um grande número de pessoas, criticando o processo eleitoral e o Regime Militar. E, contrariando a escolha do governo federal, que resolveu apoiar Tarcísio Burity, Mariz tomou a decisão de registrar sua candidatura ao cargo de governador da Paraíba. Portanto, a eleição estadual de 1978 ficou marcada pela disputa de dois candidatos arenistas ao governo do estado (NUNES, 2009, 65).

No dia da convenção partidária da ARENA, 281 membros votaram. Antônio Mariz conseguiu 124 votos, enquanto Tarcísio Burity ficou à frente com 152. Para a vaga de senador biônico, Milton Cabral teve 162 votos, vencendo assim o ex-governador Ernani Sátiro, que obteve 111. Após a derrota, Mariz e outros dissidentes arenistas apoiaram o candidato opositor Humberto Lucena ao Senado Federal, o qual acabou vencendo o ex-governador Ivan Bichara no pleito.

Nesse contexto, o historiador José Octávio de Arruda Mello⁶⁸ (MELLO, 1978, p. 294) ressaltou que a contribuição dos dissidentes arenistas para a derrota do seu partido na eleição do senado⁶⁹, não implica dizer que aqueles eram, em regra, resistentes à Ditadura Militar, porquanto a causa da cisão no pleito eleitoral estava ligada a motivos de ordem pessoal e de disputa por espaço de poder na política local.

De acordo com Nunes, o político Antônio Mariz, que deve ser interpretado como um ponto fora da curva em comparação aos demais dissidentes arenistas, proferiu duras críticas ao governo dos militares em discurso na Câmara dos Deputados. Na ocasião, Mariz destacou a ausência de liberdade no processo político, censurou a implantação institucional da figura do senador biônico, enfatizou o descaso com a região Nordeste do país por parte do Poder Executivo Federal, condenou a desigualdade na distribuição de renda, repreendeu a função intempestiva da lei de greve, e, por fim, concluiu sua preleção invocando a necessidade de restauração do regime democrático por meio de uma reforma constitucional (NUNES, 2009, p. 66).

Em relação a eleição direta de 1978, que ocorreu no dia 15 de novembro, a ARENA conseguiu manter a maioria, mais uma vez, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do estado. No tocante à eleição dos Deputados Federais, a composição foi a seguinte⁷⁰:

⁶⁸Sobre o tema, ver: MELO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise.** (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.

⁶⁹ A derrota corresponde apenas a vaga a ser preenchida pela eleição direta, na qual se elegeu o emedebista Humberto Lucena. No tocante à vaga destinada ao senador biônico, a ARENA conseguiu emplacar a candidatura de Milton Cabral.

⁷⁰A fonte dos números da tabela pode ser encontrada tanto na página oficial da Câmara dos Deputados quanto na página oficial do Tribunal Superior Eleitoral, disponíveis respectivamente em: <http://www2.camara.leg.br/> e <http://www.tse.jus.br/>. Ambos consultados no dia 02 de janeiro de 2019.

| DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS⁷¹ | PARTIDO | VOTAÇÃO | ORIGEM |
|--|----------------|----------------|------------------------|
| Wilson Braga | ARENA | 84.168 | Conceição |
| Antônio Mariz | ARENA | 77.274 | João Pessoa |
| Marcondes Gadelha | MDB | 59.046 | Sousa |
| Joacil Pereira | ARENA | 50.164 | Caicó/RN ⁷² |
| Carneiro Arnaud | MDB | 42.556 | Pombal |
| Álvaro Gaudêncio | ARENA | 39.923 | São João do Cariri |
| Ademar Pereira | ARENA | 35.521 | Pombal |
| Otacílio Queiroz | MDB | 34.891 | Patos |
| Antônio Gomes | ARENA | 32.885 | Umbuzeiro |
| Arnaldo Lafayette | MDB | 31.865 | Monteiro |
| Ernani Sátyro | ARENA | 28.959 | Patos |

Em comparação com o pleito de 1974, o cenário partidário na Paraíba permaneceu inalterado, isto é, a ARENA garantiu novamente 7 cadeiras na Câmara dos Deputados enquanto o MDB ficou com 4. Em relação ao resultado da eleição para a Assembleia Legislativa do estado, o partido da situação também continuou com 22 vagas das 33 disponíveis, e o MDB manteve a representação com onze Deputados Estaduais eleitos.⁷³

Portanto, podemos inferir do resultado das eleições de 1978 que o estado da Paraíba não passou por nenhuma transformação significativa quanto à estrutura de poder local, pois, em regra, as tradicionais lideranças políticas conseguiram se (re)eleger, como: Milton Cabral (ARENA) e Humberto Lucena (MDB), para o Senado Federal; e no âmbito da Câmara dos Deputados, foram eleitos pela ARENA: Ernani Sátyro, Wilson Braga e Antônio Mariz.⁷⁴ Em relação à estrutura partidária, o pleito eleitoral demonstrou indícios de desgaste da Ditadura Militar, uma vez que a disputa interna no partido da situação para o governo do estado comprovou a existência de dissensões na ARENA e a real necessidade de se abrir novos recintos de atuação política.

⁷¹A ordem da tabela segue o critério da maior para menor votação no pleito eleitoral.

⁷²Nascido em Caicó, mas representa e reside na Paraíba.

⁷³Fonte: Banco de dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/>. Consultado em: 02 de janeiro de 2019.

⁷⁴Antônio Mariz se candidatou a deputado federal, em 1970, ficando entre os mais votados, com 59.434 votos. Voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados em 1974, 1978 e 1986. Ver: **Perfis Parlamentares - Antônio Mariz**. Organização: Cláudia Lisboa. Edições Câmara. Brasília, 2006.

No âmbito social, esse período de distensão foi caracterizado pelo recrudescimento de alguns movimentos populares, sobretudo ligados ao campo, tendo em conta a enraizada cultura de concentração de terras e a consequente expulsão dos camponeses pelos proprietários, por vários motivos, dentre os quais a disseminação do Proálcool⁷⁵.

O Proálcool foi um programa criado pelo governo federal, em 1975, para enfrentar a crise mundial do petróleo. O objetivo da iniciativa era incentivar a produção de álcool combustível (etanol) para servir de substituto à gasolina. Contudo, mesmo diante de resultados positivos como a priorização dos consumidores por automóveis movidos à álcool e à venda dominante desses veículos no mercado, o programa, por outro lado, desencadeou uma série de problemas, dentre os quais: a elevação da dívida pública por causa dos incentivos concedidos, o aumento dos latifúndios monocultores de cana de açúcar e a alta no preço de certos gêneros alimentícios em virtude da redução no cultivo de alguns alimentos para dar primazia ao plantio da cana.

Por conseguinte, a expansão canavieira devido ao fomento do Estado fez com que muitos camponeses que viviam da agricultura familiar perdessem suas terras e criações de gado para que os latifundiários monopolizassem o campo com a produção de cana de açúcar. Logo, o terreno fértil para o conflito estava posto. As lutas pela terra no estado da Paraíba emergiram com maior intensidade a partir da segunda metade da década de 1970 e, dentre os mais conhecidos, destacam-se os das fazendas Alagamar, Retirada, Mucatu, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim⁷⁶. (NUNES, 2009, p. 67).

Além do retorno de alguns movimentos rurais, que tinham se dispersados em razão da repressão que se abateu sobre as ligas camponesas no período do pós-golpe, vemos também nessa conjuntura de distensão política a formação de movimentos estudantis⁷⁷, de um movimento feminino pela anistia dos presos políticos⁷⁸, e de um incipiente movimento sindical, inspirado pelas manifestações operárias da região do ABC

⁷⁵Sobre o tema ver o texto de FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Proálcool**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/proalcool.htm>. Consultado em: 02 de janeiro de 2019.

⁷⁶Sobre os conflitos agrários na Paraíba, ver: MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e Vol. II, 1997. Esse tema será melhor trabalhado adiante no tópico 2.1: Conflitos no campo.

⁷⁷Sobre movimento estudantil ver a seguinte Dissertação: NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. Mestrado em História – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

⁷⁸O tema será melhor desenvolvido no capítulo II.

Paulista e pelo trabalho pastoral da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base. No tocante a esta última mobilização, Nunes (2009, p.72), afirma:

No final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria - com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo - como podemos constatar nesta entrevista de Edvan Silva dirigente sindical, representante da corrente dos “combativos”, a Secretária de Formação da CUT/PB: “...então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita [...] justamente tudo ligado e a trabalho” [...]. Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater este sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades onde as oposições ligadas ao “novo sindicalismo” ganharam as direções, foram a AMPEP e do Sindicato dos Têxteis.

Em regra, podemos inferir que os trabalhadores encontravam na Igreja amparo e acolhimento em tempos de instabilidade política, nas relações com o Governo Federal, ou nos conflitos que surgiram contra os latifundiários. Dentro desse contexto político-social é que atuava o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH)⁷⁹, em que o advogado e político Wanderley Caixe tornou-se uma figura fundamental no desenrolar dos conflitos agrários que houve no estado, em especial o da região da Grande Alagamar, que culminou com a intervenção federal no governo de João Baptista Figueiredo devido à dimensão da disputa territorial.

Em suma, a pesquisa histórica corrobora com a tese de que a Igreja Católica na Paraíba teve uma participação atuante nos movimentos populares, tanto em relação aos conflitos no âmbito agrário quanto na organização das oposições sindicais. De acordo com Nunes, (2009, p. 79) a instituição eclesiástica

atuava através de vários organismos criados com esta finalidade, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de

⁷⁹O trabalho do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba será desenvolvido no capítulo III.

João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), no campo; e Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Operária, etc., na zona urbana.

Durante a década de 1970 na Paraíba, o Arcebispo Dom José Maria Pires desempenhou um papel de liderança e resistência à Ditadura, sendo um personagem de suma importância nesse contexto histórico, uma vez que proferiu publicamente críticas contundentes à Ditadura Militar. Considerado um líder religioso ativo, envolveu-se em diversos conflitos no campo em prol dos trabalhadores rurais e em detrimento aos interesses dos grandes fazendeiros e do Governo Estadual. Conforme podemos perceber na fotografia a seguir⁸⁰, o Arcebispo Dom José sentado ao centro da imagem com um chapéu de palha na mão e rodeado por camponeses, era um homem muito simples, acessível e prestativo no cuidado com os mais humildes. Sua ação pastoral ficou conhecida como “Do centro para margem”⁸¹, por causa da sua opção em lutar e defender os mais pobres e marginalizados contra a elite política local e os latifundiários.

⁸⁰Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Em relação à fotografia não sei precisar o local, a data e o contexto em que foi tirada, porquanto a encontrei num álbum de fotografias de Dom José Maria Pires sem nenhuma especificação. O que podemos depreender a partir da seção do acervo em que estava é que o registro foi feito em uma das inúmeras visitas que Dom José fazia aos trabalhadores rurais no estado da Paraíba, durante o seu episcopado (1965-1995).

⁸¹ Sobre a questão social, a questão agrária e os Direitos Humanos, ver PIRES, Dom José Maria. **Do Centro para a margem**. João Pessoa: Acauã, 1978.



Assim como o Arcebispo pernambucano Dom Hélder Pessoa Câmara, Dom José atuava eficazmente nos meios populares, durante o processo de redemocratização - tanto durante a Campanha pela Anistia quanto nas manifestações pelas *Diretas Já* -, e em ações de engajamento político em áreas rurais na defesa dos camponeses, denunciando a concentração de terras, o latifúndio, a opressão aos pobres. Diante disso, algumas lideranças políticas do Estado e membros da classe latifundiária se desagradaram com esse modelo de *Igreja Viva*, resultante das proposições do Concílio Vaticano II (11/10/1962 a 08/12/1965)

Para o historiador Paulo Giovani Antonino Nunes (2009), devido a algumas características do estado da Paraíba, como: o atraso econômico e a tradição de práticas oligárquicas, a sua sociedade civil era considerada frágil. Não obstante, tais atributos não impediram que, em determinados momentos, ela se insurgisse contra a ordem política vigente, conforme podemos identificar no período da distensão política.

No tocante à Paraíba, tantos setores da sociedade civil quanto o Arcebispo Dom José Maria Pires foram entusiastas da Campanha pela Anistia. Apoiaram o movimento e enfatizaram a necessidade da aprovação da lei para o retorno de centenas de brasileiros que estavam proibidos de adentrar em seu país de origem e para cessar o clima de perseguição política existente.

A ala progressista da Igreja Católica, desde o começo do Movimento Feminino, pedia a anistia para os presos políticos. No Nordeste, Dom Hélder Câmara e Dom José Maria Pires foram os maiores ícones dessa corrente da Igreja voltada para as questões sociais:

Recife – A anistia ampla e irrestrita para os presos políticos e a permissão de volta imediata ao Brasil de todos os exilados foi pedida ontem pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, durante a manifestação comemorativa ao 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada ontem à noite, no Morro da Conceição. (Jornal *A União*. Dom Hélder pede anistia para os presos políticos. 23 de dezembro de 1978)

Na documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o Movimento Feminino Pela Anistia na Paraíba, encontramos a cópia do Regimento Interno dessa entidade, a qual também fora publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, na edição de 30 de setembro de 1978. Nesse Regimento do núcleo paraibano, constam informações sobre a estrutura, os membros e os objetivos do MFPA local, que nos ajudam a compor um entendimento acerca de como se processou a campanha pela anistia no estado. Segue abaixo um trecho desse Regimento:

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO DA PARAÍRA

Anistia é a exigência imperiosa do povo brasileiro. Ela brota dos reclamos de uma sociedade dividida. É o anseio popular cansado do arbítrio e da exceção. Neste quadro, anistia é o restabelecimento do direito, da liberdade e da soberania do povo brasileiro. 22-08-78

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO

Art. 1º - O núcleo da Paraíba do Movimento Feminino pela Anistia foi constituído em João Pessoa, no dia 22 de agosto de 1978. É o órgão que, neste Estado, tem por objetivo executar o programa e cumprir às finalidades previstas no Art. 2º dos Estatutos do MFPA publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 13-03-76. É dever de todas às sócias a luta pelo respeito aos preceitos instituídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil, bem como visa a elevação sociocultural da mulher e sobretudo a obtenção da anistia ampla e geral para todos os atingidos em seus direitos de cidadãos.

Art. 2º - Como organismo central, o Núcleo tem a duração indeterminada, **sem finalidade político-partidária, Ideológica ou lucrativa**, congregando mulheres de todas as classes sociais, orientando suas atividades estritamente de acordo com as leis do país, com os

Estatutos do MFPA e com o presente Regimento Interno⁸². (Grifos nossos)

No decorrer do documento, encontramos informações sobre os aspectos administrativos da organização, comunicando que as sócias deveriam contribuir para o fundo social da entidade, alertando que as que não cumprissem com os deveres previstos nos Estatutos do MFPA poderiam ser excluídas. Também notificava os poderes sociais da associação, que eram a Assembleia Geral e a Diretoria.

No tocante à Assembleia, só poderia ser composta pelas sócias que estivessem em pleno gozo dos seus direitos. Além disso, constavam no Regimento as competências da Assembleia Geral, da Diretoria, da Presidente do núcleo, da Secretária, da Tesoureira, assim como a descrição do processo eleitoral dos respectivos cargos.

A título de comprovação da consonância entre o clero e a causa da Anistia, há no Regimento Interno da secção paraibana do MFPA⁸³ a assinatura dos seguintes membros locais: Maria José Limeira Ferreira, jornalista; Maria dos Anjos Mendes Gomes, pós-graduanda em Letras pela UFPB; Maria de Fátima Cardoso, irmã do “terrorista” Calixtrato Cardoso Filho, que se encontrava à época preso, acusado de crimes políticos; Maria das Graças Leite de Souza e Ayala de Almeida Rocha, companheira de Wanderley Caixe, que, por sua vez, era o coordenador da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH), e amigo pessoal do Arcebispo Dom José Maria Pires.

A partir da documentação do SNI⁸⁴, podemos verificar a ligação das mulheres do MFPA paraibano com a ala progressista da Igreja Católica. Em determinado trecho do documento, ao se referir à militante Maria José Limeira Ferreira, o órgão de informação do Governo assinala que ela é “admiradora da ação desenvolvida por Dom José Maria Pires”.

Nesse período, o jornal *O Norte* publicou a seguinte notícia sobre a entidade:

⁸² DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA — Sábado, 30 de setembro de 1978. Fundo SNI. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, localizado no Arquivo José Américo de Almeida, João Pessoa.

⁸³ Fundado em 22 de agosto de 1978, na ocasião da visita da presidente nacional da entidade, Therezinha Zerbini, a João Pessoa.

⁸⁴ Serviço Nacional de Informações. **MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO DA PARAÍBA** (informação confidencial), nº 035/ac/79, de 13 de março de 1979. Fundo SNI. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba, localizado no Arquivo José Américo de Almeida, João Pessoa.

O MFPA – Núcleo da Paraíba, que inicialmente programara para o dia 25 de outubro de 1978 uma reunião pública no Colégio Pio X onde seria explicado, na opinião de um de seus membros, o objetivo de sua implantação, deixou de ser realizado na data prevista, em virtude de haver a direção do Educandário, a última hora, negado-se a ceder o auditório, alegando ter sido alertada por pais de alunos que se tratava de movimento subversivo. Também o ato público anunciado para o dia 1º de novembro de 1978, em frente à Assembleia Legislativa, foi adiado “sine die” (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO DA PARAÍBA. Jornal *O Norte*, 12 de novembro de 1978).⁸⁵

O movimento era considerado subversivo por parte da sociedade em virtude da origem dos seus membros. As mulheres eram ligadas a atividade pastoral da Igreja Católica; muitas vezes, parentes de presos políticos, portanto, associadas à oposição do Governo. Além disso, naquele período, as pessoas que mantinham relação com o partido comunista, ou com os militantes de esquerda ou com as Comunidades Eclesiais de Base, eram vistas como subversivas pela ordem vigente.

O MFPA funcionava em caráter provisório na residência de Maria José Limeira Ferreira, localizada rua Severino de Albuquerque Lucena, nº 332, no conjunto Costa e Silva, em João Pessoa. O movimento atuava denunciando a violência com que eram tratados os presos políticos. Para isso, as mulheres distribuía panfletos na cidade e na imprensa local. Certa vez, chegaram a publicar um relatório redigido pelos próprios presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá/PE, os quais relatavam as condições em que se encontravam, os abusos que sofriam pelos agentes da repressão, denunciando, desta forma, as violações dos direitos humanos que foram institucionalizadas pelos militares.

Na edição do jornal *O Norte*, de 12 novembro de 1978, encontramos a publicação: *Relatório mostra tratamento a presos políticos*, que ocupa duas páginas inteiras do periódico. Nesse relatório, que foi enviado para a Ordem dos Advogados do Brasil, para Comissão Executiva Nacional do MDB e para o Movimento Feminino Pela Anistia, os dezoito presos políticos, confinados no presídio de Itamaracá, narraram com detalhes a violência com que eram tratados. Dentre os detidos, encontrava-se o paraibano José Emilson Ribeiro da Silva, ex-revisor do jornal *A União*.

Diante do conhecimento desse relatório, o núcleo paraibano do Movimento Feminino pela Anistia distribuiu cópia do documento para a imprensa local e a denúncia

⁸⁵ O título da notícia aparece em caixa alta no referido periódico.

sobre os maus-tratos foi levada por esta entidade ao *Congresso Nacional pela Anistia*, realizado em São Paulo, entre os dias 02 e 05 do mês de novembro de 1978. Segue abaixo um trecho do relatório elaborado pelos presos de Itamaracá:

O golpe militar de 1964 traz o terror ao Recife, na forma de uma repressão bestial, com suas forças disparando em populares nas praças e vias públicas, ocasionando a morte dos estudantes Ivan de Aguiar, primeiranista de engenharia e Jonas Augusto, secundarista do Colégio Estadual de Pernambuco, além de uma balconista da loja "Remlet" e um transeunte não identificado. As prisões em massa, inclusive do governador Miguel Arraes, superlotaram presídios e quartéis. O terror extrapola a cidade e invade a zona rural, perseguindo camponeses e dirigentes de organizações como sindicatos e ligas camponesas. A tortura tornou-se corriqueira, podendo ser citado o exemplo ocorrido com o ex-deputado Gregório Bezerra, arrastado pelas ruas por uma corda amarrada ao pescoço, cabeça furada a golpes de cano de ferro, barbaramente espancado e forçado a caminhar descalço sobre ácidos. Vale salientar que nesta época Gregório Bezerra contava 65 anos de idade. (Relatório mostra tratamento a presos políticos. Jornal *O Norte*, João Pessoa, Domingo, 12 de novembro de 1978).

Além disso, o relatório registrava as práticas de torturas mais comuns no referido presídio, que eram: espancamento, choque-elétrico, afogamento, "pau-de-arara", telefone, violência sexual nas mulheres. Notificava os nomes das vítimas de homicídio que foram cometidos pelas equipes do DOI-CODI e do DOPS, no qual destacamos, a título de exemplo, o caso do Padre Henrique Pereira Neto, que fora sequestrado e morto sob torturas em 1969. Posteriormente, seu corpo foi encontrado num canavial próximo ao subúrbio do Recife. A partir desse caso, infere-se a existência de perseguição que existia a membros da Igreja Católica, em virtude do engajamento social e da luta travada contra a Ditadura, realizada por essa instituição.

Diante disso, ações foram propostas e empreendidas. No caso da Igreja Católica, por exemplo, desde 1972, setores progressistas atuavam na proteção a perseguidos políticos e delatavam a violência do Estado. O MFPA buscou o apoio da Igreja e manteve correspondência com membros do clero, chegando a encaminhar uma carta ao Papa Paulo VI dando notícias sobre a repressão que havia se instalado no país e pedindo sua bênção ao MFPA. Transcrevo a seguir um trecho dessa correspondência:

Pensamos estar amparadas pelas palavras de Vossa Santidade na Encíclica *Populorum Progressio* – quando em Bombaim: "O Homem

deve encontrar o Homem, as Nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade”. **Por ocasião da abertura do Ano Santo, Vossa Santidade apelou aos governos do mundo inteiro no sentido de que concedessem anistia a todos os presos políticos.** O Movimento Feminino pela Anistia se fez representar oficialmente na Conferência Internacional da Mulher, na cidade do México e, inspirado na grandeza do desejo de Vossa Santidade, lançou também o mesmo apelo: Anistia Incondicional e irrestrita aos presos políticos de todo o Mundo; aos resistentes de guerra e aos banidos e exilados por fazerem oposição a seus governos. (Grifos nossos). (Movimento Feminino pela Anistia. Correspondência. **À sua santidade, Papa Paulo VI**, 31 de julho de 1975. Arquivo Therezinha Zerbini, *apud* Duarte, 2009, p. 59).

Na Paraíba, a criação do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) fez parte de uma articulação nacional em prol da causa dos presos e exilados políticos. Esse movimento, em ação conjunta com a seção paraibana do jornal *O Trabalho*, salientou a importância da luta pela anistia, enfatizando a necessidade da libertação dos presos políticos de Itamaracá (PE), onde se encontravam dezenas de paraibanos.

De acordo com Nunes (2015), posteriormente, esse papel do MFPA seria desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, criado no Rio de Janeiro no início de 1978. Ainda nesse ano, no âmbito da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, rebatizado, em 1980, com o nome Grupo Feminista Maria Mulher.

1.3 A Igreja Católica e a Ditadura Militar ⁸⁶

Quando o General Ernesto Geisel foi eleito, em 1974, e anunciou o programa de distensão política controlada, decerto, julgou importante manter um bom relacionamento com a Igreja Católica, mesmo sendo protestante, pois era histórico e notório a importância do clero romano para a sociedade brasileira, uma vez que aquela instituição fez parte do processo de construção da identidade nacional e, por conseguinte, da história do Brasil.

Todavia, o chefe de Estado negava-se a aceitar as críticas e as pressões provenientes dos bispos no tocante à condução do governo. Por essa razão, a Comissão Bipartite⁸⁷, foi criada em 1970, para ser um fórum de reuniões secretas entre as altas autoridades da Igreja Católica e do Estado, com o propósito de solucionar pacificamente os conflitos que surgiram no decurso da Ditadura entre ambas instituições

Na obra *Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, o historiador Kenneth Serbin, trouxe à tona fatos até pouco tempo desconhecidos do grande público, no tocante ao elo entre a Igreja Católica e o Estado no período militar. Como, por exemplo, o acesso às atas da Comissão Bipartite.

Após quinze anos de pesquisa sobre a sociedade brasileira e a Igreja Católica, Serbin apresentou dados que possibilitaram uma compreensão mais coerente do posicionamento da Igreja naquele período, chegando à seguinte conclusão:

A participação da **Igreja Católica** nos anos da ditadura passa por dois extremos: do apoio ao repúdio. O entusiasmo e a euforia com os quais o Golpe foi inicialmente recebido e apoiado por grande parte da **Igreja**, aos poucos foram substituídos pela oposição e contestação, na medida em que o regime se revelou intolerável. Em um período que passou a ser marcado pelas mais diversas formas de violação aos direitos humanos, a **Igreja Católica** assumiu uma postura combativa ao regime militar, desempenhando um papel de destaque na luta contra a tortura e em defesa dos direitos humanos, transformando-se em uma das principais instituições opositoras da **Ditadura Militar**. (SERBIN, 2001, p. 223)

⁸⁶Este tópico aborda a relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro em sentido amplo, tanto a nível nacional quanto regional. O objetivo é descrever, em linhas gerais, o papel da instituição eclesiástica no período da distensão política.

⁸⁷ A Comissão Bipartite foi descoberta pelo historiador brasileiro e estadunidense, Kenneth Serbin. Sobre o tema ver: **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), como vimos, a Igreja Católica se empenhou para transformar seu relacionamento com a sociedade. Tal renovação eclesial fomentou o engajamento em lutas a favor da defesa dos direitos humanos e da justiça social. Somado a esse evento, a II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM –, realizado em Medellín, na Colômbia, em 1968, marcou a trajetória da ação dos bispos brasileiros, porquanto, a partir de então, houve o compromisso de colaborar com a construção de uma justiça social.

É importante destacar que, no documento final da Conferência de Medellín, o Papa Paulo VI, ciente dos regimes ditatoriais instalados na América Latina, orientou os bispos a como se comportarem diante do contexto político vigente:

Com relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes a ideia de que, além de suas funções normais específicas, têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes obter obstáculos. Além disso, as forças armadas têm a possibilidade de educar dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutados para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país. ((PAULO VI In: CELAM, 1998, p.37 apud PEREIRA, p. 99).

Podemos inferir, a partir desse documento de conclusão da Conferência, que a orientação dada pelo Sumo Pontífice era de que os bispos, em seus pronunciamentos, provocassem reflexões sobre a viabilidade de retorno ao regime democrático, e condenassem a ação dos militares no tocante à violência e ao cerceamento da liberdade dos cidadãos.

Contudo, os religiosos tiveram dificuldades em desenvolver esse plano no Brasil devido à forma de condução do Governo pelos militares, que consistia, entre outros aspectos, no autoritarismo e na repressão aos opositores. Nem mesmo os grupos católicos e os sacerdotes escaparam da Ditadura.

Em 1970, a Juventude Operária Católica – JOC – tornou-se um dos principais alvos do regime, em virtude de sua ação junto aos movimentos populares, na resistência ao Governo e na opção política pelo socialismo. De acordo com Serbin (2001, p. 189), “padres conhecidos como ‘assistentes eclesiais’ organizavam e aconselhavam o movimento”. Diante desse quadro, o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – atacou o prédio da JOC no Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

– Ibrades –, o qual era administrado por jesuítas que treinavam os membros da JOC e outros militantes de esquerda.

Nessa invasão, muitos clérigos foram presos e torturados pelo DOPS, dentre os quais Dom Aloísio Lorscheider, então Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Assim sendo, sua prisão gerou uma grande repercussão, inclusive em âmbito internacional, que chegou rapidamente ao conhecimento do Vaticano. O efeito foi uma manifestação incomum de unidade entre os diferentes setores da Igreja frente à Ditadura Militar.

No Brasil, uma nota de desagravo dirigido ao então Presidente Emílio Garrastazu Médici foi elaborada por cinco cardeais conservadores, a saber: Dom Agnello Rossi, Dom Jaime, Dom Vicente Scherer, Dom Eugênio Salles e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. (SERBIN, 2001, p. 193). E justamente devido ao ataque à JOC é que foi criada a Comissão Bipartite, cuja finalidade era discutir questões que envolvessem a Igreja Católica, assim como as denúncias de torturas. Segundo Ana Paula Abranowski (2014):

A ideia foi apresentada ao general **Antônio Carlos da Silva Muricy**, chefe do **Estado Maior do Exército**, pelo professor **Candido Mendes**, intelectual católico que se empenhou em lutar na defesa de presos e perseguidos políticos, buscando o fim dos crimes políticos e a manutenção do estado de direito. Ele foi responsável em fazer uma ponte entre o clero e os militares. O general **Muricy** agiu com cautela e levou a iniciativa para o conhecimento do presidente **Médici** e do general **Orlando Geisel**. Quando eles concordaram, o general voltou a encontrar-se com **Candido Mendes** informando que seria possível realizarem algo junto. **Candido Mendes** estendeu a informação para a **CNBB**.⁸⁸ (Grifos da autora)

Em seguida ao episódio do Ibrades, a Comissão dividiu-se em dois grupos: o da situação, dirigido pelo General Muricy; e o grupo “religioso” da Igreja Católica, sempre chefiado por alguma liderança da CNBB. A questão central da divergência era saber “onde termina a justiça social e começa a subversão?” (SERBIN, 2011, p. 239). Esse questionamento do Arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão Vilela, foi a pauta da primeira reunião do grupo.

⁸⁸ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/534576-entre-a-historia-e-a-memoria-a-atuacao-dos-bispos-catolicos-durante-a-ditadura-civil-militar-brasileira>. Consultado em 05 de agosto de 2018.

Ao todo, a Comissão realizou 24 encontros no decurso do Governo Médici e início do período Geisel, com o escopo de evitar um conflito ainda mais acentuado entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. O resultado de cada reunião era registrado em ata e encaminhado ao General Orlando Geisel, irmão do Presidente Ernesto Geisel. De acordo com a pesquisa do historiador Kenneth Serbin (2001, p. 221- 222):

O grupo religioso era dirigido pela hierarquia da **CNBB**, que variou em sua composição no decorrer dos encontros. Cada encontro da **Bipartite** tinha uma pauta predeterminada. Muitas duravam um dia inteiro” [...]. Segundo vários relatos, o diálogo produziu uma troca de ideias, de acusações e de contra-acusações sem constrangimentos entre os bispos e os oficiais.

Dessa forma, podemos concluir que havia um jogo de persuasão dos militares para arregimentarem o apoio da Igreja. Em contrapartida, o fato dos religiosos trazerem para os encontros cada vez mais denúncias de mortes e torturas fazia com que o projeto do Governo ficasse obstaculizado. No começo, o teor dos encontros girava em torno do planejamento de ações que visassem estabelecer uma colaboração entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro com a finalidade de desenvolver o país. Por conseguinte, as pautas passaram a ser os casos de atritos entre essas duas instituições, sobretudo no tocante à temática dos direitos humanos.

Outro tema relevante abordado nas reuniões era a busca de preservar a concordata moral⁸⁹, isto é, enquanto os militares almejavam a benção dos religiosos, estes visavam garantir privilégios na esfera do Regime como, por exemplo, ajuda financeira para a realização de obras ministeriais. Nesse cenário, aqueles padres e agentes da pastoral ligados à esquerda radical criticavam a postura do grupo da Igreja na Bipartite, uma vez que eram contra o contato direto com o “inimigo”.

Com a ascensão do General Ernesto Geisel à presidência da República, verificou-se que houve a manutenção da política de boas relações com a Igreja Católica, com acordos de colaboração firmados nas seguintes áreas: meio ambiente, crise energética, educação básica, problema indígena, conflitos de terra e combate ao uso das drogas. (SERBIN, p. 307)

Apesar do avanço em se buscar um melhor entendimento entre as instituições, a questão dos direitos humanos permanecia um tema difícil de solucionar. Por um lado,

⁸⁹Tratado entre o Vaticano e um governo a respeito de assuntos religiosos, o qual pode ser anunciado por decreto papal ou por tratado formal.

estava a Arquidiocese de São Paulo, cuja notoriedade nacional é resultado da luta pela defesa dos direitos humanos. No mesmo sentido, a CNBB atuava divulgando declarações contra a violação de tais direitos, à revelia do Governo.

Mais do que nunca, ficava evidente a necessidade de se retomar o Estado civil e de direito, conforme se observa na notícia divulgada poucos meses depois sob o título: **Cardeal defende a volta da plenitude democrática:**

O Cardeal Arcebispo e presidente da CNBB, Dom Aluísio [não há padrão no nome do religioso, às vezes, aparece no jornal Aloísio escrito com “o”, outras vezes, é grifado com “u”] Lorscheider, defendeu ontem a volta a plenitude democrática, acreditando ainda que um estado de exceção seja admissível, ele não poderá ser conservado indefinidamente. Neste ponto, o Cardeal acredita no diálogo que líderes políticos veem mantendo ultimamente (...). (*O Norte*, 14/09/1977)

Neste sentido de liberalização do Regime Militar, faz-se necessário à busca de uma maior interação entre o povo e o Estado, consoante o pronunciamento de Dom Avelar publicado no jornal *O Norte*, com o título: **Cardeal vê clima para o diálogo:**

O Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela afirmou em Salvador que já se criou, hoje, clima para maior diálogo entre o Governo e outros setores da sociedade, bastando agora que se alimente este estado de espírito em nível superior, em estilo mais definido, para que surjam as condições e as linhas diretoras do processo. Sobre as declarações feitas na semana passada pelo senador arenista Petrônio Portela, no sentido de dialogar com a Igreja, o Cardeal baiano, sustentou que a Igreja não poderá nem deverá ficar à margem dos acontecimentos, dentro de sua tradição e boa vontade historicamente comprovada. Acrescentou ainda que o diálogo, junto a Igreja, deve se estender para outros níveis como o órgão do episcopado, a CNBB. (*O Norte*, 14/09/1977)

No ano seguinte, o Papa Paulo VI publicou uma mensagem que recebeu do Presidente Ernesto Geisel, em que o chefe da nação brasileira expressou seu compromisso em associar-se à campanha mundial em prol da paz preparada pela Igreja Católica. O título da notícia é: **Vaticano divulga mensagem.** Apesar do teor do documento, não podemos nos esquecer que Geisel durante seu governo autorizou a execução de presos políticos conforme demonstrou o pesquisador da FGV, Matias Spektor, a partir da

publicação de um memorando da CIA⁹⁰. Segue abaixo um trecho da carta do Presidente Geisel endereçada ao Papa Paulo VI:

Cidade do Vaticano – O Vaticano divulgou ontem o teor da mensagem enviada ao Papa Paulo VI pelo presidente Ernesto Geisel na qual o chefe do Governo Brasileiro apoia a exportação do sumo pontífice contra a violência em sua proclamação do “Dia da Paz”, comemorado a primeiro de janeiro. A mensagem enviada pelo presidente brasileiro diz o seguinte: “Uma vez mais, tenho o prazer de associar-me a campanha de sua santidade em prol da paz, vigorizada agora pela mensagem inspiradora de 1º de janeiro de 1978, comemorativa do Dia Mundial da Paz. De fato, nos parece cada vez mais necessária a existência da verdadeira unidade de humanidade em torno de princípios que “digam não a violência e sim a paz”. (*A União*, 04/01/1978)

Em relação a Arquidiocese do Rio de Janeiro, a liderança discreta de Dom Eugênio Salles, no tocante ao trabalho em prol dos direitos humanos, fez com que o religioso fosse visto de modo duplo, na medida em que apoiava o governo e a CNBB, concomitantemente. Não obstante, um fato ocorrido em 1972 tenha marcado sua trajetória ministerial por ter sido interpretado como a mais forte demonstração de independência ao Regime:

Em janeiro de 1972, dom **Eugênio** demonstrou, a mais forte demonstração de independência dos militares. “A polícia queria prender o padre **João Daniel de Castro Filho** por suspeita de atividades subversivas na paróquia suburbana de Oswaldo Cruz”, mas dom **Eugênio**, conforme descreveu em entrevista, tentou usar seus contatos para proteger o padre **Daniel**. Em protesto à prisão deste sacerdote, dom **Eugênio** deixou a **Bipartite**. A saída de dom **Eugênio** foi um golpe devastador para a **Bipartite**. **Muricy** e dona **Virgínia**, sua esposa, ficaram chocados após tomarem conhecimento da decisão do cardeal em sair da Comissão. (SERBIN, p. 329).

Num estudo comparativo entre os documentos do General Muricy e do projeto *Brasil: nunca mais*, este último composto por documentos e processos judiciais de crimes políticos, Kenneth Serbin verificou que diversos casos foram debatidos pela Comissão

⁹⁰Ver a publicação no jornal Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumi-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Consultado em 12 de janeiro de 2019.

Bipartite. A título de exemplificação, temos o relato de Dom Waldyr Calheiros, sobre a tortura de dezenas de pessoas, ao Núncio Apostólico Umberto Mozzoni, que, por sua vez, fora responsável pelo abrandamento das dificuldades que envolveram a estrutura eclesiástica e o Estado. Ademais, as mortes do estudante Alexandre Vannucchi Leme (1973) e do jornalista Vladimir Herzog (1975) também foram temas discutidos na Bipartite.

Mesmo com o início do processo de distensão política e a decisão do Presidente Geisel em acabar com a comissão, a cultura do diálogo entre o poder temporal, representado pelo Estado brasileiro, e o poder religioso, representado pela Igreja Católica⁹¹, permaneceu, mas sem a necessidade de acontecer em segredo, uma vez que se estava em processo de abertura do regime político.

Na coluna de Tarcísio Holanda, no jornal *A União*, encontramos um texto intitulado **Relações Igreja-Estado**, no qual o jornalista escreveu sobre o progresso para um nível razoável de convívio entre as referidas instituições e expressou preocupação com a ameaça comunista no Brasil. Segue um trecho do excerto:

Brasília – Deterioradas durante largo espaço de tempo, as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, progrediram para um nível razoável, atualmente, embora ainda haja um longo caminho a percorrer, segundo se conclui de longa conversa no silêncio noturno do Centro de Treinamento de Itapoã, em Salvador, com o Primaz da Bahia e do Brasil Dom Avelar Brandão. Depois da entrevista do Arcebispo de Salvador, vieram os pronunciamentos do Cardeal Dom Eugênio Salles, do Rio de Janeiro, do Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo Maria Sigaud, e de Dom Aloísio Lorscheider, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, revelando uma sutil divergência na alta hierarquia do clero.

DOIS ESPECTROS

Em linhas mais ou menos moderadas, Dom Eugênio Salles e Dom Sigaud identificam uma clara ameaça comunista no país, particularmente nos meios de comunicação social, não colocando em plano prioritário a normalização das instituições democráticas. O Cardeal da Bahia inscreve como meta primeira a restauração

⁹¹ De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, na década de 1970, o percentual de brasileiros que se consideravam católicos era de mais de 85%. Logo, podemos dimensionar o papel dessa religião e de seu poder de inserção social naquele contexto histórico. Para mais informações, ver o texto **Novo Mapa das Religiões**, resultado da pesquisa coordenada pelo professor Marcelo Côrtes Neri da FGV, e disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/re13/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf. Consultado em 09 de janeiro de 2019.

democrática, embora preconizando a opção gradual do programa de distensão do Presidente. Obviamente atento para as diferenças que marcam a linha de ação política e ideológica da Igreja em relação aos Partidos Comunistas, o Arcebispo de Salvador considera mais importante a evolução de um programa de normalização a meio prazo sentenciando: Apesar das diferenças ideológicas, todos podemos alcançar um denominador comum. A Igreja, para Dom Avelar, não tem inclinação por nenhum partido político e seus membros estão vinculados às rígidas obrigações que acompanham a missão de um pastor. Mas a preocupação dominante da instituição – assevera o Cardeal da Bahia – dirige-se para um trabalho de ordenação de todas as forças vivas da sociedade para que tenha êxito um projeto político capaz de restaurar a confiança entre os brasileiros.

PROGRESSO

Embora faça questão de não citar nomes, Dom Avelar Brandão testemunha o que chama de sinceridade do atual Governo em promover a normalização institucional, afirmando que existem fortes sinais de que os mais credenciados representantes do poder estão empenhados na luta para vencer resistências e dificuldades. Dom Avelar observa que a Igreja não atua politicamente, no que esse termo tem de partidário, mas a esmagadora maioria de seus membros procura adotar uma postura humanista em relação aos acontecimentos temporais. Daí porque as mais altas figuras da hierarquia do clero mantêm permanente entendimento com autoridades governamentais. O Cardeal registra satisfação com os progressos obtidos no Brasil em relação aos direitos humanos, graças ao empenho do atual Governo. Mas, atento, às complexas circunstâncias políticas que o país atravessa, Dom Avelar Brandão afirma que “ainda há grande caminho a percorrer”. A Igreja tem uma doutrina incompatível com a violência, em todas as suas diferentes manifestações. Essa linha faz o Cardeal assinalar que o melhor caminho para vencer o impasse político-institucional ainda é um projeto de distensão gradual, firmemente controlado pelo Presidente da República, no caso o detentor do Poder (...). (*A União*, 11/03/1976)

Os bispos⁹² que, inicialmente, abonaram o plano de flexibilização política anunciada por Geisel, não demoraram para entender que suas relações com o Estado prosseguiriam conflituosas. Exemplo disso foi que após a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, os bispos de São Paulo publicaram um documento intitulado “Não

⁹² Sobre a Igreja e o lento processo de abertura política, ver o livro do historiador Paulo César Gomes, adaptado da sua Dissertação de Mestrado em História pela UFRJ, sob a orientação do professor Carlos Fico. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

oprimas teu irmão”⁹³, em que se manifestaram contra a “onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e [os] graves acontecimentos que vêm estarecendo a população de São Paulo”. O confronto com a Ditadura voltou a se acirrar (GOMES, 2014, p. 43).

Em 1976, mais um episódio gerou atrito entre o clero e o Estado. Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu (RJ), foi sequestrado por grupos armados de direita e torturado. Conhecido opositor da Ditadura Militar, Dom Adriano atuava na defesa dos direitos dos operários na região da sua diocese. Por ser frequentemente visto ao lado dos trabalhadores, associaram-no como partidário do comunismo.

De acordo com Márcio Moreira Alves, no seu livro *A Igreja e a Política no Brasil*, a sanha dos agressores contra o bispo Hipólito foi despertada pela intensa campanha do clérigo contra o ‘Esquadrão da Morte’ e por ser, particularmente, ativo na diocese. Seu relato acerca do sequestro e da forma como foi torturado está reproduzido no livro de Alves que, por sua vez, o encontrou no arquivo do SEDOC, datado de dezembro de 1976. Segue adiante a transcrição de algumas passagens:

Na quarta-feira, 22 de setembro de 1976, pelas 19h, saí do meu gabinete na Cúria Diocesana. Desci à galeria, fiquei conversando ainda uns 10 minutos com o Pe. Henrique David, da Catedral. No meu Volkswagen sedan já estavam sentados meu sobrinho Fernando Leal Webering, ao volante, e, no banco traseiro, sua noiva Maria del Pilar Iglesias. Pelas 19h15 me despedi, entrei no VW ao lado de Fernando e saímos. Íamos para casa, no Parque Flora (...). Ao entramos na Rodovia Presidente Dutra (direção de São Paulo), um pouco depois do km 13, (...) um VW vermelho seguia atrás de nós (...). Galgamos a rua Moçambique, que é onde mora Pilar, uns cinco metros antes do portão de Pilar o VW vermelho nos cortou pela frente e um outro carro pelo lado. Saltaram cinco ou seis homens armados de pistolas, ameaçadores, e se aproximaram do nosso carro. Com brutalidade, dois elementos me arrastaram e me atiraram no banco traseiro do carro deles, com pancadas na cabeça e no corpo, para eu me acachapar. Logo o elemento que estava ao lado do motorista se virou com pancadas para mim e me encapuzou. Senti-me asfixiar (...). Sempre me batiam, soltando palavrões. Logo no começo, ouvi o elemento da direita dizer para o motorista: ‘Esse serviço vai render quatro milhas’. Depois de corrermos como loucos uns trinta ou quarenta minutos, paramos. Saíram do carro e daí a pouco mandaram que eu sáísse também (...). A primeira coisa que fizeram foi tirar toda a roupa, deixando-me inteiramente nu. Havia

⁹³“Não oprimas teu irmão”. Documento dos Bispos de São Paulo. Sedoc, 8 (1975-1976), p. 729 (apud MAINWARING, 2004, p. 175).

um que rugia como uma fera. Outro me disse: ‘Chegou a tua hora, miserável, traidor vermelho. Nós somos da Ação Anticomunista Brasileira e vamos tirar vingança. Você é um comunista traidor. Chegou a hora da vingança para você, depois é a hora do Bispo Calheiros, de Volta Redonda, e de outros traidores. Temos a lista dos traidores’. Depois acrescentaram: ‘Diga que é comunista, miserável’. Ao que respondi: ‘Nunca fui, não sou, nem serei comunista. O que eu fiz foi sempre defender o povo’. De vez em quando me davam pontapés. Começaram a lançar spray no meu corpo. Eu sentia o borrifar e o frio do spray. Tinha um cheiro acre. Depois me disseram duas vezes: ‘O chefe deu ordem para não matar, você não vai morrer, não. É só para aprender a deixar de ser comunista’. Houve um silêncio prolongado e me deram ordem de entrar novamente no carro. A cena tinha durado entre 30 e 40 minutos (...) nu e atado fiquei na calçada. Nisto se aproxima, do lado da rua onde me encontro, um rapaz. Chega perto de mim e eu peço: ‘O sr. pode me desamarrar? Eu sou padre e fui assaltado’. Começa a me ajudar (...). No DOPS fui interrogado pelo Dr. Borges Fortes. Soube então que o meu Volkswagen tinha explodido na frente da CNBB e que meu sobrinho Fernando tinha sido encontrado. (ALVES, 1979, p. 213-216)

O sequestro de Dom Adriano Hipólito nunca foi esclarecido, apesar dos protestos da CNBB e da pressão exercida, a nível diplomático, pelo Núncio Apostólico, que é o representante do Vaticano no Brasil. No mesmo ano, outra agressão a um membro da Igreja gerou uma grande repercussão. Desta vez, a investida contra o clero resultou na morte do padre João Paulo Bosco Penido Burnier, pertencente à prelazia de São Félix do Araguaia (MT). O acontecimento é descrito por ESCRIBANO (2000, p. 99 apud GOMES, 2014, p. 43):

Dom Pedro Casaldáliga, acompanhado pelo padre João Pedro Burnier, foi a uma delegacia em Ribeirão Bonito, a 300 quilômetros de São Félix, dar queixa das prisões e torturas sofridas por camponeses. Quando ameaçaram denunciar as arbitrariedades cometidas, entraram em séria discussão com os policiais. O padre João Bosco acabou sendo assassinado com um tiro na nuca por um soldado na própria delegacia. Dom Pedro logo denunciou o crime no boletim da diocese – o Alvorada. Outros bispos também buscaram denunciar o assassinato do padre. No boletim *Brasil: Informações e comentários*, difundido pela Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo, conforme [consta] no relatório do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), repudiou o acontecimento e reforçou a necessidade de esclarecimento do crime.

Tanto esse caso do padre Bosco quanto à agressão ao Dom Adriano Hipólito ocasionou no início de uma nova fase entre a Igreja Católica e o Governo Militar. A partir de então, os protestos contra à Ditadura passaram a ser mais incisivos. O documento *Comunicação pastoral ao povo de Deus*⁹⁴, divulgado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), elencou várias causas de insatisfação do clero com o Estado.

Além dos episódios descritos acima, o texto mencionou: a censura ao jornal *O São Paulo*, pertencente à Arquidiocese de São Paulo, dirigida por Dom Paulo Evaristo Arns; a censura a Dom Hélder Pessoa Câmara; os atentados nas sedes da Ordem dos Advogados do Brasil e na Associação Brasileira de Imprensa; a má distribuição de renda; a necessidade de defender os direitos dos indígenas; e críticas à ideologia de segurança nacional, em nome da qual se violava os direitos humanos.

Não obstante, o documento mais representativo lançado nesse período pela CNBB foi *Exigências cristãs de uma nova ordem política*⁹⁵, na qual a entidade se posicionou criticamente contra o autoritarismo do governo, à falta de participação política do povo no processo eleitoral⁹⁶e oposição à doutrina de segurança nacional, uma vez que é competência do Estado garantir a efetivação dos direitos humanos. Segue adiante um trecho da referida manifestação:

É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum. [...] A segurança, como bem da nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos alvitantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e em impunidade.⁹⁷

⁹⁴O documento encontra-se disponível no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em: http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c94c18c35d.pdf. Consultado em 09 de janeiro de 2019.

⁹⁵ O documento foi elaborado durante a XV Assembleia Geral dos bispos brasileiros, em outubro de 1977.

⁹⁶Os ocupantes dos cargos de Presidente da República, Governador de estado e um terço do Senado Federal eram eleitos de forma indireta.

⁹⁷O documento na íntegra encontra-se disponível na página oficial da CNBB, em: http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c94e0a5922.pdf. Consultado em 09 de janeiro de 2019.

O propósito da comunicação era basicamente dois: condenar as interferências dos militares em seus assuntos, como também ratificar suas acusações contra as arbitrariedades do regime político. Contudo, é importante ressaltar que a CNBB jamais chegou a sugerir uma ruptura com o Estado brasileiro. Os bispos estavam apenas se posicionando, de forma colegiada e incisiva, contra os abusos que vinham acontecendo por ação do Poder Executivo. Os documentos publicados a seguir pela instituição mantiveram o mesmo teor crítico, conforme salienta GOMES (2014, p. 45):

[...] tais líderes religiosos nunca haviam atuado de maneira tão coesa e com um nível tão baixo de conflitos internos. As opiniões daqueles bispos conhecidos por defender um catolicismo ultraconservador, como Dom Geraldo Proença Sigaud (Diamantina, MG) e Dom Antônio Castro Mayer (Campos dos Goytacazes, RJ) acabaram ficando enfraquecidas. A postura adotada pelo episcopado a partir de então, ao menos pelos que conseguiam expressar-se por meio da CNBB, diferia claramente da sustentada nos anos anteriores. O foco das críticas estava não apenas no autoritarismo do regime, como sobre a desigualdade social, ocasionada por uma política de desenvolvimento econômico excludente, e, também, no enfraquecimento da participação democrática da população. Para que todas essas medidas defendidas pelos bispos fossem implementadas, era preciso haver uma grande reestruturação da ordem vigente. Contudo eles sabiam que dificilmente isso ocorreria num futuro próximo.

Posteriormente, na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (III CELAM), realizado em Puebla de los Angeles, no México, em 1979, foi aprovado um texto que endossava o apelo dos bispos brasileiros pela restauração do Estado Democrático de Direito no país. Em contrapartida, esta conferência também representou uma contenção daqueles religiosos mais audaciosos, uma vez que com a ascensão ao papado do polonês Karol Wojtyła, o Papa João Paulo II, em 1978, confesso anticomunista e conservador, o Vaticano passou a adotar uma orientação mais centralizadora e, de imediato, reprovou o movimento da Teologia da Libertação⁹⁸.

⁹⁸A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que nasceu na América Latina após a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência de Medellín (1968). A influência desses encontros ecumênicos serviu para criar uma geração de padres atentos à questão de mudar a realidade social daqueles que viviam em situação de pobreza. A Teologia abrange várias correntes de pensamento que interpretam o ensino de Jesus Cristo em termos de uma libertação das injustiças sócio-políticas e econômicas. Para mais informações, ver: BOFF, Leonardo. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005 e, do mesmo autor, o livro **Jesus Cristo Libertador**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003; e VILELA, D. M. **Utopias esquecidas. Origens da Teologia da Libertação**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

E, como se sabe, os bispos brasileiros mais combativos à Ditadura Militar eram signatários dessa corrente cristã. Em reação aos ideólogos de tal Teologia, o Papa João Paulo II advertiu os bispos que a seguiam, repreendeu publicações sobre o tema e decidiu subdividir a Arquidiocese de São Paulo, como meio de diminuir a influência do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns que era ligado ao movimento da Teologia da Libertação, sendo um dos religiosos mais atuantes contra a Ditadura Militar.

A partir do avanço do processo de abertura política, consolidado no governo de João Baptista Figueiredo, a relação entre Estado e Igreja começou a, paulatinamente, melhorar, porquanto tivemos a queda de prisões por motivos políticos. Ademais, a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, e a reforma partidária que ocorreu logo depois fizeram com que os ânimos que estavam exaltados entre as duas instituições se esmorecessem.

Com o tempo, a Igreja deixou de ser o centro que aglomerava os movimentos de esquerda no Brasil. Esse espaço foi sendo ocupado, neste período de transição política, por outras instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, que empreenderam esforços na defesa das liberdades civis e na implantação de um Estado Democrático de Direito, além do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, com a finalidade de lutar pelos direitos da classe trabalhadora.

O fim da ditadura e o fortalecimento do conservadorismo teriam arrefecido o vigor dos bispos mais críticos, com poucas exceções, e também enfraquecido os movimentos de base. A Igreja e, por conseguinte, a CNBB, passaria a priorizar questões institucionais e atividades religiosas, usando estratégias que lembravam o pré-64. Certamente, havia a preocupação dos bispos em não transformar a Igreja em uma instituição política, o que poderia representar um risco para sua identidade. A intenção de reforçar seu caráter religioso era uma ideia defendida por todos os seus membros, e mesmo os teólogos mais progressistas buscavam delimitar o envolvimento político da instituição. A Igreja, portanto, deveria agir como uma entidade religiosa, e não como um partido político. O seu papel seria o de encorajar as mudanças, e não o de substituir o Estado. Uma evidência dessa perspectiva foi a proibição de que padres e freiras se candidatassem a cargos públicos governamentais. (GOMES, 2014, p. 46)

Em suma, os bispos da CNBB tiveram uma função fundamental neste contexto de distensão política, em razão de constituírem um dos poucos grupos sociais que

conseguiram contestar o Governo Militar com alguma margem de liberdade. Os religiosos se baseavam na tradicional relação histórica entre ambas instituições, que até a proclamação da República fazia parte de uma só estrutura. Contudo, mesmo diante de sua posição privilegiada, parte de seus membros não escaparam das garras do aparato repressivo do Estado.

Podemos concluir de toda essa história que a tradição de envolvimento da Igreja Católica na política brasileira se fortaleceu no período da Ditadura, gerando efeitos nos governos civis que a substituiu, como podemos observar no processo de criação da Constituição Federal de 1988, em que o episcopado interveio para incluir na Magna Carta a proteção aos direitos humanos, às minorias, à participação do povo na vida política do país e à busca por igualdade social. Conforme pontuou GOMES (2014, p. 48): “o papel exercido pela CNBB foi fundamental para que a noção de direitos humanos, em sentido amplo, passasse a fazer parte da democracia brasileira”.

Vale salientar que dentro da Igreja havia uma variedade de religiosos que nem sempre convergiam no tocante à posição ideológica. Enquanto, por um lado, tínhamos Arcebispos como Dom Vicente Scherer (RS) e Dom Eugênio Sales (RJ) que mantinham uma relação de amizade com os chefes militares, por outro, há Arcebispos como Dom Waldyr Calheiros (RJ) e Dom Hélder Pessoa Câmara (PE) que desempenharam um papel combativo frente à cúpula do Governo na luta pelos direitos humanos.

Partindo dessa premissa, podemos delinear duas vertentes da Igreja: uma conservadora, adepta da concepção da neocristandade; por outro lado, temos os progressistas, do qual Dom José Maria Pires fazia parte e que se caracterizava por ser um grupo que almejava se aproximar dos pobres, sendo signatários da Teologia da Libertação. Para Pereira (2012, p. 67):

Existia no país a presença de duas experiências antagônicas dentro da mesma Igreja. Os grupos religiosos de esquerda se vinculavam com facilidade aos movimentos políticos de orientação semelhante e os grupos religiosos de direita também possuíam suas lideranças com um bom número de seguidores. O clima religioso era o não só de “troca de farpas”, mas também de anátemas.

Sobre essa cisão ideológica dentro da Igreja, é importante lembrar que os agentes da repressão contaram com o apoio de setores expressivos da sociedade civil, inclusive de parte da Igreja Católica, que, por meio da Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição,

da Família e da Propriedade (TFP), não economizou esforços para combater à oposição. De acordo com Júnior (2008, p. 53):

A TFP também contribuiu para a tentativa de isolamento dos setores progressistas do clero católico que se opunham à ditadura. As ligações de grupos de religiosos com a luta armada foram tratadas de modo prioritário, no sentido de combater e depurar esse clero e manter sobre seus integrantes um rígido controle.

Em suma, o que podemos inferir da relação entre a Igreja e o Estado neste período de distensão política é que o diálogo era sempre o primeiro caminho para a resolução dos conflitos, e foi por essa razão que surgiu a Comissão Bipartite na década de 1970. Contudo, mesmo diante dos esforços de ambas instituições em se manter um relacionamento cordial, verificamos na documentação da época casos de tortura e assassinato contra sacerdotes mais ativistas, como, por exemplo, o caso do Bispo Adriano Hipólito e do Padre João Penido Burnier, respectivamente

CAPÍTULO II - A ATUAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA NA DITADURA MILITAR

2.1 A Arquidiocese e a liderança de Dom José Maria Pires

A princípio, a presente dissertação tinha por objetivo estudar o papel da ala progressista⁹⁹ da Igreja Católica no estado paraibano, contudo, no decurso da pesquisa nos arquivos, a documentação do período encaminhou o projeto para outra direção, uma vez que a grande massa documental encontrada na imprensa paraibana, no acervo do Ministério da Justiça e na Arquidiocese da Paraíba está ligada à figura do Arcebispo da Paraíba na época, Dom José Maria Pires¹⁰⁰.

Por essa razão, este capítulo sobre a atuação da Arquidiocese está centrado mais na ação pastoral e política do referido religioso, apesar de apresentar alguns casos de outros padres, em menor extensão. Ademais, saliento que não compreendo a atividade da Igreja isolada do desempenho de seu líder, mas sim como duas entidades que se associam. Dom José é a maior liderança da Igreja Católica neste período de distensão política no estado paraibano, por isso que a maior parte da produção historiográfica católica está concentrada em sua trajetória ministerial.

Feita esta ressalva, é importante esclarecer também que o recorte espacial da Arquidiocese não corresponde ao limite territorial do estado da Paraíba, embora o tenha em seu nome. Para isso, faço um adendo para explicar a fundação dessa sucursal da Igreja Católica Apostólica Romana no estado paraibano.

De acordo com os dados disponibilizados pela própria instituição¹⁰¹, a história da Arquidiocese remonta a 27 de abril de 1892, quando o Papa Leão XIII desmembrou o território que abarcava os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba por meio da Bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, constituindo assim, uma nova Diocese com sede na capital

⁹⁹ Por progressista entende-se o segmento da Igreja Católica que mantinha uma postura mais combativa à Ditadura Militar, em contraponto aos religiosos que eram aliados ao Governo, os quais, eram regra, pertenciam a ala conservadora da instituição. Então, a Arquidiocese da Paraíba, neste período, se enquadrava na linha progressista, juntamente com a vizinha Arquidiocese de Olinda e Recife, de Dom Hélder Câmara.

¹⁰⁰ Episcopado de 02 de dezembro de 1965 a 29 de novembro de 1995.

¹⁰¹ Disponível no site da Arquidiocese da Paraíba em: <http://www.arquidiocesepb.org.br/>. Consultado em: 12 de janeiro de 2019.

da Paraíba¹⁰². Porém, ela só foi instalada de fato em 04 de março de 1894, com a nomeação de seu primeiro Bispo, Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques.

Com o passar do tempo, parte do território eclesial foi se reconfigurando com a formação de novas circunscrições. Dessa forma, em 1909, é criada a Diocese de Natal, desmembrando assim, todo o Rio Grande do Norte da Diocese da Paraíba. No ano seguinte, tanto a Diocese de Natal quanto da Paraíba se tornaram sufragâneas da recém-elevada Arquidiocese de Olinda e Recife.

Posteriormente, no dia 06 de fevereiro de 1914, o Papa São Pio X, por meio da *Bula Maius Catholicae Religionis Incrementum*, criou a Diocese de Cajazeiras no sertão paraibano e, concomitantemente, elevou a Diocese da Paraíba à condição de Arquidiocese, tendo por sufragâneas as duas Dioceses recentemente desmembradas, a de Natal e a de Cajazeiras.

Anos depois, em maio de 1949, o Papa Pio XII criou a Diocese de Campina Grande e, um decênio mais tarde, em janeiro de 1959, sob o pontificado de João XXIII, fundou a Diocese de Patos a partir do território das Dioceses de Cajazeiras e Campina Grande. Finalmente, em 1980, tivemos a última modificação no território originalmente pertencente à Arquidiocese da Paraíba, que foi a criação da Diocese de Guarabira.

Então, quando me referir nesse contexto da pesquisa à Arquidiocese da Paraíba, a área territorial da circunscrição eclesiástica corresponde à região do litoral e do brejo paraibano. É sobre esse ambiente que os fatos a seguir serão majoritariamente desenvolvidos.

Feita esta explanação, retomemos nosso foco. O Arcebispo Dom José Maria Pires notabilizou-se por exercer uma forte liderança e resistência à Ditadura durante o processo de distensão política, uma vez que proferiu publicamente críticas contundentes contra a Ditadura Militar. O religioso representou um ponto fora da curva enquanto líder da Igreja, se compararmos com o comportamento dos Arcebispos que o antecederam¹⁰³. Pois Dom José teve a iniciativa de sair do conforto do Palácio do Bispo para ir às ruas e aos campos, lutar pelo que julgava justo e coerente com a prática de um verdadeiro cristão. E,

¹⁰² Sobre o tema ver a Tese: **Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1892-1910)**. Defendida no doutorado em História Social na Universidade de São Paulo por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, em 1994. Disponível em: [file:///C:/Users/Jana%20C3%ADna%20Gomes/Downloads/180-Manuscrito%20do%20Livro-529-3-10-20180305%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jana%20C3%ADna%20Gomes/Downloads/180-Manuscrito%20do%20Livro-529-3-10-20180305%20(1).pdf). Consultado em 12 de janeiro de 2019.

¹⁰³ Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques (1914 a 1935); Dom Moisés Sizenando Coelho. (1935 a 1959); Dom Mário de Miranda Vilas-Boas (1959 a 1965). Depois de Dom José Maria Pires (1965 a 1995), tivemos como Arcebispos da Paraíba: Dom Marcelo Pinto Carvalheira (1996 a 2004); Dom Aldo di Cillo Pagotto (2004 a 2016) e Dom Frei Manoel Delson Pedreira da Cruz, desde 20/05/2017.

considerando a conjuntura da época, em que se vivia num Estado de Exceção, sua ação política e social lhe rendeu concomitantemente aplausos e perseguições.

Dom José Maria Pires nasceu em 15 de março de 1919, em Córregos, pequeno distrito da cidade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Começou sua vida eclesiástica no estado mineiro, tendo sido sagrado bispo da Diocese de Araçuaí, em 22 de setembro de 1957. Enquanto era bispo dessa Diocese, Dom José, também conhecido por Dom Pelé, participou do Concílio Vaticano II.

Em entrevista ao jornal *O Povo*, Dom José explicou a origem do apelido:

Quando fui ordenado bispo, em 1957, eu era o único bispo negro no episcopado brasileiro. Foi a época em que Pelé estava no auge, jovenzinho. Numa das nossas reuniões, entrei um pouquinho atrasado com outro bispo. Quando entrei, eles disseram: “Feola (Vicente Feola, ex-jogador da seleção brasileira), que era um gordocho, e Pelé”. Então começaram a me chamar de Pelé.

- **O Povo:** O apelido lhe agradou?

- **Dom José:** Não, para mim é indiferente. Uns me chamam de José, outros de Zé Maria. Eu respondo por tudo isso (risos).¹⁰⁴

Em 1962, foi para a Itália participar do Concílio Vaticano II, encontro ecumênico realizado por iniciativa do Papa João XXIII, e, com a sua morte em 1963, coube ao seu sucessor, o Papa Paulo VI, concluir o concílio em 1965, o qual representou um verdadeiro marco na história da Igreja Católica no século XX. De acordo com Pereira (2012, p. 48):

O concílio é chamado de ecumênico pelo fato de congregar bispos dos mais diversos países do mundo. Durante a realização deste evento, os bispos refletem sobre que rumos a Igreja Católica deve tomar do ponto de vista doutrinal e pastoral. Como resultado de uma ação desta natureza há a promulgação de alguns documentos de suma importância que refletem as decisões e prioridades desse encontro de bispos.

O Concílio Vaticano II, segundo o Papa João XXIII, tinha por finalidade de que a Igreja realizasse uma autoavaliação e se atualizasse frente a temas da contemporaneidade. Sua proposta era a de fazer um *aggiornamento* da Igreja, isto é, atualização e abertura.

¹⁰⁴A entrevista ao jornal *O Povo* foi feita em 2015 e encontra-se disponível no seguinte site: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornalpaginasazuis.3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.

Esse evento teve uma forte influência na prática pastoral exercida por Dom José Maria Pires no estado da Paraíba. Ele buscou colocar em ação as resoluções do Concílio, apresentando em seu ministério o modelo de uma Igreja atenta às questões sociais e mais aberta ao povo. Em entrevista, Dom José explicou que

O Concílio Vaticano II projetou uma nova imagem de igreja e uma nova imagem do padre. Antes, o padre andava de batina, celebrava a missa e fazia batizado em latim. Devia ser um sujeito bem afastado, celebrava de costas para o povo. O Concílio projeta uma imagem diferente. É aquele que é social, conversa com todo mundo, se aproxima. Então um grupo de padres mais velhos fica nesse rito antigo, os padres mais novos não. Então dá uma confusão tremenda. No Nordeste, tinha isso.

- **O Povo:** Esta teoria e esta imagem pensada durante o Concílio foi aplicada?

- **Dom José:** Ela não foi pensada durante o Concílio. Essa é a imagem original da Igreja. As comunidades apostólicas começaram desse jeito. O que a gente está fazendo depois do Concílio é aquilo que São João XXIII chamou de refontização. Voltar às fontes. Como era a Igreja no começo? Como ela nasceu? Vamos voltar às fontes. Agora, a teoria fala das fontes. Mas acontece que, com o passar dos séculos, as coisas mudam. Hoje as mulheres não se vestem mais como se vestiam naquele período. Então temos que atualizar. A Igreja então tem que ser fiel àquele começo, mas atualizada. Você vai conservar o ardor, mas vai usar as possibilidades de atualização daquilo.¹⁰⁵

“Dom Pelé” chegou à Paraíba em 26 de março de 1966, para suceder a Dom Mario de Miranda Villas Boas no cargo de Arcebispo do estado. Segundo Pereira (2012, p. 87):

Embora apoiando o Golpe Militar de 1964, quando ainda era bispo daquela diocese mineira [Araçuaí], Dom José mudou sua postura acerca do regime militar já nesse mesmo ano, enfrentando o autoritarismo dos militares e defendendo as vítimas do regime ditatorial. Chegando a Paraíba, em 1966, permaneceu firme na luta contra as arbitrariedades dos militares e buscou alternativas para resolução de problemas como a fome e a seca, criando duas iniciativas relevantes: a *Operação Gota D'água* e o *Projeto Igreja Viva*. Ambos com preocupações maiores que o mero assistencialismo tão presente na instituição eclesial.

¹⁰⁵ A entrevista ao jornal *O Povo* foi feita em 2015 e encontra-se disponível no seguinte site: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornalpaginasazuis.3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.



106

Na fotografia acima podemos visualizar a chegada de Dom José Maria Pires em 1966, na capital da Paraíba, acompanhado do então governador do estado, João Agripino Filho. Dom José encontra-se vestido com a indumentária específica do cargo de Arcebispo, traje este que será posteriormente substituído por vestimentas mais simples, conforme verificamos na fotografia do capítulo anterior em que Dom José está cercado por agricultores.

No tocante ao golpe de 1964, Dom José Maria Pires foi um grande entusiasta a princípio, assim como grande parte dos membros da Igreja Católica do período. Entretanto, tempo depois, decepcionou-se com o regime dos militares por não terem posto em prática o programa de governo que fora anunciado. Além de agirem repressivamente contra os opositores políticos. Em entrevista a Vanderlan Pereira, Dom José disse o seguinte:

A gente vivia numa situação de instabilidade muito grande. Veio o Golpe de 64 e a primeira manifestação do General Castelo Branco dizendo que a Revolução não foi feita para defender os privilégios dos

¹⁰⁶ Registro da chegada de Dom José Maria Pires em João Pessoa, 26/03/1966. Ao seu lado, está o então Governador do estado, João Agripino Maia. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

ricos (...). Então uma manifestação muito de acordo com aquilo que a gente esperava. Acontece que pouco depois a gente começa a ver que a Revolução não era para melhorar a situação do Brasil. (PEREIRA, 2012, p. 70)

A partir de então, começaram as críticas do Arcebispo paraibano à nova ordem política, ainda em 1964, devido à violência instaurada por meio dos Atos Institucionais. A ala progressista da Igreja fora acusada de defender e ajudar comunistas, por isso, era perseguida em diversos estados do país, inclusive na Paraíba. De acordo com o historiador Raimundo Barros, houve abusos por parte dos oficiais militares em relação à Igreja:

Conflitos, confirmando a expectativa, os houve; foram inúmeros; de todos os feitios e capazes de satisfazer todos os gostos, chegando quase a esgotar a pauta das alternativas possíveis. Abrangeram praticamente todas as regiões do País e envolveram leigos, clérigos e bispos: manobras de intimidação. Censura ao acesso aos meios de comunicação social; acidentes de todo o gênero; intensas campanhas de difamação sem conceder às vítimas a mínima chance de defesa; invasão de instituições ligadas à Igreja, de residências paroquiais e mesmo episcopais; (...) prisões e torturas; processos esdrúxulos, que se arrastaram por meses e às vezes anos; deportações sumárias de estrangeiros, que trabalhavam nos quadros da Igreja; e finalmente sequestros, execuções e assassinatos (BARROS, 2003, p. 173).

Em relação às vítimas da Ditadura Militar, Dom José buscava conceder proteção dentro de suas possibilidades, em suas palavras:

A gente fazia o que era possível. Se era preciso esconder a pessoa, a gente já sabia que devia mandar para tal lugar, mandava muitas vezes para o interior, para casa de um padre. É necessário? Como é que vai para lá? Entra no meu carro aqui, fica lá atrás, deita lá. Meu carro passava. Não tinha a Manzuá, mas tinha a polícia na estrada... Era o arcebispo, pronto, logo conseguia. Então a gente pode levar pessoas assim. (PEREIRA, 2012, p. 95)¹⁰⁷

Portanto, Dom José Maria Pires foi um líder religioso que não se limitou a ficar restrito ao ambiente do Palácio do Bispo, sede oficial do Arcebispado da Paraíba, como o fizeram seus antecessores, pelo contrário, ele se envolveu nos conflitos sociais que

¹⁰⁷ Este trecho faz parte da entrevista que Dom José concedeu ao pesquisador Vanderlan Pereira, em 2012.

existiram na época da Ditadura, sempre estando ao lado dos menos favorecidos, dos trabalhadores rurais e dos estudantes perseguidos.

Em suma, manteve uma posição de defesa dos direitos humanos, de ajuda aos mais necessitados e de crítica às arbitrariedades cometidas pelo sistema. Não se calou diante das graves injustiças cometidas contra os trabalhadores. Ele estava em consonância com as diretrizes legadas do Concílio Vaticano II, assim como as reflexões resultantes da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano que, por sua vez, defendiam à postura de uma Igreja mais preocupada com a questão dos pobres e oprimidos. Uma Igreja que buscava ajudar na transformação da condição dessa camada da população, não se limitando às práticas assistencialistas. Propunha-se, portanto, uma Igreja viva e atuante.

Outra contribuição desses encontros episcopais foi a ideia de criação das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base – que tinha por propósito aproximar a Igreja da sociedade, sobretudo daqueles mais carentes. No entendimento do Teólogo Leonardo Boff:

As CEB's significam a “construção de uma Igreja viva, mais do que a multiplicação de estruturas materiais”, participação vital e íntima dos membros inseridos numa mesma realidade mais ou menos homogênea, vivendo a essência da mensagem cristã que é universal paternidade de Deus, a fraternidade com todos os homens, o seguimento de Jesus Cristo morto e ressuscitado, a celebração da Ressurreição e da Eucaristia e a construção já iniciada, na história, do reino de Deus, que é de libertação do homem e de todos os homens. (BOFF, 2008, p. 27 *apud* PEREIRA, 2012, p. 100)

Essas comunidades eclesiais estavam bastante presentes no episcopado de Dom José que, por sua vez, fomentou a criação de várias CEB's no estado, as quais, além de buscarem uma aproximação entre a Igreja e o povo serviram também para formar uma nova consciência política na população. Todavia, vale ressaltar que o Arcebispo jamais incitou a luta armada contra o regime, nem mesmo o ódio entre os latifundiários e camponeses, apesar dos vários conflitos que houve envolvendo a terra na Paraíba, sobretudo na década de 1970.

O Arcebispo, por meio de sua ação ministerial, empenhava-se em prestar assistência aos pobres, preocupava-se com as questões sociais inerentes ao cotidiano do povo. Entre as diversas ações empreendidas por Dom José, estão: o movimento de educação popular, com a finalidade de diminuir o índice de analfabetismo no estado;

construção de moradias; campanha para angariar fundos no combate à escassez de água; campanha pela anistia dos presos políticos, dentre outros projetos sociais.

Por sua intensa atividade pastoral, era considerado um desafio dos militares devido às suas atividades pautadas na Teologia da Libertação, em que se pretendia transformar a realidade do povo por meio de uma série de projetos sociais empreendidos pela Igreja em consonância com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Questionado sobre como era vista a Teologia da Libertação no Vaticano, Dom José responde

- A resposta não é fácil. Para nós, que vivemos numa região onde o povo é muito escravo ainda...tem muita gente que passa fome num País como o nosso, que poderia alimentar o dobro da população que tem. Para estas pessoas, a teologia que serve é a da libertação. Elas têm que se libertar da fome. Em outros lugares, as pessoas têm que se libertar do vício. Não adianta para eles uma teologia que seja teoria. Não, tem que ser a coisa prática. Isso vai exigir que os pastores conheçam melhor a realidade. Estejam mais em contato com a situação do povo, podendo refletir em cima disso. Como é que o povo está sendo conduzido? É isso que Deus quer? Se não é exatamente isso, o que devemos fazer para que o povo entre no caminho da vontade de Deus? Teologia da libertação é algo que, em um País como o nosso, é indispensável. Antigamente, a teologia era a teoria. Você aprendia aquelas teses todas. Libertação é ver como está o povo, perguntar se é o que Deus quer e fazer alguma coisa.¹⁰⁸

Dom José manteve uma posição de radicalidade na defesa dos direitos humanos, denunciando a violação de tais direitos por meio de sermões, cartas pastorais, declarações em jornais, além de comparecer nas comunidades injustiçadas. Por esse engajamento pastoral e crítico às arbitrariedades cometidas pela classe dominante e o governo dos militares, Dom José chegou a ser intitulado por esses setores como sendo comunista e subversivo. (PEREIRA, 2012, p. 38)

Em 1975, numa ocasião da procissão do Senhor Morto, Dom José aproveitou a oportunidade para dirigir seu sermão às autoridades presentes para que elas se colocassem não só a serviço de si mesma, mas a serviço do povo. Segue um trecho da notícia veiculada pelo jornal *A União*:

¹⁰⁸A entrevista ao jornal *O Povo* foi feita em 2015 e encontra-se disponível no seguinte site: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornalpaginasazuis.3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.

Por que essa devoção ao Senhor Morto? Será porque nós vivemos sofrendo a morte pela fome, pelas enfermidades e pelas injustiças? – Indagou o arcebispo D. José Maria Pires, no sermão de encerramento da procissão do Senhor Morto, proferido sexta-feira, na igreja de Nossa Senhora do Carmo. O chefe da Igreja Católica da Paraíba acrescentou que “com essa multidão incontável nenhum acidente ocorre, nenhum mal se faz, porque é a força da nossa fé. E se a morte de Cristo é o grande acontecimento da cristandade”. Mas adiante disse o Arcebispo da Paraíba: “Devemos entender um pouco mais a nossa fé além da morte de Cristo, além dos nossos próprios sofrimentos, para nos fixarmos no verdadeiro triunfo do Cristo ressuscitado”. Depois de mencionar a presença das autoridades que se misturaram com o povo, acompanhando o Senhor Morto e “reconhecendo que muitos dos pecados a elas podem e devem lhe ser atribuídos”. Concluiu o arcebispo D. José Maria Pires: “A todas as autoridades do nosso país, do nosso Estado e da nossa cidade, a graça e a luz que descem do Calvário, para que elas mais e mais, colocando-se não só a serviço do povo, mas no meio do povo, possa ajudá-lo a ir carregando a sua cruz”. (*O Norte*, 18/04/1975)

Podemos perceber, por meio de notícias como essa, que Dom José aproveitava as oportunidades dos encontros religiosos para se posicionar, mesmo que implicitamente, contra as injustiças que afligiam a população naqueles tempos. Geralmente, isso acontecia nos momentos de fazer os sermões na missa.

Curiosamente, poucos dias depois desse episódio, o mesmo jornal divulgou a notícia que a Igreja lamentava a falta de autoridades às celebrações pelo 10º aniversário de Dom José como Arcebispo da Paraíba. Isso demonstra a antipatia de parte da classe política paraibana a Dom José, devido à sua atuação pastoral. Segue um trecho da matéria no periódico *O Norte*, sob o título: **Igreja lamenta ausência de autoridades às celebrações.**

Fontes eclesiásticas do Estado lamentam, ontem, o não comparecimento de autoridades às celebrações pelo 10º aniversário da investidura de D. José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba, encerramento da Campanha da Fraternidade e Concílio Ecumênico Vaticano II. O padre Hildon Bandeira, coordenador geral da Campanha da Fraternidade e pároco da Igreja de Santa Júlia, justificou a ausência das autoridades dando duas alternativas: antipatia a D. José ou porque haviam assumido outros compromissos inadiáveis.

- Não importa, entretanto, que alguém tenha simpatia ou antipatia ao arcebispo, ou mesmo à Igreja. O importante é que a Campanha alcançou a todos os objetivos a que se propôs. Se não querem caminhar juntos à

Igreja que casa e batiza seus filhos, a culpa não nos cabe, afirmou padre Hidon. (*O Norte*, 23/04/1976)

Nessa celebração dos dez anos de Dom José à frente da Arquidiocese da Paraíba, compareceram, dentre outras autoridades do clero, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, e Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, a quem couberam ministrar a missa, a convite especial de Dom José. Os três ícones de resistência à Ditadura Militar e conhecidos defensores dos direitos humanos mantinham laços de amizade há muitos anos e, com frequência, se encontravam para conversar sobre os assuntos da Igreja.

Juntamente com seu amigo pessoal, Dom Hélder Pessoa Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José trabalhou em prol do combate à Ditadura e na defesa dos direitos humanos. Por essa razão, os referidos religiosos ficaram conhecidos pela alcunha de Arcebispos vermelhos. Indagado sobre este título e a ideia de que estavam [ele e Dom Hélder] numa ala progressista da Igreja, Dom José respondeu que

Tudo dependia muito da região do Brasil. Lá no Sul, eles não tinham os problemas que tínhamos no Nordeste. Os bispos do Sul eram muito mais acomodados. E não acreditavam em muita coisa que a gente dizia. Recife, por exemplo, era um caldeirão. Era aquela ebulição constante. Essa foi a primeira razão. A segunda é que o fato de a gente viver no Nordeste, vendo a situação do povo, mexia muito com a gente. Por quê? Pobre tinha lá no Sul também. Só que no Nordeste não era pobre, era o empobrecido. Tinha que dar condições para pessoa se desenvolver. Lá no Sul não: o sujeito quer trabalhar, tem uma terra para ele trabalhar. No Nordeste, se quer trabalhar, não tem terra nem nada, é uma espécie de escravidão. Isso muda completamente a visão da gente. Você está acostumado a uma região onde se tem uma boa convivência. Você vem para uma que é guerra, não é? Isso obriga muito a gente a tomar posição.¹⁰⁹

Em seguida, Dom José foi questionado pela jornalista sobre qual era a forma de a Igreja chegar perto dos menos favorecidos e atuar em sua defesa. Então ele respondeu que

(...). Houve fatos muito sérios naquele período, de 1964 e 1965. O primeiro para nós foi a ditadura militar. E para a Igreja, o encerramento

¹⁰⁹A entrevista ao jornal *O Povo* foi feita em 2015 e encontra-se disponível no seguinte site: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornalpaginasazuis.3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019

do Concílio Vaticano II. Então a gente sai do Concílio com aquele entusiasmo, querendo que a Igreja seja dos pobres. Aí um grupo de 42 bispos vai celebrar nas catacumbas de Roma e assina um compromisso de ter a Igreja dos pobres. Isso era dizer: “Nós, bispos, não vamos morar mais em palácio, não vamos ter nenhum objeto de ouro. Quem tiver cruz de ouro vai vender, vai doar”. Simplicidade, não é? Dar uma atenção especial às famílias mais simples. Ao invés de ficar com as mais importantes. Muda não só a cabeça, muda também o estilo de vida. Isso, para os que estão no poder, é comunismo (risos). Mas a gente não se incomodava com isso. Chamavam dom Helder de bispo vermelho, escreviam no muro da casa dele. Isso não incomodava.

Em seguida, Dom José menciona episódios de engajamento social em que ele e Dom Hélder desenvolveram nesta época

- **O Povo:** O senhor e Dom Hélder Câmara cogitaram parar em se envolver nos confrontos com os proprietários rurais e os militares?

- **Dom José:** Não. Dom Hélder fazia coisas inacreditáveis para um arcebispo de Olinda e de Recife. Nós estávamos lá em assembleia do Regional Nordeste 2, do qual ele era presidente. Chegam as pessoas do Interior e avisam que os proprietários daquela área tinham mandado abrir a cerca perto de onde moravam os mais simples, onde havia as plantações deles, para soltar o gado ali. Dom Helder procurou se informar se aquilo era verdade. E era. Aí disse: “E nós vamos continuar aqui na nossa reunião? Deixando o povo sofrer desse jeito? Temos que fazer alguma coisa”. Dom Helder nunca decidia o que fazer, ele jogava o problema, e a gente discutia. Daí é que saía a solução. Saía do encontro das opiniões. O resultado foi: “Tem que alguém ir lá e dar apoio ao povo”. Então fomos quatro bispos. Eu dirigindo um Fusca, dom Helder ao meu lado. Quando chegamos lá, estava montada aquela coisa, tinha mais de cem soldados. Logo veio um dos comandantes cumprimentar dom Helder. Quando viram os bispos entrando, as pessoas se animaram. Estava todo mundo acuado nas suas casas, e o gado comendo tudo. O pessoal sai das casas, e dom Helder começa a recitar com eles os mandamentos da não-violência. Dom Helder gritava: ‘Primeiro’. O pessoal dizia: “Nunca matar”. “Segundo”. “Nunca ferir” e por aí vai. Terminaram os mandamentos, dom Helder disse: “Agora vamos tirar o gado”. Chega um militar e diz: “Isso o senhor não pode fazer”. Ele diz: “Então vai deixar o gado comendo a plantação do povo?”. O militar diz: “Mas isso é o proprietário que tem de fazer”. Mas foi o proprietário que mandou abrir a cerca e mandou a polícia para garantir aquilo. Dom Helder não discutiu mais. Pegou uma maniva, aquela barrinha da mandioca, e disse: “Nós vamos tocar o gado é devagarzinho. Porque o gado comeu muita mandioca e pode se sentir

mal se correr. Vamos devagarzinho, não é? ” Pronto, fomos nós quatro tangendo o gado. Era uma coisa muito simbólica.¹¹⁰

Simbólica mesmo, Dom José e Dom Hélder partilhavam de uma visão de Igreja semelhante. Ambos foram Arcebispos engajados na luta pela justiça social, pelo fim da ditadura e pela defesa dos direitos humanos. Sobre este último ponto, vale lembrar que Dom José fundou o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos da América, em 1971, enquanto Dom Hélder, com seu notável trabalho nesse campo foi declarado patrono dos Direitos Humanos no Brasil, em 2017.¹¹¹

Ao relembrar sua atuação frente à Arquidiocese da Paraíba, Dom José foi perguntado se chegou a sofrer alguma perseguição da Ditadura Militar, pelo qual respondeu que

Perseguição não. Dom Helder e eu tivemos restrições. Por exemplo, dom Helder fazia muitas viagens ao exterior. E seguravam o passaporte dele. Naquela época, o passaporte era só para aquela viagem. O passaporte ficava com a Polícia Federal. Quando era quase na hora da viagem, chegava alguém lá com o passaporte dele. Era uma pressão que se fazia sobre ele. Faziam uma pressão também sobre nós violando nossa correspondência. Você via claramente. Havia esse tipo de perseguição, depois intimidação. Eu marquei uma visita à Nação Potiguara, que são uns índios que têm todo um município lá na Paraíba. Chegou um funcionário da polícia e disse: “O senhor tem autorização para entrar lá na área indígena? ”. Eu disse: “Não, não preciso de autorização”. Ele disse: “Ah, precisa”. Eu disse: “Mas eu não vou lá fazer visita qualquer, vou fazer visita pastoral. Sou o arcebispo, então vou visitar”. O policial disse: “Ah, mas se o senhor não tiver autorização do Exército, o senhor não entra lá”. Eu disse: “Está bom”. Chegamos lá com uma freira e outro rapaz, estava a polícia. Pediram meus documentos. Entreguei, eles viram e abriram a cancela. O que eles faziam muito era intimidar a gente. Se você cedesse, era vitória deles. Mas se você insistisse, eles não tinham coragem de enfrentar. Foi um tempo muito interessante (risos).¹¹²

¹¹⁰A entrevista ao jornal *O Povo* foi feita em 2015 e encontra-se disponível no seguinte site: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornalpaginasazuis.3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.

¹¹¹Conforme a lei nº13.581/2017, sancionada pelo Presidente da República Michel Temer e disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2017/12/dom-helder-camara-agora-e-patrono-brasileiro-dos-direitos-humanos> . Consultado em 13 de janeiro de 2019.

¹¹²A entrevista ao jornal *O Povo* foi feita em 2015 e encontra-se disponível no seguinte site: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornalpaginasazuis.3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.

Apesar de *a priori*, estar pesquisando sobre a Igreja Católica na Paraíba, a documentação da Arquidiocese e o próprio noticiário local, vez por outra, relaciona o trabalho dos referidos religiosos, porquanto além de serem amigos pessoais, ambos trabalhavam em conjunto em prol da Igreja dos mais pobres.¹¹³Conforme podemos observar na fotografia a seguir, os dois juntos, em clima de união e fraternidade.¹¹⁴



115

Durante seu episcopado, Dom José escreveu o livro *Do Centro para a margem*, em 1978, no qual enfatizou a opção pelos que se encontram à margem do centro. Sua mensagem é de vida plena e, principalmente, de conversão. Movimentar-se em direção aos pequenos. Ir para a margem da sociedade, da Igreja, do mundo. A obra conta com o

¹¹³ Por coincidência, ambos faleceram no mesmo dia, 27 de agosto. Dom Hélder, em 1999, e Dom José em 2017.

¹¹⁴ A imagem utilizada foi retirada da internet. A original, por sua vez, encontra-se no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba, no meio de outros registros fotográficos sem especificação de data, de local e de contexto em que foi tirada.

¹¹⁵ Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/571087-jose-maria-pires-o-bispo-de-pes-descalcos>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.

prefácio de Dom Hélder Câmara, que se expressou da seguinte forma ao falar sobre Dom José:

Dom José Maria vai às causas, vai às raízes... E fala claro, sem perder a serenidade, mas chamando as coisas pelos nomes. Quem quiser livrar-se de um Cristianismo desencarnado, quem quiser livrar-se de ensinamentos inodoros, incolores, pregados no vácuo, leia suas páginas (prefácio do livro **Do Centro para a margem**. Paraíba: Editora Acauã, 1978, p. 7)

Em suma, Dom José é, portanto, o meu Menocchio¹¹⁶, na perspectiva de que foi um personagem singular no contexto da Ditadura Militar. Numa época em que o *silêncio*, o *isolamento* e a *descrença* eram as palavras que melhor definiam o sentimento que se tinha diante da conjuntura, no dizer de Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 169).

O Arcebispo metropolitano, por meio de sua ação ministerial, empenhava-se em prestar assistência aos pobres, preocupava-se com as questões sociais inerentes ao cotidiano do povo. Entre as diversas ações empreendidas por Dom José, estava o movimento de Educação Popular, com a finalidade de diminuir o índice de analfabetismo no estado, construções de habitações, campanha para angariar fundos ao combate à escassez de água, à fome, dentre outras iniciativas, conforme demonstra a imprensa da época:

A lançar a Campanha da Fraternidade na Paraíba, ontem à noite, na Catedral Metropolitana, o Arcebispo Dom José Maria Pires afirmou que “a fome tem sido companheira inseparável da humanidade apesar dos esforços empreendidos para fazê-la desaparecer”. (...)

COMBATE À FOME

O combate à fome – disse Dom José – constitui sempre um desafio às pessoas de boa vontade. E é esse desafio que pretendemos enfrentar na atual Campanha da Fraternidade. O ideal é fazer desaparecer a fome de nosso meio. Sabemos que não vamos atingir esse objetivo, mas queremos lutar para nos aproximarmos dele. Começamos por uma das manifestações mais flagrantes da fome: a mendicância. (...). A coordenação da Campanha da Fraternidade-75 entendeu que deveria destacar a AMEM por ser a associação que mais diretamente luta contra

¹¹⁶ Ver GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1976].

a fome entre nós. A ela será destinado o saldo da campanha que couber à Arquidiocese. (*O Norte*, 16/02/1975)

Além de dar atenção aos famintos, Dom José estava preocupado com a questão dos presos políticos, mas não mantinha vinculação partidária, conforme demonstra a seguinte notícia: **Dom José desmente acusação**¹¹⁷.

O arcebispo Dom José Maria Pires afirmou ter mantido contatos com presos políticos, mas desmentiu a acusação do ex-deputado Marcos Tavares de que estaria envolvido com membros do Partido Comunista Brasileiro. Afirmando que tomou conhecimento da denúncia através dos jornais, ele disse que não conhecia o seu acusador.

Várias vezes o arcebispo paraibano visitou a Penitenciária Regional de Presidente Venceslau, no extremo de São Paulo, quase na divisa com o Mato Grosso, onde manteve contatos com dominicanos presos, além da Penitenciária de Itamaracá, onde se encontrou com presos políticos da Paraíba. O dever cristão e de sacerdote fez com que ele visitasse essas prisões. (*O Norte*, 20/05/1975)

De modo semelhante, o seu Bispo Auxiliar, Monsenhor Marcelo Pinto Carvalheira, que posteriormente veio a sucedê-lo no cargo de Arcebispo da Paraíba, se pronunciou no jornal local. *O Norte* publicou a entrevista com o título: **Carvalheira quer Igreja para pobres.**

Em entrevista exclusiva ao *O Norte*, o novo Arcebispo Auxiliar de Dom José Maria Pires, Marcelo Pinto Carvalheira afirmou ontem entender que a Igreja não pode ignorar os injustiçados e os desfavorecidos, explicando que isso é uma decorrência do amor, de “modo que a atitude de preocupação com os pequeninos me parece dever ser fundamental da Igreja Cristã”. (*O Norte*, 07/11/1975)

A trajetória pastoral de Dom José fora materializada por meio diversos projetos, dentre os quais destaco a da *Igreja Viva*, das *CEB's*, da *Operação Gota d'água* e da *Equipe de Promoção Humana*, este último, posteriormente deu lugar ao *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba*, em 1976. Todas essas iniciativas

¹¹⁷Podemos verificar a partir das notícias divulgadas pela imprensa, que os assuntos que aparecem, recorrentemente, nos veículos de comunicação estão ligados à figura do Arcebispo Dom José Maria Pires. É muito difícil encontrarmos algo a respeito de outros padres, ou sobre as Dioceses adjacentes como a de Campina Grande, Patos e Cajazeiras. Por isso, que no decurso da pesquisa adaptei o presente capítulo que, a princípio, seria acerca da ação da Igreja Católica como um todo no estado da Paraíba, para centrar-me na pessoa do Arcebispo, considerando que as fontes encaminharam para essa direção.

tinham por escopo se envolver nos problemas vividos pelo povo paraibano. Refletiam a prática das resoluções conciliares.

Em relação à Ação Pastoral *Igreja Viva*, ela era composta por um grupo religioso que priorizava não apenas a doutrinação teológica, mas também ações que atingiam outras esferas da dimensão humana. O projeto teve início, em 01 de março de 1969, a partir da necessidade de esclarecer a doutrina da Igreja para a comunidade leiga.

Dentre seus objetivos estava a alfabetização do público adulto e a formação de uma nova consciência política. Seu propósito era criar mecanismos para levar adiante a Campanha da Fraternidade. No relatório da *Igreja Viva*, presente no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, há menção sobre o referido projeto episcopal:

(...) depois de apurados estudos chegamos à conclusão de que poderíamos fazer de fato não só uma ação evangelizadora, mas uma ação pastoral com dimensões mais amplas. Uma ação pastoral e evangelizadora que deveríamos fazer para toda a Arquidiocese. Pensamos no tema central da ação e foi escolhido o tema da Igreja. Através de pequenos grupos de reflexão, estudaremos em toda a Arquidiocese o plano de Deus para todos os homens. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório do decênio: 1966-1976**).

Assim sendo, a *Igreja Viva* compreendia um grupo religioso que buscava mais do que a mera doutrinação dos fiéis, tratava também de um projeto de ação libertadora para o público que vivia em situação vulnerável no estado paraibano, sobretudo dentro da circunscrição da Arquidiocese.

Segundo Dom José Maria Pires, a *Igreja Viva* era uma ação que tinha a preocupação de revelar o modo de ser da Igreja. Em entrevista a Vanderlan Pereira, em 2011, o Arcebispo disse o seguinte a respeito da ação:

Olha, a Igreja Viva tinha como objetivo não só melhorar a vida das pessoas, mas também mostrar a verdadeira natureza da Igreja. Que Igreja é povo. Quando há uma multidão você não dá para saber se é povo, pelo menos povo consciente. O povo toma consciência na medida em que são pequenos grupos. Então, a Igreja deveria privilegiar também esses pequenos grupos, as comunidades de base, por exemplo. Então pequenos grupos que se organizaram eram chamados de Igreja Viva, porque as pessoas podiam falar, podiam dar sua opinião... (PEREIRA, 2012, p. 112)

A ação pastoral *Igreja Viva* teve como palavra de ordem o termo “agir”, porquanto este verbo consegue condensar a tônica do movimento pastoral da Igreja, em direção a uma ação libertadora. De acordo com o relatório da Ação Pastoral da Arquidiocese da Paraíba (APA):

Igreja Viva não é só reflexão, mas também ação, de modo que leva os membros do grupo a uma vivência mais fraterna, a se sentirem responsáveis pela comunidade. À medida que os grupos se conscientizam de seu papel dentro da comunidade, partem para o real e trabalham pelo desenvolvimento do povo, de acordo com as exigências locais. Promovem-se, então, por exemplo, cursos de alfabetização dos adultos, cursos de lideranças, de Bíblia ou de promoção humana. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório da APA**. 1976).

Segundo Vanderlan Pereira (2012, p. 113), em seus primeiros meses de atuação, os grupos da Ação Pastoral *Igreja Viva* contavam com lideranças que vinham de outros lugares para realizar o trabalho. Com o tempo, os líderes, que eram na maioria padres, freiras e agentes da pastoral, deram lugar para a presença de líderes locais. Como exemplo, cito o caso de Manuel Ferreira dos Santos, morador de Santa Fé, distrito de Alagoa Grande:

Atualmente estamos trabalhando em grupo, fundamos uma cooperativa, somos quinze famílias, que unidos trabalhamos um ou dois dias por semana. Fazemos reunião todas as terças-feiras de cada mês. Em grupo construímos também casas para os mais pobres... a tingimos a todas as idades, principalmente os adultos... as dificuldades que mais encontramos em nossa comunidade é a pobreza e a ignorância da religião. A posição que tenho é de orientar as pessoas e trabalhar junto com todos. Contamos com ajuda do Prefeito, do Vigário desta Paróquia junto com o Irmão Leonard Vissers, que prestou grandes serviços a esta comunidade. O sindicato dos trabalhadores também presta ajuda. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório da APA**. 1976).

Pois bem, a *Igreja Viva* treinava seus agentes pastorais aos fins de semana, em toda a circunscrição da Arquidiocese, para que eles fossem encaminhados a diversas localidades com o propósito de concretizar as iniciativas da Igreja, como o projeto de alfabetização, por exemplo. O perfil dos voluntários que faziam parte dos agentes pastorais eram, em sua maioria, jovens estudantes e trabalhadores.

É importante destacar que dentre as preocupações da Igreja, estava a necessidade de colocar a ação *Igreja Viva* como parte do movimento de Educação Popular. Segundo Dom José Maria Pires, o modo de educar o povo deveria ser a partir da perspectiva educacional de Paulo Freire que, por sua vez, acreditava que o povo precisa ser o principal agente transformador de sua própria história.

Além desse projeto *Igreja Viva*, Dom José criou outros, de cunho imediato, como a operação *Gota d'água*. Tal iniciativa surgiu por causa da severa estiagem que assolou o estado paraibano nos anos de 1970. A *Gota d'água* foi uma operação de caráter assistencial, composta por diferentes grupos da sociedade civil e membros da Igreja, incluindo a participação das Dioceses adjacentes, a saber Cajazeiras, Patos e Campina Grande.

Entre os objetivos da operação podemos destacar a atenção dedicada à criação de meios para amenizar a situação das vítimas da seca. Em entrevista ao pesquisador Vanderlan Pereira, o Arcebispo Dom José Maria Pires mencionou o seguinte sobre a operação *Gota d'água*:

A operação *Gota d'água* era diferente da ação *Igreja Viva*. A gente queria que todas as comunidades tivessem pelo menos água para beber. O que a gente fez então? Nós descobrimos com um professor da UFPB a possibilidade de dessalinização da água que não era potável. Nós começamos a desenvolver isso. Bastaria furar um poço, então, vem água. Você coloca essa água no dessalinizador solar que é um recipiente com uma tampa de vidro. Logo, o sol bate ali, a água que está embaixo esquenta e chega ao estado de ebulição. Nessa hora, a água vai passar para o outro lado do tanque. (...). Nós desenvolvemos a coisa. (PEREIRA, 2012, p. 116)

Para o começo da Operação *Gota d'água*, Dom José enviou correspondências a diversos setores da sociedade, como representantes das Forças Armadas, empresários, políticos, a fim de se unirem para discutir soluções para os problemas causados pela seca no estado paraibano. O Arcebispo buscou angariar apoio para a ação de arrecadação de roupas e alimentos para as cidades que foram mais assoladas pela estiagem. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório da APA**. 1976).

Em entrevista a Vanderlan Pereira, em 2011, (2012, p. 116), Dom José informou que o grupo que trabalhava na Operação *Gota d'água*, era bastante heterogêneo, possuía, além de religiosos, militares, agentes pastorais, maçons, espíritas e leigos. Essa iniciativa

do Arcebispo demonstra sua capacidade de articulação de unir em torno de um bem maior diferentes grupos ideológicos.

Além dessa mobilização local, Dom José buscou o apoio de outros estados brasileiros e organizações internacionais, como a ONU, solicitando recursos para atenuar os efeitos que a estiagem prolongada provocou na região nordestina.

Por conseguinte, em 1971, Dom Pelé criou a *Equipe de Promoção Humana*, que foi a gênese do posterior *Centro de Defesa dos Direitos Humanos*, criado em 1976. Em relação à Equipe, ela foi concebida como uma atividade da Arquidiocese que visava se envolver nos problemas do homem da cidade, em seguida, a ação ministerial adentrou para a zona rural, e passou a auxiliar os camponeses que viviam passando por dificuldades de ordem financeira e de saúde.

De acordo com Pereira (2012, p. 119), o grupo tinha como projeto enfrentar os problemas ligados à educação, à saúde e à moradia. Diante desse quadro, a Equipe levava atendimento às comunidades periféricas e campesinas. A ação social era composta por religiosos, agentes pastorais e leigos, como em regra era o perfil de voluntários das ações da Arquidiocese. Posteriormente, alguns membros que atuaram na *Equipe de Promoção Humana*, passaram a ocupar cargos no *Centro de Defesa dos Direitos Humanos*, como por exemplo, Tonny Van Ham (freira e enfermeira holandesa), Gláucia (médica) e Marlene Burgers (técnica agrícola).

Em suma, de modo geral, podemos perceber uma nítida evolução dos trabalhos idealizados por Dom José durante sua atividade enquanto Arcebispo da Paraíba (1966-1994).

2.2 Conflitos no campo

Neste tópico irei abordar o papel da Igreja Católica em relação às questões fundiárias. Segundo o historiador Paulo César Gomes (2014, p. 43), para a Igreja a reforma agrária deveria ocorrer sem muita demora e sendo a mais abrangente possível, uma vez que a exacerbação dos confrontos rurais e a exploração dos camponeses colocavam em risco a fé daquelas populações e, por conseguinte, impediriam a prática pastoral. Em contrapartida, o Estado defendia que, antes de tudo, deveria haver a implantação de uma infraestrutura econômica forte no campo.

Nesse contexto, os religiosos, ao perceber a insatisfação ascendente dos camponeses, procuravam interceder junto ao Estado para impedir o agravamento da repressão, por parte tanto dos proprietários de terra quanto do governo. Os Bispos da região Nordeste foram os primeiros a chamar a atenção para a necessidade de se defender os direitos dos homens do campo.

Com o passar do tempo, outros grupos do episcopado passaram a advogar essa causa e, com ênfase, a CNBB, porquanto passou a integrar em seus documentos a temática da questão fundiária. Todavia, apesar de sair em defesa da reforma agrária, a Igreja Católica nunca se pôs a liderar um movimento nessa área sem ter o apoio do Estado. Terminava, quase sempre, se voltando ao governo a fim de resolver os confrontos agrários envolvendo os grandes fazendeiros e os camponeses, o que tornava sua ação junto a esse último grupo um tanto complexa em se analisar (GOMES, 2014, p. 44)

No tocante à Paraíba, a trajetória pastoral de Dom José é marcada por atritos que estabeleceu, por um lado, com agentes do governo, e por outro, com setores da classe dominante local. A título de exemplo, temos os conflitos rurais que aconteceram nas Fazendas Mucatu e Alagamar. Não obstante, mesmo diante de situações politicamente delicadas, podemos perceber que o Arcebispo da Paraíba sempre buscou o caminho do diálogo e da resolução dos conflitos por via pacífica.

De acordo com Nunes (2009, p. 67), o estado paraibano, como outros brasileiros, sofreu um processo de concentração fundiária, que se deu de modo violento com a expulsão dos pequenos proprietários rurais de suas terras. Este processo foi assegurado com o golpe civil-militar de 1964, com o desmembramento das Ligas Camponesas e, conseqüentemente, com a desmobilização dos trabalhadores do campo. Portanto, é nesse

contexto de concentração de terra que se deu a luta dos camponeses no processo de distensão política da Ditadura Militar.

Sobre o assunto, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) ligado ao Ministério da Justiça contém em seu banco de dados dezenas de documentos digitalizados da época em que o Serviço Nacional de Informações (SNI)¹¹⁸ atuava na supervisão e coordenação de atividades de informações no Brasil e no exterior. O SNI era um órgão do Poder Executivo incumbido, entre outras funções, de vigiar as atividades consideradas ofensivas ou de potencial ameaça à Ditadura Militar.

Dentro da documentação produzida pelo órgão de vigilância encontramos registros a respeito da atividade de Dom José Maria Pires e de agentes pastorais da Arquidiocese que auxiliavam os trabalhadores rurais no interior do estado durante a década de 1970. Segue a transcrição de um documento, classificado como confidencial, do SNI, datado de 31 de outubro de 1974, em que consta a informação da prisão por subversão da professora, Maria Celeste Vidal Bastos, que trabalhava junto com Dom José Maria Pires fazendo pesquisas no campo entre os agricultores. Ademais, o conteúdo da agência de informação demonstra que as atividades de religiosos progressistas, como Dom José, estavam sendo monitoradas constantemente pelo Governo.

Esta Agência tem conhecimento de que no Seminário de Miramar, em JOÃO PESSOA/PB, vem ocorrendo a promoção de concentrações, jornadas espirituais e outros movimentos sob a responsabilidade do Arcebispo local, D. JOSÉ MARIA PIRES, e seus secretário s / Padres HILDON BANDEIRA, JUAREZ BENIQIO XAVIER, EVERALDO PEIXOTO DE VASCONCELOS, MARCOS AUGUSTUS TRINDADE e outros fiéis e interessados. Entre os referidos indivíduos, encontra-se, também MARIA CELESTE VIDAL BASTOS, filha de JOSÉ ALVES DE FREITAS VIDAL e SEVERINA DE OLIVEIRA

¹¹⁸O SNI foi criado em 1964 a partir da idealização do General Golbery do Couto e Silva. No Governo Fernando Collor o órgão acabou sendo extinto e substituído pelo Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (DI/SAE). Posteriormente, com a chegada de Itamar Franco à Presidência o DI foi elevado à condição de Subsecretária de Inteligência (SSI). E, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, o SSI foi rebatizado com o nome de Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Para mais informações acerca da atividade do órgão no período da Ditadura Militar, ver: GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2014, p. 464; FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001; do mesmo autor, “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 167-205.

VIDAL, Paraíba - casada, professora, com 43 anos de idade, indiciada no IPM Rural/NE e denunciada. Atualmente, a nominada trabalha com D. JOSÉ MARIA PIRES no Seminário de Miramar, em JOÃO PESSOA, onde passa a semana hospedada, residindo em RECIFE no bairro de CAXANGA. Possui um carro WOLKSVAGEM azul que é usado pelo seu filho acadêmico de medicina, veículo esse doado à MARIA CELESTE pelo Arcebispo de OLINDA-RECIFE, D.HELDER CÂMARA. A nominada viaja sempre com D. JOSÉ MARIA PIRES para o sul do País, às vezes trajando roupas masculinas com gravata, peruca e bigode suposto, dizendo que é para disfarçar. Tem uma freira sua amiga (não identificada) no Asilo BOM PASTOR de JOÃO PESSOA a qual, por ocasião de sua prisão nesta cidade do RECIFE, conseguiu sua transferência para aquela casa disciplinar. MARIA CELESTE trabalha com duas freiras holandesas, também não identificadas, fazendo pesquisas no campo entre os agricultores. Diz que se afasta sempre de RECIFE por que é muito observada pela Polícia e Exército. Visando a alcançar os objetivos a que se propõe, a subversão, tem se utilizado de diversas formas e métodos na tentativa de infiltrar-se nos meios culturais e artísticos na vida brasileira. (...). Atualmente, conhecidos subversivos tencionam tumultuar a Região Nordeste, através dos veículos de comunicação de massa como o teatro e a imprensa, criando uma atmosfera que preocupa os Órgãos de Segurança. Existe uma espécie de rearticulação dos contestadores do sistema vigente, notadamente dos esquerdistas e dos adeptos do credo vermelho.¹¹⁹

Em outro documento, um despacho para dar conhecimento à Secretaria Particular da Presidência da República, datado de 06 de janeiro de 1976, com o assunto “Dom José Maria Pires”, o SNI procurou demonstrar que “nos últimos meses a esquerda clerical vem desenvolvendo uma verdadeira ofensiva contra o regime e os Governos (Federal e Estadual).” E destaca Dom José como um dos mais importantes elementos nessa atuação. Segue um excerto do memorando, também classificado como confidencial:

1. Dom JOSÉ MARIA PIRES, vulgo "Dom PELÉ", tem ultimamente desenvolvido um trabalho de intensa pregação em sua área de jurisdição, promovendo reuniões com jovens, nas quais vem explorando as diferenças sociais, problemas de salário, fome e aspectos positivos do comunismo.
2. Em reunião promovida na Cidade de ARAÇAGI/PB em 14 Set 75, presentes cerca de 100 pessoas, DOM JOSÉ proferiu palestra abordando os seguintes tópicos: - "Povo jovem de ARAÇAGI, a fome

¹¹⁹O documento na íntegra está disponível no site do Arquivo Nacional, no seguinte endereço eletrônico: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1826639&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

não é só aqui onde constatei a miséria reinante, mas sim em todo o BRASIL de Norte ao Sul"; - "O comunismo tem que vir para acabar com essa fome, ele não oferece liberdade, mas ninguém passa fome"; (...)

"A missão de vocês, jovens, é lutar no meio do povo para mudar e ver se o comunismo vem logo. É melhor viver sem liberdade com a barriga cheia do que com liberdade e a barriga seca. Perguntou a assistência; "Não é?" Responderam em uníssono: "É!" ;

- Ao terminar a reunião todos os jovens diziam: "É turma, só o comunismo dá jeito nisso". Houve durante a palestra diversas perguntas feitas por jovens estudantes, bem capciosas, parecendo partir de pessoas doutrinadas. (...)

4 . Em 09 de novembro de 75, por ocasião de uma missa na Catedral Metropolitana, disse: "Nós precisamos rezar e nos unir contra esse estado de coisa que há por aí, essas prisões e torturas; os homens de Segurança nacional deveriam impor respeito e dar segurança ao povo e não o temor através torturas" - Pelas informações obtidas através do 12 Gpt, constata-se que Dom José Maria Pires, vem desenvolvendo uma campanha sistemática de contestação ao Governo dando ênfase:

- **"A falta de assistência ao homem do campo"**

- "Explorando as diferenças sociais, procurando lançar o pobre contra o rico";

- "Ressaltando vantagens que o comunismo oferece em países da Cortina de Ferro, estabelecendo comparação entre o trabalhador brasileiro e os daqueles países.¹²⁰ (Grifos nossos)

Como pesquisadora da trajetória de Dom José há alguns anos, devo dizer que a descoberta desse documento me causou a princípio um certo embaraço, porquanto em nenhuma de suas cartas, livros, entrevistas, sermões, artigos, encontramos qualquer apologia do arcebispo ao regime comunista. Então, parece-me que o oficial do exército ao redigir o referido memorando acrescentou algumas informações que considerou convenientes e com o intuito de macular o trabalho pastoral realizado por Dom José nas comunidades rurais do interior.

Em contrapartida, é fato que os membros do clero estavam não só preocupados com a falta de assistência ao homem do campo, como também intervieram nos conflitos fundiários que houve na Paraíba neste período de distensão política, os quais não foram poucos. No Arquivo Nacional há diversos documentos que tratam da questão agrária

¹²⁰O documento encontra-se disponível no site do Sistema de Informação do Arquivo Nacional, em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1828760&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

nessa conjuntura. Dentre eles, selecionei um processo, de 30 páginas, intitulado “Questões fundiárias na Paraíba, Dom José Maria Pires”¹²¹ para comentar no decurso deste tópico.

Datado de 10 de junho de 1976, o processo foi produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que integrava o Serviço de Inteligência do Governo brasileiro na época da Ditadura Militar.

Na folha de rosto do arquivo encontra-se a informação que o documento versa sobre questões fundiárias nas propriedades de Mata de Vara e Lameiro, ambos localizadas no estado da Paraíba. O conteúdo é resultado da operação realizada pela 7ª. RM, para verificação de denúncias contidas na 4ª Carta Pastoral de Dom José Maria Pires, na qual se aborda os problemas do homem do campo. As denúncias, de acordo com o registro do CIE, “foram julgadas procedentes e baseadas em fatos verídicos, embora persigam com o objetivo secundário de investir contra a SUDENE e a política agrária do Governo”.

O relatório do Exército começa citando a Carta Pastoral, datada de 05 de março de 1976, assinada por Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Pinto Carvalheira, em que os religiosos divulgaram para que fosse lida nas missas de domingo da Quaresma. A referida Carta tece comentários “sobre os sofrimentos dos agricultores”. A propósito dos acontecimentos relatados, a Agência de Inteligência procurou verificar os incidentes que estavam ocorrendo na propriedade de Mata de Vara, pertencente ao Dr. João Crisóstono Ribeiro Coutinho, localizada no município de São Miguel de Taipú/PB.

(...) Até 02 de julho de 1975 havia uma cerca na propriedade Mata-de-Vara, do Dr. JOÃO CRISÓSTONO RIBEIRO COUTINHO, erguida em uma região baixa do terreno, separando o gado das terras cultivadas. No decorrer daquele mês, o proprietário mandou arrancar a cerca citada e erguer outra, mais para a frente e em região mais alta, para aumentar a área de pastagem do gado. Acontece que esta cerca veio englobar as áreas cultivadas de vários moradores, tendo o gado destruído toda a plantação. A partir daí não puderam mais plantar nada, pois, o gado destrói. Feitas as reclamações ao administrador da propriedade, Sr. LUIZ OTÁVIO que, autorizado pelo proprietário, tentou acordo com os prejudicados. Alguns acharam justas as indenizações, receberam-nas e saíram da área. Todavia, 7 pessoas não aceitaram o acordo. São eles: SEVERINO PEDRO DA SILVA, ALUÍSIO PEDRO DA SILVA, JOSÉ PEDRO DA SILVA, FRANCISCO PEDRO DA SILVA,

¹²¹ O documento encontra-se disponível no site do Sistema de Informação do Arquivo Nacional, em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829901&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

ANTÔNIO JORGE EA SILVA, JOSÉ BERNARDO DE SOUZA e LUIZ SEVERINO DE SOUZA.

- Estes senhores foram levados pela freira conhecida como Irmã MARLENE BURGERS ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipú e, através do advogado, foram relacionados os prejuízos e dada entrada no processo de Indenização na Justiça. (...)
- Os moradores prejudicados residem naquela terra há 10, 12, 14 anos aproximadamente e vêm pagando, todos os finais de anos, os "foros" correspondentes às suas áreas cultivadas.
- O Clero se fez presente através do pároco local, JOÃO MARIA CAUCHI, que faz pregações constantes. Conta, ainda, com as visitas frequentes da Irmã MARLENE BURGERS e de D. JOSÉ MARIA PIRES.
- No momento o Padre JOÃO MARIA CAUCHI procura angariar a simpatia da população, mormente da área agrícola.
- O Processo de Indenização dos prejuízos causados aos moradores, tramita na Comarca de PILAR/PB. Entretanto, os reclamantes estão descrentes na solução do problema. Prometem, todavia, que tão logo sejam indenizados com justiça, deixarão a área e procurarão trabalho em outros locais.¹²²

O relato do SNI termina sem contar o desfecho da história. Mas pelo que podemos depreender do referido documento, os membros do clero agiam na assistência aos trabalhadores em situações como essa em que vemos o proprietário de uma fazenda arrancar a cerca para que o gado pudesse destruir a plantação dos agricultores. Nessas ocasiões, a Arquidiocese fornecia advogado por meio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos para atender os moradores desamparados, assim como entravam em contato com o sindicato da categoria.

No mesmo processo, encontramos o registro de outro conflito envolvendo a terra. Desta vez, a trama se passa na propriedade Lameiro, pertencente ao Dr. João Bosco Borba, localizada no município de Serra da Raiz, no brejo paraibano.

- A propriedade LAMEIRO foi adquirida pelo seu atual proprietário há aproximadamente três anos. Antes, porém, manteve entendimento com os moradores no sentido de revender-lhes as glebas ocupadas pelo mesmo preço de compra. Cerca de 80% aceitaram a proposta e hoje são proprietários das referidas terras.
- Os Srs. CÍCERO BATISTA, LUIZ MOREIRA, FABIANO BATISTA E IZIDRO TEODÓSIO, que há três gerações moram na

¹²² O documento encontra-se disponível no site do Sistema de Informação do Arquivo Nacional, em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829901&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

propriedade, não aceitaram a proposta para aquisição das terras. Em consequência, o proprietário chamou-os para um acordo, prometendo indenizar as benfeitorias ali realizadas por cada um. Este acordo, entretanto, não foi feito em virtude de os moradores acharem ínfimas as indenizações prometidas.

- Como as partes não chegassem a um acordo a partir de janeiro de 1975, passou o Dr. JOÃO BOSCO BORBA a pressionar os moradores para que abandonassem as terras, recebendo pequenas indenizações. Proibiu-os de cultivar a terra ou criar animais, apenas permitindo a criação de cabras para fornecimento de leite, nos casos onde havia lactantes.

- Segundo aqueles moradores, o Dr. JOÃO BOSCO BORBA mandou do Sr. SEVERINO MIGUEL BATISTA, administrador de suas propriedades em LAMEIRO e BONFIM, com outros elementos destruírem as plantações nos sítios cultivados pelos srs. CÍCERO BATISTA, LUIZ MOREIRA, FABIANO BATISTA E IZIDRO TEODÓSIO. (...)

- O Clero se faz presente naquela área, através do Padre CRISTIANO CLIFT, da Paróquia de PIRPIRITUBA/PB, de DOM JOSÉ MARIA PIRES, Arcebispo da PARAÍBA e da IRMÃ ZARITA. A partir de agora contará também com a presença de DOM MARCELO PINTO CARVALHEIRA. A maior ação parte do Padre CRISTIANO CLIFT, que com muita frequência visita a localidade. É muito estimado, com fantástica liderança entre os rurícolas.¹²³

Assim como no caso anterior, neste também podemos verificar a intervenção do clero paraibano na assistência aos trabalhadores rurais que tiveram suas plantações destruídas a mando do grande proprietário. Foram acontecimentos dessa natureza que motivaram o então Arcebispo da Paraíba a redigir a 4ª Carta Pastoral com o propósito de denunciar a situação do homem do campo.

A epístola gerou uma enorme repercussão na época. O jornal *O Norte* divulgou, em 09 de maio de 1975, a Carta Pastoral em que o Arcebispo da Paraíba abordou a condição do homem que vive na zona rural. O título da notícia é **Dom José pede mais proteção para trabalhadores do campo.**

Os sindicatos precisam fazer pelo homem do campo mais do que preparar guias para tratamento de saúde ou providenciar transporte para enfermos – diz o Arcebispo Metropolitano, D. José Maria Pires na Carta

¹²³ O documento encontra-se disponível no site do Sistema de Informação do Arquivo Nacional, em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829901&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

Pastoral que escreveu sobre a situação atual dos camponeses na Paraíba, e que está sendo lida não apenas nas igrejas, como nas Comunidades Eclesiais de Base: Partindo da constatação de que o homem do campo está voltando ao trabalho depois da chegada das chuvas no Brejo, no Agreste e no Curimatau, D. José Maria Pires faz em sua Carta Pastoral uma série de reflexões sobre a seca, a fome, o papel dos sindicatos rurais e a posição da Igreja em relação a esses fenômenos. Ao final do documento, o Arcebispo exorta os cristãos a reprimirem “os avanços do Exército da Fome” propondo que se assegure “a cada pessoa, a cada família, o pão de cada dia, conforme a vontade expressa de Deus, nosso Pai”. (*O Norte*, 09/05/1975)

Então, podemos constatar pelo teor da matéria que, além dos conflitos envolvendo os proprietários de terra, os agricultores passavam por outras dificuldades como a estiagem prolongada e a fome. Na Assembleia Legislativa do estado, o Deputado Severino Ramalho Leite, da ARENA, manifestou-se sobre a missiva de Dom José, tal como a imprensa paraibana. Ao fim do relatório do CIE, o General José Maria de Andrada Serpa, proferiu o seguinte parecer:

Os signatários da 4ª Carta Pastoral [Dom José e Dom Marcelo] exploraram fatos verídicos. Constatou-se nas diligências:

- O desrespeito dos donos de terra ao Estatuto da Terra;
- A vantagem sempre pendente para o dono da terra, por ter mais dinheiro nas lutas judiciais;
- O uso de artimanhas usadas pelos proprietários, para conseguirem a saída do pequeno agricultor de sua propriedade (êxodo rural), que por sua vez provoca a marginalização urbana e o esvaziamento no campo, provocando ainda crise de abastecimento de gêneros alimentícios.
- A realização de acordos e indenizações muito aquém do preço justo.
- A falta de amparo total ao homem do campo, quando se encontra nessas circunstâncias, em que pesem os esforços e os resultados positivos obtidos pelos respectivos SINDICATOS RURAIS e da própria FETAG;
- A morosidade da justiça que normalmente leva uma das partes à impaciência!
- O Clero está presente na área rural;
- O Clero tem servido, em alguns casos de intermediário entre o trabalhador e o SINDICATO RURAL, **o que é indesejável.**

O General José Maria de Andrada Serpa, concluiu seu relatório sobre as questões fundiárias na Paraíba com as seguintes observações:

- 1) Morosidade da Justiça:

- Normalmente é lenta;
- Parece que sempre proporciona vantagem ao rico, protelando a solução rural quando perde para o pobre;
- Falta de estrutura da Justiça comum para julgar tais casos.

(...)

3) Concessão de empréstimos sem estudo prévio:

- O incentivo à criação do gado e à plantação de cana, respectivamente, pelo BANCO DO BRASIL e INSTITUTO do AÇÚCAR e do ÁLCOOL, sem uma coordenação efetiva desses órgãos, em certas áreas, podem gerar tensões sociais, ou o êxodo rural, aparecendo indicar a necessidade de uma revisão dessa política.

4) Ausência dos órgãos governamentais:

- Falta da efetiva presença dos órgãos governamentais nas áreas problemáticas, ensejando o aparecimento de lideranças locais em defesa dos menos favorecidos, normalmente apoiados pelo Clero, e possibilitando interferências políticas. (CIE/Ministério do Exército, Brasília, 10/06/1976)¹²⁴

Portanto, podemos inferir da documentação produzida pelo Centro de Inteligência que o Ministério do Exército estava atento às movimentações agrárias no interior da Paraíba¹²⁵, causadas em grande parte pelos confrontos entre os pequenos agricultores e os grandes proprietários de terra, assim como estava vigilante à atuação da Arquidiocese da Paraíba nesse ambiente.

A título de exemplo, consta no arquivo do SNI um pedido de ajuda financeira que Dom José encaminhou ao então Governador Ivan Bichara, com o propósito de custear a realização de um projeto de pesquisa sobre a situação social dos trabalhadores do campo naquele estado. Desse documento podemos depreender duas coisas: a preocupação de Dom José com os camponeses e a concepção que o Governo Federal tinha do Arcebispo. Segue um trecho do ofício datado de 29 de setembro de 1976:

1. Em Ofício nº 31, de 23 agosto de 76, Dom JOSÉ MARIA PIRES, Arcebispo da PARAÍBA, encaminhou ao Governador do Estado da PARAÍBA o projeto de uma pesquisa sobre a situação social dos trabalhadores do campo naquele Estado, a ser realizada pelo IBRADES,

¹²⁴O documento encontra-se no Sistema de Informação do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829901&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

¹²⁵Conflitos por terra aconteceram em vários outros municípios da Paraíba neste período analisado. Sobre a temática ver: MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e Vol. II, 1997.

da CNBB, para a qual solicita auxílio financeiro no valor de Cr\$132.088,00 (cento e trinta e dois mil e oitenta e oito cruzeiros).

2. Pelos antecedentes de Dom JOSÉ MARIA PIRES e pelos objetivos da referida pesquisa, prevê-se que os resultados obtidos serão usados, pelo Bispo em questão, na incrementação da sistemática campanha de agitação que vem desenvolvendo em sua área.

Admite-se, também, que os resultados da pesquisa, dada a credibilidade da entidade pesquisadora e das modernas técnicas adotadas, um eventual apoio do Governo do Estado da PARAÍBA, daria a Dom JOSÉ MARIA PIRES dados que propiciariam a fundamentação de novas críticas à política adotada pelo Governo Federal, em relação ao homem do campo. (SNI, Brasília, 29/09/1976)¹²⁶

No arquivo, não é mencionado se a ajuda foi ou não deferida pelo governador do estado. Mas é fato que o cenário fundiário paraibano chamou a atenção do Governo Federal, sobretudo após o início do confronto na Grande Alagamar, que se estendeu por vários anos e precisou da intervenção do Presidente da República para solucionar em definitivo a disputa entre lavradores e fazendeiros.

De acordo com Cantalice (1985, p. 35), os problemas fundiários na região da Grande Alagamar compeliram a presença de Dom José para mediar os conflitos entre os proprietários e os camponeses. A Grande Alagamar está localizada nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, a aproximadamente 100 quilômetros da capital, João Pessoa.

Possuía 13 mil hectares e estava cadastrada no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como latifúndio de exploração. O dono da propriedade era o senhor Arnaldo de Araújo Maroja. Esse território era conhecido como Grande Alagamar, por ser composto de 14 fazendas: Fazenda Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Melo e Riacho dos Currais.

A maioria dos moradores dessa região nasceu e se criou naquela área. Viviam da exploração da terra por meio do plantio de algodão, feijão, milho, fava, arroz e frutas. Além disso, criavam bois, vacas, bode, porcos e aves, para o próprio consumo e comercialização no mercado local. (MOREIRA, 1997, p. 796). Eles trabalhavam

¹²⁶O documento encontra-se disponível no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, no link: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829968&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

mediante contratos verbais de arrendamento. Pagavam o foro anualmente e eram detentores dos recibos de pagamento. Segundo Cantalice (1985, p. 35):

O arrendamento é a forma de pagamento da renda da terra que é mais desvantajosa para o produtor direto. Enquanto a parceria corresponde a uma proporção (meio, terço) do total do volume da produção obtida, o arrendamento implica no pagamento, seja em dinheiro, ou diretamente em produtos, de uma quantidade previamente determinada, independente do que venha a ser produzido. Em Alagamar, era efetuado, anualmente, em dinheiro, o pagamento de um ‘foro’ sobre a casa e sobre cada animal de grande porte e não sobre a área cultivada. Em 1975, o ‘foro’ foi de cento e cinquenta cruzeiros a preços correntes.

De acordo com Emília Moreira (1997, p. 799), os agricultores evidenciam que o senhor Maroja nunca demonstrou preocupação em retirar da terra mais do que obtinha com o foro. Ele mantinha uma relação amigável com os trabalhadores, dava-lhes assistência nos momentos de doença na família e não questionava a dimensão das áreas arrendadas. Era respeitado e estimado, como confirmam os depoimentos que seguem:

“Ele era muito bom. Foi bom para tudo enquanto viveu”. (Depoimento do arrendatário senhor Manoel Bento Correia perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Salgado de São Félix, 08/04/1978).

“O seu Arnaldo fazia a gente trabalhar, quando era dezembro mais ou menos, ele punha o gado e quando era março, mais ou menos, quando começava a chover, ele não atrapalhava não, ele tirava, mas tinha manga de roça. Ele não se importava que a gente cercasse. Ele defendia sempre a gente”. (Depoimento do arrendatário senhor Severino Isidro perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Salgado de São Félix, 08/04/1978). (apud MOREIRA, 1997, p. 799).

Tudo estava em paz quando de repente, em 07 de novembro de 1975, o senhor Arnaldo Maroja veio a falecer. Por previsão testamentária, caberia ao testamenteiro do espólio, o senhor Waldomiro Ribeiro Coutinho vender as propriedades. Segundo Moreira (1997, p. 800)

Se notificar os trabalhadores, nem lhes conceder o direito de preferência garantido por lei, o extenso latifúndio foi desmembrado e vendido. A

Fazenda Piacas foi adquirida por José Veloso de Araújo; a Fazenda Várzea Grande, por Heráclito Carneiro Monteiro Veloso Borges; a Fazenda Alagamar do Meio, por Antônio Galvão Filho; a Fazenda Furnas, por Roberto Viana Batista; a Fazenda Maria de Melo, por José Waldomiro Ribeiro Coutinho; a Fazenda Urna, por Telêmaco Cavalcanti Pessoa, que, por morte, deixou-a por herança para a família. Com um novo casamento da viúva, a administração passou para as mãos de Enildo Rodrigues Jordão. A Fazenda Riacho dos Currais foi adquirida por Newton Luís Gonçalves da Silva, e a Fazenda Salomão, por Manoel Tito Ferraz.

Boa parte dos compradores do amplo terreno eram oriundos do estado vizinho de Pernambuco, e residiam nas cidades de Timbaúba e Macaparana. Após a venda e lavrada a escritura, os novos proprietários passaram a exigir a expulsão dos antigos moradores de suas casas. Eis então o cenário para o início do conflito.

A preocupação dos proprietários ao pôr fim ao habitat disperso comum ao sistema de morada e concentrar todos os trabalhadores num só lugar da propriedade, era, portanto, deixar a maior parte das terras contínuas livres para que pudessem expandir seja a monocultura da cana, seja a atividade pecuária.

Os moradores, por sua vez, se recusaram de sair. Com isso, passaram a serem alvos de violência dos novos fazendeiros. De acordo com Moreira:

Violência estava configurada através do aumento do foro; da destruição de roçados por máquinas ou pelo pisoteio do gado; da substituição consequente do plantio dos arrendatários, por cana ou pasto; do ajuizamento de ações de despejo, entre outros, num claro aviso de que não lhes interessava manter as relações de trabalho vigentes (MOREIRA, 1997, p. 803)

No decurso dos anos de 1976 e 1977, a Grande Alagamar tornou-se um ambiente de conflitos constantes, por essa razão, os moradores da região passaram a se organizar para lutarem por seus direitos. Inicialmente, eles buscaram o apoio da FETAG, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e mobilizaram-se para resistir ao processo de expulsão e para assegurar o seu direito de posse. (CANTALICE, 1985, p. 41)

Para o Arcebispo Dom José Maria Pires, o sofrimento do povo estava nítido em seu semblante, uma vez que viviam acuados sob ameaças dos proprietários e seus jagunços. Diante da repercussão do confronto, Dom José resolveu escrever uma Carta Pastoral tendo como título: *Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*.

Nessa Carta Pastoral, o Arcebispo descreveu os acontecimentos que estavam se passando em Alagamar e proferiu severas críticas aos novos proprietários, pois os moradores daquela região ali habitavam há cerca de 30 anos e não é direito tirarem eles de lá depois de tanto tempo vivendo com a posse da terra. O religioso aproveitou a situação para exortar a sociedade e, em especial, os fiéis da Igreja, a terem um maior compromisso com os pobres. Segundo Dom José:

A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos, embora reconheçamos que estamos ainda longe de levar as consequências mais pesadas desse compromisso. Mas estamos caminhando nessa direção e o número dos que se comprometem com o povo cresce constantemente. Como Jesus Cristo, não somos contra os ricos. Mas somos contra a ambição de muitos deles que impedem o desenvolvimento dos pobres (...). Os compradores de Alagamar não precisam daquelas terras para viver. Os agricultores que nelas residem e trabalham dependem delas para sua sobrevivência. O bem comum está, pois, exigindo que elas sejam desapropriadas. Sustentamos que a compra por dinheiro não pode ser o único, nem a principal fonte de direito de propriedade. A necessidade e o trabalho são títulos mais nobres e mais legítimos. Quem precisa da terra tem mais direito do que quem não precisa. Quem a cultivou com carinho e dela tira o sustento é mais dono do que aquele que tem dinheiro, mas “nunca plantou um caroço de nada” (...). A campanha dos agricultores e de seus órgãos de classe é para que se dê legalidade ao direito proveniente da necessidade e do trabalho. O Governo fez em Mucatu, que tinha menor extensão e menor número de famílias. Pode fazê-lo com maior razão em Alagamar e em casos semelhantes até que uma nova legislação consagre o direito do fraco e da necessidade. (PIRES, 1980, p. 50)

Os camponeses de Alagamar tornaram-se protagonistas na luta pela defesa de seus direitos. Fizeram passeatas, manifestações públicas, endereçaram cartas aos três poderes do Estado, denunciando as arbitrariedades que vinham acontecendo em Alagamar. De acordo com o jornal *O Norte*, em 08 de novembro de 1978, os moradores daquela região sofriam com a presença de capangas que representavam uma ameaça a qualquer tipo de organização da comunidade.

Diante disso, foi encaminhado pelo então Governador do estado, Dorgival Terceiro Neto, um contingente de mais de 40 soldados para investigarem se havia armas e capangas na região de Alagamar. Segundo a versão dos moradores, os policiais não

fizeram nada com relação aos jagunços dos fazendeiros. “Na verdade, os policiais e os jagunços estiverem juntos o tempo todo, como se fossem grandes amigos”, encerra a notícia.

No decorrer dos anos, chegou a acontecer embates diretos entre os camponeses e os funcionários dos proprietários. Conforme se verifica na notícia: **D. José diz que Mucatu era feliz até chegar a política.**

Numa segunda carta pastoral o arcebispo D. José Maria Pires, comenta a expulsão dos agricultores da fazenda de Mucatu, dizendo que os moradores da localidade viviam felizes, construíram uma igreja, até a chegada da política. O arcebispo lembra que o que ocorreu em Mucatu é parecido com o que conta a História Sagrada a respeito do Povo de Deus no Egito. O livro do Êxodo revela que o povo hebreu ia bem, trabalhava em paz e prosperidade. Mas, depois chegou um novo rei, ambicioso e desumano. Ele começou a oprimir o povo que morava nas terras dele. Segundo D. José, o novo proprietário de Mucatu pretendia transformar a fazenda em um único canal, seguindo-se a numeração de todas as casas com tinta vermelha e, no domingo, em represália à iniciativa do povo em fazer o levantamento e recorrer à Federação, foi destruída a capela. Vinte e três homens armados chegaram num caminhão e destelharam a igreja. Um trator completou a destruição. (*O Norte*, 17/06/1975)

Na mesma edição, mas numa folha adiante, o jornal publicou a notícia **Arcebispo comenta a expulsão de 174 famílias em Mucatu**, em que Dom José explicou com mais detalhes o que houve nesta fazenda localizada no município de Alhandra:

(...) D. José Maria Pires afirma que os moradores de Mucatu viviam felizes, porque sem o auxílio de entidades beneficentes, nem políticos, “construíram uma igreja, que também servia de miniposto de saúde em Mucatu. (...). O evangelho tem que ser também denúncia da opressão. (...). Segundo o Arcebispo, Mucatu tem novo dono. Antes, o antigo proprietário permitia que o povo trabalhasse em paz. As 174 famílias da fazenda ocupam aproximadamente 639 hectares com suas plantações. Agora, a terra foi vendida a outro. Explica a Carta [Pastoral] que ao tomar conhecimento da venda da terra, 13 moradores “ se dirigiram à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e pediram orientação. Daí, resolveram fazer um levantamento da situação das famílias residentes em Mucatu”. Revela o documento que a propriedade tem 1.236 hectares com famílias que moram lá há mais de 50 anos. Duas delas estão na fazenda há 65 anos e uma precisamente com 70 de residência. Plantam em 639 hectares e abastecem as cidades de João

Pessoa, Goiana e Recife, com inhame, batata, feijão, mandioca, maracujá, limão e laranja (...). (*O Norte*, 17/06/1975).

Após a denúncia que Dom José fez em sua Carta Pastoral, o jornal *O Norte* publicou, no dia seguinte, o direito de resposta dos novos donos da terra. O título da notícia era: **Proprietários tentam desmentir arcebispo sobre o caso de Mucatu.**

Numa clara tentativa de desmentir o próprio arcebispo Dom José Maria Pires a respeito dos acontecimentos na Fazenda Mucatu, bem como de desmentir as notícias dadas por O NORTE e por vários jornais do País, sobre a derrubada de uma igreja e sobre a tentativa de expulsão de trabalhadores dessa propriedade rural situada em Alhandra, os atuais donos do sítio distribuíram nota, ontem, afirmando que “nenhuma igreja foi derrubada na referida propriedade, e sim um pequeno galpão, construído sem nossa autorização”. - Ao contrário do que foi dito – prosseguem os proprietários da Fazenda Mucatu – não nos opomos que seja celebrada missa para os moradores, aos domingos e dias santificados, na sede da fazenda. (...). [Segundo o jornal] Mucatu poderá concentrar lutas armadas nos próximos 10 dias, caso o seu proprietário cumpra a ameaça feita e expulse as 174 famílias que moram lá há vários anos e que dependem da produção agrícola. “Só saio daqui morto. Vou resistir até o fim e lutar por meu direito” – disse Manoel Romão das Neves, que há 25 anos mora na fazenda, mas que não pode mais plantar batata nem milho porque o atual proprietário, sr. Luiz Venâncio de Melo, proibiu que qualquer morador plantasse ou colhesse lavoura. Idêntico propósito de resistir até o fim tem a maioria dos moradores da fazenda. Muitos deles, quase que a totalidade, não sabem ler nem escrever. Ernani Pereira da Silva, 32 anos, fala da Reforma agrária e diz que todos eles têm direito às terras ocupadas. Por ter concluído o Mobral, é considerado o líder e manifestou uma certa preocupação “pelo desespero que já chega em alguns, pois temem perder tudo aquilo que possuem há tantos anos” – explicou.

TEMOR GERAL

O clima é de temor em todos os moradores. Calados, desconfiam de estranhos e temem que possam ser perseguidos pelo administrador ou até mesmo pelo proprietário da fazenda. Sempre que algum carro chega, as portas são fechadas e, pelas frestas, observam demoradamente os ocupantes. Caso suspeitem de que é alguém ligado à administração, não saem. Quando são pessoas desconhecidas, saem sempre com um enorme facão ou armados com foice. Esse temor começou no dia quatro de junho, quando, sem maiores explicações, foi providenciada a enumeração de todas as residências existentes nos seus 639 hectares. Surpresos, os moradores viram, quatro dias depois, a demolição de uma pequena capela que estava sendo construída. Para isso, um trator foi

utilizado e 23 homens se encarregaram de retirar os escombros para que nada ficasse para comprovar a existência da construção.

INTIMIDAÇÃO

Mesmo depois de demolida a capela e ameaçados, um grupo de 15 moradores, uma semana depois, iniciou os trabalhos para reconstrução. Foi o suficiente para que os administradores iniciassem uma campanha de intimidação, chegando ao ponto de ser proibida a assistência pastoral, dada por um vigário. Na última quinta-feira, dia 12, um vigário que ia celebrar a missa na Fazenda Mucatu, percebeu que a estrada estava bloqueada por dois carros. Como ele conhece a região, conseguiu desviar e ir por outra via. Cem metros depois, teve que parar porque o administrador impedia a passagem do veículo para anunciar a proibição da celebração da missa. Um dos ocupantes do veículo era o arcebispo Dom José Maria Pires, que se responsabilizou por tudo que acontecesse. (*O Norte*, 18/06/1975).

Destarte, podemos constatar, por essa e outras matérias na imprensa, o clima de tensão na região de Mucatu, entre os camponeses e os proprietários da terra, assim como verificar a presença da Arquidiocese na zona conflituosa, conforme atesta a notícia:

Diocese evangeliza em Mucatu.

Semanalmente a Arquidiocese da Paraíba está enviando grupos de evangelização para as propriedades de Mucatu, Andreaza e Garapu, recentemente desapropriadas pelo Governo Federal, para a realização de um trabalho assistencial a todas as famílias ali residentes, segundo informações do Arcebispo Dom José Maria Pires. (...). Esse grupo de evangelização executa um importante trabalho assistencial, entre os quais médico, sanitário e espiritual". (*O Norte*, 27/06/1976)

A partir de 1978, a briga tomou uma nova direção, porquanto os camponeses e seus apoiadores buscaram mobilizar a imprensa e a opinião pública no sentido de pressionar os órgãos do Estado para que estes intervissem a fim de solucionar o conflito que já perdurava três anos.

No dia 07 de novembro de 1978, centenas de camponeses se juntaram na frente do Palácio da Redenção, sede do Governo da Paraíba, ocasião que Dorgival Terceiro Neto, sucessor de Ivan Bichara, recebia a visita do Presidente Ernesto Geisel. Os

representantes das cerca de 700 famílias de agricultores, ameaçadas de despejo das terras em que moravam há quase quatro décadas, foram impedidos de entrar no palácio.¹²⁷

Diante disso, os manifestantes começaram a chamar a atenção do presidente por meio de faixas e cantando um hino sobre sua luta e demandas. Esse ato público representou o auge da resistência. Apesar de não terem conseguido uma audiência com Geisel, eles escreveram a seguinte carta que foi publicada no jornal *O Norte*:

Fazenda Alagamar e Piacas, municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, PB (sic). Em 07 de novembro de 1978. Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Ernesto: Nós somos moradores arrendatários nas grandes propriedades Alagamar e Piacas com as localidades: Salomão, Urna, Umari, Mumbuca, Serra de São José, Sapocaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Tejú, Juá, Armador, Grotta de São José, Forquilha, Caipora, Maria de Melo e outros que o povo está lutando também inclusive Souza, Fazenda Campos, Baixo, Várzea Grande, Açude Novo, Onça, Riacho dos Currais. Somos 700 famílias cerca de 4.000 habitantes quase todos nascidos nesta propriedade espólio do senhor Arnaldo Maroja de Araújo, que faleceu no dia 07 de novembro de 1975 e não tinha mulher nem filhos. E essas terras ficaram num testamento para ser vendidos e dividido o dinheiro com 42 herdeiros sobrinhos do mesmo. Então, o Dr. José Valdemiro, seu parente e o administrador Arlindo Paulino venderam as terras sem avisar aos moradores arrendatários que sem notificar os novos proprietários estão dando despejos a nós. (...)

Os novos proprietários invadiram nossas posses com cana de açúcar, com cercas e com gado. Nós tiremos a cana e as cercas, desocupamos nossas áreas. Onde nós pagamos foros tiremos o gado que destruiu nossas lavouras. Arbitrariamente foram presos agricultores sem motivo algum. (...). Os proprietários contrataram pistoleiros para nos amedrontar. Mas somos nós que cultivamos e plantamos nestes 12.000 mil hectares de terras. No dia 31 de agosto de 1978, o proprietário Antônio Galvão Cavalcanti Filho mandou os capangas dele arrancar 12 mil pés de mandioca dos agricultores que os trabalhadores haviam plantado nas posses deles e diz que não paga, está na justiça. (...). Então estamos pedindo a desapropriação a Vossa Excelência que só assim podemos viver, trabalhando e pagando nossos direitos e criando nossos filhos. Assina: os moradores. (Jornal *O Norte*, 08 de novembro de 1978)

¹²⁷ Ver o site Memorial da Democracia, disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/povo-de-alagamar-conquista-terras>. Consultado em 14 de janeiro de 2019.

De volta à Brasília, Geisel assinou um decreto de desapropriação de aproximadamente 2.000 hectares, que correspondia a um décimo da área total, para o assentamento de 80 famílias. E, mesmo assim, tal medida não foi implementada devido à descoberta de jazida de calcário na região.

De acordo com o jornal *O Norte*, a desapropriação anunciada pelo Presidente Ernesto Geisel ocorreu por meio do decreto 82.614/78, em 08 de novembro de 1978. A medida adotada foi vista por muitos como uma forma de conquistar votos, considerando a proximidade do pleito eleitoral.

Como a quantidade de terra desapropriada era pequena, só seria possível assentar cerca de 80 famílias de Alagamar. No dia seguinte ao decreto, o jornal *O Norte* divulgou um comentário do Arcebispo Dom José Maria Pires sobre o decreto do Governo Federal:

A declaração de utilidade pública para efeito de desapropriação de 2.000 hectares em Alagamar e Piacas é certamente uma boa notícia. Eu a considero, antes de tudo, uma vitória da união do povo. Se os agricultores não tivessem se unido desde o momento em que a fazenda começou a ser vendida, se não tivessem lutado juntos, certamente, esta primeira vitória não teria acontecido. Disse que foi uma boa notícia. Ainda não foi uma ótima notícia. A desapropriação de apenas 2.000 hectares não vai solucionar a situação. São 700 famílias; mais de 4.000 pessoas. Os 2.000 hectares poderão atender as necessidades de cerca de cem famílias. E as demais? A não ser que o decreto de hoje seja o primeiro de uma série de outros que já estejam em estudos, a luta do povo de Alagamar terá que continuar até que seja desapropriada toda a área que é calculada em cerca de 13.000 hectares. (Jornal *O Norte*, 09 de novembro de 1978)

De acordo com Moreira (1997, p. 813), apesar da desapropriação anunciada pelo governo fosse de 2.000 hectares, na prática, os moradores de Alagamar só conseguiram 1305,57 hectares. Diante disso, os agricultores insistiram em permanecer em outras áreas da região.

Conforme registrou o jornal *O Norte*, em 02 de dezembro de 1978, os moradores viviam sob ameaças constantes e várias de suas casas foram destruídas a mando dos fazendeiros. Ademais, os proprietários Antônio Galvão Cavalcanti e Roberto Batista fomentaram seus jagunços Marçal André, José Barbosa, Severino Inácio e Sebastião Inácio a destruírem as plantações dos agricultores por meio da ocupação do gado.

Em março do mesmo ano, quando Tarcísio de Miranda Burity assumiu o governo do estado, Dom José comentou no jornal *O Norte*, em 14 de março de 1978, que Burity deveria ser responsável por mudanças substanciais na vida do povo. No artigo veiculado pela a imprensa, o Arcebispo afirmou que:

No que toca a Paraíba, a Igreja Católica estará contente se os novos dirigentes, tendo à frente o professor Tarcísio Burity, concentrarem suas forças em dois objetivos: perseguir a fome até expulsá-lo das fronteiras do Estado e devolver a palavra do povo. Mesmo que não se construísse um só prédio e não se fizesse um palmo de asfalto, o Governo criasse condições de trabalho e alimentação para todos, teria sido certamente em benemérito de seu povo. Para isso, é necessário que o povo possa falar através de suas organizações de classe como os sindicatos, as associações de bairro e outras semelhantes. Mais do que com os técnicos e com os homens de seu partido é com o povo que o Governo deve dialogar. Essa mudança de interlocutores poderá provocar mudanças de metas e de programas o que significará para o Governo que ele estará entrando no caminho das verdadeiras reformas sociais e políticas que até o presente não se fizeram e que se tornam cada vez mais urgentes. (Jornal *O Norte*, 14 de março de 1978)

Infere-se dessa notícia que o Arcebispo da Paraíba esperava que o novo governador tivesse uma postura mais comprometida com a causa social, em especial, com a questão dos conflitos fundiários existentes no estado, conforme demonstra o restante da matéria.

Considerando a zona conflituosa instalada na região da Grande Alagamar, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, por meio de seu coordenador, Wanderley Caixe, resolveu entrar em cena para auxiliar os moradores da região. De acordo com Moreira (1997, p. 853), Wanderley Caixe denunciou que os policiais enviados para conter a violência nas áreas visitadas pelo governador Tarcísio Burity não estavam lá para evitar a violência, mas para aumentá-la.

Segundo Vanderlan Pereira (2012, p. 146), o Secretário de Segurança Pública do estado da Paraíba, Luiz da Costa Araújo Bronzeado, informou que era necessário a implantação de um mini-posto policial em Alagamar a fim de conter os ânimos dos moradores da região. Para o Secretário, Wanderley Caixe orientou cerca de 200 pessoas a invadirem as propriedades e, a fim de conter essas iniciativas, segundo Bronzeado, fazia-se necessário a presença de forças militares.

Em contrapartida, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos informou que a ocupação da área por agentes do governo foi marcada pelo emprego da violência, tendo o aval de Tarcísio Burity e do proprietário Ribeiro Coutinho. De acordo com a imprensa:

No dia 28 [de dezembro de 1979] à noite, a polícia enviada pelo Governador e pelo Secretário de Segurança chegou à localidade de Caipora com o objetivo de “tranquilizar” os agricultores espancando homens, mulheres grávidas, ou não, velhos e crianças. O resultado da ação tranquilizadora da polícia foram várias pessoas feridas, algumas tiveram que ser internadas com graves problemas de saúde, como noticiaram os jornais e rádios da cidade. (Jornal *O Norte*, 01 de janeiro de 1980)

No mesmo dia que foi noticiado essa matéria, o mesmo veículo de comunicação divulgou que o CDDH já estava tomando providências para cuidar dos feridos de Alagamar. O Arcebispo afirmou que acolheu 12 pessoas feridas após o confronto que houve entre os moradores e os capangas dos proprietários.

Em dezembro de 1979, o jornal *A União* publicou uma entrevista com os agricultores da Grande Alagamar, em que eles denunciaram as atrocidades cometidas pelos policiais enviados pelo Secretário Bronzeado.

(...). Ontem à tarde, havia um clima de maior tranquilidade, tanto de parte de nós agricultores, como parte dos proprietários, que o destacamento policial enviado pelo Secretário de Segurança Pública, Luiz Bronzeado, tinha conseguido a paz e a tranquilidade. Mas vejam como foi essa tranquilidade: quando os policiais foram chegando aqui foram logo tomando as facas peixeiras de nós moradores, até as que estavam enfiadas nas palhas da cozinha. Depois ocorreu um boato de uma pessoa que a gente não conhecia, pensamos que foi um policial ou um jornalista, dizendo que o governador ia chegar naquela tarde em Caipora e que queria encontrar-se com todos nós que tratamos o gado para o lugar indicado. Chegando lá os policiais tomaram as facas, de todos nós e deram 10 minutos para todos desaparecerem dali. Nós se afastamos um pouco, mas depois se juntamos novamente. Depois que todos se juntamos, convidamos os policiais para conversar um pouco. Vejam qual foi a conversa que os policiais vieram conversar com a gente: aqui não há reunião hoje à tarde, se vocês insistirem eu joga três bombas em cima de vocês, disse os policiais: Disse isso e não contou história. Quando a gente viu foi a bomba caindo no meio de nós. A bomba quando estourou ninguém aguentou a catimba de uma fumaça que saía dela. Todo mundo saiu na carreira e os policiais empurrando a

gente em cima da bomba para morrer com a catanga. Os policiais empurraram a gente, os policiais nos deram socos, os policiais nos deram pontapés, os policiais nos deram coronhadas de fuzis em cima de nós, os policiais arrastaram e levaram o companheiro José Barbosa. Muitas pessoas saíram feridos, inclusive crianças, por causa da agressão de policiais. As mulheres gritavam vendo seus filhos, maridos e elas mesmas levando pau de polícia enviado pelo Secretário de Segurança Público, Luiz Bronzeado, para levar a paz e a tranquilidade para Alagamar, Piacas, Maria de Melo e Caipora. (Jornal *A União*, 30 de janeiro de 1979).

Depois de dois anos de brigas, a situação se intensificou. A utilização de violência contra os camponeses, que tiveram suas terras invadidas pelo gado dos proprietários, voltaram a ser manchetes nos jornais. Os agricultores pleiteavam a desapropriação das terras de Alagamar e também buscavam denunciar as torturas realizadas naquela região e, assim, escreveram o seguinte texto publicado na imprensa, como uma espécie de coletânea das cartas endereçadas previamente ao Governo do estado:

Primeiro o caso que aconteceu com o agricultor que se chama Aluísio, que foi brutalmente devorado (sic) pelo administrador da Fazenda Piacas, de nome Antônio Miguel que se fazia acompanhar de três elementos, inclusive decepou a orelha de Aluísio. Queremos comunicar a Vossa Excelência que estas duas propriedades vivem invadidas com elementos que se dizem pistoleiros e o que nos parece que são mesmo. Inclusive o povo vive amedrontado com estes elementos estranhos até as crianças não querem ir à escola mais com medo dos tiroteios que eles vivem fazendo. O jovem Daniel, residente em Alagamar, vinha de seu trabalho quando foi barrado por quatro elementos e logo sacaram do revolver forçando o jovem a descobrir aonde estava seu pai. Aí ele descobriu ou eles atiravam na sua cabeça. Pela quarta vez estávamos limpando doze mil pés de roça do roçado comunitário em Alagamar. Sem que nós esperasse (sic), o proprietário Antônio Galvão, junto com três capangas destruíram toda a lavoura de todos os agricultores, fazendo soltar o gado (...). Temos outro caso: em 1978 foi reconstruída uma casa de um agricultor em Piacas por ordem da Federação (FETAG). Teve a tarde a presença da polícia de Salgado de São Félix dando voz de prisão no agricultor e proibindo a construção da casa. (Jornal *O Norte*, 08 de fevereiro de 1979);

Por conseguinte, o jornal *O Norte*, em 31 de dezembro de 1979, informou que naquela semana ocorreram diversas arbitrariedades praticadas por policiais militares.

Segundo o periódico, em Alagamar se difundiu um clima de terror que se expressava por meio da violência cometida pelo Estado e pelo uso de bombas de gás lacrimogêneo.

Todo esse ambiente de instabilidade social culminou na ocorrência de alguns feridos após o embate entre as forças do governo e os camponeses. A imprensa chega a mencionar a morte de uma bebê de três meses no meio desse confronto.

Conforme os registros dos jornais, Alagamar tinha algumas lideranças que propuseram a retirada do destacamento policial e a saída do gado dos roçados. Segundo os moradores, até os padres foram proibidos de fazerem atos religiosos na região.

O jornal *Correio da Paraíba*, de 01 de janeiro de 1980, divulgou uma nota do então Secretário de Segurança Pública, Luiz Bronzeado, na qual ele responsabiliza a presença do clero na região de Alagamar, em especial, as atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, como provocadores dos conflitos em Alagamar.

De acordo com Vanderlan Pereira (2012, p. 150), em Alagamar os proprietários e os policiais desconfiavam da atuação de agentes pastorais ou quaisquer religiosos. Para os donos dessa propriedade, os agentes pastorais são incitadores de contendas, terroristas, clandestinos, e ainda em alguns casos “agentes ilegais” de instituições internacionais.

Sobre esse último aspecto, é importante lembrar que Dom José conseguiu trazer a Arquidiocese da Paraíba diversos padres e freiras de outros países, como as Irmãs Tonny Van Han e Marlene Burgers, e o Frei Hermano José Curten. Os três de ascendência holandesa trabalhavam na Arquidiocese da Paraíba desde 1970.

Em relação a Irmã Marlene, ela foi presa no dia 25 de dezembro de 1979, com um camponês, o senhor Cícero Tiburtino. O agricultor foi acusado de desrespeitar a ordem do Secretário de Segurança Pública do estado, o qual havia proibido a realização de reuniões de camponeses na região de Alagamar.

A Irmã Marlene, por sua vez, foi presa por ser funcionária do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e estar presente em uma das reuniões junto aos moradores de Alagamar. Ambos ficaram encarcerados no Município de Pilar, a Irmã Marlene descreveu sua prisão da seguinte forma:

Fui presa na tarde de anteontem, em Alagamar, pelo Tenente Silva, do destacamento de Guarabira que, na oportunidade, estava armado com um lança-bombas. Na ocasião, ele disse que eu não podia me deslocar até o local onde se dava a reunião dos agricultores (...). Não sofri nenhuma violência física. Entretanto, o agricultor que foi preso na mesma oportunidade, pouco depois de mim, foi espancado a

coronhadas de fuzil em Alagamar e quando foi levado para a cela em Pilar pelo delegado daquele local e o guarda que o auxiliava. (Jornal *O Norte*, 30 de janeiro de 1979).

Na mesma matéria, a Irmã Marlene ressaltou a importância do Arcebispo Dom José Maria Pires para sua libertação e de seu amigo, Cícero Tiburtino. Dom José procurou pessoalmente o então governador do estado, o senhor Tarcísio de Miranda Burity, e pediu para que os agentes pastorais fossem libertos. Segundo o jornal *O Norte*:

O bispo Dom José lembra que ao saber das duas detenções ficou preocupado e de imediato se comunicou com Burity. Este lhe informou que já havia dado ordem para que fossem libertados. Mesmo assim, Dom José Maria Pires informou que iria pessoalmente a Pilar para acompanhá-lo. Em Pilar, por terem se antecipado, foram informados de que a ordem ainda não havia chegado ao destacamento policial. (Jornal *O Norte*, 30 de janeiro de 1979)

A imprensa nesse período, de forma geral, veiculou notícias que reforçam a noção de que a ação do Secretário de Segurança Pública do estado estava sendo abusiva. Em Alagamar, ficou estabelecido por determinação do referido agente público, que não seria permitida a entrada de estrangeiros.

Para garantir o cumprimento dessa ordem, o estado enviou 250 soldados a fim de assegurar que não houvesse manifestações populares na área. Por meio do jornal *A União*, em dezembro de 1979, o Secretário de Segurança, Luiz Bronzeado, se manifestou da seguinte forma acerca da presença de religiosos estrangeiros:

Estamos dispensando os serviços dos cleros importados, formados nas escolas do marxismo-leninismo dos conventos da Europa, porque eles é que estão induzindo o camponês a tomar uma atitude hostil, ilegal e revolucionária em Alagamar. (...). Todos os religiosos da América Latina a serviço da Igreja, oriundos da Europa, tem preparação ideológica (falsa teologia), direcionada para a implantação do marxismo-leninismo, o mesmo ocorrendo com os que se encontram nas áreas camponesas em litígio, do que ocorre na Fazenda Maria de Melo, distante seis quilômetros de Alagamar e Piacas. (Jornal *A União*, 27 de dezembro de 1979)

Na mesma semana, o jornal *O Norte* publicou a posição do governador Tarcísio de Miranda Burity, o qual enfatizou que não iria apoiar a subversão e a presença de

estrangeiros no campo que estivessem incitando os camponeses a entrarem em conflitos com os proprietários de Alagamar. Assim como o Secretário Bronzeado, o governador ressaltou que aquela região precisava da presença das forças policiais.

Segundo Burity, os agentes de segurança do estado estavam ali por causa de uma solicitação feita pela própria comunidade, com o intuito de evitarem derramamento de sangue na região. Segue um trecho da notícia:

Ao governo do estado – declarou o senhor Tarcísio Burity – cabe manter a ordem pública e o estrito cumprimento da lei. E foi com esse propósito que, mesmo consciente de que a questão de Alagamar e Piacas somente poderá ser resolvida por decisão do governador federal, é que mandei para a área a polícia, com a recomendação expressa de, numa ação imparcial, evitar confrontos entre agricultores e proprietários. A paz e a ordem deveriam ser mantidas sem que o braço da força pudesse beneficiar qualquer das partes envolvidos no conflito. (Jornal *O Norte*, 28 de dezembro de 1979)

Dom José mobilizou outros Bispos do Nordeste para ajudar pessoalmente os camponeses. É importante ressaltar que a resistência dos lavradores de Alagamar contou com o forte apoio da Igreja Católica, em especial, de Dom Pelé. No início de 1980, Dom José esteve com outros bispos em Alagamar, entre os quais: Dom Hélder Pessoa Câmara (Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife), Dom Manuel Pereira (Bispo da Diocese de Campina Grande) e Dom Francisco Austragésilo (Bispo da Diocese de Afogados de Ingazeira).

Os religiosos, juntamente com os camponeses, expulsaram o gado dos roçados. De acordo com Moreira (1997, p. 809), esse gesto representou a legítima defesa do direito à terra para os agricultores e uma provocação aos policiais que assistiram à cena imóveis. Em razão da entrada da Arquidiocese no conflito de Alagamar, Dom José passou a ser tachado de comunista, subversivo, discípulo de Fidel Castro, pelos proprietários da região de Alagamar e por setores do governo.

Segundo a entrevista de Dom José a Vanderlan Pereira (2012, p. 155), o Arcebispo ressaltou que em Alagamar havia uma situação de quase abandono das leis em defesa dos mais pobres daquele espaço, por isso, precisou agir.

Dom José, juntamente com os demais bispos, haviam percebido que grande parte da plantação dos camponeses da Grande Alagamar estava sendo destruída pelo gado dos

proprietários. É importante salientar que, após a entrada dos bispos na região, em 05 de janeiro de 1980, não foi possível à entrada de nenhum agente pastoral.

De acordo com Vanderlan Pereira (2012, p. 159), chegando no fim do dia 05, os bispos voltaram para suas dioceses de origem, no entanto, Dom José resolveu permanecer com os camponeses por mais alguns dias. Enquanto o Arcebispo estava em Alagamar, os demais religiosos, por meio de uma determinação do governador Tarcísio Burity, não poderiam fazer quaisquer visitas ao local.

Diante das entrevistas do governador sobre Alagamar, Dom José pregou o exercício da “desobediência civil”. Em nota divulgada amplamente pela imprensa paraibana, o religioso enfatizou acerca da posição da Igreja Católica sobre a situação de Alagamar:

1. Não queremos, nem admitimos a violência. Para nós, conforme a declaração do Santo Padre Paulo VI, “a violência não é cristã, nem evangélica”. (Nunca matar! Jamais ferir).
2. Não aceitamos a passividade, o medo, a acomodação, o isolamento dos pobres e oprimidos. (“estar sempre atento! Sempre se unir”)
3. Respeitamos a objeção de consciência e, por isso, aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz. (“desobediência às ordens de sua excelência quando vem nos destruir”). (Jornal *O Norte*, 07 de janeiro de 1980).

Em resposta ao Arcebispo, no dia seguinte, o mesmo jornal publicou a posição do governador Tarcísio Burity, que criticou a ideia de “desobediência civil” pregada pelo Arcebispo Dom José Maria Pires. Segue abaixo um trecho da matéria divulgada no jornal:

A propósito de nota distribuída pelo Arcebispo Dom José Maria Pires, ontem divulgada pela imprensa, venho prestar a opinião pública os seguintes esclarecimentos:

Concordo plenamente com o Senhor Arcebispo Dom José Maria Pires que os conflitos sociais devem ser resolvidos pela não violência; reafirmo a convicção de que o problema de Alagamar decorre da estrutura fundiária do país e que sua solução somente ocorrerá com a reforma da legislação pertinente. A questão de Alagamar não é caso de polícia, e sim de caráter social, devendo merecer toda a atenção possível das autoridades, com vistas a impedir as injustiças sociais e a promover o atendimento do camponês pobre e sem-terra (...). Fiz apelo pessoal ao Arcebispo, Dom José Maria Pires, para que impedisse religiosos estrangeiros de participarem de reuniões em Alagamar a fim de evitar

que um possível incidente, resultante do clima de tensão existente, pudesse e possa causar dificuldades não só ao governo do estado, mas também ao governo brasileiro.

- No primeiro dia deste ano, recebi em minha residência o senhor Arcebispo Dom José Maria Pires, que me informava ter sido detido na área conflitada a religiosa Marlene, de procedência holandesa. Numa demonstração de boa vontade, de crença na política de diálogo e em mais um gesto de colaboração com a Igreja, desloquei-me à noite, com o Arcebispo para a cidade de Pilar, onde ordenei a polícia libertar a religiosa. Em seguida, coloquei-a em meu automóvel, trouxe-a até esta capital e mandei deixá-la em sua casa;

- Embora o senhor Arcebispo Dom José Maria Pires tenha me afirmado que, conforme sua interpretação de apóstolo São Paulo, nenhuma verdadeira mudança poderá ser feita sem sangue, acho que este não é o caminho acertado para que deseje; com sinceridade, que os problemas sejam reconhecidos sem violência;

- Reitero que, apesar da diversidade de concepções de justiça social existente, o único caminho a ser seguido é o do cumprimento e do respeito à lei positiva, que é a expressão da vontade coletiva;

- Não posso deixar de externar minha preocupação quando Sua Exa. Reverendíssima, na nota de ontem publicada pela imprensa, aconselha a “desobediência civil” com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz, “mesmo por que os conceitos de justo, e de injusto e de objeto de consciência são eminentemente relativos e indivíduos, fora do padrão legal. O conselho do senhor Arcebispo poderá provocar consequências imprevisíveis;

- Espero, enfim, que o alto senso de equilíbrio, de prudência, de não violência e de império da razão, defendido e exercido pela Igreja em sua história, fundamenta a minha certeza de que juntos, Arquidiocese e Governo do Estado, buscaremos a solução correta e justa para a proteção dos humildes sem ferir, entretanto, o direito. (Jornal *O Norte*, 08 de janeiro de 1980)

A resposta definitiva das autoridades à questão de Alagamar veio quando o Presidente João Baptista Figueiredo assinou um novo decreto, em 31 de outubro de 1979, revogando o anterior promulgado por Geisel e decretando o prosseguimento da desapropriação.

De acordo com Emília Moreira (1997, p. 817), a resistência camponesa no latifúndio de Arnaldo de Araújo Maroja não terminou com a desapropriação de Alagamar e de Piacas. Outros imóveis continuaram na luta, assim como: Urna, Caipora, Riacho dos Currais, Fazenda Salomão, entre outros.

Posteriormente, o Governador do estado, Tarcísio Burity, adquiriu toda a região de Alagamar e a entregou às famílias dos camponeses que vinham lutando por quase cinco anos pelo direito de permanecer naquela área. Tal conquista é produto da soma dos esforços de diferentes agentes sociais, que se destacaram em toda a história de luta de Alagamar. Dentre os quais, Moreira (1997, p. 807) cita:

Dom José Maria Pires, Dom Hélder Câmara, Dom Marcelo Carvalheira, Padre Luiz Couto, Irmã Marlene, Irmã Tony, Missionário João Batista, Padre José Diácono, a agente pastoral leiga, Socorro Barbosa, os advogados Wanderley Caixe e Júlio César Ramalho, entre muitos outros.

Em suma, o trabalho realizado por Dom José frente à Arquidiocese da Paraíba corrobora com o modelo de uma Igreja Viva, que fora preconizada no Concílio Vaticano II. Uma Igreja atenta à questão social e inserida no meio dos mais pobres. Sobre sua atividade pastoral, a imprensa divulgou, em 08 de março de 1978, a seguinte matéria:

Parlamentar destaca ação do Arcebispo.

O líder do MDB na Câmara, vereador Derivaldo Mendonça, congratulou-se ontem com o arcebispo Dom José Maria Pires “por ter abraçado o problema que algumas famílias paraibanas enfrentam, ameaçadas de expulsão das terras, no interior do Estado, por herdeiros de propriedades”. Lembrou, então, a campanha “Justiça e Trabalho para Todos”, em desenvolvimento em todo o país, “que fala da necessidade do povo, principalmente nesse caso em que famílias são banidas das terras”. Suas declarações contaram com a adesão do sr. Gerson Gomes de Lima ao afirmar que sentia o problema que atinge várias famílias no interior do Estado e mostrando a necessidade “de se prestar maior assistência às famílias pobres”. Sobre o mesmo assunto também falou o vereador Manoel Virgínio, que lembrou que o Governo Federal há algum tempo indicou as referidas terras para se iniciar a Reforma Agrária”, apesar de “não acreditar que isso venha a ocorrer”.

APLAUSOS

Voltando à tribuna, o sr. Derivaldo Mendonça aproveitou para apresentar congratulações ao padre Hilton Bandeira, pela sua atuação frente à Igreja Santa Júlia e pela ajuda que dispensa aos moradores de Brasília de Palha. (*A União*, 08/03/1978)

CAPÍTULO III – A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS NA DITADURA MILITAR

3.1 A Igreja Católica e os Direitos Humanos no Brasil

A Igreja Católica Apostólica Romana exerceu durante a Ditadura Militar papéis contraditórios, uma vez que colaborou para a instabilidade do Governo João Goulart (1961-1964) e, por conseguinte, criou o ambiente propício para a ascensão dos militares à presidência. Em contrapartida, alguns setores da mesma instituição destacaram-se na resistência ao regime autoritário e na defesa dos direitos humanos. E, é sobre esse grupo, que pretendo discorrer neste tópico.

Partindo desse pressuposto, a primeira autoridade eclesiástica que saliento é o catarinense Dom Paulo Evaristo Arns¹²⁸, Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo (1970-1998) que, posteriormente, foi condecorado com o título de Cardeal pelo Papa Paulo VI. Sua atividade pastoral teve por público-alvo os moradores pobres da periferia, os trabalhadores e os perseguidos políticos; além disso, Dom Paulo contribuiu para a criação de Comunidades Eclesiais de Base e a formação da Comissão de Justiça e Paz, a fim de defender e promover os direitos da pessoa humana¹²⁹. Segundo ele:

Jesus não foi indiferente nem estranho ao problema da dignidade e dos direitos da pessoa humana, nem às necessidades dos mais fracos, dos mais necessitados e das vítimas da injustiça. Em todos os momentos Ele revelou uma solidariedade real com os mais pobres e miseráveis (Mt 11, 28-30); lutou contra a injustiça, a hipocrisia, os abusos do poder, a avidez de ganho dos ricos, indiferentes aos sofrimentos dos pobres, apelando fortemente para a prestação de contas final, quando voltará na glória para julgar os vivos e os mortos. (ARNS, 2001, p. 332)

Dom Paulo foi um líder religioso importante no processo de abertura política do Regime Militar. Vale lembrar, por exemplo, que enquanto Arcebispo de São Paulo, ministrou na Catedral da Sé missas por Vladimir Herzog e Alexandre Vannucchi Leme,

¹²⁸Nasceu em Forquilha (SC), em 14 de setembro de 1921, e faleceu em São Paulo, no dia 14 de dezembro de 2016, aos 95 anos. Seu lema episcopal era *ex spe in spem*, que significa: De esperança em esperança. Por essa razão, ficou conhecido como o Cardeal da esperança.

¹²⁹ Sobre sua trajetória pastoral ver. ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia**: testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ambos encontrados mortos nas dependências do Estado; este em 1973, aquele em 1975. Nessas ocasiões, alertava para a necessidade de se investigar as denúncias de tortura e prevenir os abusos que vinham sendo cometidos pelos militares, além de incentivar a defesa dos direitos humanos, de acordo com as recomendações do Concílio Vaticano II.

Durante a década de 1970, Dom Paulo lutou pelo restabelecimento de um Estado Democrático de Direito no país,¹³⁰ materializando sua ação principalmente por meio da Comissão de Justiça e Paz, que fundou em 1972, para dar apoio às vítimas da repressão e interceder por elas diante das autoridades competentes.

Nessa perspectiva, a atividade da Comissão de Justiça e Paz foi fundamental na luta pela efetivação da garantia dos direitos humanos, conforme se observa nesta notícia:

Comissão de Justiça e Paz analisa caso de operário. Segue o trecho da matéria:

São Paulo – O presidente da Comissão de Justiça e Paz, José Carlos Dias, assegurou ontem, que a entidade “dará toda a assistência jurídica e apoio a Sra. Tereza de Lourdes Martins Fiel, para que os fatos sejam esclarecidos e apurada a responsabilidade criminal e civil dos culpados pela morte de seu marido, o operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI, em janeiro de 1976. Ocorrida menos de três meses depois da morte do jornalista Wladimir Herzog e também caracterizada, oficialmente, como suicídio, a morte do operário Manoel Fiel Filho foi um dos motivos determinantes da substituição do comandante do II Exército, General Ednardo D’Ávila Melo, pelo general Dilermando Gomes Monteiro. O operário, que trabalhava na Metal Arte, foi preso a 16 de janeiro de 1976, sendo levado para o DOI-CODI, onde morreu no dia seguinte. Segundo José Carlos Dias, a Comissão de Justiça e Paz foi procurada esta semana pela Sra. Tereza de Lourdes Fiel Filho, que pediu assistência nas providências que pretende tomar em razão da morte de seu marido. Na próxima semana, a comissão tomará um depoimento extrajudicial da viúva “para que, a partir dessa prova, sejam colhidos outros elementos a fim de que possam ser tomadas as providências”. - No que depender da Comissão de Justiça e Paz – destacou seu presidente – o caso Fiel Filho será levado adiante. Se até agora não foi dada tal assistência “é porque respeitamos a liberdade inviolável de alguém que preferiu esperar o momento oportuno”. (Jornal *A União*. **Comissão de Justiça e Paz analisa caso de operário**. 04 de novembro de 1978).

¹³⁰ Por essa razão, chegou a sofrer um atentado à sua vida quando estava sendo transportado por um carro militar. O “acidente” no automóvel o deixou hospitalizado durante semanas. Sobre o tema ver a entrevista que Dom Paulo concedeu ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 25 de dezembro de 1995, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tGnkkwyuT7I>. Consultado em 16 de janeiro de 2019.

Dessa forma, podemos verificar por meio dessa notícia um exemplo da atuação da Comissão de Justiça e Paz, fundada por Dom Paulo Evaristo Arns para interceder por aqueles que se viam injustiçados pelo Estado brasileiro. Além disso, a mencionada Comissão reafirmava em seus pronunciamentos a necessidade de se defender os Direitos Humanos, considerando-se a conjuntura do país na época, em que a perseguição política estava institucionalizada.

A Comissão era composta por voluntários, dentre os quais figuravam Hélio Bicudo, Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Comparato, Mário Simas, José Carlos Dias, José Gregori, Margarida Genevois, Luiz Antônio Alves de Souza, Wagner Rossi e Íris Aires¹³¹, os quais prestavam assistência jurídica aos prisioneiros políticos e agiam na esfera pública denunciando os abusos e as violações dos direitos humanos perpetrados pelos órgãos de segurança do Estado brasileiro.¹³²

Com a divulgação do plano do Presidente Ernesto Geisel, em 1974, de realizar a distensão do regime a caminho da abertura política, a referida Comissão se aliou com os mais diferentes movimentos sociais e setores do MDB, patrocinando campanhas em prol da *Lei de Anistia* (1979), *contra o terrorismo de Estado* (1980), a favor da *Revogação da Lei de Segurança Nacional* (1983) e pelas *Diretas Já!* (1984). (CANCIAN, 2014)

A atuação de Dom Paulo frente à Comissão lhe rendeu reconhecimento internacional. Em 22 de maio de 1977, o Cardeal recebeu junto com o Presidente estadunidense, Jimmy Carter, o título de Doutor *Honoris Causa*, da Universidade de Notre Dame (USA), por seu empenho em prol dos direitos humanos. A partir de então, ambos os homenageados, tornaram-se aliados na causa da defesa dos direitos humanos.

O Jornal paraibano, *A União*, passou então a registrar os inúmeros encontros que Jimmy Carter e Dom Paulo passaram a ter naqueles tempos. Como exemplo, segue a notícia: **Dom Evaristo Arns manteve encontro com Jimmy Carter.**

Rio – “Nós estamos progredindo no sentido da liberalização e estamos com esperança, embora as instituições mudem. Portanto, não temos segurança. O que mudou foi apenas o modo de tratar as coisas”. Essa foi uma das afirmações feitas ontem pelo cardeal Paulo Evaristo Arns

¹³¹Sobre o tema ver o texto do professor Renato Cancian, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-2-o-papel-da-igreja-catolica.htm?cmpid=copiaecola>. Consultado em 16 de janeiro de 2019.

¹³² Detalhes acerca do trabalho desenvolvido pela Comissão de Justiça e Paz encontra-se no livro de: FESTER, Antônio Carlos Ribeiro. **Justiça e paz: memórias da Comissão de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ao presidente Carter. **O arcebispo de São Paulo aproveitou seu encontro com o presidente norte-americano para entregar-lhe um exemplar de seu livro – “A luta Pelos Direitos Humanos”** – e uma declaração sobre esses direitos feita por ele e outros religiosos. O cardeal, que foi convidado pelo presidente Carter para acompanhá-lo até o aeroporto, combinou com o Chefe de Estado dos Estados Unidos de manter correspondência. (...). Na Gávea pequena, D. Paulo disse que o clima do encontro foi muito informal. O arcebispo conta que o presidente Carter, sentado em frente ao grupo, pediu que cada um expressasse sua opinião acerca da situação política do Brasil e foi o que fizemos. “Cada um deu sua opinião sobre a liberdade de imprensa, sobre a comunicação da imprensa e da Igreja para a normalização do país”. (...). Segundo ele, a tônica foi a de que existem indícios de que o país caminha para uma liberalização, mas até agora a abertura continua no plano da esperança. (...). **“Foi uma conversa sobre os direitos humanos, mas que não entrou em casos específicos”**. (Grifos nossos). (Jornal *A União*. Dom Evaristo Arns manteve encontro com Jimmy Carter. 01 de abril de 1978)

Por conseguinte, a mencionada matéria reforça o entendimento de que Dom Paulo e o Presidente Jimmy Carter (1977-1981)¹³³ mantiveram conversas sobre a situação política do Brasil. Segundo o Cardeal, os casos de violação dos direitos humanos no país fizeram com que a embaixada estadunidense cobrasse explicações do Governo brasileiro. Dessa forma, os militares passaram a sofrer além de uma pressão interna, uma pressão externa para acelerar a abertura política e, conseqüentemente, instaurar um Estado Democrático de Direito.

A partir de então, Dom Paulo tornou-se amigo do Presidente Jimmy Carter, e os dois passaram a trocar várias cartas nos anos seguintes. Algumas dessas correspondências encontram-se no Arquivo Nacional, e, em seu conteúdo podemos perceber a preocupação do Cardeal com a violação dos direitos humanos no Brasil. Sobre esse contato entre o religioso brasileiro e o Presidente dos Estados Unidos, o SNI escreveu o seguinte:

Na missiva assinada pelo Presidente dos ESTADOS UNIDOS é feita menção a uma lista de prisioneiros políticos brasileiros que desapareceram desde 1971. É, também, enaltecida a participação do

¹³³Assim como Dom Paulo, o Presidente Carter tornou-se conhecido por seu trabalho em defesa dos direitos humanos e da democracia. Após deixar a Presidência dos Estados Unidos, em 1981, viajou pelo mundo advogando acordos de paz, observando eleições e ajudando na prevenção e erradicação de doenças em várias nações. Seu engajamento social lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz, em 2002. Cf.: https://www.ebiografia.com/jimmy_carter/. Consultado em 19 de janeiro de 2019.

Cardeal na defesa dos direitos básicos de todos os seres humanos e no auxílio daqueles cujos direitos têm sido violados. A maior parte da obra procura mostrar o envolvimento do Cardeal na luta pela defesa dos presos políticos, seus contatos com autoridades civis e militares, sua intransigência quanto à atuação dos órgãos de segurança, sua preocupação com a miséria da periferia de SÃO PAULO e a "sua posição "como homem que nunca nutriu simpatia pelo regime militar". (SNI. *D. Paulo Evaristo Arns: O Cardeal do Povo*. 26 de julho de 1979)¹³⁴

Destarte, infere-se desse documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações à falta de empatia com que Dom Paulo nutria pela Ditadura Militar. Ademais, podemos perceber que a questão da situação política do país estava sendo discutida no exterior em virtude da campanha internacional que vinha sendo feita, sobretudo pelo clero, pedindo atenção aos casos de desaparecimentos políticos, torturas e mortes que andavam acontecendo no Brasil, inclusive contra membros da Igreja.

No mesmo mês da notícia do encontro de Dom Paulo com Jimmy Carter, o jornal *A União* publicou a matéria: **Elaborado documento para a CNBB**, em que os Bispos paulistas endossaram por meio de um ofício formal à CNBB, a necessidade da Igreja estar atenta aos clamores do povo. Segue um trecho da reportagem:

São Paulo – A luta e a defesa pelos direitos humanos, a doutrina da Segurança Nacional – “um ponto nevrálgico para a libertação dos povos latino-americanos” – e a pastoral da terra e indigenista são três dos 11 “pontos mais importantes para a presença evangelizadora da Igreja na América Latina”, segundo o documento elaborado pelos bispos paulistas, reunidos em assembleia regional da CNBB, encerrada ontem. (...). Em 21 páginas, o documento elaborado pelos bispos paulistas optou pelas três áreas prioritárias, definidas na segunda reunião da CELAM, em Medellín (Colômbia) destacando, de início que a “evangelização na América Latina, no presente e no futuro (tema Puebla) há de ter caráter transformador e vital, devendo traduzir em categorias de ação, os imperativos da libertação do povo, sócio-econômicos vigentes, que geram a marginalização e a exploração dos oprimidos”. Segundo o documento, “o que importa à Igreja em sua missão evangelizadora é a vida e a situação do povo”. Nesta situação, a Igreja não pode deixar de ouvir o clamor do povo e o imperativo da libertação para os povos comprometidos com toda a sua energia no esforço e na luta para superar aquilo que os condena a ficarem à margem

¹³⁴O documento encontra-se disponível no site do Arquivo Nacional por meio do link: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1898611&v_aba=1. Consultado em 17 de janeiro de 2019.

da vida. (Jornal *A União*. Elaborado documento para a CNBB. 07 de abril de 1978).

Em resposta às denúncias de repressão, o Governo brasileiro se pronunciou por meio do porta-voz do Palácio do Planalto, Coronel Rubem Ludwig, com a seguinte mensagem divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo*:

O porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwig, afirmou ontem que **não há nenhum ato do governo contra a Igreja**, com a qual tem procurado manter o melhor relacionamento possível. **Sobre o documento** elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), **denunciando a repressão na Igreja no período de 1968 a 1978, o coronel declarou:** "Esse documento, elaborado por uma entidade que desconheço, não resiste a menor análise. Suas acusações podem ser facilmente destruídas, ponto por ponto". (...) Ataques difamatórios, invasões de igrejas, sedes de Bispado, Cúrias, residências e casas paroquiais, prisões, torturas, ameaças de mortes, sequestros, processos prejudiciais envolvendo padres e religiosos em geral, intimações e expulsões do País, tudo isso através de pressão, são os fatos enumerados por um documento, que denuncia as perseguições à Igreja no Brasil. (...). (Jornal *O Estado de São Paulo*. **Governo reage e contesta repressão contra a Igreja**. 24 de janeiro 1979)¹³⁵

O trabalho — realizado a pedido do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e pelo bispo de Goiás, Dom Tomás Balduino, - relata que **nos últimos dez anos foram efetuadas 122 prisões de membros da Igreja (dados incompletos), sendo 36 de padres estrangeiros, nove bispos, 84 sacerdotes, 13 seminaristas e seis irmãs. Além disso, informa que 273 cristãos, engajados no trabalho pastoral, também foram detidos**. Num anexo a esse levantamento, é apresentado um estudo sobre 30 bispos atingidos por pressões diversas.

De uma maneira geral, a divulgação do documento do CEDI foi aprovada pela maioria dos bispos brasileiros, embora tenha surpreendido a praticamente todos. Dom Paulo explicou que o documento foi pedido há três meses e deveria abranger toda a América Latina. Diante da impossibilidade de o Cedi realizar um levantamento tão amplo, o enfoque foi reduzido apenas ao Brasil.

¹³⁵O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1979, p. 173). Disponível em http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

No Rio, onde os 50 delegados brasileiros que iam a Puebla estavam reunidos no convento do Cenáculo, a reação à publicação do documento foi aparentemente favorável. Para Dom Avelar Brandão, a Igreja percorre um caminho "nem sempre fácil", razão pela qual aceita que ela e alguns de seus membros tenham sofrido pressões, "num período onde a situação geral pode ter ocasionado excessos tanto da parte do governo, como de outros grupos".¹³⁶

Dom Vicente Scherer, lacônico, alegou não ter lido ainda o documento e limitou-se a declarar: "Pessoalmente, nunca fui agredido." Já Dom Adriano Hipólito, sequestrado em 1976 por membros que disseram pertencer à Aliança Anticomunista Brasileira, não gosta de falar em seu próprio nome, preferindo generalizar: "A Igreja, como um todo e parte integrante da sociedade, foi vítima de hostilidades."¹³⁷

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação, que realizou o levantamento da repressão na Igreja, foi criado há quatro anos e contava com a participação de todas as Igrejas cristãs do Brasil. O principal objetivo do CEDI é prestar serviços de pesquisa e documentação sobre os mais variados assuntos de interesse das igrejas que o mantêm. Conforme notícia do Jornal *O Estado de São Paulo*, de 24 de janeiro de 1979:

A fim de realizar os trabalhos solicitados, o Cedi recorre às fontes mais diversificadas, inclusive ao noticiário da imprensa, de onde foram extraídas as denúncias de violências praticadas contra a Igreja. **Os próprios pesquisadores do CEDI**, que exercem essa atividade sem remuneração, **reconheceram as limitações do documento que deixou de registrar as agressões praticadas entre 1970 e 1975, quando a censura à imprensa foi exercida com o máximo rigor.** (Grifos nossos). (Jornal *O Estado de São Paulo*. **Governo reage e contesta repressão contra a Igreja.** 24 de janeiro 1979)¹³⁸

¹³⁶ O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1979, p. 173). Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

¹³⁷ O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1979, p. 173). Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

¹³⁸ O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1979, p. 173). Disponível em http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

Bem, vamos examinar a mencionada matéria por partes. Esse fragmento do Jornal *O Estado de São Paulo* foi copiado por mim do acervo do SNI, que se encontra no Arquivo Nacional. O veículo de comunicação garante o direito de resposta ao Governo brasileiro que, diante dos casos de repressão do Estado contra a Igreja Católica, negou todas as acusações por meio do porta-voz oficial do Palácio do Planalto.

Tal pronunciamento do Poder Executivo foi resultado da recente publicação de uma pesquisa encomendada pelo Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, ao Centro Ecumênico de Documentação de Informação – CEDI. Nesse levantamento de campo, o CEDI apurou o número de membros da Igreja que nos últimos dez anos foram presos ou sofreram com as perseguições do Estado.

Um detalhe importante sobre o documento é que os pesquisadores não chegaram a registrar as agressões entre 1970 a 1975, porquanto a censura à imprensa foi exercida com o máximo rigor nesse período e, como o centro se pautava, entre outras fontes, na consulta aos jornais, o trabalho ficou prejudicado.

O título do documento que gerou a manifestação do Planalto é *A Repressão na Igreja no Brasil, Reflexo de uma Situação de Opressão (1968/78)*. A pesquisa ressalta que "há bispos que são alvos de ataques permanentes, durante certas épocas, e que nestes casos, a simples referência neste tipo de informe não expressa nem a gravidade, nem a extensão das ocorrências".¹³⁹

Ao recordar que, na última década, a problemática da violação dos direitos humanos nos países da América Latina tem sensibilizado muitos setores, o documento enfatiza que: "o grau de violência atingiu a um tão alto nível que se tomou impossível desconhecer, ou mesmo deixar de tomar atitude frente às mortes, sequestros, torturas e desaparecimento de tantas pessoas". Segundo o resumo da pesquisa publicado no Jornal *O Estado de São Paulo*:

A Igreja encontra-se engajada na luta de defesa dos oprimidos, protegendo "a distribuição da terra, os direitos dos índios", colocando-se a favor "da anistia, do custo de vida" e defendendo "os direitos dos operários e dos presos políticos e comuns". Essa mobilização vem sendo desenvolvida a partir de organismos como a Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Movimento do Custo de Vida, Comissões de Justiça e Paz e dos Direitos

¹³⁹O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1979, p. 173). Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

Humanos. "A Igreja toma a dianteira, em outras ocasiões, das denúncias que não teriam repercussão se ela não estivesse presente". Cita, como exemplo, os atos públicos, como o da Igreja da Penha, em São Paulo, em defesa dos oprimidos e injustiçados, que contou com a presença de 6.000 pessoas e no qual a polícia novamente interferiu. Intimando e prendendo; a missa na Catedral de Vitória pelos perseguidos e torturados, pelos mortos na América Latina; os atos litúrgicos celebrados em ocasiões de comoção nacional pelas "bárbaras" ocorrências, como as mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. A repressão imposta à Igreja brasileira, em suas diversas formas, não é consequência de seu engajamento na agitação ou na difusão de delitos de guerra psicológica adversa, como quiseram fazer crer as autoridades governamentais. Na realidade, a Igreja vem, em sua caminhada profética, aderindo ao que foi anunciado no Concílio Vaticano e reafirmado em Medellín". (Grifos nossos). (Jornal *O Estado de São Paulo*. **Governo reage e contesta repressão contra a Igreja**. 24 de janeiro 1979)

No final, o documento traz uma lista de 23 fontes que possibilitaram um levantamento de dados, que mostraram a situação sobre os Direitos Humanos na América Latina, abordando a complexidade da conjuntura nacional nos últimos dez anos — o que corresponde ao intervalo entre Medellín e Puebla. A relação dos bispos ameaçados é a seguinte:

Agnello Rossi, SP; Adriano Hipólito, RJ; Alano Pena, MT; Aloísio Lorscheider, CE; Antônio Fragoso, SE; Aldo Mogiano, AM; Avelar Brandão Vilela, BA; Cândido Picão, SP; Edmilson Cruz, DF; Estevão Avelar, MT; Fernando Gomes, GO; Francisco Hélio Campos, MT; **Hélder Câmara, PE**; Henrique Froelich, MT; Ivo Lorscheiter, RS; Jairo Rui Matos, BA; José Brandão, SE; José Lamartine Soares, PE; José Rodrigues de Souza, BA; **José Maria Pires, PB**; **Manoel Pereira da Costa, PB**; Mário Teixeira Gurgel, MO; **Marcelo Carvalheira, PB**; **Paulo Evaristo Arns, SP**; Paulo Ponte, CE; Pedro Casaldáliga, MT; Thomás Balduino, GO; Leonardo Leite, MT; e Waldir Calheiros, RJ. **Todos eles foram os bispos atingidos pela repressão**. (Grifos nossos).¹⁴⁰

Portanto, podemos visualizar nesse documento produzido pelo CEDI que os Arcebispos paraibanos, Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Pinto Carvalheira, assim

¹⁴⁰O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1979, p. 173). Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

como o Bispo de Campina Grande, Dom Manoel Pereira da Costa, foram vítimas da repressão durante a década de 1970. Ademais, fiz questão de frisar os nomes de Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns porque além de serem amigos pessoais dos dois primeiros, tornaram-se os maiores líderes da Igreja progressista no país neste período e também símbolos internacionais da luta pela defesa dos direitos humanos.

No acervo do Arquivo Nacional há uma série de dossiês do SNI, contendo diversos documentos sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil e na América Latina dentro do contexto político dos regimes autoritários, nesse sentido, os nomes dos religiosos brasileiros são recorrentemente mencionados por sua luta no combate à repressão e à defesa da dignidade da pessoa humana. Assim sendo, selecionei alguns registros desse repositório digital para comentar no presente trabalho, uma vez que o contato com esses documentos poderá nos guiar na reconstrução histórica do período.

Sobre Dom Paulo, encontramos relatórios, cartas, memorandos, entrevistas e recortes de jornais da época, em que o Arcebispo metropolitano de São Paulo comentava acerca da conjuntura política e dos abusos cometidos pelo Estado. Como exemplo de fonte documental, segue um trecho da entrevista do referido Cardeal ao *Jornal do Brasil*, datado de 01 de outubro de 1979:

Aos 58 anos, apontado como um dos líderes nacionais, o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns considera fundamental, hoje, a formação de lideranças em todos os níveis para que "o povo não vire massa e não acabe em anarquia" (...). D. Paulo destaca a necessidade de formação de líderes e manifesta sua admiração pelo líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula. (...). Ao longo dos oito anos como Arcebispo de São Paulo — quando desenvolveu uma campanha constante pelos direitos humanos e contra as torturas —, D. Paulo admite que sofreu pressões de militares e a nível governamental. Observa que elas cessaram "totalmente, sobretudo a partir do Governo Geisel". Lembra as pressões diretas do ex-Comandante do Exército, General Humberto de Sousa Melo, quando "me contaram que ele falou em cercar o palácio. De fato, ele nunca permitiu qualquer intervenção da Igreja, em nenhum campo, nem para descobrir onde estavam os presos. Mas houve sempre pessoas que neutralizassem qualquer pressão maior". E admite que houve outras gestões para que eu não agisse em favor dos prejudicados. Houve até da parte do Governo, houve visitas, houve ainda alguém que me disse que o diabo mesmo do regime era eu. Isso houve é claro, mas não a ponto de eu sentir como pressão. Eu senti como desafio e sempre perguntava em que estava errado. E se não me podiam provar que estava errado, defendendo as pessoas, eu tinha de continuar". D. Paulo nega, entretanto, que tenha recebido recomendações do Vaticano para mudar

de atitude (...). Pelo contrário: toda vez que eu encontrava o Papa Paulo VI era aquele grande abraço e ele dizia: "continue". (...). Considera que "para cada época, a ação depende das circunstâncias. Quando o povo assume é bem melhor. E também, há muito tempo já mudei de tática. No início, por exemplo, a gente foi surpreendido por tantas violações dos direitos humanos. A partir de 1974, quem se pronuncia, quase sempre é a Comissão de Justiça e Paz. A partir de 1977, houve a Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos. Mais recentemente, os centros de defesa dos direitos humanos, a organização das favelas, os centros comunitários de periferia". — Gostaria de frisar o que já lembrei algumas vezes: Nós não somos nem Oposição, nem Governo, mas fixamos uma posição em favor dos pobres e dos jovens. E optamos decididamente pela participação. (Jornal do Brasil. **Cardeal teme reformismo e acha que é a hora de um Brasil novo**. 01/10/1979)¹⁴¹

Então, dessa entrevista, podemos tirar as seguintes conclusões: Dom Paulo chegou a sofrer pressões dos militares, mas não a ponto de fazê-lo desistir da luta que considerava justa. Além disso, tais pressões cessaram com a ascensão do General Ernesto Geisel à presidência, isso demonstra que o programa do Governo Federal em transformar o regime, paulatinamente, em direção à democracia, em regra, estava surtindo efeito. Por fim, podemos perceber os inúmeros centros que o Cardeal ajudou a criar em prol da causa dos direitos humanos.

Assim como Dom Paulo, outros líderes religiosos se insurgiram contra o Regime de Exceção instalado no país. Nesse cenário, o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara¹⁴², também se notabilizou na luta pela efetivação dos direitos humanos e, conseqüentemente, foi vítima de retaliação por parte do Governo, chegando a ter seu assessor, o padre Antônio Henrique Pereira Neto, assassinado em 27 de maio de 1969.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, o corpo do padre foi encontrado com marcas de tortura e execução num terreno baldio na Zona Oeste do Recife. A morte orquestrada por membros da Ditadura foi a forma utilizada para inibir as atitudes libertadoras de Dom Hélder.¹⁴³

Sendo um dos fundadores da CNBB e reconhecido defensor dos direitos humanos, o referido Arcebispo preconizava uma Igreja voltada para os mais pobres e atenta às

¹⁴¹O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1977). Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 17 de janeiro de 2019.

¹⁴²Nasceu em Fortaleza, em 07 de fevereiro de 1909, e faleceu aos 90 anos, no Recife, em 27 de agosto de 1999.

¹⁴³ Sobre o caso, ver a notícia: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/comissao-da-verdade-diz-que-padre-henrique-foi-vitima-de-crime-politico.html>. Consultado em 16 de janeiro de 2019.

questões sociais. Fez uso dos meios de comunicação para denunciar as injustiças daqueles tempos e, com isso, passou a ser perseguido pelos militares, sob a acusação de ser adepto do comunismo.

Após o decreto do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o “Arcebispo Vermelho”, como foi chamado por seus algozes, teve negado o acesso aos meios de comunicação no Brasil, ficando proibido qualquer veículo de imprensa mencionar o seu nome. Diante disso, Dom Hélder passou a fazer viagens ao exterior, frequentemente, a fim de informar à comunidade internacional o que estava se passando no país: repressão, tortura, desaparecimento político e autoritarismo por parte do Estado.¹⁴⁴

O Governo brasileiro, ao saber desses episódios, naturalmente não ficou nada feliz. Tanto que nas vezes que Dom Hélder foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz¹⁴⁵, em 1970, 1971, 1972 e 1973, por causa de seu trabalho no combate à Ditadura e à defesa dos direitos humanos, há registros de que o então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, entrou em contato com o embaixador brasileiro na Noruega para evitar a concessão do mencionado prêmio (ÁVILA, 2000).

O *profeta da paz*, como também era conhecido, sofreu uma intensa campanha contra a sua imagem por parte dos Governos Militares. Na Arquivo Nacional onde se encontra a documentação do SNI, há centenas de registros sobre as atividades de Dom Hélder, isso demonstra que ele estava sendo constantemente vigiado pelos órgãos de vigilância.

Em reação a essa perseguição, a Igreja brasileira acabou se unindo em sua defesa, mesmo aqueles que toleravam o regime, porquanto Dom Hélder era um dos principais líderes da CNBB. (GASPARI, 2014, p. 526). A título de exemplo, em 1977, os Bispos da CNBB publicaram o documento *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*, no qual reafirmavam a luta por democracia, justiça social e defesa dos direitos humanos como fundamentos à crítica da Ditadura Militar.

¹⁴⁴Sobre as denúncias feitas por Dom Hélder a comunidade internacional, ver: ÁVILA, F. B. Dom Hélder Câmara. In: **Profetas e Profecias numa visão interdisciplinar e contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

¹⁴⁵Ao todo, Dom Hélder foi indicado quatro vezes. O Prêmio Nobel da Paz é um dos cinco Prêmios Nobel legados pelo sueco, Alfred Nobel, criador da dinamite. As categorias são: Física, Química, Medicina e Literatura. Esses são entregues, em regra, a cada ano, em Estocolmo, na Suécia. Contudo, a categoria Nobel da Paz é atribuída em Oslo, na Noruega, por membros do Parlamento Norueguês.

No tocante a Dom Hélder, há um documentário dirigido por Érika Bauer chamado: *Dom Hélder Câmara, O Santo Rebelde*¹⁴⁶, de 2005, em que a obra revisita os pensamentos do Arcebispo, por meio de depoimentos de amigos, estudiosos e do próprio biografado. Registrando sua trajetória de luta pela paz e promoção humana e contra a miséria e as injustiças sociais.

Nessa produção cinematográfica, há um depoimento do Teólogo Leonardo Boff, que nos ajuda a entender o fim das andanças de Dom Hélder pelo mundo, de forma tão precoce, na década de 1970. De acordo com Boff:

A única limitação que eu sinto da Igreja institucional é que ela não soube criar o quadro que ele [Dom Hélder] merecia, o quadro universal, e isso afetou muito Dom Hélder. E, o atual Papa [João Paulo II] disse a Dom Hélder: “A função de viajar pelo mundo e representar o cristianismo é a função de Pedro, e não a função de um apóstolo como Dom Hélder Câmara, e que ele soubesse encontrar o seu lugar. [De acordo com Boff], Dom Hélder obedeceu com muito sofrimento, porque o profeta é o homem da palavra e do gesto. Ele se apagou como uma vela imolado no altar da igreja, obediente, mas ao mesmo tempo sabendo que o Papa também tem uma missão profética e de certa maneira cumpre a sua missão.

Conforme mencionado anteriormente, o Papa João Paulo II não via com bons olhos os Bispos que eram signatários da Teologia da Libertação e, sem dúvida, Dom Hélder figurava entre os principais líderes dessa corrente cristã, por isso a mensagem do Papa de que ele se mantivesse mais prudente e mais reservado a suas obrigações de Arcebispo de Olinda e Recife. Em suma, o representante de São Pedro “cortou as asas do profeta da paz”.

Mas Dom Hélder não se encontrava só na luta por um Brasil mais humano. Apesar de ter se tornado o mais conhecido por sua atividade pastoral, outros Bispos do Brasil seguiram seu exemplo e se posicionaram publicamente contra as arbitrariedades que estavam acontecendo naqueles tempos de Ditadura Militar. A exemplo, no acervo do SNI, há o recorte da notícia **D. Cândido quer grupos de reflexão**, em que o Bispo de Bauru demonstrou preocupação com a questão dos direitos humanos no país, uma vez que vinham sendo violados. A matéria foi divulgada pelo *Jornal do Brasil*, em 03 de maio de 1978, segue um trecho:

¹⁴⁶O documentário está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvURWRz7jIE>. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

São Paulo — O Bispo de Bauru, D. Cândido Padim, defendeu ontem, perante 500 estudantes da Fundação Educacional de Bauru, a formação de "grupos de reflexão para análise dos problemas em todos os campos". D Padim falou sobre direitos humanos e afirmou que a "imensa maioria da população está totalmente à margem de seus direitos". Disse que o mais importante para superar essa marginalização é a tomada de consciência: "**Só é oprimido aquele que aceita o esquema**". (Grifos nossos). (*Jornal do Brasil*. D. Cândido quer grupos de reflexão. 03 de maio de 1978)¹⁴⁷

Por conseguinte, podemos verificar por meio desse documento que a questão dos direitos humanos era uma problemática presente na época. E, discursos como esse oriundo do clero, conforme comprova o registro no SNI, levantava suspeita em relação à ação do religioso. Nessa perspectiva, o *Jornal do Brasil* lançou, em 06 de abril de 1978, a notícia: **Bispos paulistas chocados com ameaças a Dom Adriano se queixam de insegurança.**

São Paulo — "Acredito na segurança do país e no seu futuro, quando a todos os cidadãos for assegurado o direito de viver e de poder participar", afirmou, ontem, Dom Mauro Morelli, coordenador da Assembleia Regional (paulista da CNBB, em Itaiçi, a propósito das notícias de ameaças ao Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito. Todos os bispos participantes da Assembleia, disse, "ficaram chocados" com essas notícias. "Todos nos sentimos solidários a Dom Adriano e não o defendemos só porque é Bispo; mas, defendemos o direito que todo o cidadão tem à vida, o direito de colocar seu ideal, sua inteligência, seus dons a serviço do bem comum", acrescentou [Dom Morelli]. (*Jornal do Brasil*. Bispos paulistas chocados com ameaças a Dom Adriano se queixam de insegurança. 06 de abril de 1978).¹⁴⁸

Assim como Dom Cândido, Dom Adriano foi um líder ativo na Diocese de Nova Iguaçu (RJ) em prol da defesa dos trabalhadores, por isso também foi alvo de perseguição dos militares. Nesse sentido, vejamos o pronunciamento do então Bispo Auxiliar da Arquidiocese da Paraíba, Dom Marcelo Pinto Carvalheira:

¹⁴⁷O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1978, p. 47). Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=131966_9&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

¹⁴⁸O documento encontra-se no Dossiê: Igreja no Brasil e na América Latina (1978, p. 66). Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=131966_9&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

Recife – O Bispo responsável pela Pastoral da Juventude da Regional Nordeste II, da CNBB, D. Marcelo Pinto Carvalheira, distribuiu [uma] carta aberta denunciando **“a terrível onda de perseguição que se abate sobre a Igreja do Nordeste e, de modo mais intenso, sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife”**. “Não é de hoje”, diz a carta, “que a Igreja do Nordeste e, principalmente, a Arquidiocese de Olinda e Recife, se vê acusada e perseguida. **Essa é a política do regime implantado em nosso país desde 1964**. Principalmente no Nordeste, a maioria do nosso povo sofre na pele as graves consequências de um modelo econômico e social injusto, desumano e, portanto, antievangélico”.

Exemplos

D. Marcelo Carvalheira mostra a situação do estudante Edvan Nunes da Silva, [o] Cajá, que “depois de sequestrado e torturado encontra-se mantido em regime de prisão preventiva, num prédio comum, apesar de ser réu primário e ter trabalho e residência certos, o que demonstra a total ilegalidade de sua situação atual”. Em seguida, cita o clérigo salesiano Antônio Medina, “que está sendo acusado de transgredir a Lei de Segurança Nacional que tantos males já causou ao país”. Lembra também o diácono Domenico Corcione, que vem sendo acusado de reorganizar o PCR, e complementa: “Ao incriminar o nosso coordenador regional, **os órgãos de segurança demonstram estar dispostos a tudo para impedir a nossa ação pastoral, procurando, com essas acusações, desacreditá-la perante a opinião pública. Por lutarmos contra essa estrutura**” – prossegue o Bispo Auxiliar de João Pessoa – “de injustiça e marginalização, por nos colocarmos ao lado dos explorados e oprimidos, destinatários da mensagem de Jesus Cristo, **nos vemos perseguidos**”. (Jornal *A União*. Bispo denuncia perseguições em Igrejas do Nordeste. 03 de outubro de 1978)

Essa mensagem de Dom Marcelo expressa um pouco da realidade daquele tempo, em que apesar da promessa do Presidente Ernesto Geisel em defender os valores humanos, em cessar com a repressão política e dar passos em direção a um Estado Democrático de Direito, deparamo-nos ainda nessa conjuntura com casos como os exemplificados por Dom Marcelo Carvalheira, nos quais a violência se abate não só contra setores da Igreja Católica, como também a membros da sociedade civil, não obstante, em menor proporção e intensidade se comparado com *os anos de chumbo* do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

3.2 A Igreja Católica e os Direitos Humanos na Paraíba

Os Direitos Humanos é produto de uma preocupação da contemporaneidade. A partir do século XVIII, conforme salienta a historiadora estadunidense Lynn Hunt, em seu livro *A Invenção dos Direitos Humanos*, os filósofos e os juristas passaram a refletir mais seriamente sobre a dignidade e os direitos inalienáveis universais e fundamentais dos seres humanos. Na mesma linha, o professor Eduardo Rabenhorst concebe que a noção de Direitos Humanos supera a ideia tautológica presente em sua nomenclatura.

É importante observar que na locução composta “direitos humanos”, o adjetivo humano não significa uma mera relação desses direitos com os homens. O que a expressão “direitos humanos” pretende acentuar é o fato de que o homem tem certas necessidades essenciais indispensáveis ao pleno exercício de sua dignidade. (RABENHORST, 2005, p. 208)

Para o professor Giuseppe Tosi, por sua vez, a relação entre a Igreja Católica e a temática Direitos Humanos ocorreu tardiamente, no fim do século XIX, a partir da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, datada de 15 de maio de 1891, pelo Papa Leão XIII, a qual trouxe para o ambiente católico a reflexão sobre as questões sociais e trabalhistas, que estavam em efervescência na época.

A mencionada encíclica representou um marco no pensamento da Igreja sobre os direitos trabalhistas, apesar de não ter se aprofundado nos temas que envolviam os direitos fundamentais do homem. Essa preocupação mais abrangente acontecerá posteriormente, no século XX, com a iniciativa do Papa João XXIII de inaugurar o segundo Concílio Ecumênico da história, momento este que a Igreja se debruçou de fato sobre a questão dos Direitos Humanos.

A Constituição Pastoral, *Gaudium et Spes*, de 07 de dezembro de 1965, promulgada pouco depois do fim do Concílio, pelo Papa Paulo VI, condensou a opinião da Igreja Católica (universal) sobre a questão. Nela, é ressaltada a importância de se defender e lutar pelos direitos da pessoa humana.

A nível latino-americano, segundo Giuseppe Tosi, os direitos humanos tornaram-se uma das principais bandeiras levantadas pelos teólogos da Teologia da Libertação. De acordo com o referido autor:

Não podemos, finalmente, esquecer a contribuição aos direitos humanos, considerados na sua integralidade, da teologia e filosofia da libertação latino-americana com as obras, entre muitas, dos teólogos Gustavo Gutierrez, no Peru, Leonardo Boff e José Comblin no Brasil, e do filósofo e historiador argentino, Enrique Dussel. A teologia da libertação é fruto de um amplo desejo de movimento por renovação da Igreja Católica e, sobretudo, latino-americana. (TOSI, 2005, p. 121)

O Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, fazia parte desse grupo de teólogos, e compartilhava essa visão sobre a necessidade de defender os direitos humanos. Para Dom José, os direitos humanos eram os direitos do pobre.

Em relação à documentação do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba neste período encontramos muitos registros acerca da Igreja Católica, contudo, uma parte considerável da documentação ou é sobre o líder da Arquidiocese na época, Dom José Maria Pires, ou é sobre a própria produção do Arcebispo, como livros, cartas, telegramas, pronunciamentos, mensagens, entrevistas, artigos, entre outros gêneros documentais.

Dessa forma, saliento o que informei anteriormente. As fontes consultadas no decurso da pesquisa demonstram a primazia em torno da figura de Dom José enquanto foco dos escritos, sendo, portanto, incipiente a publicação de textos a respeito de outros padres neste contexto histórico. A própria imprensa paraibana confirma essa preferência pelo Arcebispo. Em regra, as notícias sobre o clero trazem no título “Dom José...”, e, dificilmente, aparece “A Igreja Católica na Paraíba...” ou “A Arquidiocese...”.

Feita esta ressalva, retomemos a análise da documentação. No mencionado Arquivo, no qual se encontra um Dossiê específico que trata da Ditadura Militar, há um artigo de Dom José com o título **Governo e Polícia**, em que o religioso comentou sobre a conjuntura política no Governo Geisel e testemunhou um ato de violação dos direitos humanos. Diante desse último caso, resolveu redigir um texto às autoridades para denunciar a abordagem dos agentes da Polícia Federal. Vejamos um trecho:

O Brasil saudou com alegria os primeiros sinais de distensão produzidos no Governo do General Geisel. A julgar pelos pronunciamentos oficiais e por alguns gestos concretos, tem-se a impressão de que o país está entrando no caminho da redemocratização. As eleições de 15 de novembro, a preocupação de manter o diálogo com o povo, são dados bem animadores de que no Brasil, a força do Direito tende a prevalecer sobre o direito da força. Esta boa impressão se desfaz, todavia, quando tomamos contato com certos agentes da Polícia Federal. Tivemos uma experiência bem desagradável no dia 26 de abril

[1975]. (...). Chegamos à residência de nossos amigos, não os encontramos para nos acolher. A casa estava aberta e em completa desordem. Três elementos da Polícia Federal a haviam ocupado. (...). Nossos amigos tinham sido presos às duas da madrugada e conduzidos, algemados e encapuzados, a algum lugar onde seriam interrogados. (...). O que se procurava era elementos ditos “subversivos”. (...). Contra essa série de arbitrariedades erguemos nossa voz e apelamos para as autoridades constituídas para a defesa dos direitos do povo. Que elas não permitam tanto desacato à família brasileira. (...). Já é tempo de as pessoas de bem levantarem mais alto seu clamor. Não deixem passar ocorrências dessa natureza sem denunciá-las à Presidência da República, ao Congresso Nacional e à Comissão Justiça e Paz. E nós cristãos, permaneçamos firmes, como Henrique e Peggy [o casal de amigos presos], junto dos mais humildes. O que estamos fazendo, sabemos que não é subversão, mas fidelidade ao Evangelho. Unamos todos na prece ao Senhor para que ele derrube os que oprimem seu povo, sustente os que lutam pela paz e pela justiça e dê aos humildes sua graça e sua proteção. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Artigo de Dom José Maria Pires. 01 de maio de 1975)

Eram iniciativas como essa que fizeram a Igreja Católica uma instituição bastante engajada nos meios populares neste período, sobretudo nas zonas rurais, em defesa dos presos políticos e dos camponeses que vinham sofrendo com a opressão dos grandes fazendeiros. E, em reação à atividade desenvolvida pelo clero, lideranças políticas do estado e membros da classe latifundiária se desagradaram com o modelo de uma *Igreja Viva* e passaram a perseguir religiosos e agentes pastorais.

A repressão do governo a membros da Igreja Católica, geralmente acusados de subversão e comunismo, tinha por alvo principalmente os agentes que atuavam na assistência aos trabalhadores. Dentre os clérigos mais visados pelos órgãos de informação, estavam os missionários estrangeiros. Sobre esse aspecto, um caso bastante emblemático foi o do Frei Hermano José Cürten, preso em meados da década de 1970, sob acusação de ser comunista e subversivo. Dom José Maria Pires, na sua terceira Carta Pastoral, em que aborda os problemas do campo, escreveu o seguinte sobre o episódio:

Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. **Acusaram-no “de estar pregando a violência, levando o povo a fazer greve, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba”**. Advertiram-no de não continuar seu trabalho junto aos camponeses. E o ameaçaram de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do País. (PIRES, 1975)

Nesta Carta, Dom José também manifesta apoio ao Frei franciscano, tanto por parte da Arquidiocese quanto da Ordem à qual pertencia. Além de tecer críticas às autoridades políticas e considerar injustas as acusações formuladas contra o Frei Hermano José, o Arcebispo ressalta que é legítima a ação pastoral do Frei Hermano, no qual aconselha os agricultores para se unirem, recorrerem ao Sindicato e à Federação na busca de defenderem seus direitos dentro da lei. Dom José reflete que, nas circunstâncias da época, os missionários que se comprometiam a ajudar os humildes, eram tachados de comunistas, subversivos e ameaçados de expulsão. E acrescenta:

Seria tão bom que os nossos irmãos, responsáveis pela Segurança Nacional fossem viver algum tempo no meio do povo, participando de seus sofrimentos, trabalhando com ele e comendo do mesmo feijão com farinha. Então eles também iriam apoiar as reclamações do povo e iriam sentir que a verdadeira segurança não se conquista silenciando os clamores de justiça, mas transformando metralhadoras em arados e tanques de guerra em tratores agrícolas. (PIRES, 1975)

As perseguições aos membros da Igreja não se limitavam apenas aos missionários estrangeiros, apesar de serem estes os principais alvos da repressão. Na Fundação Universidade Regional do Nordeste, situada em Campina Grande, o professor de Doutrina Social da Igreja, o Padre João Batista Filho, teve seu contrato sustado em virtude de sua participação nos movimentos contra a Ditadura Militar. Segundo Waldir Porfírio (2009, p. 96):

João Batista Filho era padre da Paróquia de São Cristóvão, em Campina Grande. Ao tempo em que exercia o sacerdócio e a cátedra, também atuava como assessor espiritual dos movimentos da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1966, ingressou como estudante no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, o que possibilitou que fizesse movimento estudantil e fosse eleito presidente do Centro Acadêmico daquela Faculdade. Quando do Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, teve sua matrícula suspensa por dois anos, pela Reitoria da Universidade Federal da Paraíba. Por ter sido afastado da cátedra e dos seus estudos, e por temer pela sua vida, abandonou Campina Grande e a batina para tentar a sobrevivência em São Paulo. Atualmente, é casado com Raimunda de Brito Batista, e mora em Londrina, Estado do Paraná.

Outro caso de atrito, entre membros da Igreja no estado com os militares, ocorreu em 1972, quando o Bispo diocesano de Campina Grande (CG), Dom Manuel Pereira da Costa, foi proibido de entrar no teatro municipal por ordem do Comandante da 5ª Cia. de Infantaria de CG. Sobre esse episódio, o vereador Rildo Fernandes, da Câmara municipal da cidade, saiu em defesa do religioso¹⁴⁹. Dom Manuel Pereira, por sua vez, comunicou ao General do 7º Regimento Militar de Pernambuco o acontecido:

Peço vênia a V. Excia. Para fazer-lhe uma **reclamação contra o comportamento violento e arbitrário do Comandante da 5ª Cia. De Infantaria de Campina Grande, Major Antônio Paulo Câmara**. Fui convidado pela Universidade Regional do Nordeste Ofício 156/72 GR de 28 de março de 1972, para uma sessão solene a se realizar, de portas abertas ao público, que, inclusive, foi convocado pela imprensa escrita e falada. No momento em que ia entrando no recinto do Teatro Municipal da cidade, fui impedido de fazê-lo por um emissário do Comandante, que se declarou da Polícia Federal, alegando, mais de uma vez que, se eu era o Bispo, estava proibido de comparecer àquela sessão pública com que a Universidade comemorava “o transcurso da Revolução Democrática de março de 1974” (...) **venho pedir justiça e reparo de meus direitos lesados**. (PEREIRA, Dom Manuel. Carta datada em 29/03/1972)¹⁵⁰

A prática pastoral de Dom Manuel Pereira é semelhante à de Dom José Maria Pires. Ambos são denominados como bispos progressistas. Por isso, eram considerados desafetos dos militares, porquanto suas atuações não se limitavam às questões religiosas, tendo também preocupação de transformar a realidade social do povo paraibano. Em contrapartida, os Bispos das Dioceses sufragâneas do interior do Estado, Dom Expedito e Dom Zacarias, respectivamente de Patos e Cajazeiras, tinham uma postura mais conservadora. Não obstante, apesar das concepções ideológicas serem distintas, segundo Dom José, o relacionamento entre os quatro era de harmonia e cumplicidade.

De acordo com o depoimento de Vilma Batista de Almeida, ao projeto “Compartilhando memórias”, a Igreja Católica paraibana apoiava os movimentos de

¹⁴⁹Cf. Dossiê do Regime Militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: discursos, 1972. (doc. Sem título).

¹⁵⁰Cf. Dossiê do Regime Militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: Cartas pastorais, 29/03/1972.

esquerda. No entanto, de uma forma moderada, não se desvirtuando dos seus preceitos, e evitando adotar um engajamento político ativo em face ao regime vigente.¹⁵¹

No que concerne a Dom José Maria Pires, este recebeu várias cartas anônimas contendo ameaças, devido ao seu trabalho pastoral. Algumas dessas cartas encontram-se no Dossiê do Regime Militar da Arquidiocese do Estado, e fazem menções às atividades contrárias de Dom José à “Revolução de 1964”, acusando-o de ser terrorista, pedindo o seu afastamento do cargo de Arcebispo, chegando até a conter ameaças de morte. Como podemos verificar neste trecho:

Das coisas que você está fazendo D. José Maria Pires, querendo levar o país à mesma situação de 1964. Não pense que o povo está com você, o povo está com a revolução, deixe de ser besta velho caduco, filho da puta. Você com esse terrorista Wanderlei Caixe vai arranjar o chapéu de viagem, pode esperar. Os proprietários também não vão ficar de braços cruzados, aguarde que verá, porque quem procura acha. Você agora só quer é agitar o povo, mas o povo está compreendendo tudo porque ninguém é besta e já sabe o que passou em 64. Olhe para a Itália, França e o mundo todo, e veja o terrorismo como está, e você também querendo fazer terrorismo velho filho da puta. Prepara-se para morrer, porque se continuar assim o seu dia chegará, e o de Wanderlei também, bando de filho da puta terroristas. (Carta anônima, sem data. Dossiê do Regime Militar. Fundo: Chancelaria, série: doc. dos bispos, sub-série: Comunicação, AEPB).

Portanto, podemos inferir desse e de outros documentos similares, que o então Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, foi vítima de retaliação política devido à sua atividade pastoral e posicionamento progressista, consoante às resoluções conciliares, postura de uma Igreja mais atenta às questões sociais, que visava ajudar seu rebanho a se libertar do jugo da opressão.

Foi nesse contexto eclesial que o Arcebispo resolveu fundar o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) do Brasil, na Paraíba, em 1976, a fim de assistir às pessoas desamparadas, sejam vítimas da repressão política, sejam oprimidas pelos latifundiários da região. O CDDH, coordenado pelo advogado Wanderley Caixe, foi uma peça fundamental na proteção aos direitos dos trabalhadores.

¹⁵¹ Vilma Batista foi da direção da JUC (Juventude Universitária Católica). Atuou no movimento estudantil, e por isso acabou sendo fichada pela DOPS, acusada de desenvolver atividades incompatíveis com a vida universitária, e por desordem pública.

De acordo com Pereira (2012, p. 122), certa vez, numa palestra na cidade de Governador Valadares, Dom José afirmou o seguinte: “Para mim, defender os direitos humanos significa defender os direitos do pobre. O rico não necessita que se promovam seus direitos, ele já os tem bastantes, até em demasia”.

Dom José considerava que a maior parte das violações dos direitos humanos aconteciam nas classes populares. Em seu livro *Do centro para a margem*, o religioso escreveu:

Cristo assume a defesa do pobre. Pobre, no sentido bíblico, não é apenas o que não tem poder econômico; é todo aquele humilhado; é aquele que não tem voz nem vez; aquele a quem não se dá atenção e cuja presença mais incomoda do que agrada; pobre é todo aquele que não tem direitos (...). A boa atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos concorre também para que possamos pôr em prática dois princípios de ação que nossa Igreja adotou, a saber, a não violência e a não clandestinidade. Por princípios, não aceitamos a violência. (PIRES, 1980, p. 172)

Para Dom José, os direitos humanos devem ser entendidos como a prioridade em agir a favor dos mais pobres. Essa ideia rompia com a tradição eclesial de que os pobres eram apenas objetos, da ação assistencial do clero. A partir de então, surgiu a noção dentro da Igreja da Paraíba, em especial, de que os pobres eram os protagonistas de sua própria libertação política, social e econômica.

Tal visão acerca do pobre foi também partilhada pela Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín. De acordo com Andrade (2006, p. 151):

Se inicialmente, o pobre era definido, sobretudo, pela dimensão econômica, isto é, pela situação de privação de bens materiais, pouco a pouco foi crescendo a consciência sobre as diferentes formas de opressão, tais como cultural, étnica, racial, sexista, geracional, entre outros, que não podem ser reduzidos a opressão econômica. As diferentes formas de dominação e exclusão geram demandas específicas para superá-los. O pobre não é mais um único sujeito, as lutas pela justiça e cidadania são múltiplas e a construção de uma sociedade mais inclusiva e onde os direitos sejam respeitados torna-se cada vez mais complexa.

Para Dom José Maria Pires, os direitos humanos não são apenas parte de uma discussão teórica, mas prática, que abarca a vida social dos mais necessitados. É preciso, segundo o religioso, que os direitos humanos conversem diretamente com os direitos

sociais, pois não se trata tão somente de defender as vítimas da violência, mas também aquelas que sofrem com a injustiça social. Assim sendo, para Dom José, os direitos humanos estão intimamente ligados aos direitos sociais.

Em passagem do seu livro *Do centro para a margem*, o Arcebispo escreveu o seguinte:

Na bandeira dos direitos humanos devem estar gravadas as palavras que serviram de lema à Campanha da Fraternidade deste ano: “Justiça e Trabalho para todos”. E os que empunham essa bandeira ou marcham a sua sombra comprometem-se a lutar, sem desfalecimento, para que a fome seja superada, para que todos tenham casa própria: ninguém mais em casa alugada! Para que cada família goze de um mínimo de conforto e de possibilidade de lazer. (PIRES, 1980, p. 164)

Prosseguindo, o Arcebispo menciona que na base das injustiças sociais estão o sistema político e o modelo econômico. Dessa forma, o religioso reflete que:

Para sustentar o sistema econômico, o poder político tem que cercar a liberdade dos indivíduos, evitar o debate franco e aberto de questões julgadas importantes e impedir a participação direta do povo nas decisões. A sociedade é organizada não a partir daquilo que o pequeno grupo que tem o poder de decisão considera como interesse do povo. (...). Por isso, é dever da Igreja proclamar os direitos inalienáveis da pessoa humana, direitos que não podem ser sacrificados por nenhum Estado, por nenhum sistema, por nenhuma doutrina. E, em consequência, ele deve denunciar as violações onde quer que surjam. Esse testemunho profético não se faz gratuitamente. A Igreja não deve esperar que o poder econômico ou seu aliado, o poder político, por ela atingidos, se mostrem penitentes e submissos. Eles reagem tentando convencê-la a mudar de atitude e colaborar como força auxiliar. Caso contrário, assistirão contra ela suas armas e farão cair sobre ela o peso de sua força. (PIRES, 1980, p. 174)

Para Dom José, a criação do *Centro de Defesa dos Direitos Humanos* (CDDH) faz parte de uma mudança de postura da Igreja Católica, em escala mundial. O Centro almejava alcançar a origem dos problemas, empenhando-se em proporcionar transformações significativas para o bem dos grupos vulneráveis e das pessoas oprimidas por razões econômicas e sociais.

O Centro atuava nos casos em que o Estado era ineficiente e omissivo, na prestação de serviços básicos como educação, higiene, saúde e moradia. Assim como a *Equipe de*

Promoção Humana, o *Centro de Defesa dos Direitos Humanos* buscava apresentar e executar uma proposta concreta de intervenção.

De acordo com o relatório do decênio:1966-1976, disponível para consulta no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, o objetivo do CDDH era “a realização do Direito para a promoção do homem, subtraindo-o da injustiça que vem sofrendo sob o peso de estruturas sociais inadequadas e violadoras”.

Segundo Dom José, o CDDH era dividido em três seções: o setor jurídico, o setor psicológico e o setor espiritual. Com ênfase maior na questão jurídica. Conforme atesta o relatório do decênio:1966-1976, que foi escrito pelo referido Arcebispo mais alguns padres e agentes pastorais, foram poucas as atividades desenvolvidas pelos dois últimos setores.

Certamente houve ações dentro da Igreja que visavam auxiliar a comunidade nas esferas religiosas e psicológicas, porquanto temos conhecimento dos trabalhos feitos nessa linha nos grupos da Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher e Pastoral do Menor. Todavia, quando se trata em CDDH, em sentido estrito, o Centro era essencialmente voltado para a assistência jurídica gratuita. Consoante ao referido o relatório:

O setor jurídico [do CDDH] têm como objetivos específicos:

- a) Orientar juridicamente os casos de violação de direitos.
- b) Divulgação de leis a nível popular por meio de cartilhas pelo boletim, etc.
- c) Intervir nos casos mais urgentes, quando solicitado;
- d) Acompanhar equipes pastorais, desde que solicitado, para orientação jurídica e outros encaminhamentos legais.

Em nível de proposta (a realizar):

- Criar núcleos de Centro de Defesa dos Direitos Humanos nas comunidades;
- Habilitar pessoas das comunidades para que possam dar respostas aos problemas locais e/ou o contato com o Centro.
- Despertar autoridades ou órgãos: responsáveis pela fiscalização da lei, da condição de intervenientes em processos e outros encaminhamentos que dependam de ação dos órgãos de Justiça.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos não se limita aos pontos abordados acima. É além de tudo uma ideia que se incorpora na realização do direito para promover o homem. Subtraí-lo da injustiça que sofre sob o peso de estruturas sociais inadequadas e violadoras.

(Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório do decênio: 1976**).

Segundo Dom José, no livro *Do centro para a margem*, as atividades do *Centro de Defesa dos Direitos Humanos* estavam relacionadas diretamente a um conjunto de trabalhos desempenhados pela Arquidiocese da Paraíba. Além de fornecer gratuitamente assessoria jurídica à sociedade, os membros do Centro se empenhavam em treinar os agentes da pastoral.

Nesse sentido, o CDDH foi um órgão fundamental da Arquidiocese para a defesa do rebanho. Coordenado pelo ex-presos político, Wanderley Caixe, a convite de Dom José, a entidade funcionava como uma espécie de Defensoria Pública. Segundo o registro da Delegacia Regional do Trabalho, que consta no acervo do SNI,

O advogado WANDERLEY CAIXE, terrorista, sentenciado a 10 anos de prisão, tirando 5 anos na cadeia e o restante em liberdade, continua criando os maiores problemas na área [PB]. Ao ser publicado a desapropriação de MUCATU, o arcebispo D. JOSÉ MARIA PIRES levou o Diário Oficial para ler a publicação para os agricultores de Mucatu. WANDERLEY CAIXE estava presente e aconselhou os agricultores a alugarem caminhões e levarem vários agricultores para as portas do FETAG, INCRA e 1ºGpt [Agrupamento Militar], a fim de pedirem providências quanto à distribuição das terras. (...). WANDERLEY CAIXE estava acionando os agricultores para uma agitação. É perigoso e está sendo manipulado por D. JOSÉ MARIA PIRES da melhor forma possível. Não está registrado na ORDEM DOS ADVOGADOS da PARAÍBA [WC], não consta ter declarado imposto de renda, vive pode-se dizer, clandestinamente. [Foi] designado por D. JOSÉ MARIA PIRES, COORDENADOR DE DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. (SNI. Dossiê: Wanderley Caixe. 12 de novembro de 1976. **Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional.**)

Então, podemos verificar por meio desse documento a imagem que os órgãos de segurança tinham de Dom José e de seu assessor, Wanderley Caixe. Ambos são denominados no restante do relatório¹⁵² como sendo *desordeiros, subversivos* e

¹⁵²O referido documento consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933072&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

comunistas. Por essa razão, encontramos no SNI uma vasta produção acerca dos dois, uma vez que eram considerados perigosos para o Estado brasileiro.

Segundo Dom José Maria Pires, Wanderley Caixe era alguém preocupado com as mudanças substanciais na sociedade. Sua atuação no CDDH foi de suma importância. Todavia, alguns setores mais conservadores do clero e alguns segmentos políticos criticavam sua ação e questionavam o Arcebispo sobre a presença de um ex-presos político na Igreja, sobretudo considerando que Caixe era ateu e comunista.

Em 1976, o jornal *A União, O Norte e Correio da Paraíba*, veicularam em seus respectivos canais de informação, a notícia que Wanderley Caixe era terrorista. Diante disso, o Arcebispo Dom José Maria Pires resolveu fazer um pronunciamento público em defesa de seu amigo, enfatizando sua competência profissional com que tratava as questões de violação dos direitos humanos. Segue abaixo um trecho dessa nota de desagravo de Dom José a Wanderley Caixe:

Jornais da Capital e de Campina Grande publicaram em 1º de setembro, declaração da mais alta gravidade atribuída ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Carlos Pessoa Filho. Sua Exa. Teria afirmado que “... estranhava que o Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba estivesse sendo dirigido por um terrorista e desafio que diga o contrário”. Esta Arquidiocese sente-se profundamente atingida pela acusação, pois, se a Igreja Católica da Paraíba criou um Centro para a defesa dos explorados e dos marginalizados, ela fez dentro dos princípios da não clandestinidade e da não violência, princípios estes que constituem norma obrigatória para todos os organismos e para todos os agentes pastorais a serviço da Igreja. Respeitando o direito que assiste a cada um de fazer suas opções, a Igreja da Paraíba fez a dela: não aceita a colaboração de clandestinos e terroristas. Eis por que ela se julga no direito e no dever de exigir que o acusador apresente as provas de que o CDDH está promovendo ou já promoveu qualquer terrorismo desde que foi admitido a trabalhar na Arquidiocese. Queremos aqui reafirmar o que é do conhecimento público: o Dr. Wanderley Caixe está quite com a justiça, é um profissional competente e dedicado, se acha em pleno gozo de seus direitos civis e políticos. Não é admissível que se fechem as portas a jovens idealistas só porque no passado foram acusados de terem agido contra a Lei de Segurança Nacional. Se a Igreja pretende ser continuadora da missão de Cristo que acolheu no seu reino um dos sentenciados à morte de cruz e transformou em apóstolo o antigo perseguidor Saulo de Tarso, ela não faz mais do que seu dever abrindo espaço para quantos buscam uma oportunidade de se colocarem a serviço da libertação dos oprimidos. (Jornal *O NORTE*, 01 de setembro de 1976).

Vale lembrar que por causa de seu trabalho à frente do CDDH, o advogado Wanderley Caixe foi ameaçado de morte e sofreu um atentado. Segundo Moreira e Targino (1997, p. 310), para alguns setores da sociedade paraibana, a atuação do CDDH foi um diferencial na luta pela defesa dos mais necessitados. De acordo com os autores:

O papel do Centro de Defesa dos Direitos Humanos era prestar assistência jurídica aos trabalhadores, sem postular em juízo, uma vez que para a Arquidiocese, esta tarefa cabia a organização sindical (...). Naquela época, marcada pelo medo e pela violência do latifúndio e da repressão policial, o CDDH distinguiu-se como um baluarte forte e destemido, que mereceu o respeito não só dos trabalhadores, mas também de segmentos da sociedade civil comprometidos com a democratização do país e com a justiça social no campo. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 310)

Em outro Dossiê do Serviço Nacional de Informação, intitulado *Wanderley Caixe*, temos acesso a mais informações sobre o dirigente do CDDH na Paraíba e sua atuação na defesa dos pobres e injustiçados da região. Segue um trecho relatório produzido pelos órgãos de segurança, classificado como confidencial:

1. Antecedentes:

Wanderley Caixe, filho de Faraide Caixe e Rina Martinelli Caixe, nascido em 06 Out. 1944, natural de RIBEIRÃO PRETO/SP. Antigo **militante do PCB, foi o inspirador da FALN, organização do chamado "Exército Popular de Libertação" para, por meio dele, derrubar o Governo**, assumir o poder e mudar o regime. Preconizava a destruição das Forças Armadas legais - a que denominava "Exército Profissional – pelo Exército Popular de Libertação", cuja formação e o treinamento se propunha levar a efeito. Em 31 Out 1969, **foi preso em RIBEIRÃO PRETO/SP, por estar envolvido em subversão e terrorismo**. Foi condenado pelo STM a pena de 6 anos de reclusão [em outro documento há menção de 10 anos]. Em 10 de maio de 1974, foi-lhe concedido (...) o benefício do livramento condicional.

2. Atividades na Paraíba

a. No início do corrente ano [1976], foi constatada sua presença no período de 13 a 20 de março de 76. **Acompanhou THEREZINHA ZERBINI na tentativa de implantar o movimento FEMININO PELA ANISTIA, em JOÃO PESSOA/PB. Autor de uma série de artigos sobre "Direitos Humanos" publicados no Jornal O**

NORTE, ao qual critica o sistema agrário e a política agrária do Governo Federal, tecendo considerações tendenciosas, procurando criar um clima de insatisfação geral no meio rural onde atua.

b. Quando do encerramento da "Campanha da Fraternidade", em 21 Abr. 76, ao ser criado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, **foi designado responsável pelo atendimento jurídico e coordenador do aludido Centro. Invocando essa condição, tem se dirigido a autoridades da área**, reclamando a instauração de inquérito policial e medidas outras. (...)

c. **Tem tido destacada atuação nas regiões do BREJO PARAIBANO e aos municípios de ALHANDRA e PITIMBU, acompanhando a equipe de Frei Hermano José, responsável pela tensão social gerada entre os moradores dos imóveis MUCATU, ANDREZA e GARAPU.** Essa área foi declarada de interesse social, para fins de desapropriação, conforme decreto n°. 77.744, de 03 Jun. 76.

d. Anunciou através do Jornal "O NORTE" que JOÃO PESSOA será sede das comemorações do 28º aniversário da Carta de Declaração dos Direitos Humanos, que serão realizadas a partir de 10 Dez 76. Acrescentou que se reunirão na Capital paraibana as mais destacadas personalidades do Brasil e do mundo, que lutam pela preservação dos valores humanos.

e. WANDERLEY CAIXE, enfocado como um abnegado que se dedica "a penosa tarefa de defender os humilhados e os oprimidos", que "já analisou mais de duas mil denúncias de violação dos Direitos Humanos", **chega a interpelar os poderes constituídos, com o intuito de "neutralizar os atos de força" contra os humildes.** (...)

3. SITUAÇÃO DO REFERIDO ELEMENTO EM JOÃO PESSOA

f. Em 01 Abr. 76, foi admitido como empregado do Palácio Episcopal, na função de Advogado, com salário mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). Carteira Profissional n2 040693 - Série 4 156g. Reside na Rua Monsenhor ODILON COUTINHO, n° 205 em JOÃO PESSOA. (Grifos nossos). (SNI. Dossiê: Wanderley Caixe. 23 de novembro de 1976)¹⁵³

Ao todo, esse relatório tem 21 páginas descrevendo a atividade do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Detalha a intervenção da Igreja Católica, por meio do

¹⁵³O referido documento consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933050&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

CDDH, nos conflitos fundiários que houve demasiadamente no curso da década de 1970, sobretudo na região do brejo paraibano. Nesse contexto, é que podemos verificar o trabalho dos agentes pastorais e religiosos, como Wanderley Caixe e Frei Hermano José, na assistência aos camponeses.

No mencionado relatório, também podemos constatar a ligação da Igreja com a líder do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbini, por intermédio do assessor de Dom José, Wanderley Caixe. Além disso, é possível depreender que o advogado é um sujeito oriundo da resistência política à Ditadura, chegando a se filiar ao Partido Comunista Brasileiro que, nesta época, estava posto na ilegalidade. Por esse motivo, ao ser descoberto pela polícia foi preso e, posteriormente, sentenciado a 6 anos de reclusão, em virtude de ser considerado subversivo à ordem vigente. Após deixar o presídio, retomou a luta, só que desta vez, por meios legais.

Dom José conheceu Wanderley Caixe na prisão, quando foi visitar os dominicanos presos, entre eles Frei Beto, e desde então se tornaram amigos. Desse modo, o Arcebispo o considerou ideal para estar à frente do órgão da Arquidiocese, o recém-fundado CDDH. Conforme sua biografia, Caixe era advogado e engajado na causa dos Direitos Humanos, sendo mencionado na imprensa paraibana com certa frequência. A título de exemplo, segue um trecho da notícia: **Igreja enfrenta luta de Direitos Humanos e orienta eleitores**, de 13 de novembro de 1976, publicado pelo jornal *O Norte*:

Wanderley Caixe, um advogado paulista de 30 anos de idade, deixou uma próspera carreira nos grandes centros do Sul para dedicar-se a penosa tarefa de defender os humilhados e oprimidos no Estado da Paraíba, o que vem fazendo desde 21 de abril deste ano [1976] quando instalou e passou a coordenar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese. Neste pouco tempo, **com assessoramento apenas de uma psicóloga e um padre, já analisou mais de duas mil denúncias de violação dos Direitos Humanos, encaminhando gestões junto às autoridades e orientando grupos comunitários. O Centro foi criado na última Campanha da Fraternidade, de que faz parte, por ocasião das comemorações dos 10 anos da chegada de Dom José Maria Pires ao Estado, a fim de suprir deficiências que os trabalhos pastorais enfrentavam na sua missão. A Igreja da Paraíba é uma das que se define em favor das classes mais pobres, fazendo um trabalho de orientação, defesa e denúncia, sem discriminação racial, religiosa, política ou sexual.**

NÃO ESTÁ SÓ

O advogado Wanderley Caixe não está só em sua difícil missão. Além de receber o apoio direto de Dom José Maria Pires, mantém vínculo sistemático com a Liga de Defesa dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Serviço Internacional de Paz e Justiça com representações em Viena, Roma, Genebra, Berlim, Buenos Aires, entre outras. Quando uma pessoa sofre as consequências de um ato arbitrário, por qualquer motivo e esgota todos os recursos legais em sua defesa, aí entra o CDDH, prestando orientação jurídica, interferindo direta ou indiretamente até neutralizar os atos de força. É neste contexto que o Centro surge como uma pequena luz, onde o povo sabe que pode encontrar um guia de orientação e proteção. Disse o seu coordenador: é exatamente por essa função que **o órgão vem encontrando resistências e críticas dos poderosos.** (...) Diante do clima de intimidações, ameaças, de flagrante violação da Lei, o simples ato de pedir providências garantidas na Constituição e leis complementares, já constitui uma preocupação das autoridades, civis, militares e judiciárias, de que isso seja agitação ou subversão, ou mesmo perturbação da ordem. (Jornal *O Norte*. Igreja enfrena luta de Direitos Humanos e orienta eleitores. 13 de novembro de 1976.

A matéria publicada no Jornal *O Norte* preenche toda uma página, e explica que o CDDH surgiu para complementar as ações pastorais realizadas pela Arquidiocese, com o propósito de prestar uma orientação jurídica e interferir nos processos em que o povo se via desamparado. A princípio, a entidade só funcionava com Wanderley Caixe, uma psicóloga e um padre, mas com o passar do tempo, o número de empregados aumentou, assim como começaram a aparecer voluntários, unidos em prol da causa social.

O referido veículo de comunicação nos informa que o CDDH atuava estabelecendo vínculos com o Arcebispo Dom José Maria Pires e com organizações mais abrangentes, como a OAB e, em âmbito internacional, com a ONU e o Serviço Internacional de Paz e Justiça. Em virtude de sua ação jurídica e engajamento nos meios populares, o órgão encontrou resistências e críticas por parte dos poderosos, gerando assim, preocupação às autoridades, uma vez que boa parte dos agentes que praticavam os crimes de violação dos Direitos Humanos pertenciam à esfera do Governo.

Outro dado importante apresentado na matéria é o percentual de denúncias analisadas pelo Centro. Foram cerca de duas mil, apenas com pouco mais de seis meses de existência. Isso demonstra o quão frequente e crítico eram os casos de violação dos Direitos Humanos na Paraíba. Decerto, a criação do CDDH foi uma iniciativa necessária

para o contexto daquele tempo. Sobre o teor das denúncias, o Jornal *O Norte* nos oferece mais informações:

Desde que chegou [Wanderley Caixe], ele tem notado a **tendência dos atos contra a pessoa humana, centralizada na violação da economia agrária** atrasada e com características feudais que, em choque com o arrendatário, essa mesma economia está em processo de transição. “A expansão da agro-indústria está invadindo este Estado, destruindo as plantações e destelhando as casas, sob as vistas omissas das autoridades locais”. **Outro campo que ele está empenhado é o das injustiças praticadas contra as professoras** que recebem salários irrisórios de Cr\$ 80,00 por mês, sem carteira assinada e sem as mínimas condições de dar aula, submissas ao prefeito. Investiga também **violências generalizadas como prisões arbitrárias**, espancamentos e graves problemas urbanos sofridos pelas populações mais pobres, a exemplo de desapropriações de áreas e despejo dos habitantes.

ATOS DE EXCEÇÃO

O advogado considera o Ato Institucional nº5, o Decreto 477 e os demais atos de exceção vigentes no Brasil, uma violação central a todos os princípios de Direito, consagrados na História dos povos de todo o mundo. “Assim, entendo que uma luta pelos Direitos Humanos passa a confrontar-se necessariamente contra todo e qualquer ato de exceção, pensamento que corresponde neste momento às afirmações da Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa do seu atual presidente Caio Mário”.

DESESPERO

Os últimos atos terroristas praticados no sul do país, no entender do advogado, são a prova do desespero de uma facção assentada na ilegalidade e que não mais está encontrando respaldo dos principais dirigentes do país para continuação do seu comportamento aberto ao público. **Sobre o relacionamento do Centro com atividades político-eleitorais ele esclareceu que exerce papel de educação neste setor, a pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, instruindo os eleitores em conformidade com o Código Eleitoral, reunindo grupos em todas as comunidades para orientação nesse sentido. (Grifos nossos). (Jornal *O Norte*. Igreja enfrenta luta de Direitos Humanos e orienta eleitores. 13 de novembro de 1976.

Desse excerto do jornal, podemos inferir que o campo de atuação do CDDH é bastante amplo, uma vez que se voltava para os casos de violação dos direitos humanos, na cidade e no campo; por questões trabalhistas e políticas; além de exercer um papel

educacional em relação às atividades eleitorais em épocas de votação. Ademais, os atos de exceção em vigor, conforme citado no texto, corroborava para o surgimento de um ambiente propício de agressão humana, como por exemplo, prisões arbitrárias.

Em outro Dossiê do Arquivo Nacional, intitulado *Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Arquidiocese da Paraíba*, composto por produções do SNI, encontramos registros da repercussão, inclusive em âmbito internacional, da criação do primeiro órgão de defesa dos direitos da pessoa humana no Brasil. Segue adiante a transcrição de uma passagem do documento:

Em 03 Jul. 76, a Rádio BBC de LONDRES (...) noticiou o seguinte: "Da Diocese de JOÃO PESSOA/PB, recebemos informação da fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que está à disposição dos trabalhadores do campo, de modo especial, a fim de que seus direitos, sejam assegurados e os trabalhadores melhor esclarecidos para suas defesas".

Em seguida, a BBC destacou o trabalho que vem sendo feito "no campo rural da PARAÍBA", por parte de D. JOSÉ MARIA PIRES, Bispo Diocesano e seus auxiliares. Abordou também problemas ligados a "exploração do trabalhador rural", na cidade de DIAMANTE/PB. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos funciona no Palácio do Bispo, localizado à Praça D. ADAUTO, 11/11, Caixa Postal nº13, JOÃO PESSOA/PB - CEP -53.000. Em 21 Abr. 76, o referido Centro publicou uma cartilha destinada ao trabalhador rural, intitulado: VOCÊ CONHECE OS SEUS DIREITOS?. (SNI. **Dossiê: CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - ARQUIDIOCESE DA PARAIBA. 27 de julho de 1976**)¹⁵⁴

A cartilha que o Serviço Nacional de Informações se referiu é um texto produzido em 1976 e assinado pelo CDDH e a Arquidiocese da Paraíba, sob o título: *Você conhece seus Direitos? O objetivo da publicação era colocar "pedacinhos das leis do nosso país" nas mãos dos trabalhadores. A cartilha é dividida em três partes: primeiro, "conta-se umas coisas acontecidas, mas sem dizer os nomes próprios das pessoas"; segundo, informa qual é a lei do Brasil que serve para aquele caso; e, por fim, deixa um questionário sobre o assunto para que o leitor responda e, assim, fixe o conteúdo. Em suma, é um manual bem didático, com o propósito de o trabalhador conhecer um pouco acerca da Constituição da*

¹⁵⁴O referido documento consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933066&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

República e, com isso, reconhecer quando algum de seus direitos estiverem sendo violados.¹⁵⁵

Em outro Dossiê do SNI, intitulado: *atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba*¹⁵⁶, encontramos mais relatórios da espionagem do Governo Militar sobre o trabalho desenvolvido pelo CDDH. Desta vez, selecionei um documento em que aborda as comemorações em torno do 29º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sobre o tema, o CDDH, órgão da Arquidiocese do estado, promoveu um evento no Colégio das Lourdinhas, em 10 de dezembro de 1977, na cidade de João Pessoa, por ocasião da data.

O evento contou com a participação de: Dom José Maria Pires; Dom Antônio Batista Fragoso, representando a Secretaria de Justiça e Não Violência (SP); Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Bispo Auxiliar da Arquidiocese da Paraíba; Monsenhor Fernando Montenegro Abath; Padre Cristiano Muffer; Padre Luiz Albuquerque Couto; Padre Cleto Lederer; Padre Hildon Bandeira; advogado Antônio Paulo Montenegro, representante da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (PE); Representante da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (RJ); Representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Regional do Nordeste II; Representante da Frente Nacional dos Trabalhadores; Representantes do Movimento Feminino pela Anistia, seção CE, PB e PE.¹⁵⁷

De acordo com o relato do agente do SNI, os trabalhos do encontro foram abertos pelo Monsenhor Fernando Montenegro Abath, que cedeu o microfone para um jovem entoar músicas subversivas. Logo após, um grupo de estudantes, liderados pelo Padre Luiz Albuquerque Couto, em atitude sensacionalista, fez uma série de denúncias contra o Estado em referência aos casos de violação dos Direitos Humanos na Paraíba.

O encontro teve prosseguimento com a apresentação de “quadros” trazidos por agricultores, que “foram previamente preparados pelas equipes da Arquidiocese, sob a forma da ‘técnica do testemunho’, dando uma demonstração negativa dos Sindicatos

¹⁵⁵ O referido documento consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933066&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

¹⁵⁶ Considerando que o título do documento se encontra em caixa alta, optei por transcrever fielmente a fonte original.

¹⁵⁷ O referido dossiê sobre as atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1834077&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

Rurais”, assinalou o agente de informação do governo, presente na oportunidade, que anotou todos os acontecimentos do evento.

Durante a reunião, notou-se a presença universitários do Diretório Central dos Estudantes, da UFPB, e Diretórios Acadêmicos de Centros da mesma instituição, bem como representantes de movimentos alternativos, os quais foram incumbidos de fazer a segurança do local e distribuir panfletos. A assistência do encontro resumiu-se ao pessoal ligado à própria Igreja, alguns operários e agricultores trazidos pelos organizadores. Um detalhe importante registrado pelo agente do SNI, foi a ausência de autoridades políticas no local. Isso demonstra que o foco da ação da Igreja Católica estava voltado para o público estudantil, camponês e operário, que se encontravam “unidos contra as violações do direito humano”, registrou o agente.

O mais interessante disso tudo, são as conclusões do General Athos Cezar Baptista Teixeira, escritas a partir do relatório do agente do Governo, que estava infiltrado no referido evento comemorativo à carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segue adiante a transcrição da observação do General sobre o episódio:

O Clero, através de persistente trabalho de doutrinação, está conseguindo influenciar os agricultores da região. No momento, verifica-se a adesão de alguns estudantes universitários aos movimentos da Igreja e já se vislumbra a tentativa de arrebatar o operariado, de modo a que **os movimentos contestatórios promovidos pela Arquidiocese da PARAÍBA, através do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, vêm tomando corpo.** Apesar da intensa difusão dada pela imprensa, panfletos e convites, o comparecimento ao conclave foi relativamente insignificante, levando-se em consideração que a maior parte da assistência era constituída de pessoas ligadas ao clero, agricultores e alguns universitários, sem que se notasse a presença de qualquer autoridade constituída ou pessoas de destaque. **A cada movimento realizado, verifica-se que seus organizadores vêm se apresentando mais audazes,** fato demonstrado pelos seus pronunciamentos e pelo caráter de ostensividade gradativa dessas ações. A repercussão do evento foi mínima, dada à fragilidade da plateia e a falta de divulgação posterior sobre o andamento dos trabalhos, as denúncias de violações dos direitos humanos e os pronunciamentos. (SNI. **Dossiê:** atividades do CCDH da Arquidiocese da Paraíba. 13 de dezembro de 1977)¹⁵⁸

¹⁵⁸O referido dossiê sobre as atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1834077&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.

Portanto, podemos verificar pelo relato do General Athos Teixeira a preocupação dos militares com o trabalho que vinha sendo realizado pela Arquidiocese da Paraíba, por meio de seu órgão de Direitos Humanos. Também é possível perceber o perfil do público-alvo das ações do CDDH, que era voltada para os estudantes, os agricultores e os operários. Ademais, infere-se do conteúdo dos relatórios do SNI que os agentes do governo estavam infiltrados e vigiando as atividades desenvolvidas pelo clero paraibano, a título de exemplo, o mencionado evento comemorativo à carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos foi descrito com uma riqueza de detalhes a ponto de sabermos a ordem dos palestrantes e o teor da fala de cada um.

Em outro Dossiê do SNI, datado de 1979, com o título: *Atividades de grupos religiosos*, corrobora a visão que o Estado brasileiro tinha da atividade pastoral realizada pela Igreja Católica na Paraíba. Vejamos um trecho do documento:

O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, coordenado pelo advogado WANDERLEY CAIXE e recebendo o apoio irrestrito de Dom JOSÉ MARIA PIRES, desempenham constantes atividades na zona rural daquele Estado, contribuindo para aumentar o clima de tensão social envolvendo proprietários e rurícolas. **A influência dos setores do Clero esquerdista em problemas fundiários, tem-se mostrado prejudicial à imagem do Governo**, pois mesmo quando são adotadas soluções, a exemplo do que ocorreu nas propriedades de MUCATU, ANDREZA, ALAGAMAR e na reserva indígena do Posto de POTYGUARA, **as repercussões se tornam favoráveis aos grupos contestadores**, os quais partem para incrementar o surgimento de outros focos de conflitos. (Grifos nossos). (SNI. Dossiê: Atividades de grupos religiosos. 30 de outubro de 1979).¹⁵⁹

Destarte, podemos depreender por meio desses relatórios do SNI o porquê dos religiosos da Arquidiocese da Paraíba e dos agentes pastorais do CDDH serem monitorados constantemente pelos órgãos de informação e, por conseguinte, tornarem-se alvos da repressão do Estado naquele tempo. A razão é simples: uma parte considerável do clero católico não permaneceu omissa diante das graves violações dos Direitos

¹⁵⁹ O referido dossiê sobre as atividades de grupos religiosos e do CDDH da Arquidiocese da Paraíba consta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1932005&v_aba=1. Consultado em 21 de janeiro de 2019.

Humanos que aconteceram neste período e, considerando que os agentes do Governo estavam implicados, em parte, nas ocorrências, a Igreja vez por outra batia de frente com o sistema político.

Esses confrontos, ora eram resolvidos com base no diálogo, ora eram “apaziguados” por meio da repressão. E, colocando-se numa posição contrária ao Estado, é natural que os religiosos se aliassem ao restante dos grupos de resistência, sobretudo os ligados à corrente de esquerda, e passassem então a luta pelo fim da Ditadura Militar e a volta do regime democrático.

De acordo com Thamara Duarte (2015, p. 20), o CDDH¹⁶⁰ serviu como órgão aditivo e auxiliar na missão evangelizadora da Arquidiocese da Paraíba, que fortaleceu a Teologia da Libertação no estado e possibilitou um contato mais direto entre a Igreja e as lutas dos mais pobres, em especial dos camponeses e perseguidos políticos. A entidade pioneira no Brasil produziu milhares de fichas de atendimentos, principalmente acerca de casos jurídicos de natureza penal e previdenciária, já em seu primeiro ano de criação.

Entre abril e dezembro de 1976, foram acompanhados pelo CDDH 401 casos referentes a problemas que aconteciam em todo o estado paraibano, tanto na zona rural quanto urbana. Contudo, a maior parte do atendimento era prestado ao setor agrário, considerando a frequência de conflitos fundiários que houve naquele tempo. Conforme as fichas da entidade, localizadas no Arquivo Eclesiástico, apenas no ano de 1976 tivemos 134 casos, entre despejos, invasões de propriedade com gado, desapropriação de terra e arrendatários proibidos de plantarem ou criarem animais.

Por conseguinte, podemos depreender a partir dos dados que a problemática social da expulsão do homem do campo teve como efeito a ocupação desordenada dos espaços urbanos. De meados da década de 1970 em diante, as grandes cidades do estado passaram a ser o destino de milhares de camponeses que haviam perdido suas terras. Eles ocupavam as zonas periféricas, conhecidas como favelas, e muitas vezes não possuíam o serviço de saneamento básico, como energia, água encanada e pavimentação das ruas. Ademais, as famílias camponesas, em regra, se instalavam nos centros urbanos por meio de processos de invasão, o que fez surgir um novo problema social, o da desapropriação.

¹⁶⁰ Com a aposentadoria de Dom José Maria Pires da Arquidiocese, em 1995, o CDDH passou a ter uma nova denominação: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves – FDDHMA. Nesse mesmo ano, Wanderley Caixe retornou a Ribeirão Preto (SP), onde permaneceu atuando como defensor dos direitos humanos, até a sua morte, em 2012.

Toda essa situação foi acompanhada de perto pela equipe do CDDH. Consoante os levantamentos feitos em 1976, 116 casos estavam sendo assessorados pelo Centro, sobretudo oriundo de áreas que haviam sido ocupadas e, por consequência, buscava-se evitar os despejos, os quais eram frequentes. Segue abaixo uma tabela que apresenta os dados sobre a atuação do CDDH, em 1976.

| TIPOS DE CASOS | NÚMEROS |
|---|----------------|
| Jurídicos diversos (indenização de acidentes, expedição de documentos, transferência de propriedades, entre outros) | 24 |
| Questões trabalhistas | 2 |
| Meio rural (despejos, invasões de propriedade, desapropriação de terra e arrendatários proibidos de plantarem ou criarem animais) | 134 |
| Casos extras (intimações pela PF, conciliação de casal, preso político) | 73 |
| Meio urbano (ações de moradores, despejos) | 116 |
| Previdência social (pensão junto ao INPS, auxílio doença, aposentadoria) | 25 |
| Pasta trabalhista (direito trabalhista, revisão de aposentadoria, tempo de serviço) | 17 |
| Pasta penal (suspeita de assassinato, prisão de preso político, prisão ilegal, prisão e maus tratos) | 10 |
| Total | 401 |
| Fonte: CDDH, 1976, Arquivo Eclesiástico da Paraíba. | |

A partir da tabela, podemos visualizar com mais detalhes a natureza dos casos que eram assessorados pela equipe do CDDH. Dentre o período que permaneceu em atividade, o ano de 1976 foi aquele que mais apresentou registros, ao todo 401, nos anos subsequentes, o órgão apresentou uma média de 50 a 150 casos por ano, até seu fechamento, em 1994.

Em setembro de 1979, o Centro estabeleceu seu regimento de funcionamento e definiu sua equipe de organização. No tocante ao regimento, este menciona que o CDDH “deveria empreender uma caminhada ao lado do povo; onde os agentes pastorais não teriam a missão de substituir ou solucionar os problemas da população” (CDDH, 1979, Arquivo Eclesiástico da Paraíba). Isso demonstra o propósito da entidade em ajudar a

sociedade a tomar consciência de seus direitos e fazer com que pudesse andar com seus próprios pés, consoante a diretriz da Teologia da Libertação. Nessa mesma linha, o documento de fundação menciona que uma das atribuições da assessoria jurídica do CDDH era ter um papel educativo, seguindo as orientações da Pastoral Arquidiocesana:

1. Ajudar os pequenos a se unirem e a perderem o medo, unir-se a eles na luta em defesa de seus direitos e denunciar a falta de respeito aos direitos humanos, à justiça e à caridade.
2. Criar nos grupos o costume de analisar a realidade, procurando a melhor maneira de descobrir as raízes do mal.
3. Ajudar o povo a se organizar para resolver os seus problemas e combater o mal, respeitando sempre as condições em que se acham esses grupos e procurando as organizações do povo (sindicatos, associações de moradores, etc.). (CDDH, 1976, Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

No Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, encontra-se a Ata da primeira reunião do CDDH, datada de 25 de setembro de 1979, das 08h30 às 12h00, realizada na sede da Cúria Metropolitana, em João Pessoa. Naquela ocasião, foram definidas cinco pessoas que fariam parte formalmente da equipe do CDDH: Luiz Couto, Henrique Estevão, Wanderley Caixe, Antônio Heliton de Santana e Irmã Marlene.

As indicações seguiam os critérios de que estivessem presentes na entidade: 1 representante do Conselho Permanente da Arquidiocese, 1 assessor jurídico e 3 pessoas com experiência na área de direitos humanos. Além dos mencionados, a advogada Ayala Rocha participava do Centro com a tarefa de elaborar cartilhas e outros materiais que seriam usados no processo de educação popular. A referida defensora também substituíra Wanderley Caixe quando este se encontrava impossibilitado de ir às sessões do grupo.

Em relação às funções da equipe do CDDH, elas estão elencadas no documento “Regulamento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba”, datado de setembro de 1979. Segue abaixo os 11 itens que estabeleceram as tarefas da equipe:

- 1° Orientar e encaminhar pessoas, grupos e entidades para as instituições que devem prestar assistência jurídica e para os outros órgãos conforme as necessidades;
- 2° Acompanhar o desenrolar desses casos numa orientação permanente, no sentido de exigir respostas desses órgãos;

- 3° Levar o povo a agir coletivamente na luta pelos seus direitos;
- 4° Informar as pessoas e grupos que procuram o CDDH sobre a existência de grupos acompanhados pela pastoral, com os quais possam se entrosar;
- 5° Capacitar pessoas por meio de cursos e informações para o trabalho no campo dos direitos humanos.
- 6° Reforçar as denúncias do povo, apoiar as lutas populares e denunciar arbitrariedades;
- 7° Informar a opinião pública sobre a violação dos direitos humanos por meio de qualquer veículo de comunicação.
- 8° Divulgar leis e publicações a nível popular, por meio do centro de documentação e informação popular da Arquidiocese;
- 9° Ter a documentação da caminhada do povo na luta pelos seus direitos, para que a mesma seja usada em função desta luta;
- 10° Fazer ligação com outros centros de defesa e relacionar-se com outros órgãos de finalidades semelhantes;
- 11° Procurar manter em dia com a legislação e a jurisprudência, e acompanhar o processo de elaboração das leis, no sentido de informar e pressionar, procurando impedir aprovação de leis injustas. (CDDH, 1979, Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Por meio desse documento, podemos perceber os campos de atuação do CDDH na Paraíba. Dom José, ao participar de um evento promovido pela Comissão de Justiça e Paz, em dezembro de 1976, na cidade de São Paulo, explicou que a origem do Centro remonta à mudança de paradigma proposta pelo Concílio Vaticano II e a Encíclica *Paz na Terra*, escrita pelo Papa João XXIII.

Além dessas influências, o Arcebispo narra em seu livro *Do centro para a margem*, que as resoluções da XIII Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, realizada em fevereiro de 1973, fortaleceu a ideia de criar o CDDH, porquanto houve a recomendação no final do encontro que a Igreja deveria mobilizar o laicato para o esforço de informação, denúncia e defesa dos direitos humanos.

De acordo com Dom José, foi suscitado naquela assembleia a necessidade de que se organizasse, em cada diocese ou regional, um órgão similar à Comissão de Justiça e Paz, de São Paulo, com o propósito de promover soluções para a problemática da violação dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, de 1948. Em certa passagem de seu livro *Do centro para a margem*, Dom José esclarece o porquê de ter criado o CDDH durante seu episcopado:

[O Centro] nasceu da necessidade de ter uma assessoria jurídica aos trabalhadores rurais. Uma evangelização que pretende ser comprometida com a libertação tem que encaminhar-se para a ação e urgir a necessidade de cada cristão, engajar-se em projetos concretos de transformação das estruturas de dominação. Frequentemente não sabíamos como orientar, ou por desconhecimento dos meios jurídicos ou pela falta de instrumentos hábeis para os diversos casos de recursos à justiça. (PIRES, 1980, p. 231)

Desse modo, a entidade buscava orientar a parte lesada em seu direito, encaminhando à justiça gratuita quando desprovida de recursos e fazendo o acompanhamento durante todo o feito judicial.

Em 2001, ao conceder uma entrevista a Mauro Passos, Dom José relembrou sua atividade pastoral voltada para os mais pobres e a ação do CDDH, como instrumento de justiça social naquele contexto de distensão política:

O pobre, para nós, era aquele que não tinha poder. Para nós, a defesa dos direitos humanos se concentrava nas pessoas que estavam sendo oprimidas. E o nosso Centro não aceitava defender causas. Aceitava orientar pessoas: sobretudo grupos, num trabalho em que essas pessoas ou grupos tomavam consciência de que a situação deles não era uma necessidade, era fruto da má organização da sociedade. Portanto, o Centro, ao assumir a defesa de um determinado direito, o fazia com a preocupação de que as pessoas se tornassem, elas mesmas, agentes de uma transformação social. (PIRES apud PASSOS, 2011, p. 47-48)

De acordo com Duarte (2015, p. 18), durante os quase 20 anos de atuação do CDDH (1975-1994), os religiosos e leigos que participaram da entidade tiveram por missão ouvir os reclames e, junto com a própria comunidade, buscar as soluções dos problemas. O Centro deveria tomar para si as preocupações que atingiam o povo, sem que isso implicasse que, a partir daí, exercesse a função de “dono da verdade”. Segundo as normas do CDDH, a caminhada da Igreja com o povo deveria permitir o empoderamento dos setores mais pobres e excluídos, tornando-os sujeitos da própria história e cidadãos plenos; ativos e participantes do processo social, político e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição brasileira para o regime democrático foi bastante longa. Teve início no final do ano de 1973, com a decisão do Presidente Ernesto Beckmann Geisel, e de outros militares que se identificavam com o ex-Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, entre eles, o General Golbery do Couto e Silva, de começar a liberalização do Governo de forma *lenta, gradual e segura*. Esse processo só foi concluído em 1985, com a eleição do presidente civil, mesmo que indiretamente, Tancredo Neves.

Neste cenário de abertura política, que houve a criação de diversos movimentos civis para proteger e defender os direitos da pessoa humana na Paraíba, como por exemplo, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), o Centro de Promoção Humana, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros. A pesquisa pretendeu provar que a atuação de setores da sociedade paraibana, em articulação nacional com outras entidades, fora fundamental na construção do caminho que levou o país à redemocratização, assim como contribuíram para o avanço da pauta dos direitos humanos.

Os direitos humanos são os direitos mais fundamentais que todo o ser humano possui, independentemente da cor, da religião, da orientação ideológica e sexual que sigam e qualquer outro fator de singularidade. Isso significa que todos nós temos direito à vida, à educação, à moradia, à liberdade e à saúde, pelo simples fato de pertencermos à espécie humana.

Os direitos humanos são produtos de uma longa construção histórica e que permanecem, até os dias atuais, sem sua plena efetivação, apesar de existir inúmeros tratados e legislações que os garantam. A Declaração de Independência da Virgínia, em 1776, tornou-se um marco na história dos Estados Unidos, no século XVIII, por prever a importância de se assegurar os direitos elementares do ser humano.

Tal documento inspirou Thomas Jefferson a elaborar o esboço da Declaração de Independência das treze colônias, naquele mesmo ano, assim como influenciou mais tarde a construção da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, em 1789.

No decurso do tempo, nós historiadores acompanhamos a lenta evolução das conquistas por direitos individuais e sociais, conseguidos muitas vezes com duras lutas. No século XX, após a experiência das grandes guerras mundiais, as nações passaram a refletir e afirmar a necessidade de se garantir de fato a efetivação dos direitos da pessoa humana, com o intuito de evitarmos rever mais uma vez a triste experiência do Holocausto. E o documento que condensou todas essas afirmações humanas foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia das Nações Unidas, em dezembro de 1948.

Assim sendo, os direitos humanos são direitos que devem ser sempre mencionados e defendidos, tamanha sua importância para qualquer sociedade. Diante disso, é histórico que a Igreja Católica, como qualquer outro segmento religioso ou social, esteja preocupada em preservar os valores basilares de nossa espécie.

Por essa razão, a Igreja deve defender, ensinar e promover uma cultura de respeito aos Direitos Humanos:

- Para proteger cada ser humano de ser alvo de quaisquer arbitrariedades e atrocidades;
- Porque os Direitos Humanos continuam desconhecidos entre a maioria da população, inclusive entre os cristãos;
- Porque os mesmos têm profundas raízes na tradição profética judaico-cristã e, conseqüentemente, possuem intrínsecos fundamentos bíblico-teológicos;
- Porque desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, nem a maldade humana, nem sua sofisticação tem diminuído, tampouco a humanidade tem se tornado mais fraterna e mais solidária, conforme salienta Hannah Arendt, em seu livro *Eichman em Jerusalém*.

Diante disso, permanece o desafio da apropriação, da disseminação e da promoção de ações que visem proteger a dignidade, a inviolabilidade e a liberdade do outro, bem como a igualdade e a solidariedade entre todos. É isso um sonho? Talvez. Mas, “o futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos” (Eleanor Roosevelt).

Em suma, o presente trabalho, fruto de dois anos de pesquisa, buscou por meio de um amplo levantamento bibliográfico, documental e hemerográfico, reconstruir a história da relação entre a instituição Igreja Católica e a Ditadura Militar no período inicial de

distensão política, dando ênfase à atuação dos religiosos na luta pela defesa e proteção dos direitos da pessoa humana que estavam sendo desrespeitados pelo governo dos militares.

Dessa forma, iniciei o primeiro capítulo, intitulado *O processo de abertura política do Regime Militar*, apresentando o contexto histórico que está inserido a temática, trazendo referências acadêmicas e jornalísticas sobre o período do Governo de Ernesto Geisel, que inaugurou o projeto político de abertura lenta, gradual e segura, continuado por seu sucessor, o Presidente Militar João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Em seguida, direcionei a minha análise para a atuação da Arquidiocese da Paraíba, uma vez que o então Arcebispo, Dom José Maria Pires, desenvolveu na região um notável trabalho pastoral em vista a defender aqueles que se encontravam à margem da sociedade, em especial, a classe trabalhadora e os perseguidos políticos. Ainda sobre o capítulo, procurei aprofundar a discussão acerca da problemática dos conflitos fundiários que houve na Paraíba na década de 1970, porquanto tivemos a intervenção do clero local na resolução dos litígios.

E, por fim, fecho a narrativa com um capítulo destinado a explanar sobre a atuação da Igreja Católica, como um todo, na luta pela defesa dos direitos humanos no Brasil e, principalmente, na Paraíba. Considerando que os religiosos dessa instituição desempenharam um trabalho reconhecido nacional e internacionalmente neste campo de proteção da dignidade da pessoa humana, em especial os Arcebispos, Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom José Maria Pires.

Ademais, o estado da Paraíba tornou-se pioneiro no país ao criar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH, com o propósito de assessorar os grupos sociais injustiçados pelo Estado brasileiro e por parte da elite dominante. O CDDH materializou a diretriz do Concílio Vaticano II de ter uma Igreja próxima ao povo e atenta às questões sociais.

Finalizo a presente narrativa reiterando a crença de que a forma mais adequada de deixar o passado obscuro para trás é nos reencontrarmos com a verdade pela qual a história tanto trabalha no campo da memória. Sobre isso, é interessante perceber que entre os vencedores da “Revolução de 1964”, posteriormente, tenham se considerado perdedores no âmbito da história. De acordo com o político arenista, Jarbas Passarinho:

De fato, o nosso lado ganhou a luta armada e perdeu a batalha da comunicação nitidamente. Não teve a menor capacidade de

justificar, de explicar, de convencer. Então me ficou essa ideia de que nós, com um pensamento de que não se pode esquecer, nós vamos ter que escrever a história pelos vencidos e somente por eles”¹⁶¹.

Assim sendo, espero que esta dissertação possa contribuir para a pesquisa histórica e fomenta debates acerca das heranças da Ditadura Militar brasileira, assim como suscite a conscientização da busca por esclarecimento e justiça em relação às ações dos agentes autoritários do governo de outrora. Ressalto também que, até o dado momento de colhimento das fontes me deparei com inúmeras histórias e notícias que se tivesse seguido levar-me-ia a outros caminhos de investigação, todavia, considerando que qualquer trabalho historiográfico é produto de seleções do autor, procurei enfatizar neste texto os pontos que julguei mais relevantes para a posteridade.

Como nota final, vale voltar à condição passada do passado, de um passado que não é só aquilo que não é mais, mas que é sempre também aquilo que foi um dia. O passado é irrevogável. Considerando em toda sua densidade, ele é também irrecuperável. Mas o que pode nos salvar da irrevogabilidade tanto quanto da irrecuperabilidade do passado é nossa capacidade de nos direcionarmos criticamente a ele e de lhe atribuímos um sentido construtivo. É nossa capacidade de interpretarmos esse passado, aprendermos com ele. Olharmos para trás e seguirmos em frente.

¹⁶¹ Jornal Folha de S. Paulo. *Segredos da história*. 26 de agosto de 1996, apud LEMOS, 2002, p. 306.

REFERÊNCIAS

1. Arquivos:

- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba
- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba
- Fundação José Américo de Almeida
- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

2. Bibliográficas:

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia**: testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ÁVILA, F. B. Dom Hélder Câmara. In: **Profetas e Profecias numa visão interdisciplinar e contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-363.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOFF, Leonardo. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. **Jesus Cristo Libertador**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003;

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. N. 23/24, 1991, p. 07-18.

CALDEIRA, R. Coppe. **Os baluartes da tradição**: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Curitiba: CRV, 2011.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, estado e conflito**: questionando Alagamar. João Pessoa: FIFLAN, 1985.

CARVALHO, Aloísio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007 [1975]. [ler “A operação historiográfica”, p. 65-119].

CITADDINO, Monique Guimarães. **Poder Local, Modernização Econômica e Reforma do Estado**: A Face de Janus do Governo João Agripino – Paraíba (1966-1971). Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2001.

_____. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964-1986). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro**: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania. Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero**: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil**: terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 [1997].

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano** n. 4 – O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1892-1910)**. Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, 1994.

FESTER, Antônio Carlos Ribeiro. **Justiça e paz: memórias da Comissão de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003 [2002].

GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1976].

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA — Sábado, 30 set.1978.

GOVERNO FEDERAL. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

GRECCO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

GUEDES, Nonato. **A fala do poder: perfis e discursos comentados de governadores da Paraíba**, p. 54. João Pessoa: Forma Editorial, 2012.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: **Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998. p. 237 – 252.

HOBBSAWM, Eric. A Outra História – Algumas Reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). **A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos

Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. -Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LANNA, Anna Flávia Arruda. **Movimento Feminino pela Anistia**. A esperança do retorno à democracia. Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p.221-242.

LE MOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Topoi: Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, Niterói, UFF, vol. 20, 2014, p. 01-20.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153.

MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo: História de Uma Eleição Indireta Para Governador**. João Pessoa: O Momento, 1978.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MELO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise**. (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.

_____. Dissidência, Protesto e Familismo nas eleições da Paraíba em 1978. In: REGO, Rogério (Org.). **As Eleições Nacionais de 1978 – Estudos**, vol. II. Brasília: Ed. Fundação Milton Campos, 1978.

MORAIS, João Fragoso Régis de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Cortes Editora e Associados, 1982.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e Vol. II, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. Mestrado em História – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NETTO, Accioly. **O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Prima Facie**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. João Pessoa, jan./jun, 2009. p. 57-84.

_____. Experiências da luta armada na Paraíba. In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2015. (Coleção Contrassensos), p. 29-50.

_____. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe” **Revista Perspectiva Histórica**, vol.2, no 2. João Pessoa, jan.-jun.2012, p.37-62.

_____. Surgimento de uma força social: o sindicalismo cutista. **Revista Saeculum**. Departamento de História da UPPB. João Pessoa, nº 4/5, jan.-dez. 1998/1999, João Pessoa: Universitária, 2000.

_____. Tensionando à Transição “Lenta, Gradual e Segura”: A igreja e os Conflitos Agrários no Estado da Paraíba”. In MUNIZ, Altamar da Costa; MARTINS, Luiz Carlos dos Passos. **História Política Interfaces e Diálogos**. Ceará; Porto Alegre: EdUECE; EdPUCRS, 2016, p.231- 257.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

PADIN, Cândido. Educação libertadora proclamada em Medellín. In: **Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998. p. 227 – 236.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Mestrado em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

PERFIS PARLAMENTARES - ANTÔNIO MARIZ. Organização: Cláudia Lisboa. Edições Câmara. Brasília, 2006.

PIRES, Dom José Maria. **Do Centro para a margem**. João Pessoa: Acauã, 1978.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 [1996].

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Orais: Do “Indizível” ao “Dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. (Org.). **Experimentos com História de Vida** (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, p. 34-51.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Teoria do direito e teoria dos direitos humanos. In TOSI, Giuseppe (org.). **Direitos Humanos: teoria e prática**. João Pessoa: UFPB, 2005.

RAMOS, Andressa Maria Vilar. **A liberdade permitida**. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

RAMOS, Severino. **A verdade de cada um**: o pensamento da inteligência paraibana no final do século XX. João Pessoa: A União, 1977.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. Pela “pacificação da família brasileira”: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 67-88.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo, Alameda, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio. **Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2001

SALES, Eugênio de Araújo. **A Igreja na América Latina e a promoção humana**. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 28, n.3, set. 1968, Petrópolis, p.537-554.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**. Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994;

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. **Brasil Republicano**, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra**: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHARPE, Jim. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. **Brasil Republicano**, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243–282.

SILVA, Waldir Porfírio da. **A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito apresentada à Faculdade Paraibana (FAP). João Pessoa, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUTO, José. **Ivan Bichara: um político diferente**. In Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960/1990, p. 172. João Pessoa: API/A União, 1993.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória: à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOSI, Giuseppe. **Os Direitos Humanos: reflexões iniciais**. João Pessoa: UFPB, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História**. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 2008. [“I. O objeto da história” / Caps. 1 e 2; p. 15-39].

VILELA, D. M. Utopias esquecidas. **Origens da Teologia da Libertação**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

3. Documentos:

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório da Ação Pastoral Arquidiocesana – APA**. João Pessoa, 1980.

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório do Decênio: 1966-1976**. João Pessoa, 1976.

BRASIL, Congresso. **Câmara dos Deputados**. Centro de Documentação e Informação. Seção de Legislação Brasileira. Anistia, 1822-1979. Brasília, 1980.

CONGRESSO NACIONAL: **COMISSÃO MISTA SOBRE ANISTIA**. Documentário organizado por determinação do Presidente da Comissão Mista do Congresso, Senador Teotônio Vilela. Brasília, DF, 1982.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO DA PARAÍBA** (informação confidencial), nº 035/ac/79, de 13 de março de 1979. Documento da Comissão da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba.

VELÔSO, Ricardo Grisi. **As cartas pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. João Pessoa: UFPB, 1999.

4. Endereços eletrônicos:

- [file:///C:/Users/Jana%C3%ADna%20Gomes/Downloads/180-Manuscrito%20do%20Livro-529-3-10-20180305%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jana%C3%ADna%20Gomes/Downloads/180-Manuscrito%20do%20Livro-529-3-10-20180305%20(1).pdf). Consultado em 12 de janeiro de 2019.
- <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730>. Consultado em 28 de dezembro de 2018.
- <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/proalcool.htm>. Consultado em: 02 de janeiro de 2019.
- http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp. Consultado em 12 de maio de 2005.
- <https://coisasdecajazeiras.portaldiarario.com.br/legado-do-governo-ivan-bichara-sobreira/>. Consultado em 29 de dezembro de 2018.
- <https://correiodaparaiba.com.br/>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.
- <https://educacao.uol.com.br/biografias/ernesto-geisel.jhtm>. Consultado em 26 de dezembro de 2019.
- <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-2-o-papel-da-igreja-catolica.htm?cmpid=copiaecola>. Consultado em 16 de janeiro de 2019.
- <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-geisel-1974-1979-distensao-oposicoes-e-crise-economica.htm>. Consultado em 28 de dezembro de 2018.
- <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>. Consultado em 28 de dezembro de 2018.
- <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/comissao-da-verdade-diz-que->

- [padre-henrique-foi-vitima-de-crime-politico.html](#). Consultado em 16 de janeiro de 2019.
- <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/07/30/mpf-reabre-investigacoes-do-caso-vladimir-herzog-apos-brasil-ser-responsabilizado-pela-oea.ghtml>. Consultado em: 27 de dezembro de 2018. Consultado em 14 de agosto de 2017.
 - <http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=18048&seqPaginaInicial=1&seqPaginaFinal=40>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
 - <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
 - <http://memorialdademocracia.com.br/card/povo-de-alagamar-conquista-terras>. Consultado em 14 de janeiro de 2019.
 - <https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/a-sede-dos-poroos-da-ditadura-era-o-planalto-diz-historiadora/>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1826639&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1828760&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829901&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829901&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1829968&v_aba=1. Consultado em 14 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1898611&v_aba=1. Consultado em 17 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 17 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.
 - http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.

- http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319669&v_aba=1. Consultado em 18 de janeiro de 2019.
- http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933072&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.
- http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933050&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.
- http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1933066&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.
- http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1834077&v_aba=1. Consultado em 20 de janeiro de 2019.
- http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1932005&v_aba=1. Consultado em 21 de janeiro de 2019.
- <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/um-dos-jornais-mais-antigos-do-pais-sai-de-circulacao-na-paraiba/n1597610121962.html>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.
- http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Consultado em 19 de janeiro de 2019.
- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumi-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Consultado em 12 de janeiro de 2019.
- https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/08/eua-sabiam-ja-nos-anos-1960-de-tortura-no-regime-militar-mostram-documentos.shtml?utm_source=faceboo. Consultado em 28 de dezembro de 2018.
- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/07/1113275-minha-historia---therezinha-zerbini-a-burguesa-na-que-foi-a-luta.shtml>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- <http://www2.camara.leg.br/>. Consultado em 01 de janeiro de 2019.
- http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123318&tipo=0. Consultado em: 01 de janeiro de 2019.
- <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2017/12/dom-helder-camara-agora-e-patrono-brasileiro-dos-direitos-humanos> . Consultado em 13 de janeiro de 2019.

- <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo>. Consultado em 08 de janeiro de 2019.
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/07/03/lei-falcao-faz-30-anos>. Consultado em 27 de dezembro de 2018.
- <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/06/22/noticiasjornal/paginasazuis,3457779/a-trajetoria-de-um-bispo-do-povo.shtml>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.
- http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20%20Paulo%20Giovani%20A.%20Nunes,%20Talita%20H.%20C.%20Nascimento%20e%20Suely%20Cinthya%20C.%20dos%20Santos%20TC.PDF. Consultado em 30 de dezembro de 2018.
- http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp. Consultado em 26 de dezembro de 2018.
- <http://www.arquidiocesepb.org.br/>. Consultado em: 12 de janeiro de 2019.
- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/biografia>. Consultado em 26 de dezembro de 2018.
- https://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf. Consultado em 09 de janeiro de 2019.
- http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c94c18c35d.pdf. Consultado em 09 de janeiro de 2019.
- http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c94e0a5922.pdf. Consultado em 09 de janeiro de 2019.
- http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anista.html
- Consultado em 14 de agosto de 2017.
- [https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=4050&titulo=O assassinato de Herzog na arte](https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=4050&titulo=O%20assassinato%20de%20Herzog%20na%20arte). Consultado em 14 de agosto de 2017.
- https://www.ebiografia.com/jimmy_carter/. Consultado em 19 de janeiro de 2019.
- <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Consultado em 08 de janeiro de 2019.
- <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/ernesto-geisel-10>. Consultado em: 26 de dezembro de 2018.
- <http://www.funes.pb.gov.br/cronologia-de-ernani-satyro/>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.

- <http://www.ihgp.net/pb500p.htm>. Consultado em: 28 de dezembro de 2018.
- <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/571087-jose-maria-pires-o-bispo-de-pes-descalcos>. Consultado em 13 de janeiro de 2019.
- <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/534576-entre-a-historia-e-a-memoria-a-atuacao-dos-bispos-catolicos-durante-a-ditadura-civil-militar-brasileira>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- <https://www.jota.info/wpcontent/uploads/2018/07/75a1901e38edae180a783b23e550bc75.pdf>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- <https://www.jota.info/justica/brasil-e-condenado-na-corte-interamericana-de-direitos-humanos-por-caso-herzog-04072018>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=584055>. Consultado em: 01 de janeiro de 2019.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6091.htm. Consultado em: 01 de janeiro de 2019.
- <http://www.tre-pb.jus.br/>. Consultado em 01 de janeiro de 2019.
- <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/o-tse>. Consultado em 27 de dezembro de 2018.
- <http://www.uff.br/icfh/anpuhrio/anais/2002/comunicacoes/ciambarella%20Alessandra.doc>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- <https://www.youtube.com/watch?v=IMAQJIIjue4>. Consultado em 14 de agosto de 2017.
- <https://www.youtube.com/watch?v=tGnkkwyuT7I>. Consultado em 16 de janeiro de 2019.
- <https://www.youtube.com/watch?v=bvURWRz7jIE>. Consultado em 18 de janeiro de 2019.
- «[MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA](#)». *Memorial da Anistia*. Consultado em 03 de agosto de 2016.
- [Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais](#)» (PDF). *ANPHLAC*. Consultado em 03 de agosto de 2016.

5. Hemerográficas:

Jornal *A UNIÃO*. Brasil com novo presidente a partir das 10h. 15 de março de 1974.

Jornal *A UNIÃO*. Campanha empolga arcebispo. 14 de maio de 1974.

Jornal *A UNIÃO*. I Encontro de jovens terá Dom José Maria Pires. 19 de julho de 1974.

Jornal *A UNIÃO*. Sabiniano fala sobre conjuntura política. 23 de novembro de 1974.

Jornal *A UNIÃO*. Bomba explode em reunião estudantil (MG). 09 de abril de 1978.

Jornal *A UNIÃO*. Bombas explodem em Minas, 20 de abril de 1978.

Jornal *A UNIÃO*. Dom Hélder pede anistia para os presos políticos, 23 de dezembro de 1978.

Jornal *A UNIÃO*. Parentes de presos fazem greve de fome, 22 de agosto de 1979.

Jornal *CORREIO DA PARAÍBA*. Anistia repercute no exterior agradando o presidente Figueiredo, 12 de julho de 1979.

Jornal *O NORTE*. Dom José pede maior empenho para que 75 seja um ano de amor. 01 de janeiro de 1975.

Jornal *O NORTE*. Dom José diz que ano é de reconciliação ao iniciar-se 1975. 03 de janeiro de 1975.

Jornal *O NORTE*. Ruy afirma não ter dúvida de que Geisel quer a democracia. 03 de janeiro de 1975.

Jornal *O NORTE*. Dom José faz campanha advertindo para fome. 16 de fevereiro de 1975.

Jornal *O NORTE*. Lucena quer criação da Comissão dos Direitos Humanos no Congresso. 09 de março de 1975.

Jornal *O NORTE*. Petrônio Portela exalta processo de distensão política no Brasil. 14 de março de 1975.

Jornal *O NORTE*. MDB paraibano caminha para crise. 23 de março de 1975.

Jornal *O NORTE*. D'Ávila diz que todo o exército está com Geisel. 01 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. Mariz acredita na distensão e na reabertura. 02 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. Mariz diverge de Arena sobre direitos humanos. 06 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. Mariz e direitos humanos. 06 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. Ainda os direitos humanos. 06 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. Condono a tortura e a violência, afirma deputado A. Mariz. 13 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. Rebelião na Arena. 13 de abril de 1975.

Jornal *O NORTE*. MDB prepara mensagem para apressar distensão. 03 de maio de 1975.

Jornal *O NORTE*. Deputado diz que os servis e frustrados boicotam a distensão. 04 de maio de 1975.

Jornal *O NORTE*. Dom José pede mais proteção para os trabalhadores do campo. 09 de maio de 1975.

Jornal *O NORTE*. Dom José desmente acusação. 20 de maio de 1975.

Jornal *O NORTE*. Distensão e desvios. 31 de maio de 1975.

Jornal *O NORTE*. Médico diz que foi preso por perseguição política. 04 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Distensão deve ter o apoio de todos, diz Ruy Carneiro. 05 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Política: O senador e a distensão. 08 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. MDB ainda acredita que Geisel fará a distensão. 10 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Torturas em preso político. 17 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Dom José diz que Mucatu era feliz até chegar a política. 17 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Arcebispo comenta a expulsão de 174 famílias em Mucatu. 17 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Proprietários tentam desmentir arcebispo sobre o caso de Mucatu. 18 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. MDB de Minas dá apoio à Geisel na luta pela distensão. 18 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Carvalheira quer Igreja para os pobres. 20 de junho de 1975.

Jornal *O NORTE*. Vereador pede indulto e anistia para presos políticos de Natal. 07 de novembro de 1975.

Jornal *O NORTE*. Direitos Humanos. 19 de novembro de 1975.

Jornal *O NORTE*. Coluna: Tarcísio Holanda: Relações Igreja-Estado. 11 de março de 1976.

Jornal *O NORTE*. Dom José prega o amor ao senhor e a união de todos os cristãos. 18 de abril de 1976.

Jornal *O NORTE*. Paraíba comemora dez anos de D. José Maria Pires como Arcebispo. 20 de abril de 1976.

Jornal *O NORTE*. Igreja lamenta ausência de autoridades às celebrações. 23 de abril de 1976.

Jornal *O NORTE*. Geisel não permitirá investigação externa nos direitos humanos. 07 de maio 1976.

Jornal *O NORTE*. Edme exalta a ação da Igreja na criação da Faculdade de Filosofia. 08 de maio de 1976.

Jornal *O NORTE*. Dom José acha uma vitória desapropriação de Mucatu. 15 de junho de 1976.

Jornal *O NORTE*. Cardeal condena os padres na polícia. 25 de junho 1976.

Jornal *O NORTE*. Diocese evangeliza em Mucatu. 27 de junho 1976.

Jornal *O NORTE*. Igreja não discute os casos de padres sem candidatos, diz Dom José. 06 de julho 1976.

Jornal *O NORTE*. Dom José fará curso de reciclagem de dez dias. 12 de agosto de 1976.

Jornal *O NORTE*. Dom José viaja hoje a fim de visitar CNBB. 04 de agosto de 1976.

Jornal *O NORTE*. Expulsos da polícia os soldados que mataram o padre J. Penido Burnier. 20 de outubro de 1976.

Jornal *O NORTE*. Igreja manifestará posições sobre atos de violência após a eleição. 07 de novembro de 1976.

Jornal *O NORTE*. Igreja enfrenta luta de Direitos Humanos e orienta eleitores. 13 de novembro de 1976.

Jornal *O NORTE*. Dom José pede mais paz e amor. 25 de dezembro de 1976.

Jornal *O NORTE*. Dom Carvalheira diz que seu colega Sigaud é instrumentalizado. 13 de abril de 1977

Jornal *O NORTE*. Cardeal defende a volta da plenitude democrática. 14 de setembro de 1977.

Jornal *O NORTE*. Cardeal vê clima para o diálogo. 16 de setembro de 1977.

Jornal *O NORTE*. Vaticano divulga mensagem. 04 de janeiro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Scherer reafirma nome de Figueiredo para a sucessão presidencial. 06 de janeiro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Cardeal diz que 1978 marcará a política do país. 22 de janeiro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Comissão estuda a situação dos presos políticos. 31 de janeiro 1978.

Jornal *O NORTE*. Cardeal analisa a situação do exilado político. 05 de fevereiro de 1978

Jornal *O NORTE*. Cardeal comenta a campanha em favor de exilados. 10 de fevereiro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Arcebispo lançará campanha na Paraíba. 10 de fevereiro de 1978.

- Jornal *O NORTE*. ABI lança hoje Comitê de Anistia. 14 de fevereiro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Professor quer anistia ampla para políticos. 15 de fevereiro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Sarney é contra discussão sobre anistia política. 22 de fevereiro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Presidente da CNBB pede a reconciliação. 25 de fevereiro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Parlamentar destaca ação do arcebispo. 08 de março de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Anistia anuncia a instalação de sucursal no país. 10 de março de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Confissões dão prosseguimento à Semana Santa. 22 de março de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Igreja defender os presos na Argentina.
- Jornal *O NORTE*. Câmara vê data para homenagear D. José.
- Jornal *O NORTE*. Dom Evaristo Arns manteve encontro com Jimmy Carter. 01 de abril de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Arquidiocese de Pernambuco faz recomendações. 04 de abril de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Elaborado documento para o CNBB. 07 de abril de 1978.
- Jornal *O NORTE*. MDB inicia Semana da Anistia. 13 abril de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Cardeal vê situação dos presos. 15 de abril de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Igreja poderá interceder no caso Argentina. 27 de abril de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Anistia já tem comitê formado em São Paulo. 14 de maio de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Igreja faz restrição à declaração dos direitos. 16 de maio de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Eclesiásticos reúnem seus representantes. 09 de junho de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Cardeal fala do seu encontro com o Chefe da nação. 02 de julho de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Geisel diz que o Governo defende direitos humanos. 22 de julho de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Figueiredo nega arestas entre o Governo e a Igreja. 29 de julho de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Advogado vê o retorno de exilados. 08 de agosto de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Desempenho dos CEBs é destacado. 02 de novembro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Comissão de Justiça e Paz analisa caso de operário. 04 de novembro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Papa dedicará mais tempo aos direitos humanos. 09 de novembro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. CNBB divulgou nota sobre pastoral urbana. 12 de novembro de 1978.
- Jornal *O NORTE*. Faoro deixa OAB e pede que luta continue. 20 de dezembro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Decisão de D. José facilita Saelpa energizar Livramento. 22 de dezembro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Dom Hélder pede anistia para os presos políticos. 23 de dezembro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Dom Avelar pede que os presídios tenham reformas. 27 de dezembro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Bispo denuncia perseguição em igrejas do NE. 03 de outubro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Anistia irrestrita é derrotada pela Arena, 23 de agosto de 1979.

Jornal *O NORTE*. Movimento feminino pela anistia - núcleo da paraíba, 12 de novembro de 1978.

Jornal *O NORTE*. Relatório mostra tratamento a presos políticos. Domingo, 12 de novembro de 1978, João Pessoa.

6. Instrumentos de pesquisa:

ARAÚJO, Ricardo José Rufino de; SUASSUNA, Carla Guedes; VELÔSO, Ricardo Grisi; VIANA, Rejane Vieira. **Catálogo da produção intelectual de Dom José Maria Pires**. João Pessoa: UFPB, 1997.

BEZERRA, Jaqueline; BEZERRA, Lucilena; BRITO, Gilvanildo; FILHO, Antônio; SILVA, Iza Belarmino da; PEDROSA, Simone. **Catálogo**: Instrumento de Pesquisa dos documentos relativos à Ditadura Militar constantes no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. João Pessoa: UFPB/NDHIR, 1998.

BEZERRA, Josineide; CARVALHO, Anna Cristina; SANTOS, Edileusa, VELOSO, Ricardo. (Org.) PIMENTEL, Gloriete e FORMIGA, Zeluíza. **Catálogo da Coleção de Fotografias (1905-1989)**. João Pessoa: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, 1992.

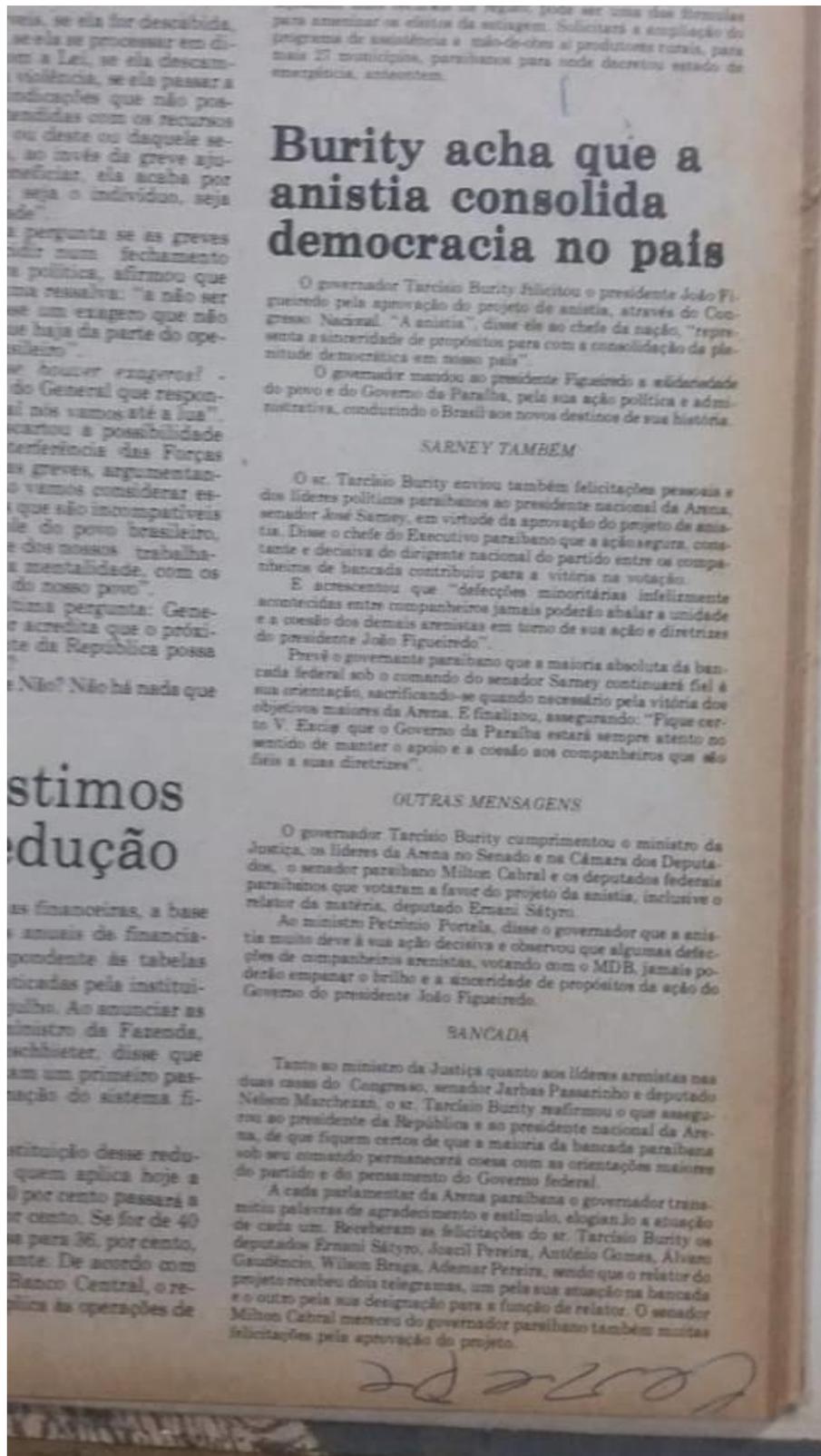
ANEXOS:

Exemplos de algumas notícias da imprensa:

1ª notícia: Jornal *O Norte*. Geisel anuncia o fim do período de exceção. 30 de dezembro de 1978.



2ª notícia: Jornal A União. Burity acha que a anistia consolida democracia no país. 22 de agosto de 1979.



3ª notícia: Jornal A União. Paraíba recebe hoje a visita de Geisel. 07 de novembro de 1978.

...XXIV Nº 227

**Biblioteca só
... dois
...anhadores**

... um vendedor autônomo
... como "Toninho Carneiro"
... Mendes de Brito,
... de 27 anos e re-
... cidade do Cambé, próximo
... a quinze o maior prêmio da
... distribuído até ago-
... em Cr\$ 300 mil o último
... o valor do prêmio é de Cr\$
... mil, 375 cruzeiros e 16

... de um pequeno bairro
... cidade ele paga Cr\$ 1 mil
... um terreno naquela pos-
... Ouam, uma malhada se-
... frente de sua casa e da
... Federação, para en-
... ganhador. Mas as informa-
... em que ele, em companhia
... não sendo cedo e que am-
... estavam logo. O total do pró-
... a metade do orçamento
... cidade, de 70 mil habitantes,
... Rubens Leite Cor-
... de 35 anos, é o apostador
... que dívida com o do Paraná
... da Lavoura Esporosa, desenv-
... Cr\$ 22 milhões 377 mil, 365
... e 13 centavos. Ele tem uma
... em Puzosomina, distante 500
... cidade capital, onde fez seu
... sendo premiado com o cartão

... ontem à noite, ninguém con-
... o novo milionário, nem
... ou Rubem, surgindo
... são confirmadas de que
... situação, com a mulher e a fi-
... Bahia. Na Caixa Econômi-
... local, o relações públicas,
... de Minas da Costa, se limitava a
... não sabia de nada sobre o
... não reagiu até mesmo revelar
... a sua nome.

A UNIÃO

JOÃO PESSOA — Terça-feira, 07 de Novembro de 1978 PREÇO Cr\$ 5,00

Paraíba recebe hoje a visita de Geisel



O presidente Ernesto Geisel **manterá hoje, em Campina Grande e João Pessoa, encontros com as lideranças políticas das duas cidades. A sua chegada está prevista para as 9h45m em Campina Grande onde inaugurará o trecho da BR-412 ligando Boa Vista a Monteiro.**

Em João Pessoa inaugurará o Centro Social Urbano de Mandacari e regressará a Brasília, depois de visitar os conjuntos residenciais. Ernesto Geisel e José Américo, conatuidos pela Cofep.

O chefe do Governo desembarcará no Aeroporto João Ságuas, em Campina Grande, às 9h45m, segundo de automóvel para o Centro Cívico de Apoio de Novo, passando pela rodovia de contorno da cidade. No local haverá uma concentração popular e, em seguida, a comitiva vai para a Prefeitura Municipal onde o presidente da República receberá as homenagens políticas.

As 10h30m o presidente Geisel acompanhado do governador Degrédil Terceiro Neto, segue de automóvel para o Distrito de Parimã onde se dará a inauguração da Rodovia BR-412. Logo após o desceramento

da pista, o governador do trecho Boa Vista-Monteiro, o chefe de Nêcio Assis e uma exposição de museus dos Transportes.

O presidente da República embarca às 12 horas para João Pessoa, no Boeing 737, onde participará de almoço oferecido pelo governador no Palácio da Redenção. As 14 horas recobrirá os labores políticos da Arasa e em seguida deslocar-se para o bairro de Mandacari a fim de inaugurar o Centro Social Urbano. A comitiva presidencial retorna a Brasília às 17h00m, devendo chegar à capital federal às 19h45m.

POLÍTICA

O coronel Rubem Ludwig, porta-voz da Presidência da República, disse ontem que a visita do presidente Geisel à Paraíba, como todas as viagens que faz, tem caráter político, uma vez que desde que assumiu o Governo demonstra interesse especial para com este setor.

Embora o porta-voz da Presidência da República tenha evitado fazer maiores comentários sobre a diáspora da Arasa Paraíba, afirmou que está fora das cogitações do Palácio do Pa-

nado uma detrota do partido nas eleições.

Quanto à diáspora Rubem Ludwig afirmou que "em um partido com a dimensão da Arasa, é natural que sejam divergências entre seus membros, mas prevalece, sempre, o interesse do partido, que é o mais importante".

Por ser a Arasa um partido que sustenta a Revolução, o assessor de imprensa do presidente da República, manifestou a convicção pessoal de que as divergências serão esquivadas, e todos vão se unir para a vitória do partido.

EXPEDIENTE

O governador Degrédil Terceiro Neto autorizou o funcionamento das repartições públicas até as 14 horas em virtude da visita do presidente Geisel à João Pessoa.

Esta atitude visa permitir que os funcionários públicos participem das festividades de inauguração do Centro Social de Mandacari e visita aos conjuntos residenciais Ernesto Geisel e José Américo pela comitiva presidencial.

As visitas do Presidente

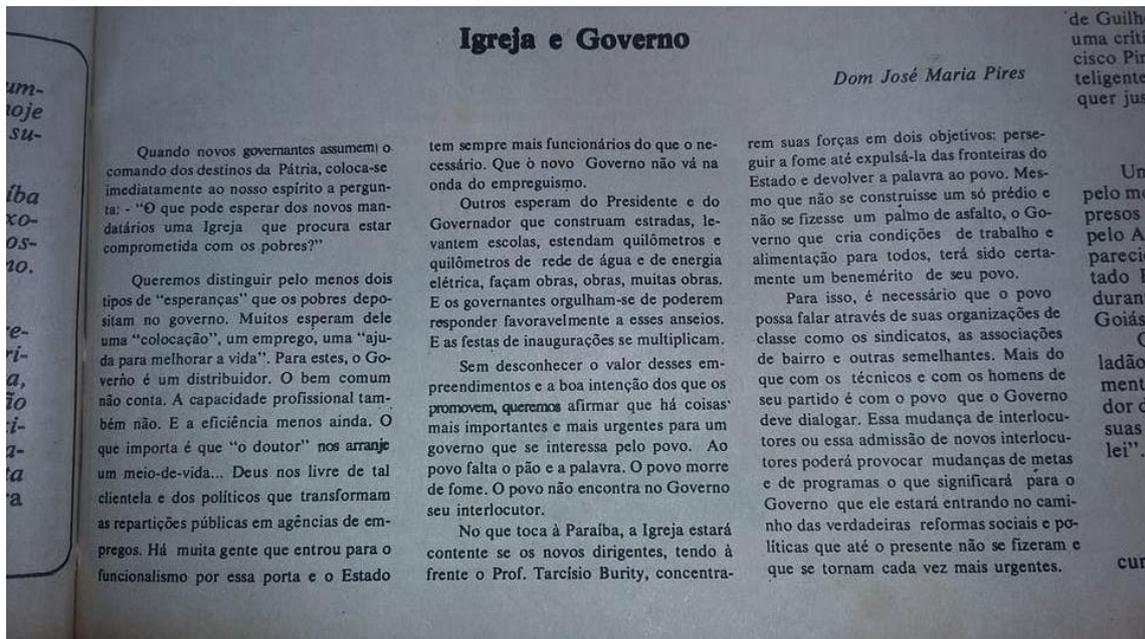
A primeira visita que o presidente Ernesto Geisel fez à Paraíba, foram encorajadas como "um conjunto de partidos", reunindo a

... e, ao encerrar pronunciamento na reunião da Salvoia, depois de

Geisel faz hoje a sua terceira visita à Paraíba

A primeira visita que o presidente Ernesto Geisel fez à Paraíba,

4ª notícia: Jornal *A União*. Igreja e Governo: Dom José Maria Pires. 05 de julho de 1978.



5ª notícia: Jornal A União. Secretário acha que Dom José é comunista. 25 de agosto de 1979.

UNIÃO
 PESSOA — Sábado, 25 de agosto de 1979 PREÇO Cr\$ 6



Gayoso rasga ata de sessão na Assembleia

A notícia ecoou como uma bomba na manhã de ontem, na Assembleia Legislativa: "O deputado José Gayoso acaba de rasgar a Ata da Sessão Ordinária". Generalizou-se um corre-corre nos corredores, entre funcionários e jornalistas credenciados que procuravam se inteirar do incidente.

Mais tarde, reunido com alguns assessores, o deputado Ecydio Madruga, primeiro secretário da Assembleia, informava, conforme os arts. 88 e 314 do Regimento Interno, - situ a conduta parlamentar - que o fato seria oficialmente conhecido e examinado pela Mesa para em seguida levar ao conhecimento do plenário a fim de que delibere a respeito em Sessão Secreta, por se tratar de um assunto da economia interna da Casa.

Tudo aconteceu quando Gayoso indo até o primeiro andar, procurou um assessor parlamentar para que fosse tirado cópias da ata da sessão, de quinta-feira passada. Em seguida, o Deputado voltou para o plenário, passando a aguardar. Sentindo que havia demora, voltou à Secretaria no exato momento que o assessor descia ao plenário. Neste desencontro, Gayoso, aborrecido, apoderou-se do original da ata, rasgando-a, totalmente, ante os olhares assustados dos funcionários da Casa. "Podem dizer ao Presidente que foi o deputado José Gayoso que rasgou afirmou o parlamentar.

A notícia logo tomou espaço por toda o prédio muitos deputados, de ambos os partidos, mostram preocupação "com gesto impensado".

Segundo afirma Gayoso. Segundo afirmações de políticos e funcionários da Casa, esta é segunda vez que acontece imprevistos desta natureza. Na Legislatura passada, o então deputado Waldir dos Santos Lima rasgou, em plenário, o Regimento Interno num acirrada discussão com a Mesa.

Secretário acha que D. José é comunista

O secretário Carlos Pessoa Filho, da Indústria e Comércio, disse ontem no programa *Confidência* que D. José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, é comunista. "Eu não admito que ele não esteja realmente preocupado e impiedoso acima de tudo pelo problema do trabalhador rural, e sem estar envolvido de outros objetivos, de condicionar e de ajudar para alcançar aquele objetivo maior que o domínio do país através da doutrina marxista", disse.

Para Carlos Pessoa, "isso frequentemente ocorre em seus sermões na Capital, pois proclama o regime de Fidel Castro, o regime comunista de Cuba. Então se ele prega isso, logo acha que o caminho melhor é aquele".

Analisando a reforma agrária, Carlos Pessoa diz estranhar que Dom José Maria Pires defendia nos moldes "que ele prega aqui, isto porque o que nós sabemos é que na ditadura marxista, existe o domínio total da economia do Estado pelo Estado, e na Rússia e em Cuba as terras não pertencem aos agricultores; pertencem ao Estado".

Cagepa usará carros-pipas no Cabo Branco

A Cagepa terá que recorrer neste fim de semana a carros-pipas para abastecer as casas do conjunto residencial Altiplano Cabo Branco, pois registrou ontem uma grave pane no moinho que conduz água para local.

A partir do momento em que verificou o acidente, a equipe técnica de manutenção da empresa passou a ser mobilizada para solucionar o problema. Menor espaço de tempo possível, embora ainda não haja uma visão exata sobre a regularização do abastecimento do conjunto.

Governador da Bahia parabeniza Burity por defender o Nordeste

O governador da Bahia, sr. Antônio Carlos da República, manifestando seu integral apoio e sentiram-se tranquilizados

6ª notícia: Jornal *A União*. Do Centro para a margem. 03 de fevereiro de 1980.

o arcebis-
itano.

das 17 ho-
é Maria Pi-
o local onde
realizada a
foi cercado
tes, funcio-
lectuais que
ro para que
rafado por

e da noite, a
0 horas, fo-
dos os livros
econômica da
edição, de
iz, editado
Companhia
publicanismo
o, de Rosa
y e *Introdu-*
sa, de Ma-
Filho.



Do Centro Para a Margem, de dom José Maria Pires, foi relançado ontem à tarde

um pontua-
dos ontem
do papa Joã
ta de cinco
ciada na se
a inaugura
pal Latino
Puebla.

Outro
medidas d
des cordõ
assédio d

Um p
que a ope
ra a mai
principal
dos milhõ
as igrejas
sar.

"Nã
contra su
festações
pal preo

Info
tarefa se
ças de s
Lopez P

Livro de Dom José já está nas livrarias

Do Centro para a margem, de D. José Maria Pires, editado pela Acauã, poderá ser encontrado a partir de hoje, nas livrarias pessoenses. O livro, que tem prefácio de D. Helder Câmara, será lançado oficialmente em janeiro, quando então terá sua distribuição estendida a outros estados brasileiros.

O livro, que é o primeiro de Dom José, reúne cartas pastorais, homílias, conferências, discursos e artigos publicados na imprensa desde 1966, quando tornou-se Arcebispo da Paraíba.

— Quando alguns amigos, impressionados com a nova imagem da Igreja levantada pelo concílio Vaticano II, julgaram que a publicação de minhas falas colocaria em destaque alguns traços dessa imagem, entreguei para eles o material de que dispunha e lhes dei liberdade de selecionar. Deu isto que aí está - diz o Arcebispo, ao explicar a origem de "Do centro para a margem".

Entretanto, Dom Helder Câmara diz que ao imaginar "a impressão que estas páginas causariam se pudessem ser lidas, sem paixão, de modo sereno e objetivo, por todos que não entendem a opção da Igreja, pelos pobres, pelos oprimidos, pelos sem-vez e sem-voz", vê o grande significado das palavras de Dom José Maria Pires.

sinc
no
(qu
cru

Arcebispo, muitas vezes é tratado por Padre Zé e ficou conhecido no Brasil inteiro por D. Pelé, tratamento

Entrevista a Severino Ramos

que ele acha muito carinhoso. Nessa entrevista, D. José fala de Direitos humanos, juventude, relações governo-Igreja, Sudene, pobreza e esperança.

Pergunta - Costaria de começar esta entrevista com uma pergunta de caráter pessoal. D. Helder Câmara sempre que se refere ao senhor, o faz com o tratamento carinhoso de D. Pelé. O senhor não se aborrece com essa maneira de algumas pessoas lhe tratar?

D. José - Absolutamente, não. É um tratamento mesmo carinhoso que me foi dado pela primeira vez pelo saudoso D. José Vicente Távora. Nós éramos muito amigos e companheiros do Conselho Diretor Nacional do MIP, e uma vez nós entramos no sala de reunião dos bispos, e chegávamos um pouco atrasados por causa de uma conversa sobre o MEP, e quando nós entrávamos D. Távora disse: "Chaque Feola e Pelé". O de Feola não vingou, mas o de D. Pelé continuou e mesmo durante o Concílio todo o pessoal de serviço do casa onde estávamos hospedados em Roma, me chamava D. Pelé.

Pergunta - Esse apelido decorre da sua cor. O senhor alguma vez, como bispo ou mesmo antes, já enfrentou algum problema de preconceito racial aqui no Brasil?

D. José - Problemas propriamente não. A gente enfrenta sempre um clima. Sobre-se que o negro no Brasil não é considerado, é tido como uma classe inferior, e mesmo os ditos populares marcam muita a raça negra. Por exemplo, "bem se vê que ele é negro", "tomou essa atitude, a gente já sabe, de negro só se pode esperar isso". Mas problema propriamente eu nunca enfrentei nesse sentido.

Pergunta - Mesmo assim, o senhor acredita que exista no Brasil preconceito de raça?

D. José - Com toda certeza. Nós não chegamos a um estado de racismo, como na América do Norte, mas no Brasil existe um verdadeiro preconceito de raça, isto é, o negro é considerado de modo geral como inferior, e a prova disto é que o negro no Brasil não teve condições de se desenvolver, a não ser individualmente, mas em grupo a raça negra ficou completamente marginalizada. Apenas para os serviços - ou então em casos muito especiais, para futebol. Ainda assim são indivíduos e não propriamente um grupo, por exemplo, não se forma um time de negros, e a sua presença na vida pública, nas Universidades, na política são casos de exceção. Num país que tem um grande contingente de negros, a presença negra na vida política, social à quase irrelevante.

Pergunta - A que o senhor atribui essa marginalização do negro no Brasil? Já que somos uma população predominantemente negra ou mestiça, desde a colonização?

D. José - Isto vem desde a origem. Nós somos um país que se formou como nação no conjunto do mundo através de um grupo de dominadores e uma multidão de dominados. Os dominados desde o começo foram os negros e os índios. O negro já chegou ao Brasil reduzido, isto é, já chegou de certo modo pacificado e resignado à sua condição, apesar de ter havido o fenômeno, por exemplo, dos quilombes, que foi uma verdadeira organização, mas que não teve condições de enfrentar o poderio dos dominadores. O índio não aceitou sempre a redução. Ele foi sempre um indôcil, e por isso não se prestou tanto ao trabalho como o negro. O fato desta dominação, desde o início, fez com que tanto o negro como o índio se tornassem marginalizados. Por

"75% da nossa população vive em condições mínimas de sobrevivência"

exemplo, toda a pretensa integração do índio chega a transformá-lo num marginalizado. Ele que na sua tribo tinha toda uma organização, às vezes tinha até postos de relevância, à medida que ele é integrado na chamada civilização, ele se torna um marginal. O negro também saiu do seu meio, do seu ambiente, e já veio como escravo. Essa marca de escravo, mesmo após a abolição, continuou a ter sua influência sobre a vida do negro que continuou sendo, alguém que fica na segunda ou terceira classe na sociedade. Isso chegou a tal ponto que houve uma época em que os negros não eram admitidos a ser padres, e até bem pouco tempo, ainda em nosso século, havia congregações no Brasil que não aceitavam rapazes e moços de cor negra para seus filieiros. Portanto, até mesmo dentro da Igreja houve uma discriminação racial nesse sentido.

Pergunta - I como o senhor chegou a Arcebispo?

D. José - Bem, aí a coisa já é um pouco diferente. Eu não sou o único bispo negro.

Antes de mim, já houve o bispo de Mariana, que era também de cor negra. Mas essas coisas verdadeiramente raras. Tanto que na época em que eu fui ordenado, no meio de quase dezentos bispos, naquela ocasião, eu era o único de cor. E hoje, com mais de trezentos bispos no Brasil, nós não chegamos a ter dez bispos de cor.

Pergunta - A Arquidiocese de Paraíba tem o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Como a Igreja na Paraíba está enfrentando a luta pela defesa desses direitos. Quais os problemas com que se tem de enfrentar?

D. José - Para nós, a defesa dos direitos humanos tem um endereço certo: é a defesa do direito ao pobre. Porque o rico não tem a necessidade de um centro de

podem achar
que tudo
acontece
porque
Deus quer"

alguém já a ocupava antes deles e trabalhava, panhar e assessorar através de seus órgãos, fazendo. E hoje nós nos sentimos cada vez mais e mais mentalmente muito próspera. Quem vai a Alagamar como o povo se uniu para fazer os chamados e continuam alegres, firmes e sobretudo pacíficos.

Pergunta - A Igreja sofreu profundas transformações abandonando aquela pompa antecessora, foi se aproximando do povo, participando mais de seus problemas, e hoje é uma Igreja mais humilde e verdadeiramente religiosa. Houve alguma retroação dos fiéis diante dessas mudanças? Houve alguma retroação dos fiéis diante dessas mudanças? Houve alguma retroação dos fiéis diante dessas mudanças?

D. José - No caso, traio que a gente tem chamado ordinariamente povo - se a Igreja se aproxima do povo - não sei se poderíamos chamar tal

"Não adianta fazer reatar inúmeros santos pendurados na parede, se V. não estiver preocupado com o povo"

cultura livresca. Então, aí as reações foram diferentes. O povo simples, de início houve uma reação negativa, mas por uma certa frustração. Há duas coisas, a primeira é uma ação contrária às suas tradições, momento em que diversos padres, interpretando mal, começaram a tirar as imagens, a menosprezar as imagens dos santos os novenas etc o povo, se sentiu mais em outros cultos o que a sua Igreja lhe estava oferecendo. O que o Concílio queria não era que

Mas que se desse a eles um conteúdo evangélico, e ter inúmeros quadros de santos nas paredes e outros. À medida que se foi entendendo isto, então houve uma reconciliação da Igreja institucional com as tradições para com tudo aquilo que vem do povo, e se por um lado evangélico a estas mesmas tradições. A segunda coisa que mais frequenta a Igreja é uma espécie de se, por exemplo, o padre que celebrasse os atos litúrgicos que transformasse uma celebração numa espécie de diálogo que propriamente religioso, isto é, as pessoas buscam uma resposta aos seus anseios às suas angústias de seu sofrimento, de suas faltas, de seu pecado. Então, ministro um tipo de conscientização que é sobretudo ser uma coisa que tivesse muito conteúdo, mas que fosse dos desejos do povo. Esta foi uma segunda fonte de fé, descobrindo realmente o que é que deve ser resposta

"Alguns ricos colaram a mão na consciência e começaram a reconhecer há muitas injustiças"

defesa de direitos humanos. Prova disso é que, até hoje, nos mais de dez mil casos que o Centro já encaminhou, não temos um caso sequer de pessoa de mais posse. Ali não é a questão propriamente dos recursos materiais, porque existe a Justiça gratuita para aquele que não podem pagar, mas é a falta de uma tomada de posição. A Igreja do Nordeste, e especialmente a do Paraíba, fez uma opção pelos pobres, pelos fracos, pelos marginalizados. Então, sem excluir qualquer outra pessoa, de qualquer outra classe social, ela tem um compromisso exatamente com aquele que está sendo marginalizado. O pobre para nós é aquele que não tem nenhum poder. Para nós a defesa dos direitos humanos se concentra muito nisso, nas pessoas que estão sendo mais oprimidas. E o nosso Centro não aceita defender causas. Aceita orientar pessoas e sobretudo grupos, num trabalho em que essas pessoas ou esses grupos tomem consciência de que a situação deles não é uma necessidade, é fruto de uma má organização da sociedade. Então, o Centro ao assumir a defesa de um determinado direito é com a preocupação de que as pessoas se tornem, elas mesmas, agentes de uma transformação social, e crie condições de liberdade, de justiça, de trabalho para todos.

Neste sentido o Centro tem encontrado algumas dificuldades, porque na medida em que ele vai tomar a defesa dos injustiçados, aquele ou aquela instituição que está sendo o opressor ou a opressora vai querer se defender. E neste caso terá que acusar a organização de estar agindo contra a lei, então é preciso levantar para ela uma suspeita - a suspeita de que está fazendo agitação, está fazendo subversão, o que não nós intimido nem mesmo nas contrária, porque essas mesmas suspeitas e essas mesmas acusações foram feitas contra Jesus Cristo e contra todos aqueles que assumam com decisão a defesa dos pequenos.

Pergunta - O senhor falou que o Centro de Defesa dos Direitos já recebeu cerca de 10 mil casos. São casos de violação de direitos humanos no Paraíba? E quais as prioridades que o Centro toma para solucioná-los?

D. José - São sempre casos de violação dos direitos, que se multiplicam quase ao infinito. Basta dizer que 75% da nossa população vivem condições mínimas de sobrevivência, e 50% da nossa população passa fome. Então a violação dos direitos é uma coisa flagrante. A pessoa é, então, encaminhada ou para a instituição da sua classe, no caso geralmente os sindicatos, ou para a justiça ou então para um advogado de ofício. Isto nós chamamos de - hoje a palavra se pode dizer, ela não tem mais aquela conotação política - conscientização. As pessoas devem realmente adotar uma atitude crítica, não podem viver numa atitude ingênua, de achar que tudo isso acontece porque Deus quer, porque é a sorte ou falta de sorte que a gente tem. Isso acontece porque alguma coisa está mal organizada na sociedade.

Pergunta - A Igreja foi muito criticada no caso do Alagamar. Como o senhor explica essa intervenção da Igreja e como recebeu as críticas dos proprietários?

D. José - Se existe um caso em que a Igreja está inocente era o de Alagamar. Porque não foi a Igreja quem começou aquilo. Os agentes de pastoral da área se surpreenderam de encontrar uma comunidade lutando sozinha. Isto os levou a proce-

rem dar um acompanhamento e uma assessoria ao grupo de Alagamar. E uma comunidade que merece ser visitada, porque a gente até hoje não encontrou aqui na Arquidiocese do Paraíba um grupo humano de tanta homogeneidade e de tanta clareza nos seus objetivos quanto este. A Igreja procurou estar com o povo e defender os direitos que aquelas 60 famílias têm de permanecer nas terras, simplesmente alegando - e isso é a nossa tese e esperamos um dia sair vitoriosa - de que o legítimo está acima do legal - nem tudo que é legal é legítimo. Ora, no caso de Alagamar, os moradores são os donos legítimos da terra, embora eles não tenham título legal. Aquele que comprou a terra agora, uma terra que já está ocupada há trinta, quarenta, setenta anos, este se transformou o proprietário legal mas não legítimo, porque

política do governo não for mesmo a modificar mesmo a situação de uma sociedade mal organizada, pois o dobro da população que tem, enquanto passando fome e ele continua fazendo uma divergência profunda entre as relações entre pessoas da Igreja e pr

sas perguntas, cabe aos ministros que a Igreja é serviço ao povo...
Pergunta - E as rixas, como é?
D. José - De modo geral, os na consciência e começaram a viveremos numa sociedade que a então um pecado social, um pe bora atingidos por uma preg são exceção. A grandíssima m está comprometido com o povo, ma a quase que um desvirtuam a Igreja está cada vez mais se trando mais no meio do povo. I esta perda é extraordinariaman dou anunciar a boa nova aos pi nada em favor dos ricos. Nós r ricos, e o encontramos frequer pobres reunidos em torno dele Nicodemos, juntou em casa de mostrar a sua abertura, a su vista os pobres, como ele mesm do médico, mas os doentes. Por seus milagres, em favor dos cla fechada aos ricos, mas tendo a também mais próxima do Evangelo

Pergunta - É o governo? Durm Igreja estiveram bastante estran para melhor essas relações?

D. José - Sabe, eu não poderis pessoal eu sempre tenho dito, qu com o governo. A preocupação de tende cada vez mais que governo governo se volta para o povo, e e toda para o povo, então nós vam há essa preocupação, mas vamos o governo, pelos seus programas, afastada do governo. Mas não es com o povo. Nós sentimos, por e para o povo. É uma política que moção é para dar 90 por cento a sobre - porque do contrário o c

"A Igreja e mais se enc meio do pò

política do governo não for mesmo a modificar mesmo a situação de uma sociedade mal organizada, pois o dobro da população que tem, enquanto passando fome e ele continua fazendo uma divergência profunda entre as relações entre pessoas da Igreja e pr

Pergunta - E qual tem sido o a Paraíba. O senhor tem encontrado problemas junto às autoridades?

D. José - Não, porque não há pro no. Nós temos mantido, desde o gov que eu encontrei no Paraíba, até a cionamento muito bom, muito cordi diferentes, embora estejamos a se caminhado problemas propriamente problemas a nos incomodar. Ent somente bem mais cordial, e eu pod tos de vista que não coincidem.

Pergunta - Como é que o senhor os assessores alguns padres de comunidades?

D. José - Isto só pode ocorrer ou i bem o comunismo. Quem conhece o tas, não poderá jamais admitir que comunismo é por sua natureza, aten, uma pessoa que faz profissão de fé comunista. Por outra parte, sabe-se-i personalizante. Coloco o respeito à p Cristo resumiu quando disse: "Não sábado que foi feito para o homem". Ora, a gente sabe que no comunism ganização. A organização possa sams pois, a padre, ou conhece a comunis que acontece é que esta acusação de é, no momento em que alguns padres justiça social, a maneira de poder a da-os de comunistas. Mas as pessoas sendo sinceros consigo mesmas.

Pergunta - O Brasil é um país de ca devemos adotar soluções brasileiras e qual a solução mais compatível que o econômicas e sociais que registramos?

"As pessoas não podem achar que tudo acontece porque Deus quer"



alguém já a ocupava antes deles e trabalhava essa terra. A Igreja procurou acom-

o brasi-
cada da
D. José
o País.

rdinária
com os
onforto
o, pela
fundos
o sendo
e ficou
amento

os

ta, D.
lações

eritar pos-
vimento
na pessoa

ta foi dado
a amigos e

...mas juntos
vezes. Mesmo sendo
por Padre Ze e ficou
D. Pelé, tratamento

ino Ramos

essa entrevista, D.
aventude, relações
esperança.

uma pergunta de caráter pes-
sado, e faz um tratamento
a maneira de algumas pessoas

meo carinho que me foi dado
Não brabo muito amigos e
hoje nós estamos no sala
por causa de uma conversa
"Chego Feio e Pelé". O de
durante o Concílio todo o pas-
toam, me chamava D. Pelé.

alguma vez, como bispo no
e racial aqui no Brasil?
sempre um clima. Sabe-se
e classe inferior, e mesmo os
plo. "bem se vê que ele é
do só se pode esperar isso"
rido.

na no Brasil preocupado de

estado de racismo, como na
conceito de raça, isto é, o
raço disto é que o negro não
e individualmente, mas em
e apenas para os serviços - ou
e assim são indivíduos e não
e time de negros, e a sua
são casos de exceção. Num
eça negra na vida política,

de negro no Brasil? Já que

que se formou como nação
e uma multidão de do-
e os índios. O negro já
e pacificado e resignado à
e dos quilombos, que foi
e enfrentar o poderio dos
e sempre um índio, e por
desta dominação, desde o
sem marginalizados. Por

rive em
revivência"

transforma um margina-
vezes tinha até postos de
zação, ele se torna um
este, e já veio como es-
nou a ter tua influência
na segunda ou terceira
época em que os negros
quinda em nosso século,
após de cor negro para
uma discriminação racial

ou o único bispo negro
de tor negro. Mas são
e ordenação, no meio de
e. E hoje, isto mais de
e cor.
faz dos Direitos Na-
delou desses direitos.
e, andengo cel tu, e a
dade de um centro de

as pessoas não
podem achar
que tudo
acontece
porque
Deus quer"



algum já o ocupava antes deles e trabalhava essa terra. A Igreja procurou acom-
panhar e assessorar através de seus braços, todo esse caminho que o povo vem
fazendo. E hoje nós nos sentimos cada vez mais conscientes de que esta ação foi real-
mente muito proveitosa. Quem vai a Alogamar hoje e vê tudo aquilo plantado e vê
como o povo se uniu para fazer as chamadas roças comunitárias, e como eles con-
tinuam alegres, firmes e sobretudo pacíficos.

Pergunta - A Igreja sofreu profundas transformações desde o Papa João XXIII. A
Igreja abandonou aquele campo santuário, foi para a rua, manteve um diálogo aberto
com o povo, participou mais de seus problemas, dos problemas da comunidade. Como
o povo, a gente humilde e verdadeiramente religioso reagiu a essas transformações?
Houve alguma retroção dos filhos diante dessas mudanças, não só quanto à política da
Igreja, mas também em relação aos rituais litúrgicos?

D. José - No caso, creio que a gente tem de fazer uma distinção. O que nós
chamamos ordinariamente povo - se o Igreja se modifica ou não, ele permanece fiel.
Há um grupo - não sei se poderíamos chamar também de povo - que já tem mais uma

"Não adianta fazer romarias e ter
inúmeros santos pendurados na
parede, se V. não está
preocupado com o outro"

cultura litúrgica. Então, as reações foram diferentes. Da parte propriamente do
povo simples, de início houve uma reação negativa. Não pela ausência das cele-
brações, mas por uma certa frustração. Há duas coisas que frustram muito o povo: a
primeira é uma ação contrária às suas tradições, isto é, a religiosidade popular. No
momento em que diversos padres, interpretando mal as decisões do Concílio co-
meçaram a tirar as imagens, a menosprezar as tradições populares, dos processos,
dos santos os novenas etc o povo - se sentiu muito frustrado, e foi procurar, talvez
em outros cultos o que a sua Igreja lhe estava negando como alimento para sua
religiosidade. O que o Concílio queria não era que essas costumes fossem abolidos.

Mas que se desse a eles um conteúdo evangélico, isto é, não adianta fazer romarias,
e ter inúmeros quadros de santos nas paredes se você não está preocupado com o
outro. A medida que se foi entendendo isto, então está havendo cada vez mais uma
reconciliação da Igreja institucional com as tradições populares, ou seja, um respeito
para com tudo aquilo que vem do povo, e se procura realmente dar um conteúdo
evangélico a estas mesmas tradições. A segunda coisa que ofende realmente o povo
que mais frequenta a Igreja é uma espécie de secularização nos atos litúrgicos. Por
exemplo, o padre que celebrasse os atos litúrgicos sem as vestes próprias, ou o padre
que transformasse uma celebração numa espécie de catequese mais social ou política
do que propriamente religiosa, isto é, as pessoas que vão à Igreja para rezar, para
buscar uma resposta aos seus anseios às suas angústias mais íntimas ou para tirar o
peso de seu sofrimento, de suas faltas, de seus pecados, e se ao invés disto, se
ministra um tipo de conscientização que é sobretudo de ordem social ou política, podia
ser uma coisa que tivesse muito conteúdo, mas não é resposta aos anseios, aos
desejos do povo. Esta foi uma segunda fonte de frustração. A medida que vamos des-
cobrindo realmente o que é que deve ser resposta às perguntas do povo e não às nos-

"Alguns ricos colocaram
a mão na consciência e
comerçaram a refletir que
há muitas injustiças"

...problemas e nos momentos... Então, se
somente não nos contentar, e se pudermos
nos de visto que não conseguimos

Pergunta - Como é que a reação estará à
accusa alguns padres de comunistas?

D. José - Isto se pode ocorrer ou porque
bem o comunismo. Quem conhece a cultura
nos, não poderá jamais admitir que um
comunista é por sua natureza, ou, seja,
uma pessoa que faz profissões de fé em
comunistas. Por outro parte, sabe-se que a
personalidade. Coloca a respeito a pessoa
Cristo resumiu quando disse: "Não foi a
idéia que foi feita para a homem". Então
Ora, a gente sabe que no comunismo a pi-
ganização. A organização passa sempre no
povo, a padre, no conteúdo o comunismo, a
que acontece é que esta acusação de comu-
é, no momento em que alguns padres assu-
justiças sociais, a maneira de poder um pó-
de os de comunistas. Mas as pessoas que fi-
sendo sincretismo consigo mesmas.

Pergunta - O Brasil é um país de carência
devemos adotar soluções brasileiras para a
qual a solução mais compatível que o país p-
econômica e social que registramos?

D. José - Eu também sou dessa mesma
laíras para problemas brasileiros. Eu acre-
siglos atrás sempre existiu. Assim como os
também não pode haver duas personalida-
das coisas, ele coloca ali algo de sua fision-
omente não são iguais. O que se quer
mas uma igualdade de oportunidades para
caminho e para todos, sejam criados igua-
oportunidades vão ser aproveitadas vai difi-
viremos num país onde ainda grande parte
do campo, por que não dar a essa situação
que não -mas visitamos para criar condições
que existe ali no campo seja aproveitada,
feito de maneira tão rudimentar, mas os pa-
de ter um trabalho muito mais eficaz? A
traição não é validada para os necessários
para a produção de riquezas? A maior re-
crizimou, isto, por que até hoje não se re-
hoje a política do governo neste sentido é
para solidificar a pequena empresa familiar
Transamazônica, havia reservado apenas 11
cem mil quilômetros, para se poder instalar
destando, arrasando as matas autóctonas,
mas com os imensos plantações de capim pa-



sentido? Então, o problema é a meu ver é re-
que tenha coragem de se confrontar com a

Pergunta - E quanto ao Nordeste e sr. a
para o desenvolvimento do Nordeste foi fraco?

D. José - Sem dúvida o Nordeste foi criado;
deste e ele teve os seus objetivos bem de
acredito que, pelo menos, até a tempo de
general Evier Bentes, o Sudeste ainda teve a
te, a Sudeste foi perdendo conteúdo. Foi r-
baixada, ela foi esvaziada ali na parte dos se-
Transamazônica que, conforme disse no-
era uma estrada que ia unir a cobertura con-
amazônica foi verdadeiramente um fracasso.
desviado para o turismo S5, poderíamos fazer
autonomia que necessitava para poder em-
ela não teve essa autonomia e se os recursos
não não há como culpar o Sudeste pela atual
situação, não o Sudeste, mas é própria política
Sudeste, mas se manifestou de outros man-
vaziar a possibilidade de reforma agrária e
grandes financiamentos da IAA para o plantio
para o plantio de pastagens, vieram valerá
que tem terra vai querer explorá-la durante
laboradores porque plantavam cultura de se-
os financiamentos do JAA e do Banco do S-
desalojar os moradores, indenizando-os e tor-
do cana e do capim. Com isto, milhares fam-
o sul do país, emigrando, ou então as cidades
por isto, mas todo um conjunto de coisas
crio esta situação de esvaziamento das ca-
minhor. E exatamente o que disse o presidente
é bom, mas o povo é que ainda vai mal. Isto
nos que nós temos hoje.

8ª notícia: Jornal O Norte. D. José visita presos políticos e constata denúncias. 12 de novembro de 1978.



9ª notícia: Jornal *O Norte*. Dom José Maria Pires revela na TV que recebe ameaças anônimas. 22 de novembro de 1978.

adadores.
...salvo à imprensa.

Dom José Maria Pires revela na TV que recebe ameaças anônimas

Numa movimentada entrevista - que serviu inclusive para demonstrar que o clima de abertura política no País encontra-se em pleno desenvolvimento - o arcebispo dom José Maria Pires assegurou ontem na TV Borborema de Campina Grande que é a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, defendendo o raciocínio de que se a anistia não contemplar todos os crimes políticos não será uma anistia. Sempre frisando a sua posição de partidário da não-violência, dom José afirmou que este seu ponto-de-vista não conflita, em absoluto, com o outro, que é o de se dar a anistia ampla neste momento de necessidade de conciliação nacional.

Dom José Maria Pires, respondendo às perguntas do entrevistador Cíclo Maria, no programa "Confidencial", que foi ao ar no início da tarde de ontem, no Canal 6, captado também em João Pessoa, disse que diria, sim, abrigo a um esquerdista que por acaso o procurasse, em casa ou na Igreja, já que, ao ajudá-lo, dando-lhe asilo, não estaria olhando ideologia, mas a pessoa humana. "Eu não perguntaria se era casado ou comunista", embora pessoalmente não concorde com a violência implícita em algumas ideologias.

O entrevistador perguntou, por exemplo, se o seu livro, recém-lançado, "Do Centro para a Margem", era "mais para a margem esquerda ou para a margem direita".

— Nem para a direita nem para a esquerda respondeu o arcebispo paraibano, que respondeu também às perguntas enviadas pelos telespectadores de João Pessoa e de Campina Grande - Simplesmente para a margem, porque considero que a Igreja, durante muitos séculos, manteve-se mais no centro, isto é, mais comprometida com aqueles que já têm uma situação regular, muito ao lado das classes dominantes. (...) Hoje, a Igreja tenta fazer um caminho diferente, situar-se mais na margem, para que as próprias margens, a se mexerem, a se movimentarem, sejam elas e não a Igreja, a promover o seu desenvolvimento. É neste sentido que se está tentando viver, de uma forma bem concreta, o mistério da encarnação: o filho de Deus, que vivendo no seio do Pai, portanto no Centro, deslocou-se para a margem, fazendo-se homem, e homem pobre. Homem que vive bem à margem da grandeza dos recursos humanos. Sobre se "o Papa deu um cartão nos bispos, em Puebla?", dom José acha que não; "pelo menos, nos discursos, não me pareceu haver nenhuma referência direta a este ou àquele bispo ou a outros. Apenas ele apresentou uma situação, como ele via a América Latina, e deu algumas pistas para o encaminhamento daquela assembléia".

Diretamente, confessou, não tem recebido "ameaças de senhores de terras", creditando-as a pessoas não da Paraíba. "São ameaças todas elas anônimas, e as cartas têm sido colocadas fora do Estado. Justamente por elas serem anônimas não merecem respostas, e essas ameaças não podem nos intimidar de jeito nenhum". (Principais trechos da entrevista na 6ª página).

A entrevista de dom José Maria Pires na TV Borborema teve audiência total em João Pessoa e Campina Grande.



...ção e gasolina
...monsen, da Fazenda, disse
de janeiro foi 3,7. Simonson
e o dia 12 próximo - 4 um dia
o aumento da gasolina, que
5 por cento.

r no
a'r

Secretário da Educação discute

Chapinski renuncia

10ª notícia: Jornal *O Norte*. D. José denuncia: trama para matar advogado e sacerdote.
25 de julho de 1978.

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS ASSIS CRATEAUBRIANT

D. JOSÉ DENUNCIA:

Trama para matar advogado e sacerdote

Um plano criminoso estaria sendo montado para sequestrar e eliminar o coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, advogado Vanderlei Caixe. A trama homicida teria também em sua mira um sacerdote comprometido com a causa dos agricultores paraibanos.

A denúncia é do próprio arcebispo da Paraíba, dom José Maria Pires, que, ontem, enviou carta a O NORTE, afirmando que "quando crimes tão frequentes, premeditados e envoltos em mistério para a própria polícia, têm ocorrido entre nós, não é de surpreender que estejam maquinando mais esses que denunciaremos."

Eis a íntegra da carta enviada ontem a O NORTE pelo arcebispo dom José Maria Pires:

"Através de pessoa que tem acesso aos órgãos de informação e cuja idoneidade não pode ser posta em dúvida, chegou-nos a notícia de um plano que estaria sendo montado para sequestrar e, posteriormente, eliminar o coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, Dr. Vanderley Caixe. A trama teria também em sua mira um sacerdote comprometido com a causa dos agricultores.

Não queremos ser alarmistas nem incutir temores infundados. É impossível, porém, recusar crédito à informação, partindo ela de onde partiu. Quando crimes tão frequentes, premeditados e envoltos em mistério para a própria polícia, têm ocorrido entre nós, não é de surpreender que estejam maquinando mais esses que denunciaremos.

Reafirmamos toda a nossa solidariedade às pessoas ameaçadas e à causa que elas defendem. Qualquer atentado contra sua integridade física ou moral é um ataque direto à Igreja da Paraíba.

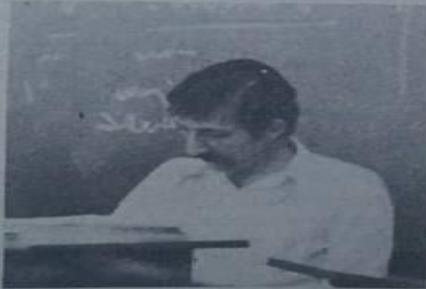
Queremos sobretudo assegurar uma vez mais nossa fidelidade aos compromissos com os oprimidos a cujo serviço se consagraram os agentes de pastoral e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

As ameaças e às possíveis emboscadas responderemos com as palavras de Cristo: "Não tenham medo daqueles que matam o corpo, e depois não podem fazer mais nada." (Lc. 12,4). "O mundo vai fazer vocês sofrerem, mas tenham coragem, eu venci o mundo" (Jo. 16,33). João Pessoa, 25 de julho de 1978

José Maria Pires
Arcebispo da Paraíba"



D. José Maria Pires



Vanderlei Caixe